



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Matelândia

Produto 2ª fase – Parte 1

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DAS CIDADES
EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Secretário
MARCIO JULIANO MARCOLINO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO Superintendente
CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executiva
JOSÉ ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças
ALBARI ALVES DE MEDEIROS Diretor de Operações

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador Operacional
CARLO ANDRÉ MELLO HAKIM Coordenador de Recursos Humanos
FABIO ANDERSON MIGUEL Coordenador Financeiro
FERNANDO DOMINGUES CAETANO Coordenador de Estudos e Captação de Recursos
FLAVIO LUIZ SAUERBRONN Coordenador Administrativo
LEANDRO VICTORINO DE MOURA Coordenador de Tecnologia da Informação
VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA

Prefeito:

Maximino Pietrobon

SUPERVISÃO
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE
Diretoria de Operações



Secretaria das Cidades - SECID
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal Matelândia

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 054/2023

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2022

Setembro/2024



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ASPECTOS REGIONAIS	3
2.1. Mesorregião Oeste	3
2.2. Microrregião Foz do Iguaçu	12
2.3. Região Metropolitana de Cascavel	17
2.4. Município de Matelândia	21
3. ASPECTOS AMBIENTAIS	28
3.1. Geologia	28
3.2. Hipsometria Municipal	39
3.3. Declividade Municipal	41
3.4. Hidrografia e Hidrologia	41
3.4.1. Bacia Hidrológica do Rio Paraná 3	42
3.4.2. Bacia Hidrológica do Rio Iguaçu	44
3.5. Clima e Pluviosidade	45
3.6. Cobertura Vegetal	49
3.6.1. Unidade de Conservação — Parque Nacional do Iguaçu	50
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	59
4.1. Aspectos Sociodemográficos	59
4.1.1. Projeção Populacional	63
4.2. Aspectos Socioeconômicos	66
4.2.1. Produto Interno Bruto — PIB	67
4.2.2. Emprego e Renda	74
4.2.3. Setores Econômicos	81
4.2.3.1. Setores Primário — Agropecuária	85
4.2.3.2. Setores Secundário — Industrial	91
4.2.3.3. Setores Terciário — Comércio, Serviços e Turismo	97
5. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	122
5.1. Uso e Ocupação do Solo	122
5.2. Perímetro Urbano Atual	126
5.2.1. Perímetro Urbano da Sede Municipal	126
5.2.1.1. Áreas Consolidadas	130



5.2.1.2. Expansão Urbana	132
5.2.2. Perímetros Urbanos Distritais	134
5.2.1.1. Distrito Agro Cafeeira	134
5.2.1.2. Distrito Industrial	137
5.2.1.3. Distrito Vila Esmeralda	137
5.2.1.3. Distrito Vila Marquesita	139
5.2.2. Vilas Rurais	140
6. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS, PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS E DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	142
6.1. Saneamento Básico	142
6.1.2. Sistema de Abastecimento de água (SAA)	143
6.1.2. Esgotamento Sanitário	153
6.1.3. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	159
6.1.3.1. Resíduos da construção civil	173
6.1.3.2. Resíduos dos serviços de saúde	174
6.1.3.3. Programas de Educação Ambiental	175
6.1.3.4. Limpeza urbana	176
6.1.4. Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas	182
6.2. Iluminação Pública e Energia Elétrica	183
6.3. Equipamentos e serviços sociais	187
6.3.1. Educação	187
6.3.1.1. Histórico Da Educação	188
6.3.1.2. Cenário Atual	189
6.3.1.3. Profissionais Da Educação	193
6.3.1.4. A Secretaria de Educação e Cultura	194
6.3.1.5. Transporte Escolar Municipal	201
6.3.1.6. Alimentação Escolar	203
6.3.1.7. Indicadores Educacionais	209
6.3.1.8. Modalidades de Ensino	212
6.3.1.9. Estabelecimentos Municipais De Ensino	216
6.3.1.10. Instâncias Colegiadas	267
6.3.1.11. A Gestão Democrática Na Escola	269



6.3.1.12. Comitês E Conselhos	270
6.3.1.13. Financiamento Da Educação	272
6.3.2. Assistência Social	273
6.3.2.1. Histórico Da Assistência Social No Município De Matelândia	273
6.3.2.2. A Política De Assistência Social e a Rede Socioassistencial De Matelândia	274
6.3.2.3. Indicadores de Atendimento da Política de Assistência no Município de Matelândia	285
6.3.2.4. Indicadores De Atendimento Da Proteção Social Especial	294
6.3.2.5. Dados Sobre A Violação De Direitos	299
6.3.2.6. Conselho Tutelar	303
6.3.2.7. Controle Social	304
6.3.2.8. Gestão Do SUAS	305
6.3.2.9. Considerações Finais	306
6.3.3. Cultura	308
6.3.3.1. Casa da Cultura – Unidade Centro	308
6.3.3.2. Extensão da Casa da Cultura em Agro Cafeeira	310
6.3.3.3. Atividades Culturais desenvolvidas no Município sob o patrocínio da Casa da Cultura	311
6.3.4. Esporte e Lazer	323
6.3.4.1. Ginásio Municipal	323
6.3.4.2. Ginásio Olivo Constantino Biazus	323
6.3.4.3. Ginásio São Cristóvão	324
6.3.4.4. Ginásio Agro Cafeeira	324
6.3.4.5. Estádio do Aymoré	325
6.3.4.6. Atividades Existentes No Município	325
6.3.4.7. Promoção de Eventos Esportivos	330
6.3.4.8. Campeonatos Municipais	331
6.3.4.9. Playground na Praça da Cultura e na Biblioteca em Agro Cafeeira	331
6.3.4.10. Academia da Terceira Idade (ATI)	332
6.3.5. Segurança Pública	333
6.3.6. Saúde	336



6.3.6.1. Histórico Da Saúde	339
6.3.6.2. Diagnóstico Epidemiológico	341
6.3.6.3. Departamento de Atenção Primária	346
6.3.6.4. Secretaria da Saúde	364
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	376
8. ANEXOS	381
Anexo 01. Mapa de Localização na Mesorregião.	381
Anexo 02. Mapa de Localização na Microrregião.	381
Anexo 03. Mapa de Localização na Região Imediata.	381
Anexo 04. Mapa de Localidades do Município.	381
Anexo 05. Mapa de Geologia Municipal.	381
Anexo 06. Mapa de Geomorfologia Municipal.	381
Anexo 07. Mapa de Declividade Municipal.	381
Anexo 08. Mapa de Hipsometria Municipal.	381
Anexo 09. Mapa de Localização na Bacia Hidrográfica Principal.	381
Anexo 10. Mapa de Hidrografia Municipal.	381
Anexo 11. Mapa de Clima Municipal.	381
Anexo 12. Mapa de Tipo de Solo Municipal.	381
Anexo 13. Mapa de Aptidão do Solo Municipal.	381
Anexo 14. Mapa de Vegetação Municipal.	381
Anexo 15. Mapa de Evolução da Ocupação Urbana.	381
Anexo 16. Mapa de Bairros da Sede Urbana.	381
Anexo 17. Mapa de Loteamentos da Sede Urbana.	381
Anexo 18. Mapa de Loteamentos do Distrito Agro Cafeeira.	381
Anexo 19. Mapa de Abastecimento de Água da Sede Urbana.	381
Anexo 20. Mapa de Abastecimento de Água da Sede Urbana.	381
Anexo 21. Mapa de Esgotamento Sanitário da Sede Urbana.	381
Anexo 22. Mapa de Galerias Pluviais da Sede Urbana.	381



LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Localização da região Oeste do Paraná e Matelândia.	6
Figura 2.2. Evolução da População do Oeste do Paraná.	7
Figura 2.3. Grau de Urbanização da Região Oeste em comparação com o Estado do Paraná.	7
Figura 2.4. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná	9
Figura 2.5. Municípios da Microrregião de Foz do Iguaçu.	14
Figura 2.6. Traçado de conexão interestadual da malha ferroviária incidente na RMCA.	18
Figura 2.7. Espaços urbanos e rurais na RM de Cascavel.	20
Figura 2.8. Municípios limites de Matelândia, Paraná.	23
Figura 2.9. Município de Matelândia, Paraná.	24
Figura 2.10. Mapa de abrangência da AMOP com foco no município de Matelândia.	26
Figura 3.1. Geomorfologia Paranaense.	28
Figura 3.2. Perfil longitudinal dos Planalto Paranaense.	29
Figura 3.3. Distribuição dos tipos de rochas no Terceiro Planalto Paranaense.	29
Figura 3.4. Formação geológica do Paraná.	30
Figura 3.5. Subunidades morfoestruturais.	31
Figura 3.6. Unidades Litoestratigráficas.	33
Figura 3.7. Tipos de Solo.	39
Figura 3.8. Mapa Hipsométrico do Município de Matelândia.	40
Figura 3.9. Mapa Hipsométrico da área Urbana do Município de Matelândia.	40
Figura 3.10. Mapa de Declividade do Município de Matelândia.	41
Figura 3.11. Municípios que compõem a bacia Paraná 3.	42
Figura 3.12. Sub-bacias do Paraná 3	43
Figura 3.13. Posicionamento da bacia do Rio Iguaçu	44
Figura 3.14. Distribuição dos tipos de climas.	45
Figura 3.15. Média da variação da temperatura.	46
Figura 3.16. Média da variação da precipitação.	48
Figura 3.17. Cobertura vegetal nativa de Matelândia	49
Figura 3.18. Uso da terra e remanescentes da cobertura vegetal.	50
Figura 3.19. Parque Nacional do Iguaçu e municípios limieiros.	51
Figura 3.20. Zoneamento do Parque Nacional do Iguaçu.	57
Figura 4.1. Pirâmide Etária de Matelândia (2022).	60



Figura 4.2. Projeção populacional de Matelândia até 2040.	65
Figura 4.3. Composição do PIB de Matelândia em 2010 e 2020.	73
Figura 4.4. Evolução do Saldo de Empregos em Matelândia	76
Figura 4.5. Composição da renda por classe econômica em Matelândia.	79
Figura 4.6. Número de estabelecimentos por subsetores da indústria de transformação no ano de 2021 em Matelândia — Paraná.	92
Figura 4.7. Valor adicional fiscal segundo os ramos de atividades em 2021 de Matelândia.	92
Figura 4.8. Localização do loteamento Garibaldi Batista De Camargo no Distrito Agro Cafeeira.	96
Figura 4.9. Evolução das vagas de empregos no setor de comércio, Matelândia.	99
Figura 4.10. Evolução das vagas de empregos no setor de Serviços Matelândia.	100
Figura 4.11. Evolução do número de estabelecimentos no setor Terciário de Matelândia.	100
Figura 4.12. Parque Nacional do Iguaçu e Cataratas do Iguaçu.	106
Figura 4.13. Panfleto de divulgação do Turismo em Matelândia-PR.	108
Figura 4.14. Programa Pedala Paraná- Circuito Sabiá.	108
Figura 4.15. Ciclorota Coluna Prestes.	109
Figura 4.16. Cachoeira Engelmann.	110
Figura 4.17. Cachoeira Possatto.	110
Figura 4.18. Cachoeira do Mariano.	111
Figura 4.19. Cachoeira Kolben.	111
Figura 4.20. Cachoeira do Tio João.	112
Figura 4.21. Gruta do Sabiá.	112
Figura 4.22. Placa de instrução ao Circuito do Polonês.	113
Figura 4.23. Memorial Tadeusz Chrostowski - Patrono da Ornitologia Paranaense e o Circuito do Polonês.	114
Figura 4.24. Busto de Tadeusz Chrostowsk no Parque das Aves.	114
Figura 4.25. Castelletto Dal Pozzo.	116
Figura 4.26. Moinho de Vento.	116
Figura 4.27. Projeto Crocheteiras da Onça.	117
Figura 4.28. Parque Farroupilha.	119



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Figura 4.29. Placas de identificação e localização que evidenciam os potenciais turísticos do município.	120
Figura 5.1. Evolução da Ocupação Urbana.	122
Figura 5.2. Perímetro da Sede Urbana de Matelândia — Paraná.	127
Figura 5.3. Delimitação por Bairros da Sede Urbana de acordo com o Plano Diretor Municipal de 2011.	130
Figura 5.4. Delimitação por Bairros da Sede Urbana de acordo com o Plano do Uso e Ocupação do Solo de Matelândia de 1999.	131
Figura 5.5. Bairros da Sede Urbana utilizado.	132
Figura 5.6. Evolução da Ocupação da Sede Urbana de Matelândia — Paraná.	133
Figura 5.7. Perímetro do Distrito Agro-Cafeeira em Matelândia — Paraná.	135
Figura 5.8. Perímetro do Distrito Industrial em Matelândia — Paraná.	137
Figura 5.9. Perímetro Urbano Vila Rural Esmeralda, Matelândia — Paraná.	138
Figura 5.10. Perímetro Urbano Vila Rural Marquesita, Matelândia — Paraná.	139
Figura 5.11. Perímetro Urbano Vila Rural Santa Maria, Matelândia — Paraná.	141
Figura 5.12. Perímetro Urbano Vila Rural Sagrada Família, Matelândia — Paraná.	141
Figura 6.1. Sistema de Abastecimento de Água da Sede de Matelândia-PR.	144
Figura 6.2. Modalidades de captação de água para abastecimento.	146
Figura 6.3. Croqui do sistema de tratamento de água da sede de Matelândia.	147
Figura 6.4. Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Agro Cafeeira de Matelândia-PR.	148
Figura 6.5 Sistema de Abastecimento de Água rural de Matelândia-PR.	152
Figura 6.6. Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Matelândia.	154
Figura 6.7. Lançamento de Efluente da ETE de Matelândia.	155
Figura 6.8. Modalidades de Esgotamento sanitário.	157
Figura 6.9. Porcentagens dos usos de ligações de esgoto.	157
Figura 6.10. Composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos do município de Matelândia.	160
Figura 6.11. Fluxograma da gestão dos resíduos sólidos no município de Matelândia.	161
Figura 6.12. Coleta de Resíduos domiciliares em Matelândia (Diária).	163
Figura 6.13. Entrega de Bolsas de Ráfia coleta seletiva.	164
Figura 6.14. Entrega Cartilha Campanha educativa Destino Certo.	164
Figura 6.15. Campanhas Educativas via Rádio Local .	165



Figura 6.16. Coleta de Resíduos recicláveis em Matelândia (Diária).	166
Figura 6.17. Pontos de entrega voluntária de resíduos recicláveis na zona rural de Matelândia.	167
Figura 6.18. Coleta de Resíduos Recicláveis na zona rural em Matelândia.	167
Figura 6.19. Coleta de resíduos Recicláveis no zona rural de Matelândia.	168
Figura 6.20. Localização do Aterro Sanitário em Matelândia.	169
Figura 6.21. Primeira Trincheira de grande capacidade construída em 2021 (início em 01 de maio de 2021 e finalizada em 03 de janeiro de 2024).	170
Figura 6.22. Segunda trincheira de grande capacidade com início em 04 de janeiro de 2024.	170
Figura 6.23. Organograma da diretoria da ASCARMAT.	171
Figura 6.24. Infraestrutura da UVR de Matelândia.	172
6.1.3.1. Resíduos da construção civil	173
Figura 6.25. Coleta de resíduos da construção civil no município de Matelândia.	174
Figura 6.26. Serviço de varrição com purtrator mecânico.	177
Figura 6.27. Resíduos de Podas e Varrição em compostagem natural em Matelândia.	177
Figura 6.28. Serviço de poda de árvores em Matelândia.	179
Figura 6.29. Serviço de trituração de galhos em Matelândia.	179
Figura 6.30. Serviço de roçagem de grama em Matelândia.	180
Figura 6.31. Serviço de recolhimento de folhas e gramas em Matelândia.	180
Figura 6.32. Disponibilidade da Iluminação Pública na Sede Do Município.	184
Figura 6.33. Disponibilidade da Iluminação Pública no Distrito Cafeeira.	185
Figura 6.34. Disponibilidade da Iluminação Pública na Vila Esmeralda e Vila Rural.	185
Figura 6.35. Disponibilidade da Iluminação Pública em Santa Lúcia e Bananal.	186
Figura 6.36. Disponibilidade da Iluminação Pública na Vila Marquezita.	186
Figura 6.37. Secretaria Municipal de Educação e Cultura.	194
Figura 6.38. Alimentação escolar em Matelândia-PR.	204
Figura 6.39. Ações na Educação Nutricional em Matelândia-PR.	207
Figura 6.40. Diagnostico Nutricional dos Escolares da Rede Municipal de Ensino em Matelândia-Pr.	208
Figura 6.41. Produtos da Agricultura Familiar na alimentação escolar em Matelândia-PR.	209
Figura 6.42. Evolução das notas SAEB em Matelândia.	210



Figura 6.43. Evolução do Fluxo de aprovação de alunos.	210
Figura 6.44. Comparativo resultado Aprendizagem da educação de 2017 a 2021, anos finais do Ensino Fundamental.	211
Figura 6.45. Rede Intersetorial.	275
Figura 6.31. Territorialização do CRAS.	281
Figura 6.46. Benefícios Eventuais.	287
Figura 6.47. Benefício de Prestação Continuada – BPC em 2022.	288
Figura 6.48. Total de Famílias Inscritas Cadastro Único /ano.	288
Figura 6.49. Famílias por Faixa de Renda	290
Figura 6.50. Quantidade de famílias beneficiárias por ano.	290
Figura 6.51. Medida Protetiva de Acolhimento.	298
Figura 6.52. Acompanhamento PSE, 2022.	300
Figura 6.53. Idade de pessoas que sofreram algum tipo de violência.	300
Figura 6.54. Tipos de violência registradas.	301
Figura 6.41. Atendimentos Proteção Social Especial – Criança e Adolescentes.	302
Figura 6.55. Medidas Socioeducativa.	302
Figura 6.56. Procedimentos de violação de direitos	303
Figura 6.57. Violência contra a Mulher.	303
Figura 6.58. Casa da Cultura – Unidade Centro.	309
Figura 6.59. Extensão da Casa da Cultura em Agro Cafeeira.	311
Figura 6.60. Aula de violão, ukulele, teclado e viola caipira	312
Figura 6.61. Aulas de musicalização infantil.	313
Figura 6.62. Oficina de percussão.	313
Figura 6.63. Coral Municipal.	314
Figura 6.64. Banda municipal.	315
Figura 6.65. 7º edição do Canto do Saber.	316
Figura 6.66. Oficina de Desenho artístico.	317
Figura 6.67. Oficina de pintura em tela base.	318
Figura 6.68. Oficinas de Teatro.	320
Figura 6.69. Espetáculos realizados.	321
Figura 6.70. Oficinas de Ballet.	321
Figura 6.71. Dança Folclórica Gaúcha.	322
Figura 6.72. Ginásio Municipal.	323



Figura 6.73. Ginásio Olivo Constantino Biazus.	324
Figura 6.74. Ginásio São Cristóvão.	324
Figura 6.75. Ginásio Agro Cafeeira.	325
Figura 6.76. Estádio Aymoré.	325
Figura 6.77. Projeto saúde e movimento.	326
Figura 6.78. Projeto Hidroginástica.	327
Figura 6.79. Escolinha de Futebol de Campo.	327
Figura 6.80. Escolinha de Voleibol.	328
Figura 6.81. Escolinha de Futsal.	328
Figura 6.82. Escolinha de Handebol.	329
Figura 6.83. Treinamento Esportivo de Rendimento Adulto Masculino.	330
Figura 6.84. Treinamento Esportivo de Rendimento Adulto Feminino.	330
Figura 6.85. Cicloturismo - Adetur.	331
Figura 6.86. Campeonatos Municipais.	331
Figura 6.87. Playground infantil.	332
Figura 6.88. Academia da Terceira Idade (ATI).	332
Figura 6.89. 6º Batalhão de Polícia Militar de Matelândia – PR.	333
Figura 6.90. Delegacia de Polícia Civil De Matelândia.	334
Figura 6.91. 9ª Regional de Saúde.	336
Figura 6.92. Organograma da Secretaria da Saúde Segundo Lei Municipal nº 3.572/2015.	337
Figura 6.93. Organograma da Secretaria da Saúde em Vigor.	338
Figura 6.94. Organograma Proposto Secretaria Municipal de Saúde.	339
Figura 6.95. UBS Vila Marquezita.	348
Figura 6.96. Área de Abrangência da UBS Vila Marquezita.	349
Figura 6.97. UBS Vila Esmeralda.	349
Figura 6.98. Área de Abrangência da UBS Vila Esmeralda.	350
Figura 6.99. UBS São Cristóvão.	350
Figura 6.100. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS São Cristóvão.	351
Figura 6.101. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS São Cristóvão.	351
Figura 6.102. UBS Vila Nova.	352
Figura 6.103. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Vila Nova.	352
Figura 6.104. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Vila Nova.	353



Figura 6.105. UBS Jardim Tropical.	353
Figura 6.106. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Jardim Tropical.	354
Figura 6.107. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Jardim Tropical.	354
Figura 6.108. UBS Vila Pasa.	355
Figura 6.109. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Vila Paza.	355
Figura 6.110. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Vila Paza.	356
Figura 6.111. UBS Agro Cafeeira.	356
Figura 6.112. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Agro Cafeeira.	357
Figura 6.113. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Agro Cafeeira.	357
Figura 6.114. UBS Agro Cafeeira.	358
Figura 6.115. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Central.	358
Figura 6.116. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Central.	359



LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1. Microrregiões do Oeste Paranaense	5
Tabela 2.2. Caracterização Demográfica dos Municípios da Microrregião Foz do Iguaçu	13
Tabela 3.1. ICMS-E no ICMS municipal.	55
Tabela 4.1. Evolução da população entre 2000 a 2022	60
Tabela 4.2. Distribuição da população por faixas etárias em 2022.	61
Tabela 4.3. Número de domicílios segundo tipo e uso em 2022.	61
Tabela 4.4. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios — 2022.	62
Tabela 4.5. Taxa de analfabetismo segundo faixa etária — 2022.	62
Tabela 4.6. Indicadores e evolução do IDH-M de Matelândia — PR.	63
Tabela 4.7. População projetada até 2035 para Matelândia-PR.	66
Tabela 4.8. PIB (preço corrente) dos municípios da Mesorregião Oeste, a preço.	68
Tabela 4.9. Variação anual média de Matelândia em comparação com a Microrregião e o Estado.	70
Tabela 4.10. Ranking do PIB per capita dos municípios da Mesorregião Oeste e variação anual média, 2010 e 2021.	70
Tabela 4.11. Classe de rendimento nominal mensal domiciliar.	74
Tabela 4.12. População ocupada segundo as atividades econômicas — 2010.	75
Tabela 4.13. Indicadores e evolução do PIB de Matelândia por atividades econômicas.	86
Tabela 4.14. Condição do produtor em relação às terras.	87
TOTAL	87
Tabela 4.15. Estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas, 2017.	87
Tabela 4.16. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas temporárias — 2021.	88
Tabela 4.17. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas permanente — 2021.	89
Tabela 4.18. Efetivo de pecuária e aves em 2021.	90
Tabela 4.19. Produção de origem animal — 2021.	91
Tabela 4.20. População ocupada, segundo as atividades econômicas — 2010.	98
Tabela 5.1. Relação dos Lotes Urbanos edificados e vagos do Município.	127
Tabela 5.2. Relação dos Lotes Urbanos edificados e vagos da Sede Urbana.	128
Tabela 6.1. Serviço de Abastecimento de Água em Matelândia.	145



Tabela 6.2. Soluções Alternativas Individuais - SAIs.	149
Tabela 6.3. Análise da qualidade da água fornecida por meio dos SAIs - Matelândia.	150
Tabela 6.4. Soluções Alternativas Coletivas - SACs.	152
Tabela 6.5. Serviço de Abastecimento de Água em Matelândia.	154
Tabela 6.6. Dados da Geração de Resíduos Sólidos de Matelândia.	159
Tabela 6.7. Consumo e número de consumidores de energia elétrica em Matelândia.	184
Tabela 6.8. Número de alunos atendidos por modalidade de Ensino nas diferentes redes de Ensino do município de Matelândia Novembro/2023.	190
Tabela 6.9. Instituições de Ensino da Rede Municipal e quantidade de alunos por modalidade de Ensino novembro/2023.	191
Tabela 6.10. Número de Funcionários vinculados à secretaria de Educação no ano de 2023.	193
Tabela 6.11. Quantidade de alunos matriculados na Escola do Campo Marino Rossi	233
Tabela 6.12. Quantidade de alunos matriculados na Escola do Campo Professor Ebehardo em novembro /2023.	236
Tabela 6.13. Quantidade de alunos matriculados na Escola do Campo Duque de Caxias em novembro/2023.	242
Tabela 6.14. Quantidade de alunos matriculados na Escola Municipal Dom Bosco, em novembro /2023.	248
Tabela 6.15. Quantidade de alunos matriculados na Escola Municipal Dom Pedro II, em novembro /2023.	254
Tabela 6.16. Quantidade de alunos matriculados na Escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Neto, em novembro /2023.	259
Tabela 6.17. Quantidade de alunos matriculados na Escola Municipal Claudino Zanon, em novembro/2023.	265
Tabela 6.18. Unidades Governamentais da Proteção Social Básica.	281
Tabela 6.19. Entidades Não Governamentais da Proteção Social Básica.	282
Tabela 6.20. Total De Famílias Refenciadas ao CRAS por Microrregião.	283
Tabela 6.21. Oferta de Serviços do CRAS.	284
Tabela 6.22. Total de famílias cadastradas por microterritórios.	289
Tabela 6.23. Beneficiários Bolsa Família no mês de maio de 2023.	291
Tabela 6.24. Condicionais Educação.	292
Tabela 6.25. Condicionais Microterritórios Educação.	292



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



PARANÁ
GOVERNO
DO ESTADO

Tabela 6.26. Condicionalidades Saúde Crianças.	293
Tabela 6.27. Condicionalidades Saúde Gestantes	293
Tabela 6.28. Condicionalidades Saúde.	293
Tabela 6.29. Serviços de Proteção Social Especial	294
Tabela 6.30. Unidades Governamentais da PSE de Alta Complexidade.	297
Tabela 6.31. Entidades Não Governamentais da PSE de Alta Complexidade.	297
Tabela 6.32. Entidades Não Governamentais de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.	299
Tabela 6.33. Atendimentos Conselho Tutelar.	304
Tabela 6.34. Tipos de crimes em Matelândia-PR no ano de 2023.	334
Tabela 6.35. Tipos de mortes em Matelândia-PR no ano de 2023.	335
Tabela 6.36. Tipos de violência em Matelândia-PR no ano de 2023.	335
Tabela 6.37. Informações sobre nascidos vivos, de mães residentes no Município de Matelândia	342
Tabela 6.38. Principais Causas de Mortalidade	343
Tabela 6.39. Número de óbitos e taxa de mortalidade Infantil.	344
Tabela 6.40. Cobertura Vacinal em menores de um ano, no Município de Matelândia.	345
Tabela 6.41. Distribuição das Maiores Causas de Internação por Grupo de Causas e Faixa Etária – CID 10, em Matelândia.	346



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



PARANÁ
GOVERNO
DO ESTADO

LISTA DE QUADROS

Quadro 6.1. Infraestrutura do CMEI Sonho Meu.	219
Quadro 6.2. Infraestrutura do CMEI Criança Feliz.	221
Quadro 6.3. Infraestrutura do CMEI Cantinho da Criança.	223
Quadro 6.4. Infraestrutura do CMEI Erina Maria Sidor.	225
Quadro 6.5. Infraestrutura do CMEI Professora Aline Hardt.	227
Quadro 6.6. Infraestrutura do CMEI Primeiros Passos.	230
Quadro 6.7. Infraestrutura da Escola do Campo Marino Rossi.	234
Quadro 6.8. Infraestrutura da Escola Municipal do Campo Professor Ebeardo.	238
Quadro 6.9. Infraestrutura da Escola Municipal do Campo Duque de Caxias.	243
Quadro 6.10. Infraestrutura da Escola Municipal Dom Bosco.	249
Quadro 6.11. Infraestrutura da Escola Municipal Dom Pedro II.	255
Quadro 6.12. Infraestrutura da Escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Neto.	260
Quadro 6.13. Infraestrutura da Escola Municipal Claudino Zanon.	266



1. INTRODUÇÃO

A Análise Temática Integrada (ATI) se caracteriza como a leitura técnica do território de Matelândia, com objetivo de compreender os aspectos que condicionam, interferem e definem as principais questões territoriais da localidade. Em atendimento ao Contrato nº 54/2023, a ATI integra a 2ª Fase do projeto de revisão do Plano Diretor e das legislações urbanísticas complementares, estando dividida em:

- Parte 1: Levantamento da situação atual do município;
- Parte 2: Expansão urbana e capacidade de suporte da infraestrutura disponível; e
- Parte 3: Síntese das análises elaboradas e definição dos objetivos para o desenvolvimento municipal.

Neste contexto, o presente relatório é dedicado à Parte 1, cujas informações coletadas foram sistematizadas e desenvolvidas em torno dos seguintes eixos temáticos:

i. Contextualização de Matelândia na Mesorregião Oeste do Paraná e Microrregião de Foz do Iguaçu, considerando os acessos e sua relação com os municípios vizinhos;

ii. Caracterização ambiental e geográfica do território, por meio da identificação das áreas aptas, aptas com restrição e inaptas à ocupação.

iii. Caracterização socioeconômica do município, com base nos dados referentes à (i) demografia: população, taxa de crescimento, natalidade, migração, domicílios; (ii) indicadores econômicos: PIB, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias, turismo), trabalho e rendimento.

iv. Caracterização do uso e ocupação do solo atual, por meio da análise do uso e ocupação atual do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas e de expansão urbana, a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens ou registros fotográficos;

v. Caracterização da infraestrutura e serviços públicos, considerando a capacidade e distribuição espacial das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos.

Durante a elaboração do texto, serão abordadas as considerações finais frente aos principais desafios para a elaboração da revisão do Plano Diretor de Matelândia, com intuito de auxiliar na etapa prognóstica.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



• Cumpre mencionar que a análise constante neste documento se encontra amparada em:

• Dispositivos da legislação federal, especialmente no Estatuto da Cidade, Lei Federal nº

- 10.257/2001, bem como nas resoluções do Conselho Nacional da Cidade;
- Fontes secundárias amplamente reconhecidas;
- Mapas georreferenciados; e
- Informações prestadas pelos gestores públicos.



2. ASPECTOS REGIONAIS

2.1. Mesorregião Oeste

Em 1853, a quinta comarca de São Paulo foi elevada à categoria de Província, sendo denominada Paraná, nome do caudaloso rio que banha a ocidente. Assim a Região Oeste do Paraná começou sua trajetória como território brasileiro.

No início da ocupação do Oeste do Paraná, a densidade demográfica da região era bastante reduzida, sendo baseada na exploração da madeira e da erva-mate. A situação modificou-se com a chegada dos gaúchos, na década de 50, que buscavam novas terras em função da estagnação das atividades agrícolas e industriais no Rio Grande do Sul e com a política do governo federal em priorizar a colonização do oeste em função da fronteira, para garantir a soberania territorial. Na época, a ocupação baseou-se em culturas de subsistência, praticadas em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar, caracterizando-se como uma economia fechada, devido ao próprio isolamento físico da região. Predominava a policultura com o cultivo do milho, feijão, arroz, algodão e mandioca. “A criação de bovinos, suínos e aves, serviam como complemento alimentar (carne, leite e ovos), sendo que os excedentes eram vendidos, quando havia a possibilidade de comercializá-los.” [Fonte: IBAMA, 1999].

A ocupação do Oeste do Paraná ocorreu no século XIX. O acontecimento que marcou este período foi à Guerra do Paraguai (1865 a 1870). Após a guerra, o governo brasileiro cria a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1892), que servia para proteger as fronteiras Brasil/Paraguai, e Brasil/Argentina. Este fato trouxe muita gente ao Oeste. Muitos vieram para extrair madeira, outros vieram interessados na agricultura, já que a região é formada basicamente de terra roxa. Formam-se, assim, as primeiras vilas. Motivados pela qualidade das terras e pensando em fazer futuro. A terra era doada, principalmente, aos que tivessem prestado o serviço militar. Os pioneiros vieram pela estrada do colono, hoje interdita.

Por muitos anos, o distrito foi uma área coberta por densas florestas, contendo madeira de lei, como Cedro, Lapacho, Angico, Canela, Guajovira, Timbauva, Peroba e outros. Com a ação do homem, a paisagem se modificou, restando hoje apenas pequenas reservas florestais.



No início, foi praticada a agricultura de subsistência: milho, feijão, hortaliças, mandioca, frutas, etc. O comércio desses produtos era difícil, devido à precariedade das estradas e dos meios de transporte. Atualmente planta-se para a subsistência e para a comercialização, principalmente: soja, trigo, milho e fumo.

A partir de 1920, com a conclusão das primeiras obras de estrada ligando esta porção do território paranaense à capital do Estado, um novo contingente populacional ocupa as terras do Oeste, uma vez que muitos trabalhadores fixaram moradia na região, dando início a uma terceira etapa de ocupação, consolidada na década seguinte.

Nos anos de 1930, ocorre um novo momento na ocupação, com o início do movimento denominado “Marcha para o Oeste”, implantado pelo governo do presidente Getúlio Vargas, visando adensar a ocupação do território brasileiro. A marcha para o Oeste deu prosseguimento à exploração da madeira, mas introduziu a exploração agrícola.

A partir da década de 1940, algumas iniciativas governamentais, como a criação, pelo governo federal, do Território Federal do Iguaçu, em 1942, extinto em 1946, e a subsequente criação do Departamento Administrativo do Oeste, por parte do governo estadual, geraram os primeiros impulsos institucionais de ocupação e de exploração econômica da região. No final da década de 1950, os esforços efetivos para implantação de um sistema viário impulsionaram a atividade agrícola da região, privilegiada pela boa qualidade dos solos e capacidade técnica dos produtores, viabilizando a produção de excedentes para comercialização. Nesse processo, algumas correntes imigratórias se destacaram. Uma delas foi formada basicamente por agricultores de origem alemã e italiana, provenientes das áreas serranas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que paulatinamente vinham se destinando às regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, intensificando-se em volume, particularmente nos anos 1950.

Atualmente a mesorregião Oeste se caracteriza pelo crescimento populacional e econômico, bem como o crescimento de suas cidades. O sistema de rodovias vem sendo ampliado para atender ao escoamento da produção agrícola e industrial da região, onde há muitas cooperativas; e também para atender ao turismo nacional e internacional em Foz do Iguaçu, cujos atrativos são as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, predominando a prestação de serviços para atender ao turismo na economia do município. O acesso é feito pela rodovia BR-277 e pelo Aeroporto Internacional de Foz do



Iguaçu. Essa mesorregião é formada por 50 municípios agrupados em três microrregiões: conforme demonstrado na Tabela 2.1.

Tabela 2.1. Microrregiões do Oeste Paranaense

Microrregião de Cascavel	Microrregião de Toledo	Microrregião de Foz do Iguaçu
Anahy	Assis Chateaubriand	Céu Azul
Boa Vista da Aparecida	Diamante do Oeste	Foz do Iguaçu
Braganey	Entre Rios do Oeste	Itaipulândia
Cafelândia	Formosa do Oeste	MATELÂNDIA
Campo Bonito	Guaíra	Medianeira
Capitão Leônidas Marques	Iracema do Oeste	Missal
Cascavel	Jesuítas	Ramilândia
Catanduvas	Marechal Cândido Rondon	Santa Terezinha
Corbélia	Maripá	São Miguel do Iguaçu
Diamante do Sul	Mercedes	Serranópolis do Iguaçu
Guaraniaçu	Nova Santa Rosa	Vera cruz do Oeste
Ibema	Ouro Verde do Oeste	
Iguatu	Palotina	
Lindoeste	Pato Bragado	
Nova Aurora	Quatro Pontes	
	Santa Helena	
	São José das Palmeiras	
	São Pedro do Iguaçu	
	Terra Roxa	
	Toledo	
	Tupãssi	

Fonte: IPARDES; 2003.



Figura 2.1. Localização da região Oeste do Paraná e Matelândia.

Fonte: IBGE (2016)

Segundo o IBGE (2010) as três microrregiões detêm uma população estimada em 1.219.558 de habitantes, sendo que estes se subdividem em:

Microrregião Geográfica de Foz do Iguaçu: 408.800 habitantes;

Microrregião Geográfica de Cascavel: 432.978 habitantes;

Microrregião Geográfica de Toledo: 377.780 habitantes.

Nesta mesorregião a população teve um avanço da década de 80 até o ano de 2010. Chegando ao grau de urbanização de 86,88%, o qual ficou acima da média do Estado de 85,33%.

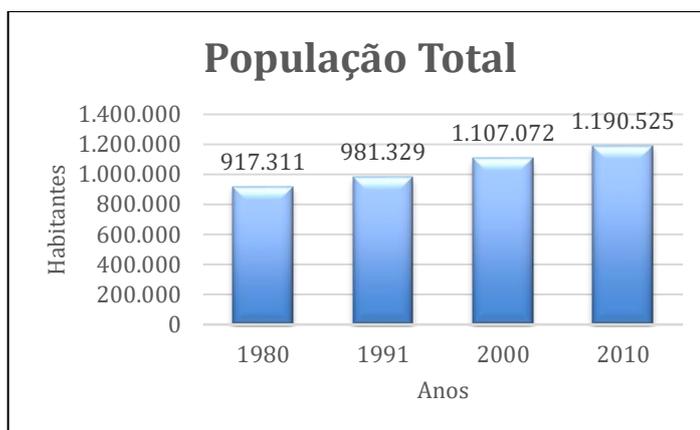
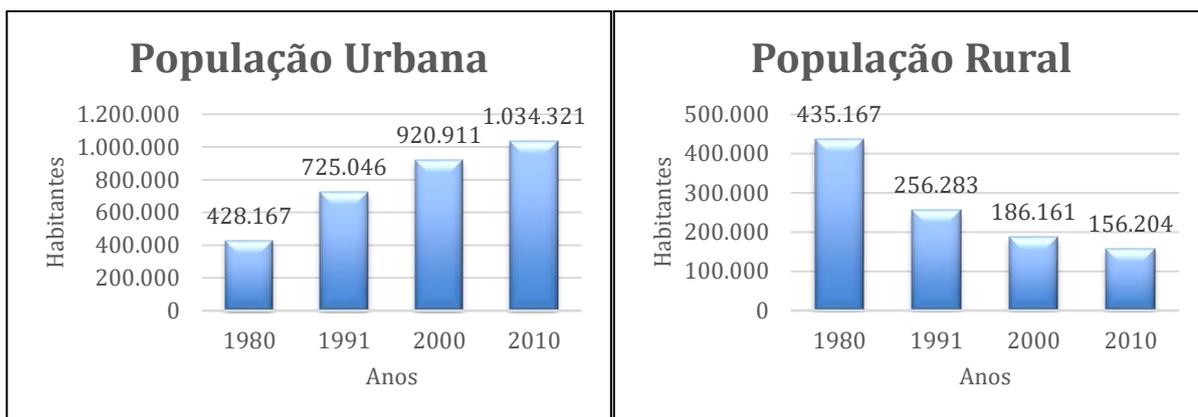


Figura 2.2. Evolução da População do Oeste do Paraná.

Fonte: IPARDES/IBGE

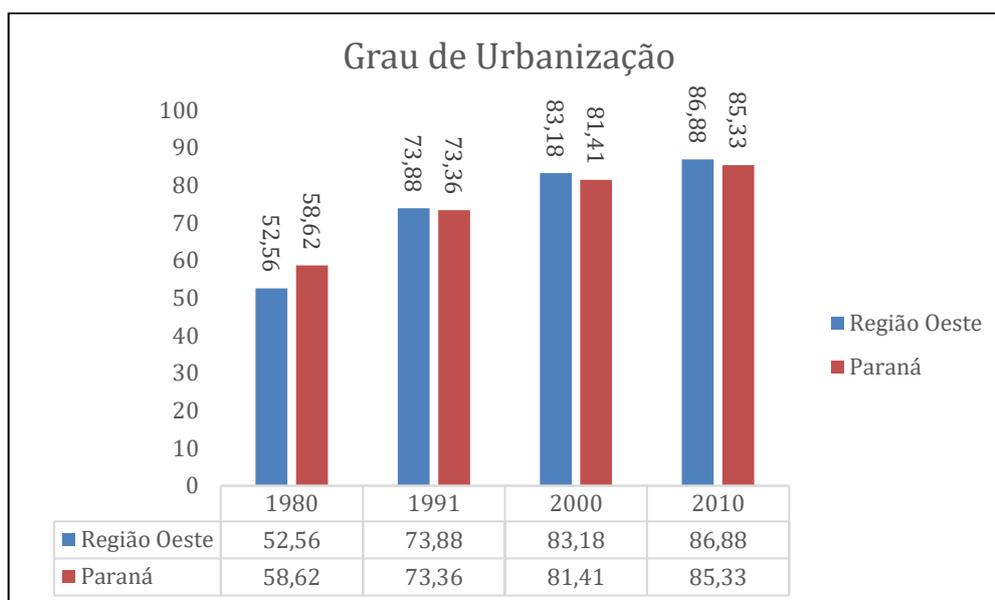


Figura 2.3. Grau de Urbanização da Região Oeste em comparação com o Estado do Paraná.

Fonte: IPARDES, 2010



A economia da região oeste vem apresentando um notável crescimento desde o início do século XXI. Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), essa região apresentou um crescimento acima das médias estadual e nacional nas últimas duas décadas. Entre os anos de 2000 e 2018, o PIB da região cresceu em média 4,7% ao ano, superando a média estadual de 3,7% e a nacional de 3,4% (IPARDES, 2019).

Esse crescimento econômico é impulsionado principalmente pela agropecuária, que se destaca na região Oeste do Paraná devido ao solo fértil e ao clima favorável. Dados do Departamento de Economia Rural (Deral) do Paraná mostram que a produção agrícola da região teve um crescimento significativo desde 2000, com destaque para as culturas de soja, milho, trigo e avicultura. Esse impulso na produção agrícola tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico local.

Além da agropecuária, a agroindústria também desempenha um papel importante na economia da região Oeste do Paraná. O processamento de alimentos, principalmente aqueles de origem agrícola, tem contribuído para a geração de empregos e aumento da renda na região. Grandes empresas do setor alimentício estão instaladas na região, aproveitando-se da proximidade com as áreas produtoras e da infraestrutura logística adequada.

Investimentos em infraestrutura têm sido cruciais para o crescimento econômico da região. A construção de rodovias, ferrovias e a expansão dos sistemas de transporte e logística facilitaram o escoamento da produção agrícola e atraíram investimentos de empresas nacionais e internacionais. Um exemplo notável é a construção e pavimentação da BR-163, que conectou a região Oeste do Paraná aos portos do Norte do país, permitindo um acesso mais eficiente aos mercados internacionais.

Além disso, a diversificação econômica tem impulsionado o crescimento da região. Além do setor agrícola, outras atividades têm se destacado, como o turismo rural, a indústria de confecções, a indústria moveleira e o setor de serviços. Essa diversificação tem contribuído para a geração de empregos e o aumento da renda per capita na região.

A região Oeste do Paraná é atendida pela AMOP- Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Fazem parte da AMOP 54 municípios, a saber: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Capitão Leônidas Marques,



Cascavel, Céu Azul, Corbélia, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, **Matelândia**, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

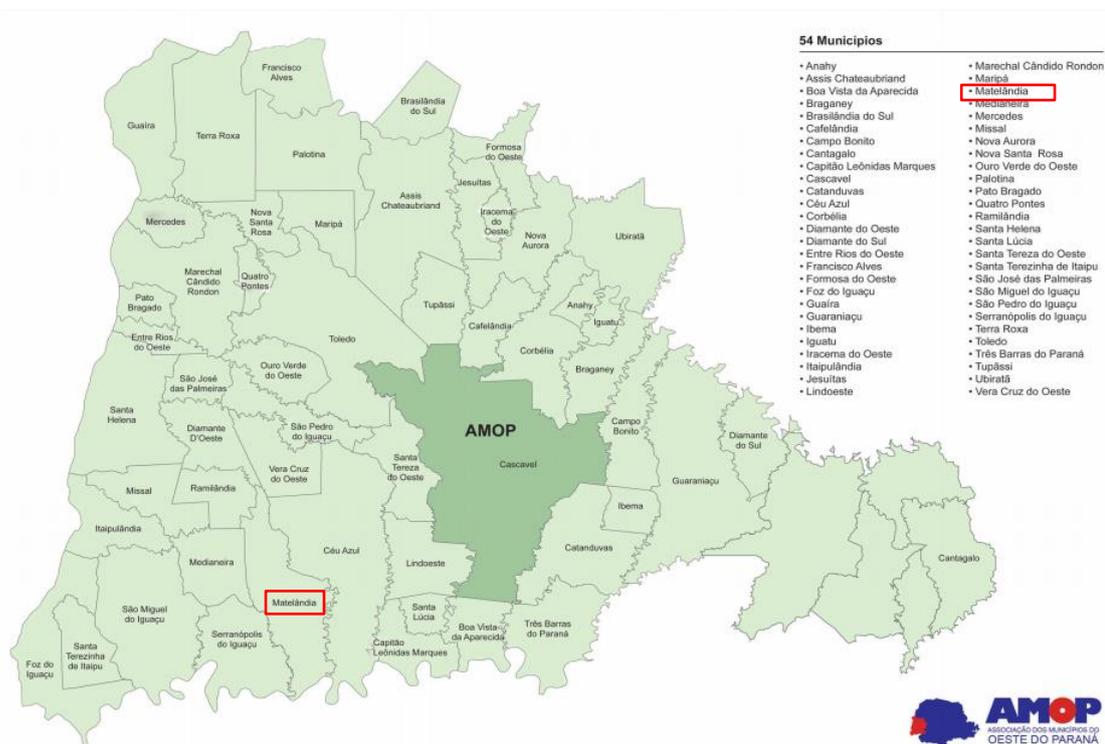


Figura 2.4. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

Fonte: AMOP, 2010.

A Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) foi criada em 1969 com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, social e administrativo dos municípios de sua área de abrangência, através da ampliação e do fortalecimento da capacidade administrativa e da promoção de instrumentos de cooperação entre os municípios e com os governos federal e estadual. Inicialmente, a intenção de edificar essa entidade partiu do interesse de se pavimentar a principal rodovia da região, a BR 277 entre Cascavel e Foz do Iguaçu, que na época era estrada de chão batido e atrasava o desenvolvimento regional. Esteve a frente de muitos projetos importantes para a região, como a conquista da universidade gratuita (Unioeste), o Hospital Regional (hoje Hospital



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Universitário), a duplicação da BR 467, o fomento ao turismo, à agroindústria e às exportações e ainda bandeiras que ainda não foram totalmente desfraldadas, como o Aeroporto Regional do Oeste do Paraná, a duplicação total da BR 277 e outros temas polêmicos.

Com o passar dos anos, a AMOP foi consolidando como um centro de excelência na prestação de serviços aos 54 municípios associados, o que a configura como maior entidade municipalista do Paraná, não apenas pelo número expressivo de municípios, mas pela dimensão avantajada da área territorial abrangida.

A AMOP assumiu o legado da Extinta Associação Educacional do Oeste do Paraná (Assoeste) e em seu lugar criou uma das mais bem-sucedidas iniciativas da história da educação regional, o Departamento Pedagógico. Ele foi o responsável pela instituição de uma ferramenta preciosa tanto para alunos, quanto pais e professores, o Currículo Único das Escolas da Rede Pública Municipal, um documento que reúne diversas disciplinas em uma linguagem direcionada e adaptada ao conhecimento e às peculiaridades dos moradores dessa região.

A entidade se destaca também no âmbito cultural. Foi pioneira em organizar um grande evento que celebra os talentos musicais regionais, o Fermop (Festival de Música dos Municípios do Oeste do Paraná), e o Prêmio AMOP de Jornalismo, que incentiva e reconhece a produção jornalística regional.

Também é responsável pela criação, em parceria com nove instituições de ensino superior da região, de 177 cursos profissionalizantes voltados ao aprimoramento de servidores públicos municipais.

A região Oeste do Paraná vem se destacando no cenário estadual, demonstrando um elevado grau de crescimento em relação ao restante do Estado. Para o ano de 2018, esta região apresentava-se na terceira colocação dentre as demais regiões do Estado em relação ao PIB per capita, ficando atrás apenas da região metropolitana de Curitiba e da região Norte Central. Além disso, corresponde à terceira maior densidade demográfica do Estado, a saber, de 57,2 habitantes por quilômetro quadrado para o ano de 2018, conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

A região tem sua economia composta principalmente pelo comércio e serviços e pela indústria, sendo que o valor adicionado a preços básicos destes grandes setores



representa 46% e 30%, respectivamente, do valor adicionado bruto destes setores no Estado do Paraná. A agropecuária da região se destaca pela produção de aves e suínos, além da produção de grãos, como soja e milho.

A escolha deste período ocorreu devido ao considerável avanço recente verificado em relação ao PIB e ao PIB per capita da região Oeste, o primeiro saltando de 215.144 milhões em 2008 para 568.901 milhões em 2018, e o segundo de 16.784 em 2008 para 43.512 em 2018, em valores correntes, conforme os dados do IPARDES.

Destaca-se o município de Cafelândia, com uma população estimada em 17.775 habitantes em 2018 (IBGE), que apresentou um nível de crescimento 78% maior que a média da região Oeste e 39% maior que a média desta região em relação ao ritmo de crescimento. Neste município, a indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico emprega a maior parte da mão de obra, cerca de 53% do total, segundo os dados do MTE-RAIS (BRASIL, 2016). Uma empresa pujante neste segmento é a Cooperativa Agroindustrial Consolata (COPACOL), que possui sua sede no município.

Essa empresa atua na produção e na comercialização de produtos agrícolas, avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite e piscicultura. Esta agroindústria teve um significativo crescimento nos últimos anos, atingindo, em 2017, 6,31% de crescimento (COPACOL, 2017) e isto se reflete na economia de Cafelândia. Exemplo disso foi o considerável aumento do PIB per capita do município, passando de 54.498 mil reais em 2008 (valor a preços de 2018) para 77.662 mil em 2018, conforme dados disponibilizados pelo IBGE, representando um crescimento de 43%.

Outro destaque é para Matelândia, que apresentou um alto índice de ritmo de crescimento econômico. O município conta com uma população estimada de 17.775 habitantes em 2018 e possui uma unidade da Lar Cooperativa Agroindustrial, que aloca atualmente 2.771 colaboradores, conforme dados da própria cooperativa. A indústria de transformação é o setor que mais emprega no município, com uma geração de 5.802 postos de trabalho formal para o ano de 2018, segundo dados da RAIS/MTE (BRASIL, 2016).

A maior parte da geração de emprego no município encontra-se associada à indústria de produção de alimentos e abate de animais, além das atividades de abastecimento e transporte, com forte vinculação à agroindústria. As produções de suínos



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



e aves são atividades importantes na geração do emprego na agropecuária do município, conforme informações da RAIS/MTE (BRASIL, 2016).

Cascavel é o principal centro comercial e de serviços da região, especialmente na área da saúde, contando com 585 estabelecimentos de saúde, incluindo o Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP), que atende aproximadamente dois milhões de habitantes.

2.2. Microrregião Foz do Iguaçu

O Município de Matelândia está localizado na Mesorregião Oeste Paranaense e na Microrregião Foz do Iguaçu conforme regionalização do IBGE. Além da Microrregião Foz do Iguaçu, a Mesorregião Oeste Paranaense integra ainda as Microrregiões Toledo e Cascavel. A Tabela 01 apresenta a caracterização física e populacional dos municípios da Microrregião Foz do Iguaçu, nos anos de 1991 e 2000.

Tabela 2.2. Caracterização Demográfica dos Municípios da Microrregião Foz do Iguaçu

Município	População total			População urbana		População rural		Área (km ²)	Densidade demográfica 2022 (hab/km ²)
	1991	2000	2022	1991	2000	1991	2000		
1 Céu Azul	10.586	10.445	11.087	5.831	7.197	4.755	3.248	1.179,449	9,40
2 Foz do Iguaçu	190.123	258.543	285.415	186.385	256.524	3.738	2.019	609,192	468,51
3 Itaipulândia	4.194	6.836	11.485	1.400	3.757	2.794	3.079	330,846	34,71
4 MATELÂNDIA	13.610	14.344	18.450	8.619	10.151	4.991	4.193	639,746	28,84
5 Medianeira	33.280	37.827	54.369	28.006	33.246	5.274	4.581	328,732	165,39
6 Missal	10.372	10.433	11.064	3.679	4.972	6.693	5.461	324,397	34,11
7 Ramilândia	3.719	3.868	4.221	1.766	1.754	1.953	2.114	237,196	17,80
8 Santa Terezinha de Itaipu	14.149	18.368	24.262	11.655	16.299	2.494	2.069	268,258	90,44
9 São Miguel do Iguaçu	20.527	24.432	29.122	9.373	14.260	11.154	10.172	851,917	34,18
10 Serranópolis do Iguaçu	5.385	4.740	5.007	1.566	1.928	3.819	2.812	482,394	10,38
11 Vera Cruz do Oeste	11.370	9.651	8.215	6.579	6.966	4.791	2.685	327,090	25,12
TOTAL	317.315	399.487	462.697	264.859	357.054	52.456	42.433	5.579	82,93

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2022.



Figura 2.5. Municípios da Microrregião de Foz do Iguaçu.

Fonte: Adaptado de IBGE. Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos

Foz do Iguaçu concentra a maior parcela populacional, superior à soma da população de todos os demais municípios da Microrregião. Quanto à densidade demográfica, a maior é a encontrada em Foz do Iguaçu, seguida por Medianeira e Santa Terezinha de Itaipu. Já as menores densidades demográficas são encontradas em Serranópolis do Iguaçu e Céu Azul. Matelândia é o quarto município da região em extensão com 650,90km² e apresenta uma densidade de 22 hab/km².

A dinâmica demográfica dos municípios da Microrregião Foz do Iguaçu entre os anos de 1991 e 2000. Observa-se que os municípios que tiveram decréscimo da população total foram Céu Azul, Serranópolis do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste. Ramilândia foi o único Município que teve uma diminuição da população urbana e, juntamente com Itaipulândia, são os únicos que tiveram aumento da população rural no mesmo período. Todos os demais municípios perderam população rural. Foz do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu foram os municípios que tiveram o maior decréscimo da população rural. Em Matelândia, a população total cresceu aproximadamente 5,2% no período. Já a população rural



decreceu 19,03%, porcentual inferior aos municípios que apresentaram diminuição da população rural.

Na cidade de Foz do Iguaçu, situa-se o Parque Nacional do Iguaçu, uma das maiores reservas florestais da América do Sul, tombadas pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. No interior do Parque está localizado o complexo natural das Cataratas do Iguaçu, atração turística de maior representatividade no Estado e de grande importância no turismo do país, responsável pelo fluxo de 800 mil visitantes/ano. Na porção norte da fronteira oeste paranaense está situado o Parque Nacional da Ilha Grande, que guarda o último trecho livre de represamento das águas do Rio Paraná, constituindo enorme potencial para o desenvolvimento do turismo.

O Parque Nacional do Iguaçu, criado pelo decreto federal No 1.035 de 10 de janeiro de 1939, é um elemento de fundamental importância na região. Localiza-se no extremo oeste do Estado do Paraná, na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, faz fronteira com a Argentina, onde está implantado o Parque Nacional Iguaçu, criado em 1934. O limite entre os dois países e seus respectivos parques nacionais é o Rio Iguaçu. A área total dos dois parques – brasileiro e argentino – é de aproximadamente 225.000 hectares, com um perímetro de aproximadamente 420 km, dos quais 300 km são limites naturais representados por cursos d'água.

O Parque Nacional do Iguaçu ocupa uma área de 185.262,5 hectares e está localizado nos municípios de Foz do Iguaçu, Medianeira, Ramilândia, Matelândia, Santa Lúcia, Céu Azul, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste, Santa Tereza do Oeste, Capitão Leônidas Marques, Lindoeste e Capanema.

A Lei Federal Nº 9.985 de 2000 define unidade de conservação como sendo "o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". Parque Nacional é uma categoria de unidade de conservação de uso indireto que comporta visitação regulamentada, detalhada pelo plano de manejo de cada parque, onde consta um programa de uso público,



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



contemplando atividades de recreação, interpretação e educação ambiental para o público em geral.

A presença de atrativos turísticos norteia o desenvolvimento dos municípios da fronteira oeste do Paraná. São eles: Parque Nacional do Iguaçu (incluindo as Cataratas do Iguaçu), Parque Nacional da Ilha Grande, Lago de Itaipu, Usina Hidrelétrica de Itaipu e eventos regionais, principalmente os relacionados às etnias locais e gastronomia. Assim, a fronteira oeste paranaense firma-se como um importante eixo estruturador do turismo regional, demandando, cada vez mais, o desenvolvimento de produtos turísticos capazes de atender não só ao fluxo já existente, como também ampliá-lo.

Quanto ao sistema viário regional, a rodovia BR-277 é a rodovia mais importante de acesso à região oeste do Paraná. A BR-277 atravessa o Estado do Paraná no sentido leste-oeste ligando Paranaguá a Foz do Iguaçu, e interligando-se com a RUTA 2 (Rodovia Transparaguáia), no Paraguai, sendo o principal eixo comercial e turístico do Paraná. A rodovia é um importante indutor de desenvolvimento e de ocupação humana. Faz parte do Anel de Integração do Paraná, que apresenta uma extensão de 2035 km de rodovias ligando as principais cidades paranaenses. O trecho da Rodovia das Cataratas tem a extensão de 387 km de rodovias principais, sobrepondo-se à rodovia federal BR-277, e 71,84 km de rodovias de acesso, com influência direta sobre 22 cidades da região e aproximadamente 1 milhão de habitantes.

A Educação Ambiental é uma estratégia muito utilizada para minimizar os problemas ambientais e contribuir para o manejo e proteção das Unidades de Conservação. Estas, por sua vez, facilitam e enriquecem o desenvolvimento de diversos programas de Educação Ambiental, pois representam muitas vezes a única área natural bem conservada de uma região. Neste contexto, a Escola de Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu/ Escola Parque, foi inaugurada em 26 de janeiro de 2000 pelo IBAMA – Parque Nacional do Iguaçu, com o objetivo de estimular atitudes em favor da conservação do meio ambiente, através de ações específicas com diferentes fatores sociais, mudar e reduzir os impactos provocados pelas atividades e costumes do entorno.

Nesses anos de atuação, vem desenvolvendo diversas atividades através de seus programas visando à conservação da biodiversidade do Parque Nacional do Iguaçu, utilizando a educação ambiental como um instrumento para informar, sensibilizar e



fortalecer a relação e o envolvimento da população do entorno nas ações de conservação do Parque.

2.3. Região Metropolitana de Cascavel

Instituída A Região Metropolitana de Cascavel (RMC) foi instituída pela Lei Complementar nº 186/2015. A região foi instituída pelo Governo do Estado do Paraná, diante do previsto pela Constituição Federal de 1988.

Originalmente, eram abrangidos os municípios de Cascavel, Boa Vista da Aparecida, Iguatu, Jesuítas, Iracema do Oeste, Nova Aurora, Anahy, Iguatu, Cafelândia, Campo Bonito, Catanduvas, Céu Azul, Ibema, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Corbéia, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, **MATELÂNDIA**, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste.

No mesmo ano, a Lei Complementar nº 189, incluiu o município de Formosa do Oeste à Região.

A configuração atual da Região Metropolitana de Cascavel engloba 24 municípios sendo eles: Cascavel, Boa Vista da Aparecida, Iguatu, Jesuítas, Iracema do Oeste, Nova Aurora, Anahy, Iguatu, Cafelândia, Campo Bonito, Catanduvas, Céu Azul, Ibema, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Corbéia, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, **MATELÂNDIA**, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná, Vera Cruz do Oeste e Formosa do Oeste.

Em termos de ligações regionais, destacam-se o eixo rodoviário da BR 277, que conecta Paranaguá à Foz do Iguaçu, passando pela metrópole de Curitiba e pela Capital Regional B de Cascavel. Considerada em conjunto com a BR 369, a conexão dos dois eixos rodoviários coloca Cascavel como o ponto nodal no anel de integração paranaense, conjunto de 2,5 mil km de rodovias que conectam os principais centros urbanos estaduais, com papel estratégico no Paraná.

Ademais, também se destaca o papel da linha férrea no escoamento da produção agrícola, cuja extensão atualmente se encerra em Cascavel, com projeto para expansão até o estado do Mato Grosso do Sul. Em Cascavel está localizado um dos principais pátios de movimentação de mercadorias da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A (EFPO), ou FERROESTE, que escoam a produção do Oeste do estado com destino ao Porto de

Paranaguá. Em 2019, o Governo do Estado, a Secretaria de Infraestrutura e Logística e a FERROESTE, iniciaram um debate para a expansão dessa ferrovia, ligando Foz do Iguaçu - PR, Maracaju - MS e o Porto de Paranaguá - PR.

A Nova Ferroeste prospecta o transporte de 38 milhões de toneladas já para o primeiro ano de concessão, percorrendo 49 municípios com nove estações de transbordo em sua extensão. Tal estrutura facilitará o escoamento de soja, milho e proteína animal, além de captar cargas de outros países.

A previsão, segundo a AEN (2022), é que o novo corredor logístico seja responsável por transportar 70% dos contêineres de frangos e suínos de todo o país. Uma vez efetivado, este será o segundo maior corredor de exportação de grãos e contêineres refrigerados do País, visto a sobressalência do Porto de Santos - SP. A Nova Ferroeste irá passar pelo município de Matelândia.



Figura 2.6. Traçado de conexão interestadual da malha ferroviária incidente na RMCA.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano Intergrado- Região Metropolitana de Cascavel, 2024.



No trabalho Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil, o IBGE (2017a) avança na proposição de critérios comuns para todo o país com vistas à diferenciação entre espaços urbanos e rurais. A classificação, orientada por município, é resultado de sucessivos cruzamentos matriciais que levam em consideração três critérios, quais sejam: população em áreas de ocupação densa, proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total e o fator locacional. O fator locacional leva em consideração os Arranjos Populacionais (IBGE, 2016) e a malha de logística de transporte (IBGE, 2014), de forma a identificar, dentre os municípios classificados como intermediários e rurais, aqueles adjacentes à centros urbanos de maior hierarquia.

Um conceito importante é aquele de ocupação urbana densa, delimitado especificamente para este estudo pelo IBGE como forma de “aproximação da complexidade da vida urbana municipal” (IBGE, 2017, p. 43), entendido como critério mínimo para caracterização de áreas urbanas municipais, com pelo menos 300 hab./km², buscando “traduzir a heterogeneidade da aglomeração e dispersão da população no território brasileiro” (ibid). Deve-se destacar que tal denominação de ocupação urbana densa está estrita ao referido estudo, não podendo ser adotada em sentido abrangente. Assim, considerando o interesse específico desta leitura de aproximação para o PDUI da RM de Cascavel, o interesse recai na caracterização de municípios urbanos e não urbanos e não especificamente na delimitação de núcleos urbanos intramunicipais específicos.

Particularmente para o caso da RM de Cascavel, a Figura abaixo especializa os municípios pertencentes ao recorte territorial e em seu entorno imediato. Como pode ser observado, há um conjunto de municípios urbanos englobando Cascavel, Santa Tereza do Oeste e Cafelândia, no atual recorte metropolitano, com continuidade na direção noroeste envolvendo Toledo, Ouro Verde do Oeste, Marechal Cândido Rondon e Guaíra, no estado do Paraná, e Mundo Novo, no estado do Mato Grosso do Sul, na continuidade do eixo rodoviário da BR-467 / BR- 163. Os demais municípios inseridos no atual recorte metropolitano apresentam características rurais, sendo dois classificados como intermediários adjacentes (Corbélia e Capitão Leônidas Marques) e dezoito como rurais adjacentes, dos quais pertence Iguatu.

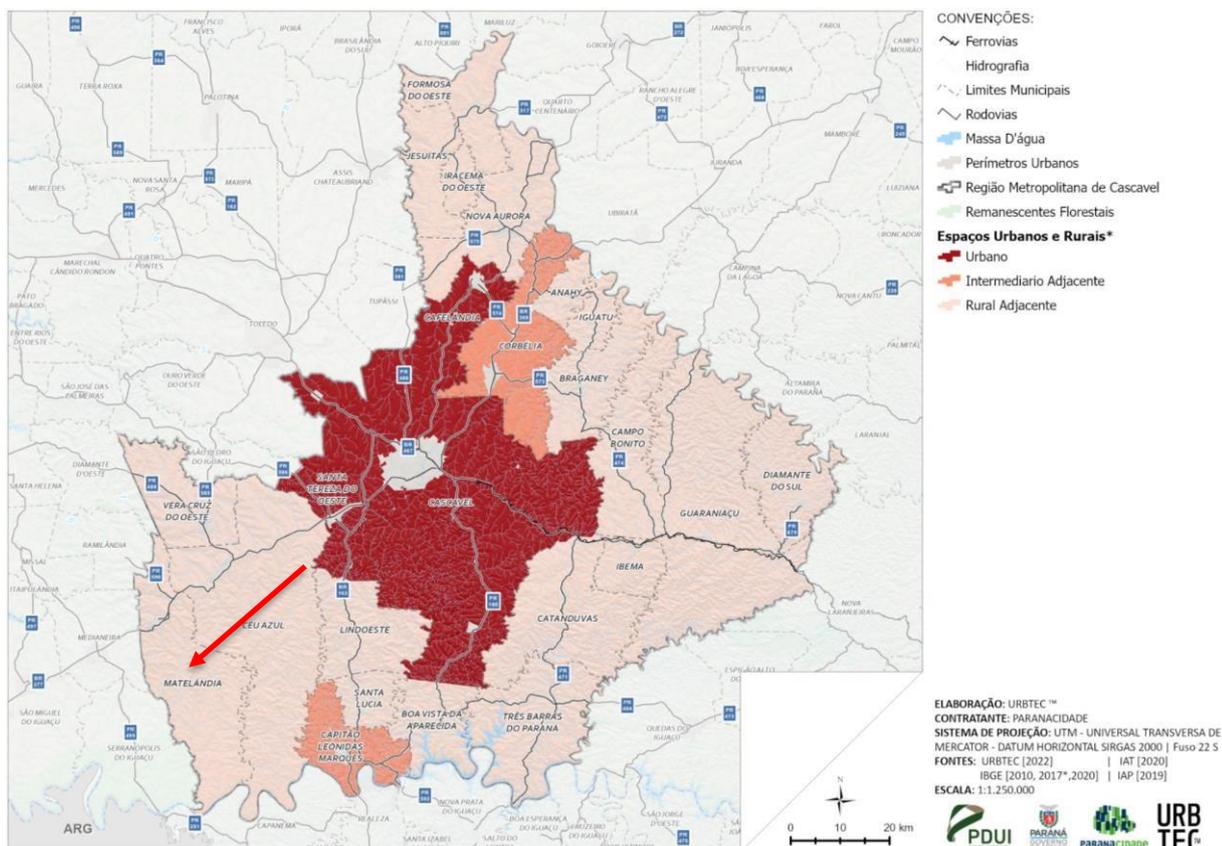


Figura 2.7. Espaços urbanos e rurais na RM de Cascavel.

Fonte: PDUI RM de Cascavel, 2023.

Com um PIB de 9,45 bilhões, a economia regional é baseada no agronegócio, comércio e prestação de serviços. Sede de várias cooperativas agroindustriais e indústrias do ramo alimentício, a Região Metropolitana de Cascavel vêm experimentando um rápido crescimento em outros setores, como a metalurgia e a confecção.

Destaca-se que em 2014 Cascavel ficou em 68º lugar entre os municípios brasileiros (6º do Paraná) no IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e renda, Educação e Saúde, criado em 2008 e baseado em estatísticas públicas oficiais dos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Quanto ao transporte Ferroviário, a Ferroeste, com sede em Cascavel, liga o município a Guarapuava, onde se integra à malha ferroviária brasileira em parceria com a América Latina Logística, ligando a região ao Porto de Paranaguá. O Porto Seco, que consiste em um terminal alfandegado de uso público, sendo um importante instrumento



de desembarço aduaneiro de produtos importados e exportados do Brasil, Argentina, Paraguai e Chile, além de um facilitador do comércio exterior das indústrias e agroindústrias da região, via Porto de Paranaguá e Aeroporto Afonso Pena. A Ferrovia Norte-Sul, o traçado da ferrovia estatal federal, construída e administrada pela Valec e que ligará o país de um extremo ao outro, tem como objetivo passar por Cascavel, integrando-se com a Ferroeste, que tem ligação com a capital, litoral e portos do estado.

O Aeroporto Regional do Oeste (IATA: CAC, ICAO: SBCA), localizado em Cascavel. Serve também as regiões metropolitanas de Toledo e Umuarama, a Região Sudoeste Paranaense e alguns municípios do estado de Santa Catarina. É o sétimo aeroporto regional brasileiro com maior potencial econômico, segundo pesquisa da Urban Systems. Em 2020, foi concluída sua total remodelação. A pista foi ampliada em tamanho e resistência do piso e um novo terminal de passageiros, com 6 000 m² e facilidades, como pontes de embarque, foi construído. Com a nova certificação, o aeroporto triplicou a oferta de assentos e ampliou o número de destinos. Em 2022 recebeu da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) o prêmio “Aviação + Brasil 2022”, na categoria “Melhor Aeroporto Regional do Brasil”. É servido pelas empresas Azul Linhas Aéreas, Gol Linhas Aéreas e Latam Airlines.

2.4. Município de Matelândia

Na virada das décadas de 1940 e 1950, pioneiros, originalmente oriundos do Rio Grande do Sul, motivados pela busca por melhores condições de vida, enxergaram no Oeste do Paraná — uma região coberta por densa mata virgem — a promessa de um recomeço mais auspicioso. Esse interior do estado se revelava como uma fronteira pioneira, atraindo a atenção destes desbravadores.

Após a conclusão das negociações para a aquisição das terras conhecidas como Imóvel Iguaçu e Gleba Braviaco, pertencentes a Miguel Emílio Mate, em 1949, a Colonizadora Matelândia selecionou Benjamim Luiz Biazus, nascido em Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, para liderar os esforços de colonização da área que se tornaria Matelândia, uma homenagem ao pioneiro da região.

Inicialmente, os colonos, organizados em pequenas propriedades, concentraram seus esforços nas culturas que supriam as necessidades básicas de suas famílias. Mandioca, milho e feijão foram os pilares, enquanto o trigo, em menor escala, servia



principalmente para consumo próprio. Além disso, eles cultivavam hortas e criavam animais como porcos e galinhas. A região era rica em palmito e frutas como mamão e banana.

No entanto, a comercialização de excedentes enfrentava obstáculos devido à precária infraestrutura viária, com estradas em condições desfavoráveis de tráfego. Quando necessitavam de produtos alimentícios ou itens como sal e móveis, os colonos se abasteciam em Cascavel ou na Argentina, uma vez que a BR 277 ainda estava em construção naquela época.

A madeira, abundante na região, se tornou a principal fonte de renda dos colonos nos primeiros anos do núcleo colonizador de Matelândia. No início de 1952, a Colonizadora Matelândia estabeleceu sua primeira serraria, a Serraria Piratini, liderada por David Menoncin. Isso impulsionou a construção das primeiras moradias para os crescentes números de colonos que migravam para Matelândia. O crescimento das serrarias deu origem a vilas e distritos como Vila Esmeralda, Xaxim, Agro Cafeeiro, Feijão Verde e Ramilândia.

Em 21 de julho de 1952, Matelândia foi elevada à categoria de Distrito de Foz do Iguaçu por meio da Lei Estadual nº 99. O progresso contínuo levou à classificação de município em 25 de julho de 1960, quando se desmembrou de Foz do Iguaçu, sendo oficialmente instalado em 28 de novembro de 1961.

Nos anos 1960, a exploração do palmito ganhou destaque, com a produção de conservas e até mesmo exportações para diversos países. A década de 1970 marcou a febre do plantio de café e hortelã, juntamente com a mecanização da agricultura e financiamentos diversos para melhorias nas propriedades, incluindo o cultivo intensivo de soja.

Entretanto, a mecanização da agricultura e a introdução da lavoura de soja levaram à devastação, com muita madeira sendo descartada. A exploração do café atraiu famílias de várias partes do Brasil para Matelândia, impulsionando o crescimento da sede municipal e de vilas como Agro Cafeeira, Ramilândia, Marquesita e Vila Esmeralda.

Em 1969, Matelândia se tornou uma Comarca, abrangendo outras localidades. A cultura do café atingiu seu ápice nos anos 1970, seguido pelo cultivo de hortelã, que proporcionou uma lucrativa fonte de renda temporária para os colonos. A decadência



subsequente do café e da hortelã resultou na saída de mão-de-obra da região em busca de novas oportunidades.

O município de Matelândia se localiza na mesorregião Oeste Paranaense, a qual abrange uma área territorial de aproximadamente 2.290.859 hectares (11,5% da área estadual). Esta região está no Terceiro Planalto Paranaense e faz fronteira com a Argentina e o Paraguai (IPARDE,2003).

O Município de Matelândia, apresenta uma área territorial de 639,526 km² e está situado entre as coordenadas geográficas extremas de 25° 14' 17" S de latitude e 53° 58' 28" O de longitude. As divisas do município são delimitadas da seguinte forma: ao norte faz divisa com Ramilândia, Diamante do Oeste e Vera Cruz do Oeste, a Oeste com Medianeira, ao sul com Capanema e Serranópolis do Iguaçu e a Leste com Céu Azul.

Sua localização o coloca em posição de multipolaridade com cidades vizinhas como Ramilândia, Medianeira, Céu Azul, Foz do Iguaçu, Cascavel e Curitiba. Sua multipolaridade com cascavel e Foz do Iguaçu se dá pelo fato destes serem os principais polos urbanos da região, já com Curitiba se dá pelo fato desta ser a capital do Estado e abrigar os principais órgãos públicos estaduais.



**MUNICÍPIOS
LIMÍTROFES COM O
MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA/ PR**



Figura 2.8. Municípios limites de Matelândia, Paraná.

Fonte: Adaptado de IBGE. Elaboração: Farol 14 Consultoria em Projetos.

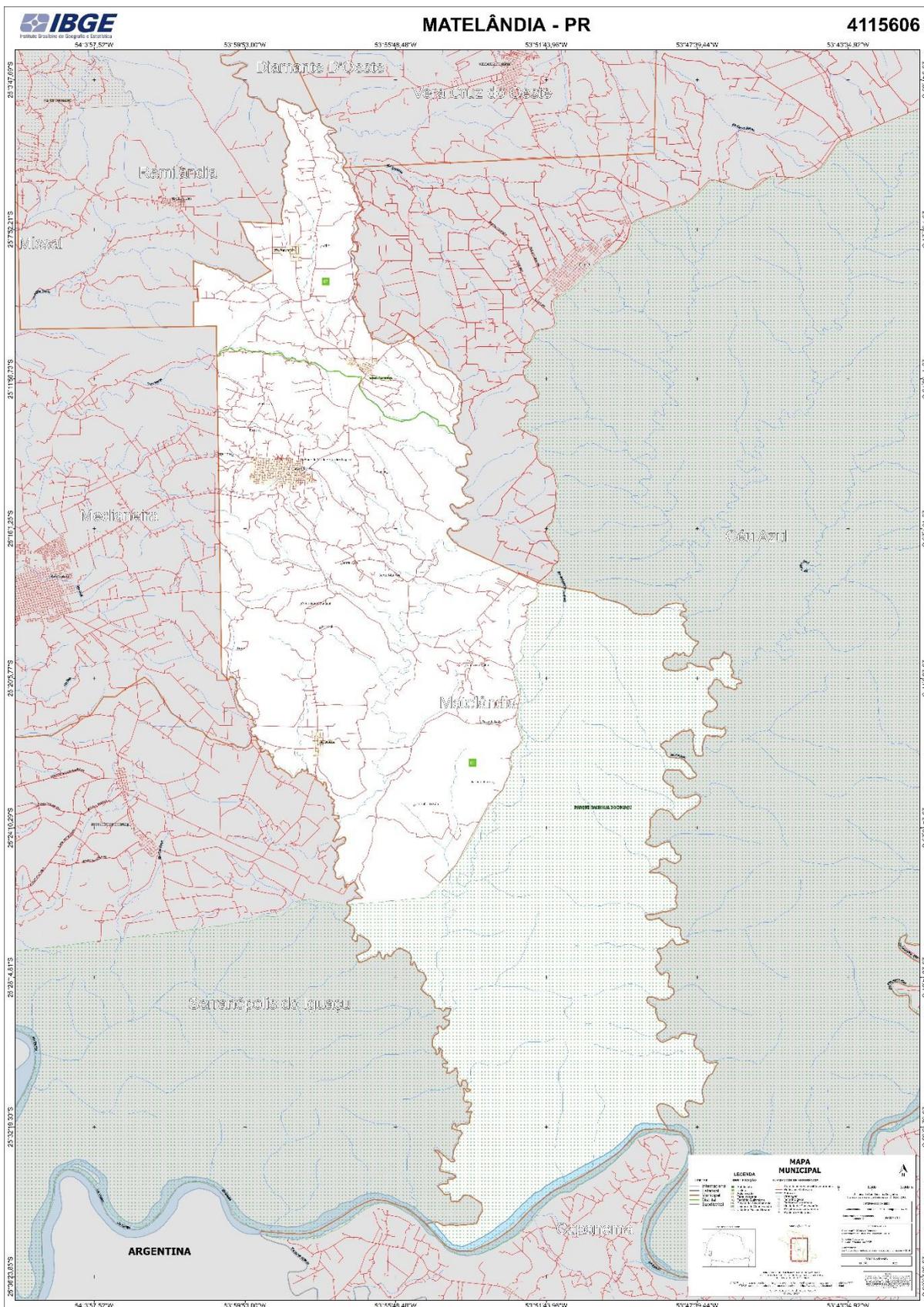


Figura 2.9. Município de Matelândia, Paraná.

Fonte: IBGE, 2024.



Os principais centros urbanos próximo de Matelândia são Medianeira, Foz do Iguaçu e Cascavel. O município de Medianeira está situado a aproximadamente 15 km a oeste de Matelândia, se trata de uma cidade médio porte e que apresenta grande importância na região, pelo comércio, serviços e infraestruturas mais desenvolvidos. Foz do Iguaçu se encontra a cerca de 74 km a Oeste de Matelândia, se trata de uma cidade de porte grande e principal centro urbano da microrregião ao qual Matelândia pertence, apresenta uma ampla gama de serviços, comércio, educação e saúde. Já Cascavel se encontra a Leste do município a uma distância aproximada de 69 km, está se destaca principalmente por ser o principal centro urbano da região oeste paranaense e possuir uma estrutura completa, com uma ampla oferta de serviços, comércio e instituições educacionais.

Matelândia é membro da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), que foi criada em 1969 visando promover o desenvolvimento econômico, social e administrativo dos municípios da região. A AMOP desempenha um papel importante na busca de melhorias para os municípios, conquistando objetivos como a pavimentação de rodovias, a implantação de universidades públicas e a promoção do turismo, da agroindústria e das exportações.

A relação efetiva de Matelândia com os municípios vizinhos ocorre através da participação nas reuniões mensais da AMOP em Cascavel. A Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) é uma entidade que representa os interesses das cidades localizadas na região oeste do estado do Paraná. Fundada em 1966, a AMOP reúne prefeitos, gestores públicos e outras lideranças dos municípios associados, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, a cooperação entre as cidades, e a defesa de interesses comuns perante os governos estadual e federal.

A AMOP desempenha um papel fundamental na coordenação de políticas públicas e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável dos municípios do oeste do Paraná, abrangendo áreas como infraestrutura, saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento econômico. Além disso, a associação funciona como um importante canal de diálogo e negociação com os governos estadual e federal, garantindo que as necessidades e demandas dos municípios da região sejam ouvidas e consideradas nas decisões políticas e na alocação de recursos.

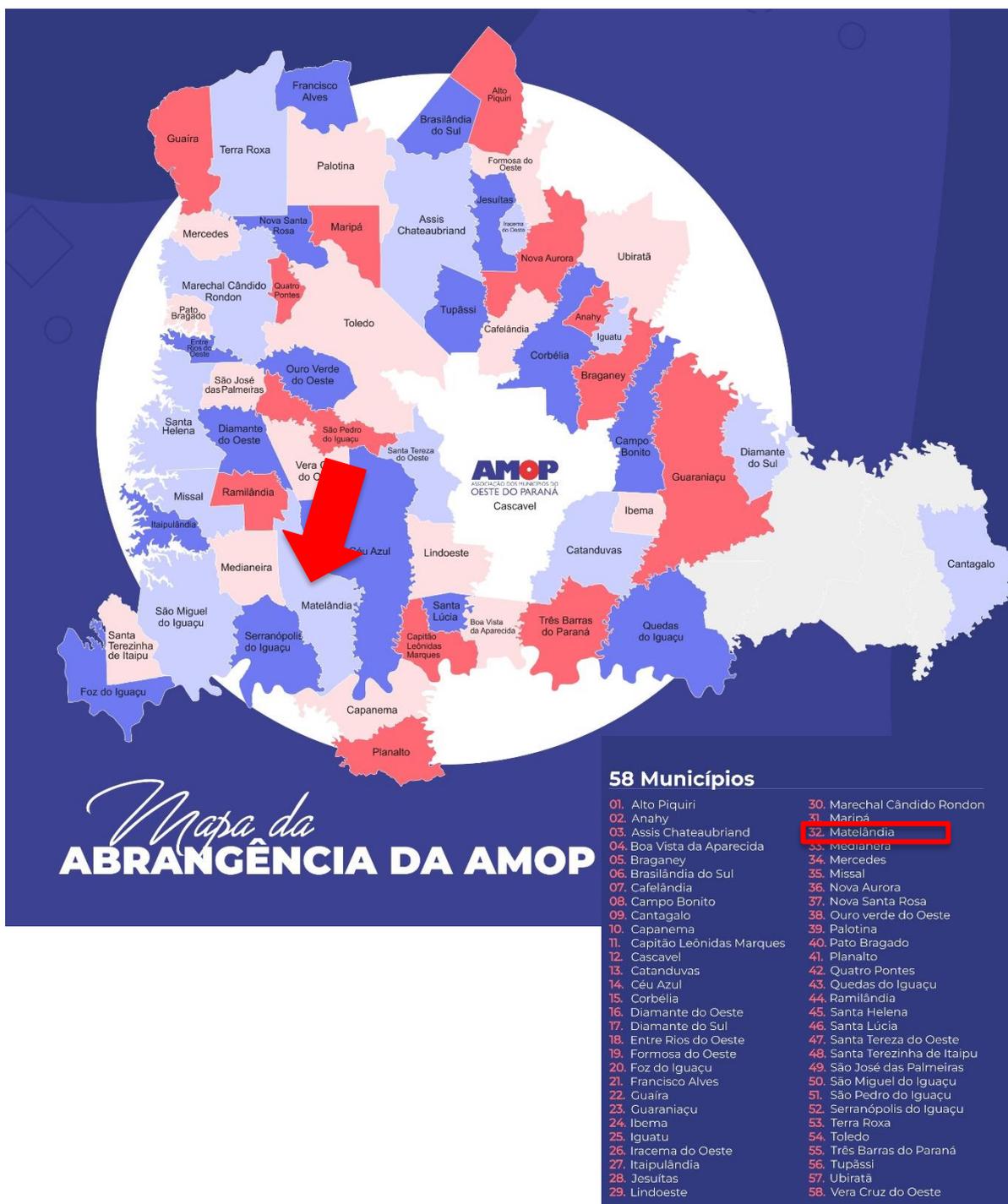


Figura 2.10. Mapa de abrangência da AMOP com foco no município de Matelândia.

Fonte: AMOP, 2024.

Outro aspecto relevante da AMOP é sua atuação na promoção da cooperação entre as cidades associadas, facilitando a troca de experiências, conhecimento e recursos, o que contribui para a criação de soluções mais eficientes e integradas para os desafios comuns enfrentados pelos municípios. A associação também oferece apoio técnico e capacitação



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



para os gestores públicos, auxiliando-os na implementação de políticas e programas que atendam às necessidades locais de maneira mais eficaz.

Além de todas essas funções, a AMOP fortalece a identidade regional, promovendo o orgulho local e a valorização das características culturais, econômicas e sociais do oeste do Paraná. A importância da AMOP está, portanto, na sua capacidade de articular e representar os interesses dos municípios da região, contribuindo para o seu desenvolvimento e fortalecimento conjunto.

3. ASPECTOS AMBIENTAIS

Este item apresenta as principais características físico-ambientais do município, abordando-se a geologia, a hipsometria, declividade, hidrografia, hidrologia e cobertura vegetal.

3.1. Geologia

A área de localização de Matelândia faz parte do Terceiro Planalto Paranaense, também chamado de Planalto Basáltico ou de Guarapuava, constitui a mais extensa das unidades de relevo do Paraná, ocupando dois terços de superfície do estado, localizado nas terras situadas a este da Escarpa da Esperança (Figura 3.1).

Limita-se, a leste, a Serra Geral, que com um desnível de 750 m, domina o Planalto Paleozóicos, a Oeste, o limite é formado através do Rio Paraná, que ao longo do ponto onde ficavam os saltos de Sete Quedas, forma um desfiladeiro. Tenha-se presente que o planalto se estende além do limite do Paraná e forma parte do território de Mato Grosso do Sul, do Paraguai e da Argentina (GONÇALVES, 2010).

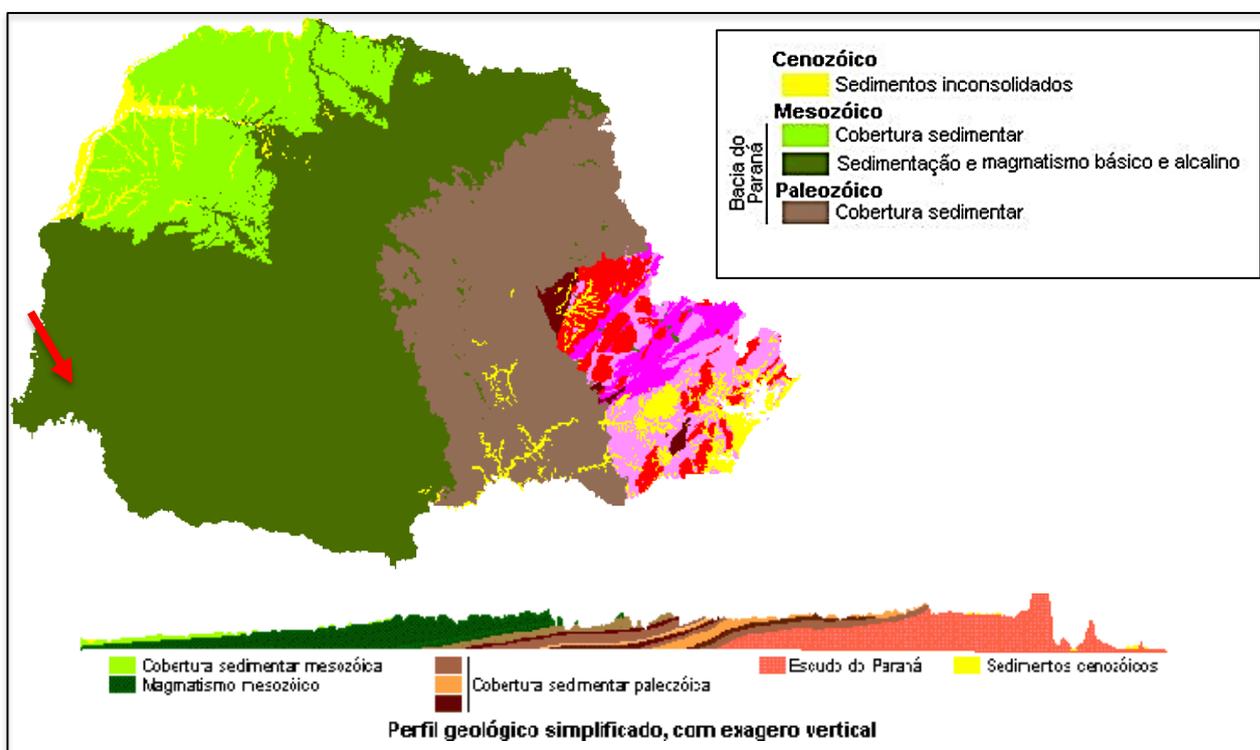


Figura 3.1. Geomorfologia Paranaense.

Fonte: ITCG, 2017.

O planalto basáltico (Figura 3.2 e 3.3), assim como o planalto paleozoico, inclina-se suavemente para o ocidente: cai de 1.250 m, a leste, para 300 m nas margens do Paraná (a montante de Sete Quedas). Constituindo por uma sucessão de derrames (empilhados) de basalto, este planalto domina toda a metade ocidental do estado.

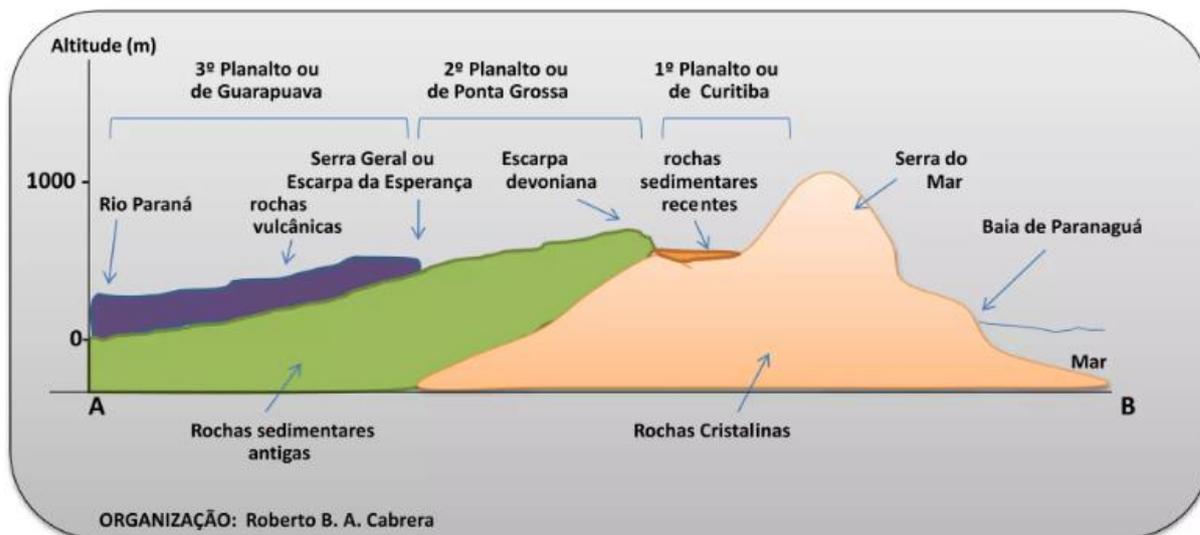


Figura 3.2. Perfil longitudinal dos Planalto Paranaense.

Fonte: ITCG, 2017.

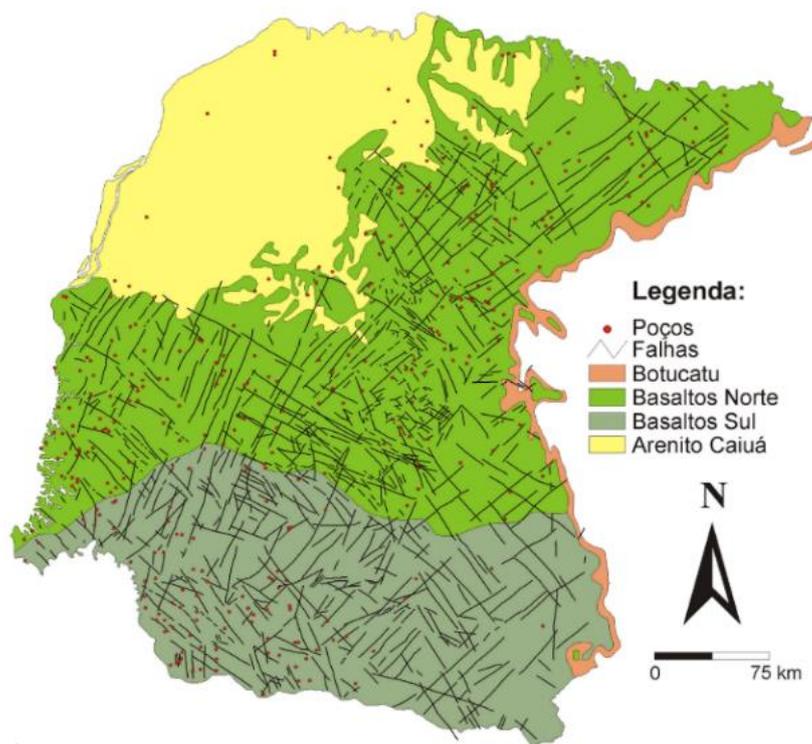


Figura 3.3. Distribuição dos tipos de rochas no Terceiro Planalto Paranaense.

Fonte: ITCG, 2017.

Assinale ainda que seus solos, cuja origem vem dos produtos da decomposição do basalto, formam a chamada “terra roxa”, presente no norte e oeste do estado. Ponderando o assunto, o Terceiro Planalto consiste no derrame de rochas eruptivas — basalto, diabásios e meláfios — e aos depósitos de arenitos (Botucatu e Caiuá) da era mesozoica, onde ocorreu o maior derrame de lavas vulcânicas de todo o mundo. Vale lembrar que este famoso derrame também é conhecido como derrame de Trapp, que formou a terra roxa (GONÇALVES, 2010).

O Terceiro Planalto, com base nos Rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, divide-se nos seguintes blocos: Planalto de Cambará e São Jerônimo, Planalto de Apucarana, Planalto de Campo Mourão, Planalto de Guarapuava e Planalto de Palmas (GONÇALVES, 2010).

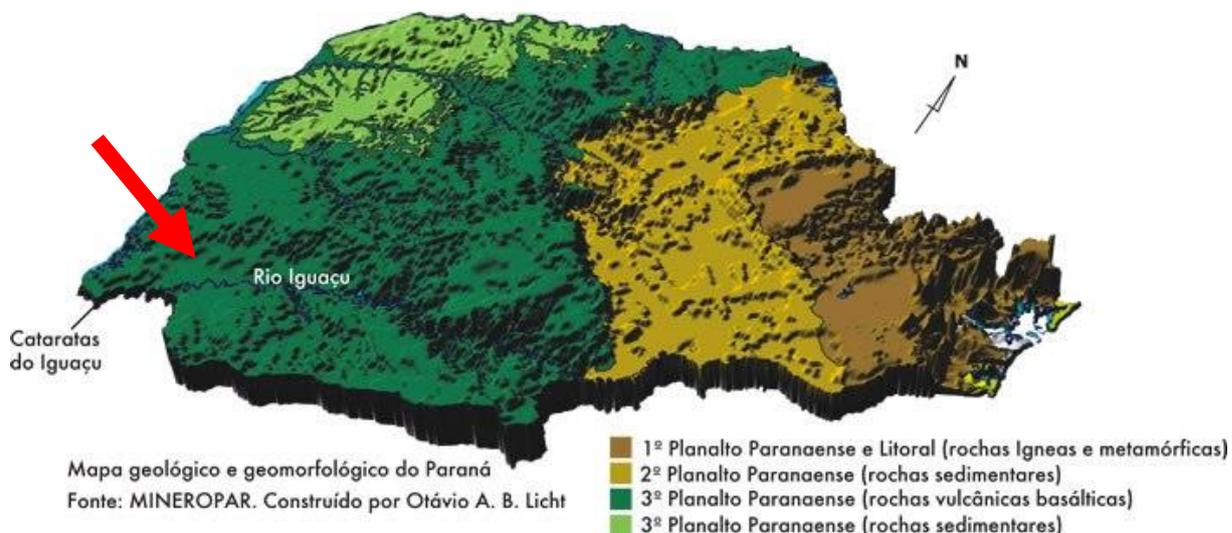


Figura 3.4. Formação geológica do Paraná.

Fonte: MINEROPAR, 2016.

Os solos de Matelândia são oriundos da decomposição e desintegração das rochas vulcânicas, que formam o Terceiro Planalto Paranaense, também conhecido como Planalto de Trapp, sendo que a unidade do relevo é denominada de Bacia do Baixo Iguaçu.

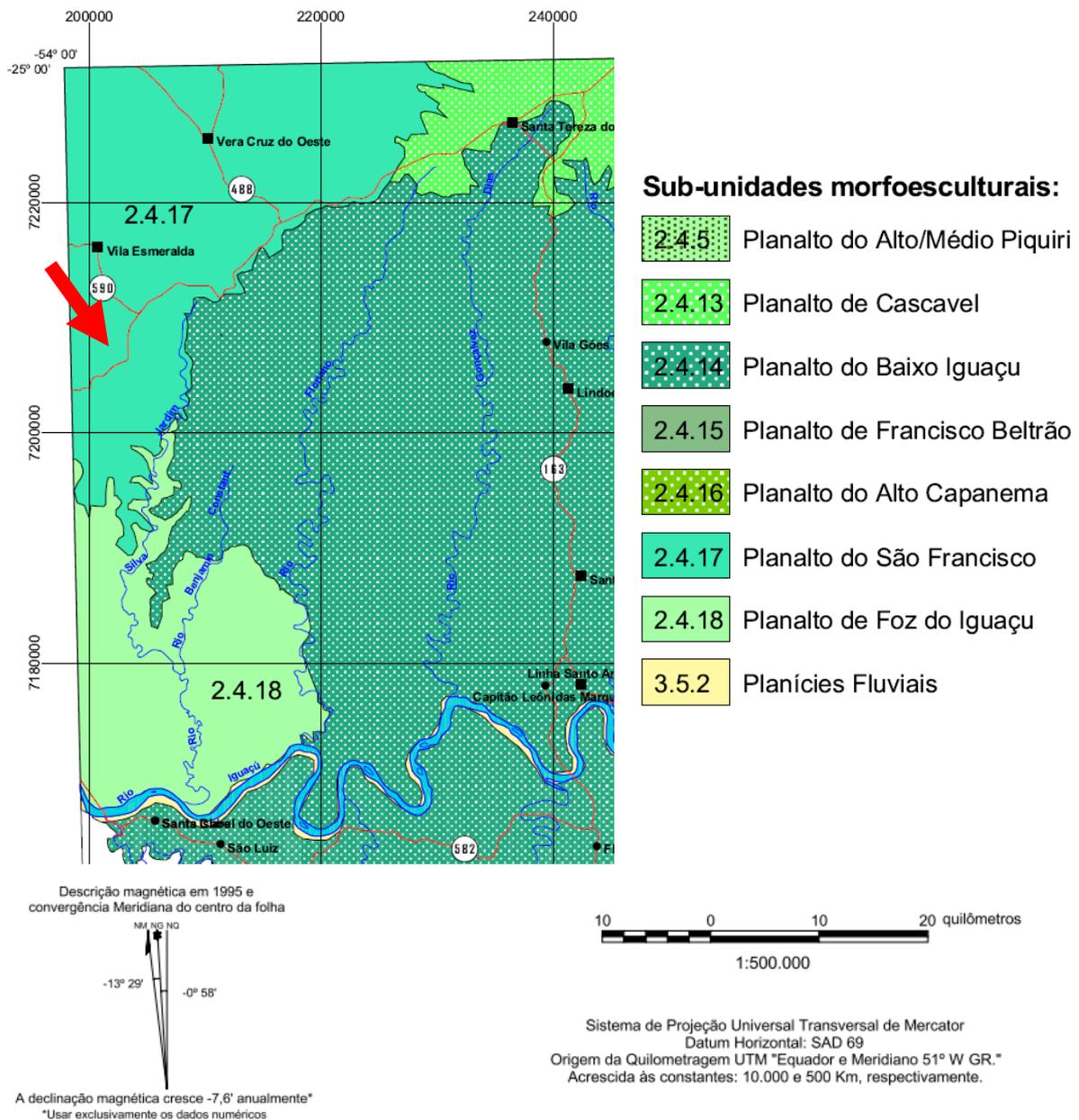


Figura 3.5. Subunidades morfoestruturais.

Fonte: ITCG, 2017.

A subunidade morfoestrutural número 2.4.17, denominada Planalto do São Francisco, situado no Terceiro Planalto Paranaense, apresenta dissecação média e ocupa uma área de 667,73 km², que corresponde a 4,05% desta folha. As classes de declividade predominantes menores que 30% são: menor que 6% em uma área de 204,93 km², entre 6-12% em uma área de 247,62 km² e entre 12-30% em uma área de 205,40 km². Em relação ao relevo, apresenta um gradiente de 400 metros com altitude variando entre 300



(mínima) e 700 (máxima) m. s. n. m. As formas predominantes são topos alongados, vertentes convexas e vales em “V”, modeladas em rochas da Formação Serra Geral.

Matelândia pertence à unidade Litoestratigráfica Fm. Cascavel, que corresponde a derrames tabulares e lobados com características transicionais entre as formações Candói e Barracão aflorando no planalto de Cascavel. Na unidade Litoestratigráfica Fm. Cascavel, temos 3 associações faciológicas (Figura 3.6):

- Mb. Foz do Iguaçu: sequencia basal de derramamentos tubulares de basalto cinza-esverdeado com 215 m de espessura aflorante, com intercalações isoladas de lobos vesiculares e hidrotufo.
- Mb. Santa Quitéria: sequencia intermediaria de lobos de basalto vesicular e intercalações de brechas hidrovolcanoclastica, com intercalações isoladas de lobos tabulares com 140 m de espessura total.
- Mb. Toledo: sequência de topo com espessura de 315 m de derrames tabulares de basalto maciço com intercalações isoladas de lobos vesiculares, brecha hidrovolcanoclastica e níveis subordinados de hidrotufo.

A Formação Cascavel aflora ao longo do planalto homônimo e estende-se para oeste até a calha do rio Paraná e para sul até a calha do rio Iguaçu, limitando-se a norte pela área de exposição da Formação Caiuá. A sua espessura aflorante é a mais controlada, com dados de campo, de todas formações descritas no Grupo Serra Geral, dentro do território paranaense, porque a borda dissecada do altiplano favorece a montagem de uma seção Contínua, desde a calha do rio Paraná até o topo do planalto de Cascavel. Esta seção fornece uma espessura aflorante de aproximadamente 675 m. As suas relações de contato com a Formação Barracão, a sul e leste do planalto de Cascavel, são mal definidas devido à escassez de afloramentos. Não obstante esta restrição, é postulado aqui que ela constitui a unidade aflorante mais basal do Grupo Serra Geral, no estado do Paraná, porque está parcialmente recoberta por aquela formação e não se observa que recubra nenhuma outra unidade mesozóica, na área mapeada.



Formação Barracão - Ksgba

- Ksgbaf** Membro Flor da Serra do Sul - Derrames tabulares de ferro-basalto roxo-esverdeado com entablamento em cunha, sigmoidal e tetragonal, intercalados a brecha hidrovolcanoclástica.
- Ksgbac** Membro Cantagalo - Intercalação de derrames lobados de basalto vesicular com abundantes brechas de fluxo cimentadas por sílica e calcita, brecha hidrovolcanoclástica, arenito conglomerático de grânulos, hidrotufo fino.
- Ksgbas** Membro Salgado Filho - Intercalação de derrames lobados de basalto vesicular, brecha hidrovolcanoclástica, hidrotufo fino.

Formação Cascavel - Ksgcs

- Ksgcst** Membro Toledo - Derrames tabulares de ferro-basalto cinza-arroxeadado com entablamento em cunha, sigmoidal e disjunção mais comumente tetragonal, intercalados a brecha hidrovolcanoclástica, hidrotufo e lobos de basalto cinza.
- Ksgcss** Membro Santa Quitéria - Intercalação de derrames lobados de basalto vesicular, com abundantes brechas de fluxo cimentadas por sílica e calcita, brecha hidrovolcanoclástica, arenito conglomerático de grânulos, hidrotufo fino.
- Ksgcsf** Membro Foz do Iguaçu - Lobos tabulares de basalto cinza intercalados a níveis de hidrotufo.

Figura 3.6. Unidades Litoestratigráficas.

Fonte: ITCG, 2017.



O Membro Foz do Iguaçu aflora nas margens do rio Paraná, na cidade que lhe empresta o nome, desde a cota de 100 m, estendendo-se até a borda ocidental do planalto de Cascavel, nas imediações de Guaíra, onde atinge a cota de 315 m. A sua espessura aflorante é, portanto, de 215 m.

O Membro Foz do Iguaçu sustenta o relevo nos seguintes domínios morfoesculturais, denominados por OKA-FIORI (2006) planaltos de: (a) Baixo Iguaçu, com interflúvios alongados e cristas marcadas, vertentes retilíneas, vales em V encaixado, gradiente de 360 m (520-880 m) e declividades de 12-30%; (b) Foz do Iguaçu, com dissecação baixa, interflúvios aplainados, vertentes convexas e vales em V aberto, gradiente de 200 m (220-420 m) e declividades abaixo de 6%; e (c) São Francisco, com dissecação média, interflúvios alongados, vertentes convexas e vales em V abertos, gradiente de 320 m (220- 540 m) e declividades de 6-12%.

Membro Foz do Iguaçu é recoberto diretamente pelos derrames lobados, lobos tabulares e brechas vulcanoclásticas do Membro Santa Quitéria, que aflora a leste, com poucos afloramentos que registram esta relação estratigráfica. A interpretação é feita aqui em função desses afloramentos e dos intervalos de altitudes de exposição de ambas subunidades da Formação Cascavel. As relações de contato e as características faciológicas desses membros da Formação Cascavel indicam uma passagem gradacional entre elas, com mudança progressiva de vulcanismo predominantemente efusivo para erupções explosivas, de natureza hidrovulcânica.

O Mb. Toledo situa-se no extremo oeste do terceiro planalto paranaense, ao longo do rio Paraná, desde a cidade de Itaipulândia até Guaíra, onde é recoberto pelo grupo Caiuá, estendendo-se para leste até próximo a Campo Mourão e Guaraniaçu. O Mb Toledo recobre diretamente a sequência de lobos tabulares de basalto e brecha hidrovulcanoclastica do Mb. Santa Quitéria, e recoberto pelo Mb. Flor da Serra do Sul.

É constituído essencialmente por sequências de derrames tabulares de basalto maciço com intercalações de lobos vesiculares, brecha hidrovulcanoclastica e níveis subordinados de hidrotufo. É caracterizado pelo basalto maciço de cor roxo-esverdeada, as vesículas irregulares no topo dos derrames e a distribuição da clorita em redes irregulares e descontínua, apresentando em alguns afloramentos, derrames tabulares semelhantes as Mb. Flor da Serra, com diferenças estruturais e petrográficas.



O Membro Toledo sustenta o relevo nos seguintes domínios morfoesculturais, denominados por planalto de: Cascavel, com interflúvios alongados e aplainados, vertentes convexas e vales em V, gradientes de 540 m e declividade de 6 – 12%. Campo Mourão, de dissecação baixa, com interflúvios aplainados, vertentes retilíneas e concavas na base, e vales em calhas, gradiente de 480 m e declividade abaixo de 6% e Umuarama, de dissecação média, interflúvios alongados e aplainados, vertentes convexas e vales em V, gradiente de 420 m e declividade de 6 – 12%.

O Membro Santa Quitéria circunda as bordas norte, leste e sul da área de ocorrência do Membro Foz do Iguaçu, que lhe é sotoposto, estendendo-se ao longo do vale do rio Iguaçu até as imediações de Guaraniaçu, recoberta pelo Membro Toledo (Figura 43). Com intervalo estratigráfico controlado entre as cotas de 370 e 520 m, a espessura aflorante máxima é de 140 m, desconsiderados os possíveis efeitos da tectônica rúptil que afetou o Grupo Serra Geral.

À semelhança do Membro Foz do Iguaçu, a subunidade Santa Quitéria sustenta o relevo nos seguintes domínios morfoesculturais, denominados por OKA-FIORI (2006) planaltos de: (a) Baixo Iguaçu, com interflúvios alongados e cristas marcadas, vertentes retilíneas, vales em V encaixados, gradiente de 360 m (520-880 m) e declividades de 12-30%; (b) Foz do Iguaçu, com dissecação baixa, interflúvios aplainados, vertentes convexas e vales em V abertos, gradiente de 200 m (220-420 m) e declividades abaixo de 6%; e (c) São Francisco, com dissecação média, interflúvios alongados, vertentes convexas e vales em V abertos, gradiente de 320 m (220-540 m) e declividades de 6-12%.

O Membro Santa Quitéria agrupa uma intercalação de derrames lobados e lobos tabulares, níveis de brecha hidrovulcanoclástica e lâminas de hidrotufo. Ele guarda semelhança faciológica com os membros Salgado Filho e Cantagalo, da Formação Barracão. Os corpos de basalto têm geometria predominantemente tabular, mas são delgados, justificando a designação de lobos tabulares. São constituídos por basalto maciço com zona vesicular de topo pouco desenvolvida e disjunção colunar simples, planar e de geometria quadrática. Lobos lenticulares de basalto vesicular são subordinados. Os níveis de brecha hidrovulcanoclástica são bem desenvolvidos e lateralmente persistentes, associados a níveis de hidrotufo, que aumentam em volume no topo da sequência.



Segundo o mapa de solos do Estado do Paraná (EMBRAPA, 1984), os solos encontrados no Município são os seguintes:

- LRd1 – Classe Latossolo Roxo: Latossolo Roxo Distrófico com A moderada textura argilosa fase floresta tropical perenifólia relevo suave ondulado;
- LRe1 – Classe Latossolo Roxo: Latossolo Roxo Eutrófico com A moderada textura argilosa fase floresta tropical perenifólia relevo suave ondulado;
- TRe2 – Classe Terra Roxa Estruturada: Terra Roxa Estruturada Eutrófica com A moderado textura argilosa fase floresta tropical subperenifólia relevo ondulado;
- TRe4 – Classe Terra Roxa Estruturada: Terra Roxa Estruturada latossólica com A moderada textura argilosa fase floresta tropical perenifólio relevo suave ondulado;
- Hg1 – Classe Solos hidromórficos: Associação solos hidromórficos gleyzados indiscriminados texturas argilosas fase campo e floresta tropical perenifólia de várzea relevo plano + areias hidromórficas;
- Re9 – Classe Associação: Associação Brunizem avermelhado raso textura argilosa pedregosa fase floresta subperenifólia relevo forte ondulado + Solos Litólicos eutróficos com A Chernozêmico textura pedregosa fase floresta tropical subperenifólia relevo forte ondulado e montanhoso (substrato rocha eruptiva básica) + Terra Roxa Estruturada eutrófica A moderada textura argilosa floresta tropical perenifólio relevo forte ondulado.

Os latossolos são solos espessos, com perfis de alteração de dezenas de metros, homogêneos, porosos, com aspecto maciço, porém friáveis quando secos. São solos típicos de áreas planas ou de colinas suaves com declividades entre 1 e 10%. Os principais problemas geotécnicos desses solos advêm de uso inadequado, provocando a concentração de água em grandes volumes no solo.

Se atingida a saturação total, perdem a estrutura e sofrem colapso, provocando abatimentos no terreno. Se a concentração de água gerar sulcos na superfície do solo, rapidamente eles podem evoluir, formando grandes ravinas que, ao atingir o lençol freático, formam voçorocas de grande porte, caracterizando-se um intenso processo erosivo de difícil controle. Os latossolos argilosos apresentam como principal problema a compactação, que diminui os poros de maneira acentuada, comprometendo a capacidade



de infiltração da água e gerando processos de degradação permanentes. Os latossolos são solos naturalmente estáveis e pouco suscetíveis aos problemas geotécnicos. No entanto, sob condições intensas de uso, desenvolvem graves processos de degradação. (IBAMA, 1999)

Os solos do tipo Lrd1 apresentam, além das características comuns à classe, acidez, média a baixa fertilidade natural, baixa saturação de bases e de baixo a médio teor de alumínio trocável. Ocorrem normalmente nos espigões de relevo suave ondulado de pendentes longas, ocupando também, em alguns casos, as partes baixas dos vales, quando o relevo regional é mais movimentado. Por não apresentarem grandes problemas quanto ao alumínio trocável, são de mais fácil correção. Com relação aos fatores disponibilidade de água, erosão e mecanização, não apresentam maiores problemas.

Especificamente quanto aos Lre1, além das características comuns à classe Latossolo Roxo, esses solos são de elevada fertilidade natural, de alta saturação de bases e de baixos teores de alumínio trocável, tratando-se de uma unidade muito homogênea e de grande extensão geográfica. São normalmente encontrados nos locais de topografia suave ondulada, constituída por colinas de pendentes longas. As culturas não são prejudicadas nem pela deficiência nem pelo excesso de água no solo, e são pouco suscetíveis à erosão, devido aos declives suaves e às condições físicas do solo muito favoráveis. Os danos manifestam-se somente após uso agrícola prolongado. A erosão pode ser facilmente controlada.

Os solos do tipo Terra Roxa Estruturada são solos profundos, de coloração vermelho escuro acinzentado ou avermelhado escuro. Caracterizam-se ainda por serem argilosos, bem drenados e por apresentarem sequência de horizontes A, B e C. A classe textural ao longo do perfil é muito argilosa. Quanto ao grau de consistência, esse solo é duro ou ligeiramente duro quando seco, firme quando úmido e plástico e pegajoso quando molhado. Devido à pequena variação de cor e de textura ao longo do perfil, as transições entre os sub-horizontes são graduais ou difusas, sendo difícil a sua identificação. (IBAMA, 1999)

Especificamente quanto ao tipo Tre2, este apresenta todas as características comuns à classe Terra Roxa Estruturada, apresentando as seguintes peculiaridades, todas elas referentes ao horizonte A que é chernozêmico: a) coloração escura, contrastando com



o B que é bruno avermelhado escuro; b) mais de 1 % de matéria orgânica e c) estrutura granular fortemente desenvolvida. (IBAMA, 1999)

Os solos do tipo Tre4 são os mais profundos da classe Terra Roxa Estruturada e caracterizam-se ainda por apresentarem um horizonte B textural não tão bem definido quanto os das demais unidades dessa classe, seguido de um horizonte friável, com características de B latossólico. São válidas também para essa unidade as considerações feitas ao TRE1, salvo no que se refere ao relevo, que é suave ondulado, e nos fatores decorrentes deste, tais como: a) limitações pela suscetibilidade à erosão ligeira, em condições naturais, e nula tanto com melhoramentos simples como intensivos e b) limitações ao uso de implementos agrícolas e nula em todas as condições. (IBAMA, 1999)

Solos hidromórficos são solos de várzeas, baixadas e fundos de vale. Apresentam como característica principal a presença de lençol freático a baixa profundidade. São solos permanente ou sazonalmente saturados de água. A coloração pálida (branca, amarelada) é típica. Os principais problemas são quanto à capacidade de suporte e à drenagem. São normalmente áreas pouco aproveitáveis. (IBAMA, 1999)

Os solos hidromórficos permanecem inundados grande parte do ano e sua utilização é limitada pelo excesso d'água, só podendo ser aproveitados após trabalho de drenagem. Ocorrem em relevo plano, próximo às redes de drenagem, nos vales dos rios e em todas as áreas sujeitas a alagamento e estagnação constante ou periódica.

Os solos do tipo Hg1 caracterizam-se por serem solos hidromórficos de relevo originalmente plano, com material originário de sedimentos areno-argilosos do Quaternário e que apresentam fertilidade natural média a alta. Com relação à disponibilidade de água, evidencia-se o excesso d'água no perfil pelo acúmulo de matéria orgânica no horizonte superior ou pela presença de cores cinzentas e mosqueadas nos horizontes inferiores, indicando a redução que caracteriza a gleyzação. Permanecem inundados grande parte do ano e sua utilização é limitada pelo excesso d'água (falta de aeração), só podendo serem aproveitados após trabalhos de drenagem.

A granulometria da camada superficial, obtida nos boletins de reconhecimento de solos do Estado do Paraná, segundo a EMBRAPA (1984) é de 20% de areia, 29 % de silte e 51% de argila. A primeira camada varia entre 0 a 15 cm de profundidade, a segunda

camada entre 25 e 80 cm, e a terceira camada entre 90 e 150 cm de profundidade. O solo roxo, ou vermelho, típico da região apresenta concentração de argilas residuais ou primárias, encontradas em áreas planas próximas a cursos d'água, com poucas declividades e onde o lençol freático aflora próximo da superfície. O terreno é pouco acidentado, sem sulcos erosivos.

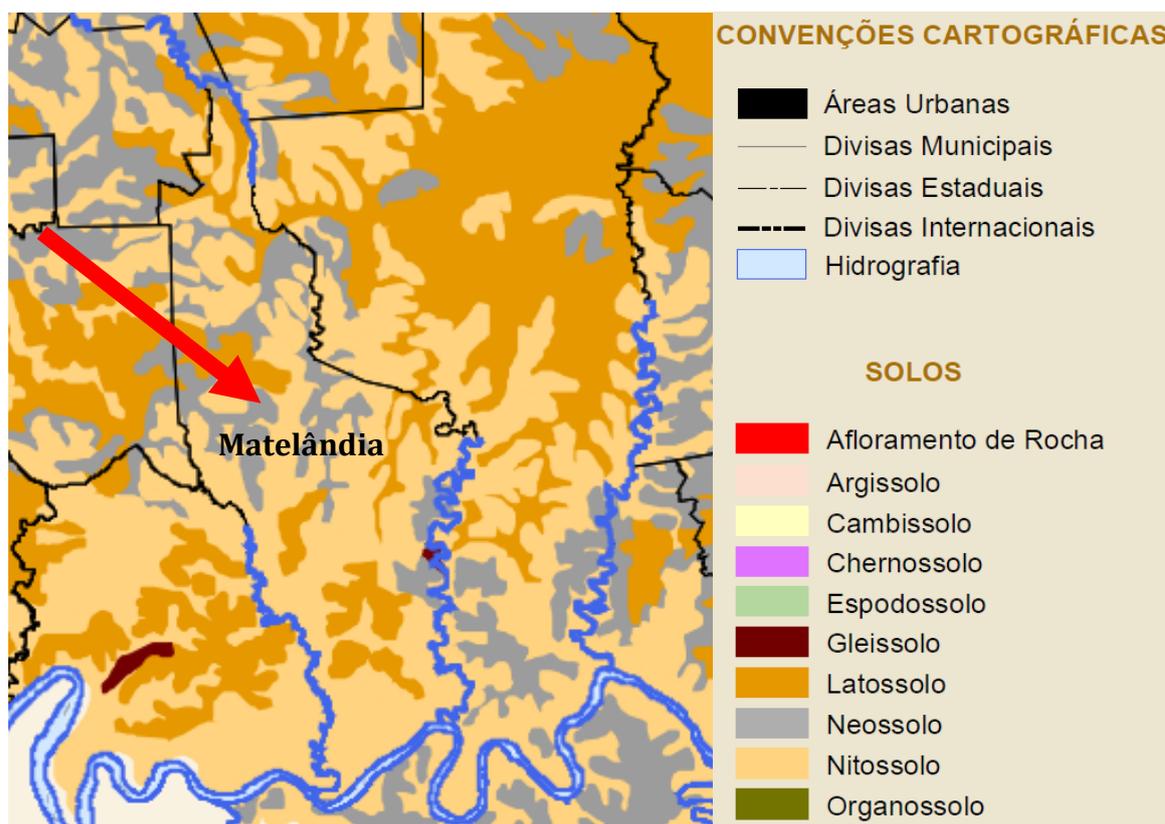


Figura 3.7. Tipos de Solo.

Fonte: ITCG, 2017.

3.2. Hipsometria Municipal

O relevo de Matelândia é marcado por áreas de alta e baixa altitude sendo verificado alturas que vão de 200 a 700 metros, sendo que as áreas que apresentam menores altitudes se encontram próximas às margens do Rio Iguaçu, nestes locais as alturas variam de 200 a 350 m, por enquanto as áreas de maiores altitudes se encontram próximas às margens da BR — 277 e da PR — 590 próximas às divisas com o município de Céu Azul, onde se encontram altitude de 500 a 700 m.

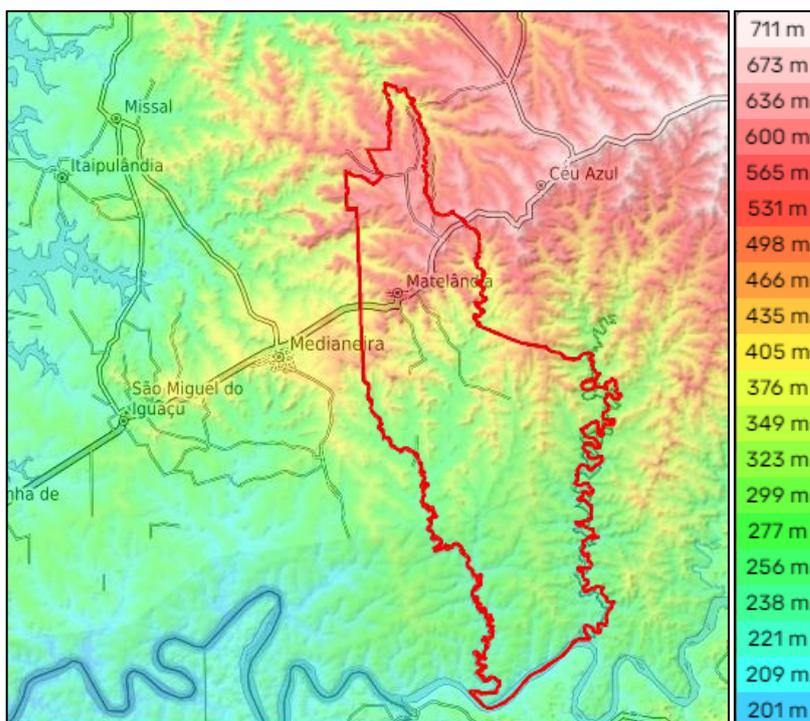


Figura 3.8. Mapa Hipsométrico do Município de Matelândia.

Fonte: Esri, 2024.

A mancha urbana se encontra em um local de altitude entre 500 a 600 metros, como apresentado a Figura 3.9.

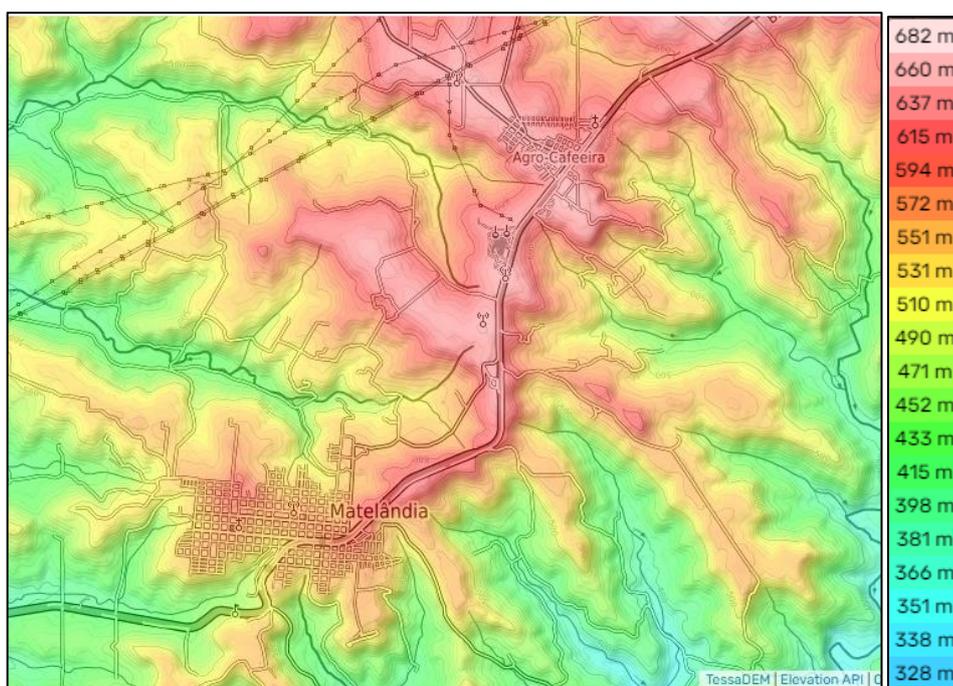


Figura 3.9. Mapa Hipsométrico da área Urbana do Município de Matelândia.

Fonte: Esri, 2024.

3.3. Declividade Municipal

O município de Matelândia apresenta uma declividade que varia de 0 a 20% ao longo de todo o município, sendo encontrado pequenas faixas localizadas as margens dos Rios Floriano (na divisa com o município de Céu Azul) e Benjamin Constant (Divisa com o município de Serranópolis do Iguaçu) que apresentam declividade de 20 a 45%, conforme Figura 3.10.

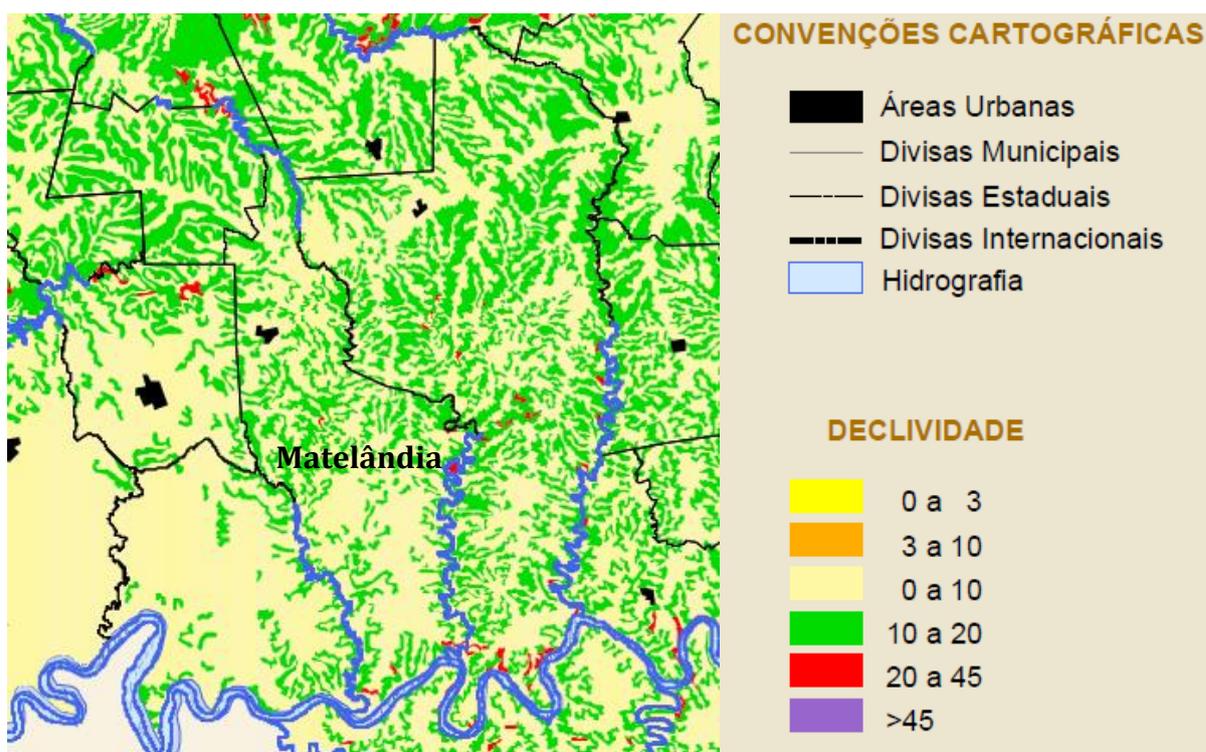


Figura 3.10. Mapa de Declividade do Município de Matelândia.

Fonte: IPARDES, 2008

As restrições de ocupação referente a declividade se dão em áreas com declividade maior de 45%, o que não ocorre no município.

3.4. Hidrografia e Hidrologia

O município de Matelândia está inserido em duas bacias hidrográficas demarcadas pela BR-277: a Bacia Hidrológica do Rio Paraná 3 ao norte e a Bacia Hidrológica do Rio Iguaçu ao sul, considerada a maior bacia hidrológica do estado. Ambos deságuam no rio Paraná.

3.4.1 Bacia Hidrológica do Rio Paraná 3

A bacia do Paraná 3, se localiza na mesorregião oeste do estado, abrangendo uma área de aproximadamente 8.000 km² que abriga, de modo parcial ou total, os territórios de 28 municípios.

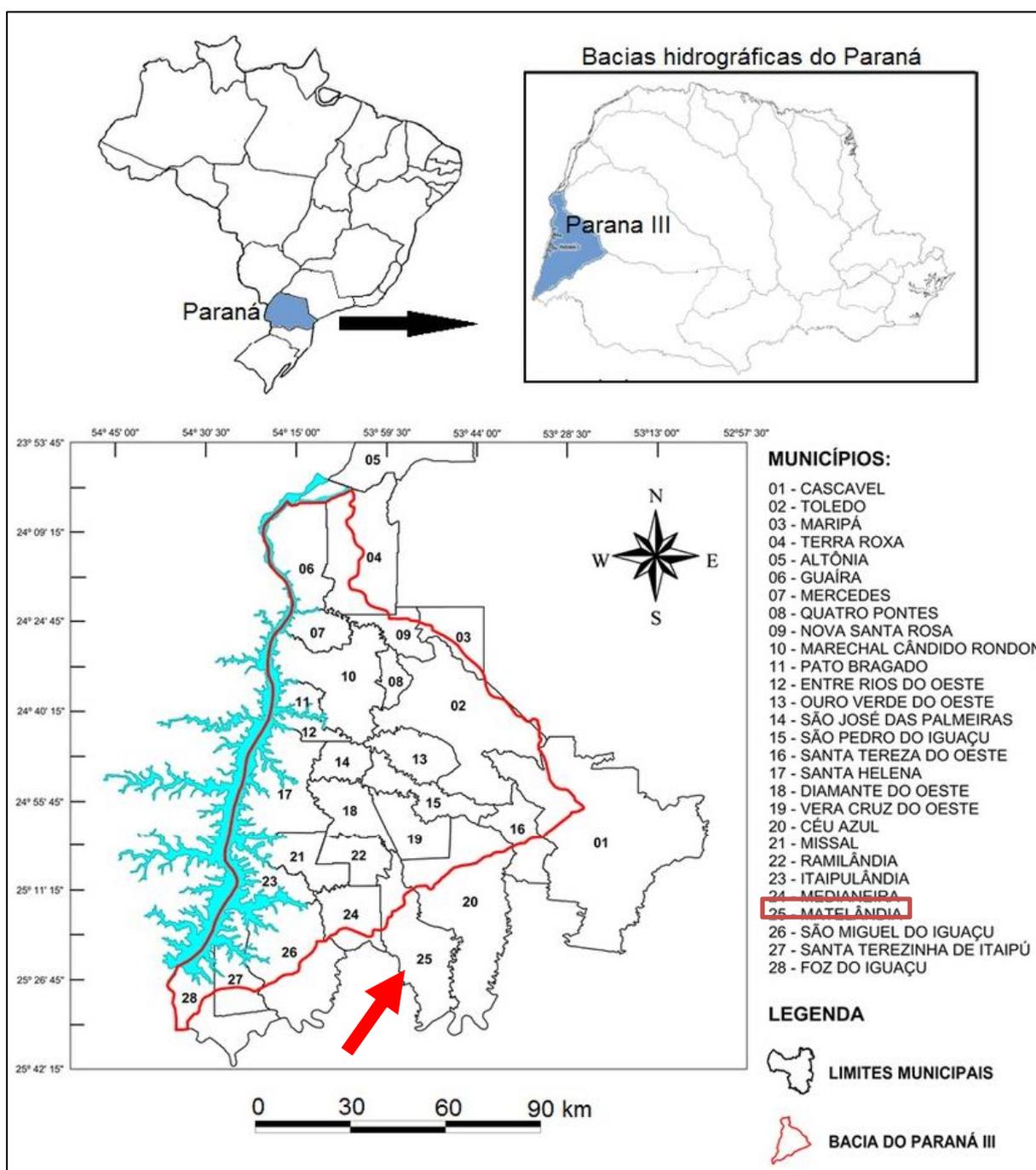


Figura 3.11. Municípios que compõem a bacia Paraná 3.

Fonte: ITCG, 2010.

A bacia é subdividida em 12 sub-bacias, abrangendo os cursos principais dos rios Taturi, Chororó, Guaçu, Marreco, São Francisco Verdadeiro, Santa Quitéria, São Francisco Falso Braço Norte, São Francisco Falso Braço Sul, São Vicente, Ocoí, Pinto e Passo-Cuê (Figura 3.12).

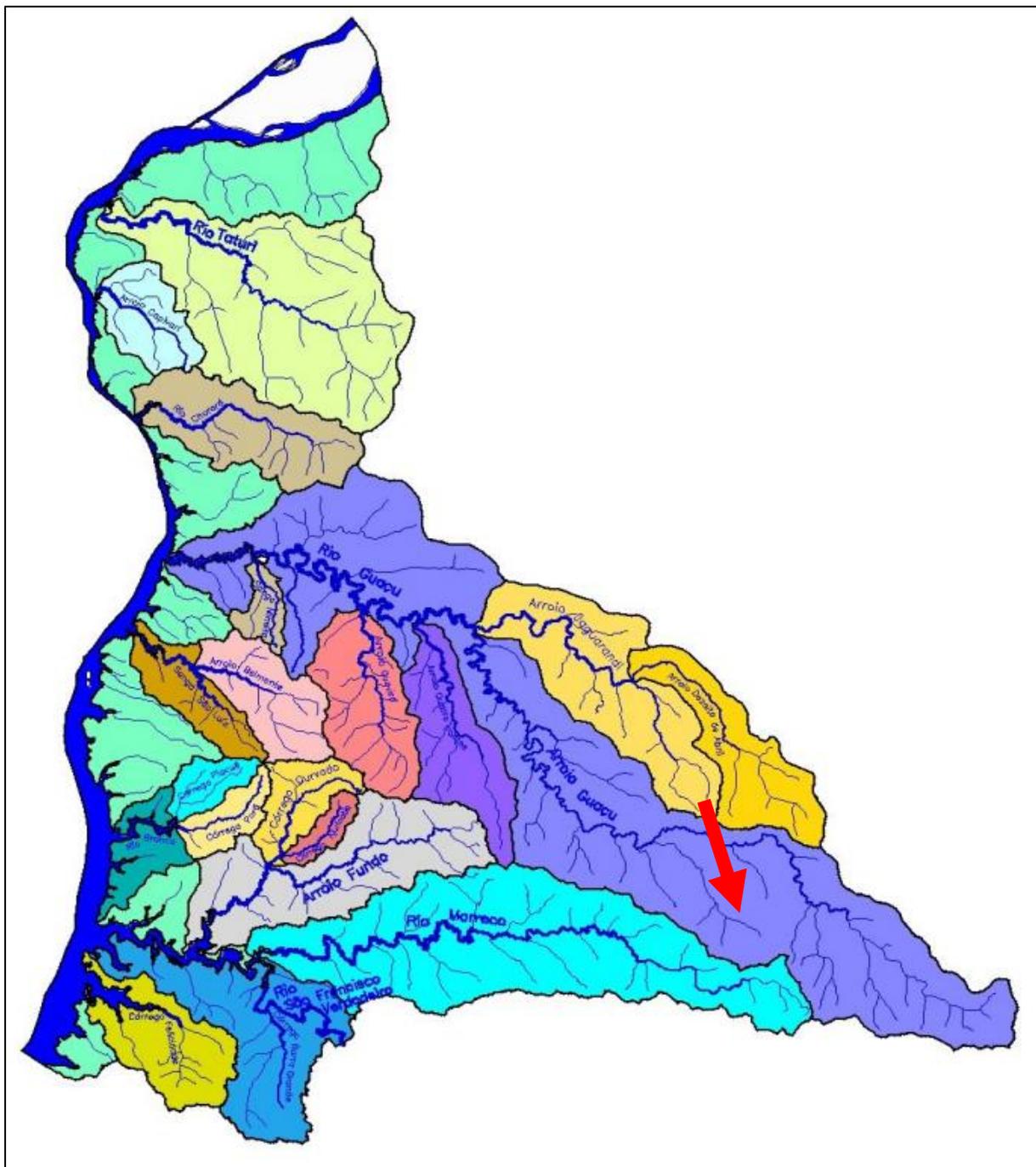


Figura 3.12. Sub-bacias do Paraná 3

Fonte: Plano da Bacia do Paraná 3, 2014.

A precipitação média anual da bacia varia de 1600 a 2000 mm e as taxas de evapotranspiração média anual encontra-se entre 1000 a 1200 mm.

A temperatura média anual apresenta importantes diferenças, variando desde 20 – 21 °C na região de Cascavel, 21–22 °C na área de Foz do Iguaçu até 22-23° C nas proximidades do Rio Paraná, estendendo-se no sentido norte em direção à Guaíra e Terra Roxa. A umidade relativa média anual é de 70–75% próximo a Guaíra e de 75–80% nas demais áreas.

3.4.2 Bacia Hidrológica do Rio Iguaçu

A bacia do Rio Iguaçu abrange os estados do Paraná e de Santa Catarina, além de áreas da província de Misiones, na Argentina. No Estado do Paraná, cobre uma superfície de 55.024 km², sendo que a sua área soma uma superfície total de 70.800 km² (SUDERHSA, 2007).



Figura 3.13. Posicionamento da bacia do Rio Iguaçu

Fonte: SUDERHSA, 2007.

A precipitação média da bacia está em 1900 mm anual e a vazão média anual do rio Iguaçu, no município de Foz do Iguaçu, na área das Cataratas do Iguaçu é de 1.413,50 m³/s, porém, apresenta no mês de maior caudal, em outubro, um volume d'água em torno

de 2.506 m³/s e no mês de menor caudal, em abril, o volume d'água fica entorno de 1.326 m³/s (SUDERHSA, 2007).

Nas maiores cheias que foram registradas, em julho de 1983, ele apresentou uma vazão de 35.600 m³/s, e maio de 1995, com 27.544 m³/s. A vazão de estiagem mais crítica foi registrada em 1978, com 89,92 m³/s d'água (SUDERHSA, 2007).

Assim, de acordo com Bartonelli (2004), o Rio Iguaçu cruza duas escapas em vales de ruptura, que pelo fato de existir uma compartimentação morfológica o tipo da drenagem dos rios que deságuam no rio Paraná resulta atividades neotectônicas que provocam a reativação de descontinuidade e falhas pré-existentes, com organização da rede de drenagem essencialmente no período quaternário.

3.5. Clima e Pluviosidade

O clima da região em que está situado o Município de Matelândia e classificado segundo Koeppen como Subtropical Úmido Mesotérmico, com verões quentes com tendência de concentração das chuvas (temperatura média superior a 22° C), invernos com geadas pouco frequentes (temperatura média inferior a 18° C), sem estação seca definida.

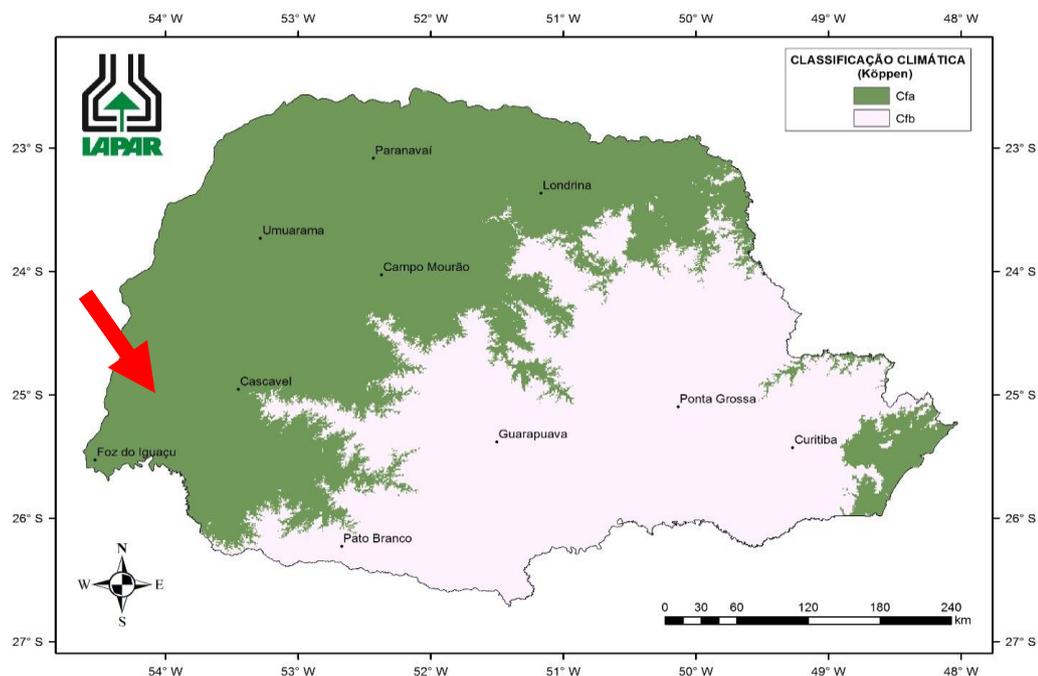


Figura 3.14. Distribuição dos tipos de climas.

Fonte: IAPAR, 2018.

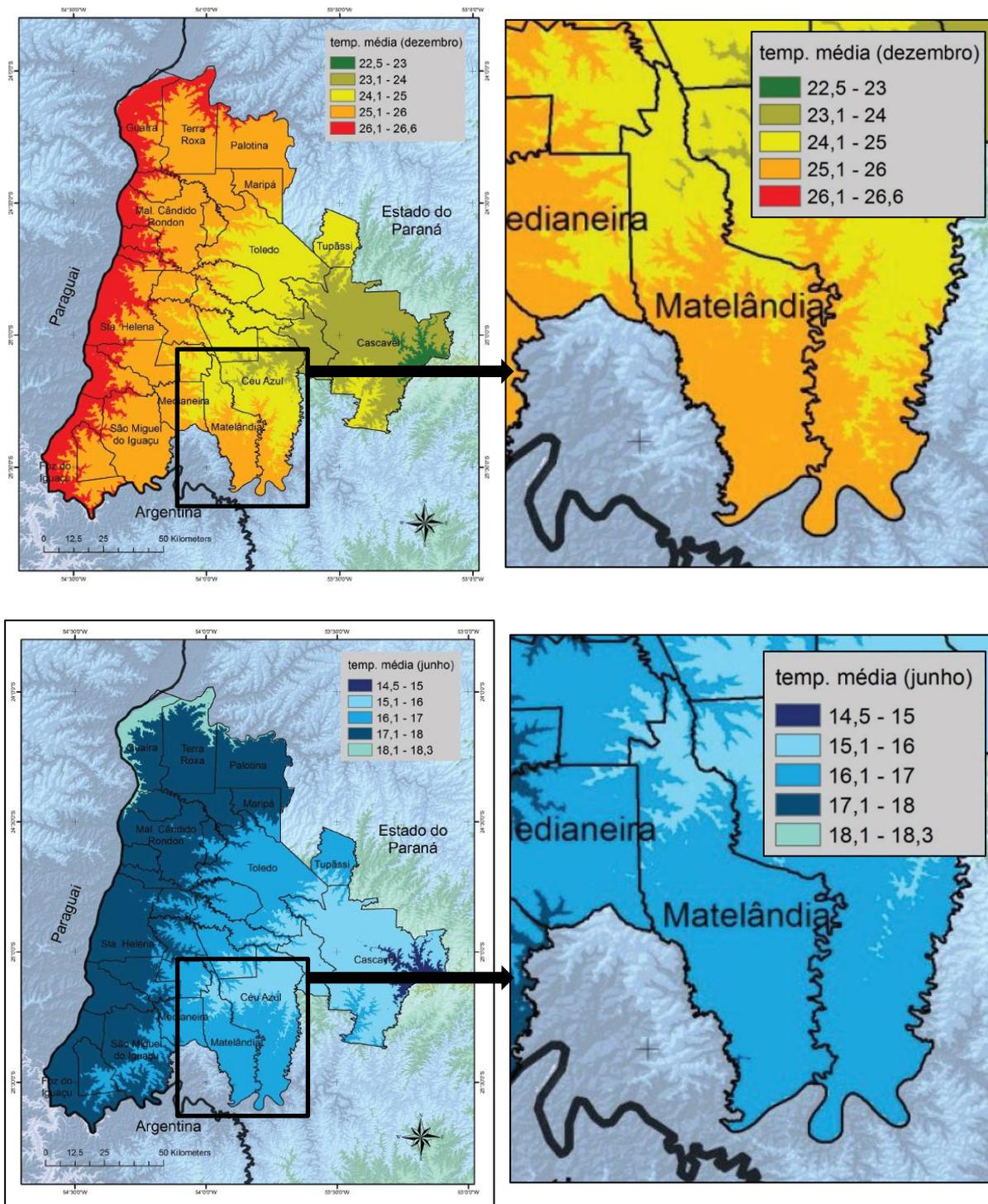


Figura 3.15. Média da variação da temperatura.

Fonte: EMBRAPA, 2018.

Matelândia possui um clima subtropical úmido, o que resulta em variações sazonais marcantes na temperatura ao longo do ano. Durante o verão, que vai de dezembro a fevereiro, as temperaturas médias variam entre 22°C e 30°C, com os dias mais



quentes podendo superar os 30°C, especialmente em janeiro e fevereiro. As noites de verão são mais amenas, geralmente com temperaturas entre 18°C e 22°C.

No outono, que ocorre de março a maio, as temperaturas começam a cair, com médias variando entre 17°C e 25°C. Durante o dia, as máximas ficam entre 23°C e 27°C, enquanto as noites e manhãs são mais frescas, com mínimas entre 14°C e 18°C.

O inverno, de junho a agosto, é a estação mais fria do ano, com temperaturas médias entre 10°C e 20°C. Durante o dia, as máximas geralmente variam de 18°C a 22°C, mas as mínimas podem cair para 5°C a 10°C, com algumas noites próximas de 0°C, resultando em geadas ocasionais.

Na primavera, de setembro a novembro, as temperaturas voltam a subir gradualmente, com médias entre 15°C e 25°C. As máximas diárias aumentam, variando de 22°C a 28°C, enquanto as mínimas ficam entre 12°C e 18°C, proporcionando manhãs e noites agradáveis.

Geadas são comuns durante o inverno, especialmente em julho, e nas estações de transição, como outono e primavera, as temperaturas podem oscilar rapidamente devido à passagem de frentes frias. No geral, Matelândia desfruta de um clima agradável, com verões quentes e invernos relativamente frios, favorecendo diversas atividades ao ar livre ao longo do ano.

O volume e a distribuição da precipitação pluvial são muito importantes no planejamento do uso e ocupação da terra e na definição dos nichos ecológicos, especialmente nos ambientes tropicais e subtropicais, devido à sua distribuição irregular, com períodos de estiagens, seguidos de períodos de concentrações de chuvas, influenciando na produtividade, incidência de doenças e na sobrevivência das plantas. O regime hídrico, portanto, é essencial para a atividade agrícola. A Bacia do Paraná 3 situa-se muito próxima de uma zona de transição climática, em latitudes médias, e apresenta variações espaciais da chuva, conforme mostram os mapas a seguir. Matelândia, no Paraná, possui um clima subtropical úmido. O verão é a estação mais chuvosa, com alta precipitação, especialmente em janeiro e fevereiro. Durante o inverno, a precipitação tende a ser menor, com julho sendo um dos meses mais secos, como pode ser observado na Figura 3.16.

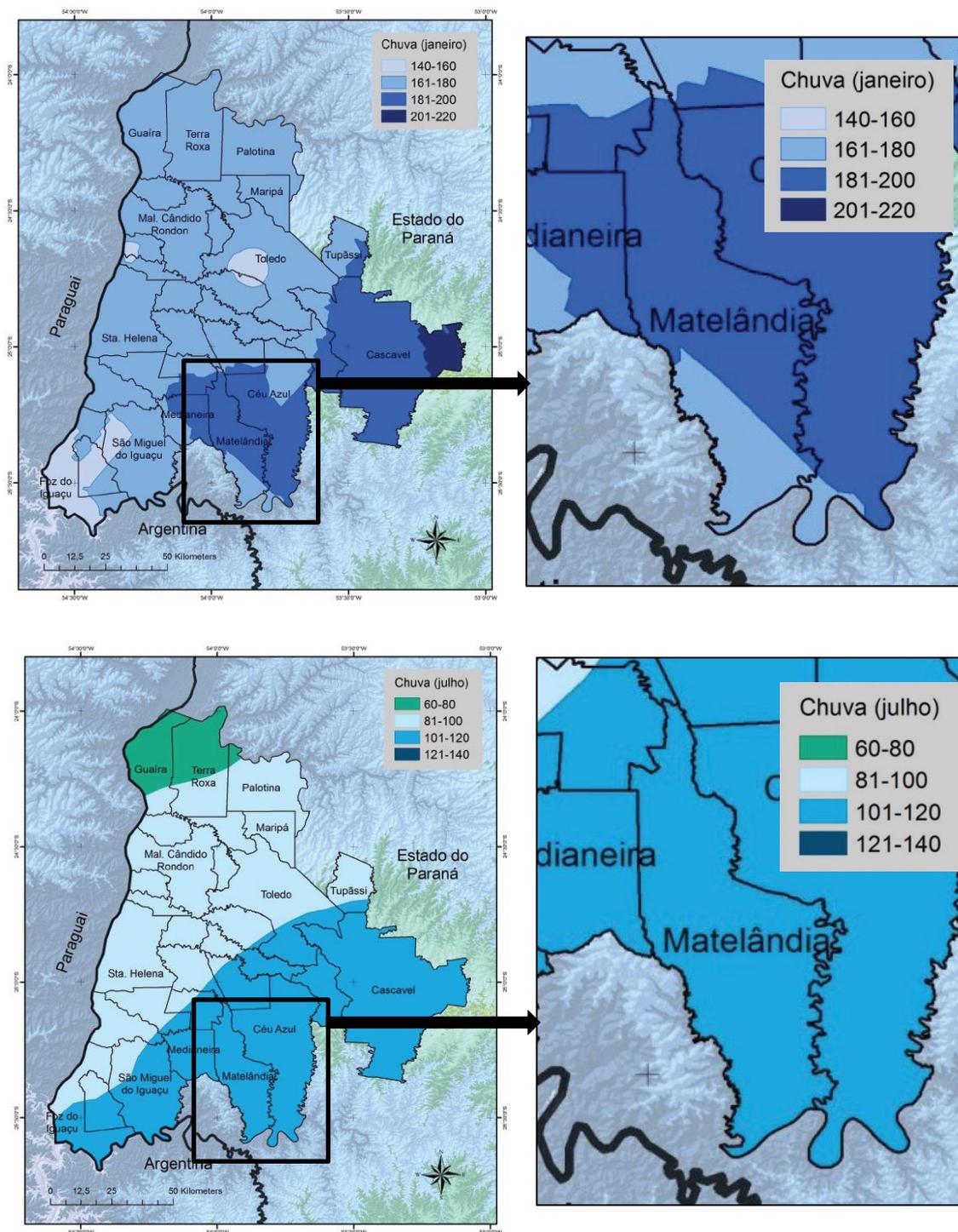


Figura 3.16. Média da variação da precipitação.

Fonte: EMBRAPA, 2018.

3.6. Cobertura Vegetal

O Estado do Paraná apresenta um quadro botânico bem diversificado, com várias características peculiares e área de transição. composta de florestas e campos. Entre as florestas mais conhecidas temos a Floresta Ombrófila Mista, conhecida como Mata das Araucárias, Floresta Ombrófila Densa, conhecida como Mata Atlântica (Serra do Mar) e Floresta Semidecidual Estacional, conhecida como Floresta Fluvial Tropical.

O município de Matelândia se situa em uma área de predominância da Floresta Estacionaria Semideciadual, conforme mostra a Figura 3.18.

A Floresta Estacionaria Semidecidual se caracteriza pelo fato de suas árvores estarem submetidas a queda das folhas durante a estação seca, porém as árvores não perdem todas as folhas, o que faz com que a floresta receba o nome de semidecidual (quase todas as folhas caducas).



Figura 3.17. Cobertura vegetal nativa de Matelândia

Fonte: IAPAR.

Com hidrografia abundante, as taxas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água encontram-se em sua maioria preservadas. Pode-se observar também algumas áreas de florestas replantadas.

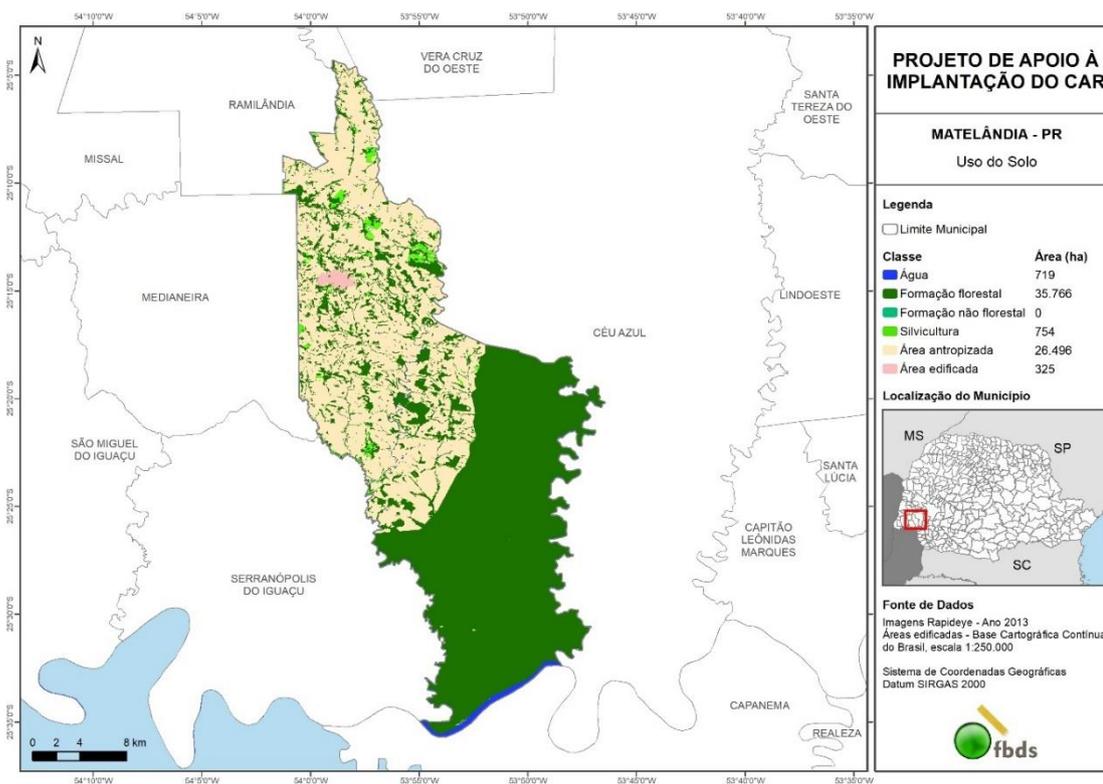


Figura 3.18. Uso da terra e remanescentes da cobertura vegetal.

Fonte: IAPAR.

Se ressalta que uma grande parte do território Municipal está inserido no Parque Nacional do Iguaçu, sendo o mesmo uma Unidade de Conservação Federal, cujo objetivo é proteger um dos mais significativos remanescentes da Mata Atlântica na América do Sul.

3.6.1. Unidade de Conservação — Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu, criado pelo decreto federal No 1.035 de 10 de janeiro de 1939, é um elemento de fundamental importância na região. Localiza-se no extremo oeste do Estado do Paraná, na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, faz fronteira com a Argentina, onde está implantado o Parque Nacional Iguazu, criado em 1934. O limite entre os dois países e seus respectivos parques nacionais é o Rio Iguaçu. A área total dos dois parques – brasileiro e argentino – é de aproximadamente 225.000 hectares, com um perímetro de aproximadamente 420 km, dos quais 300 km são limites naturais representados por cursos d'água.

O PNI, está localizado no extremo oeste do estado do Paraná (25°05' a 25°41' Sul e 53°40' a 54°38' Oeste), e abrange os municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis, Matelândia e Céu Azul (IBAMA,1999). Outros municípios que não possui

território dentro do PNI mas o que compreendem a região do entorno são: Santa Terezinha do Itaipu, Medianeira, Ramilândia, Vera Cruz do Oeste, Santa Tereza do oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques e Capanema. Assim, há um total de 14 municípios direta ou indiretamente conectada a esta UC (IBAMA, 1999).

O PNI possui área de 185.262,5 ha e está limitado ao norte pela Rodovia BR-277, a leste pelo rio Gonçalves Dias, ao sul pelo rio Iguaçu e a oeste pelo rio São João e a estrada velha de Guarapuava, totalizando um anel de cerca de 420 km.

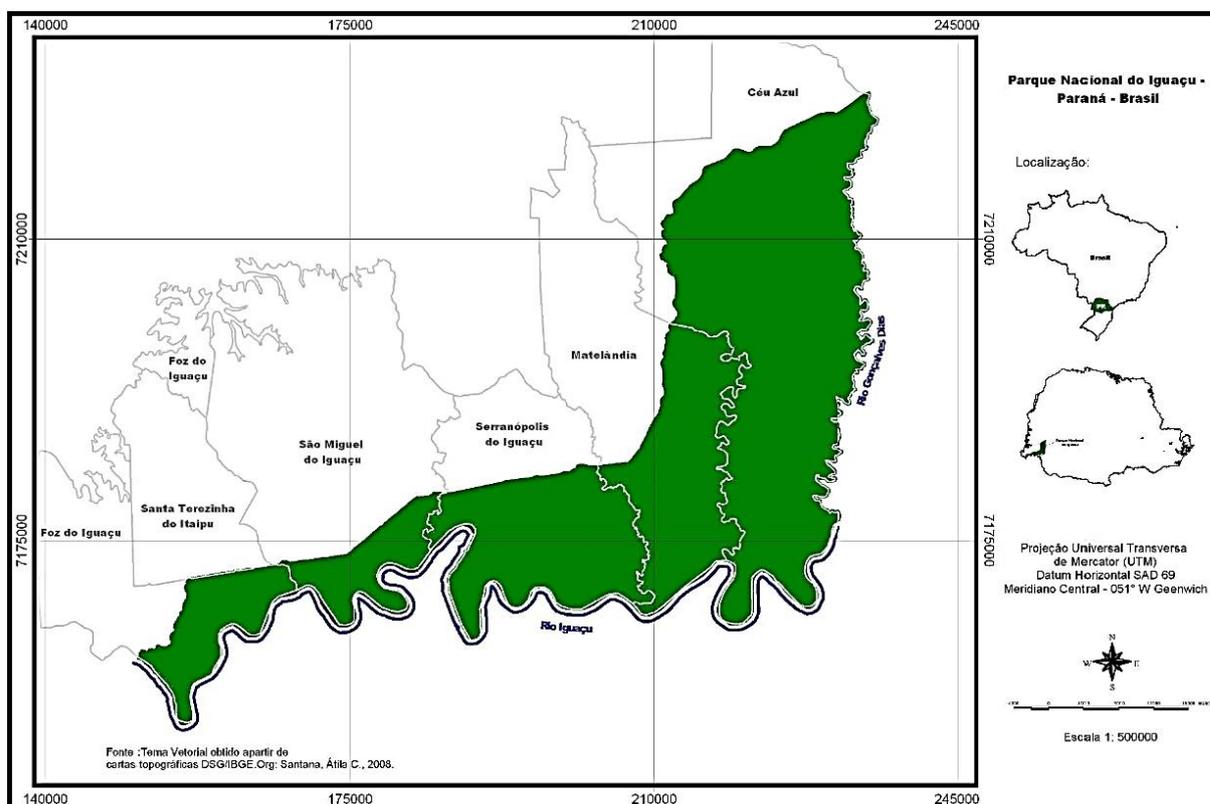


Figura 3.19. Parque Nacional do Iguaçu e municípios lindeiros.

Fonte: Plano De Manejo Do Parque Nacional Do Iguaçu, 2018.

A Lei Federal Nº 9.985 de 2000 define unidade de conservação como sendo "o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção". Parque Nacional é uma categoria de unidade de conservação de uso indireto que comporta visitação regulamentada, detalhada pelo plano



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



de manejo de cada parque, onde consta um programa de uso público, contemplando atividades de recreação, interpretação e educação ambiental para o público em geral.

O objetivo da criação do Parque Nacional do Iguaçu como uma Unidade de Conservação é garantir a representatividade dos ecossistemas regionais, proteger e valorizar a biodiversidade da área protegida, fomentar e desenvolver pesquisas científicas, programar atividades de educação ambiental, divulgar suas belezas cênicas e desenvolver atividades de recreação e lazer em áreas destinadas ao uso público dentro da unidade. Além da garantia da qualidade ambiental promovida pela unidade de conservação, o Parque Nacional do Iguaçu abriga os principais atrativos turísticos da região, respondendo por uma grande quantidade de empregos diretos e indiretos. Especificamente em Foz do Iguaçu, mais de 70% dos empregos diretos e indiretos estão vinculados ao turismo. Representa também um incontestável potencial para o desenvolvimento de alternativas econômicas e sociais baseadas em relação harmoniosa com a natureza.

O Parque Nacional do Iguaçu é considerado uma das últimas reservas florestais de Mata Atlântica do tipo estacional semidecídua do Brasil e a maior reservam de floresta pluvial subtropical do mundo, abrigando uma coleção significativa de espécies vegetais e animais, sob proteção da legislação federal. A mata estacional semidecídua é chamada de estacional porque apresenta as estações do ano bem definidas, com verões chuvosos (pluviosidade média entre 1.500 e 1.750mm) e invernos secos e semidecídua porque algumas árvores perdem as folhas no inverno, para compensar a falta de água. Além disso, o Parque assenta-se sobre o Aquífero Guarani, uma das maiores reservas mundiais de águas subterrâneas.

O ponto de atração mais importante do Parque Nacional do Iguaçu são as Cataratas do Iguaçu, que resultam do mais extenso processo de vulcanismo de fissura do mundo, que ocorreu há cerca de 250 milhões de anos. Elas são formadas por 272 quedas ao longo de 2.700m de extensão, com até 82 m de altura. O complexo das cataratas contém 275 saltos, formando uma grande ferradura de 3 km de extensão. Os saltos variam de 25 a 85 m, destacando-se entre eles a Garganta do Diabo. O volume das águas varia conforme as épocas de seca e chuvas. A infraestrutura turística das cataratas compreende uma passarela de concreto e um elevador panorâmico. Porém, existem formas alternativas de apreciação do local, através de barco, helicóptero e passeios ecológicos e culturais.



O Parque Nacional do Iguaçu foi o primeiro parque no Brasil a receber um Plano de Manejo, por abrigar o importante patrimônio genético de espécies animais e vegetais, algumas ameaçadas de extinção. Os Planos de Manejo têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O Plano de Manejo, enquanto instrumento de planejamento oficial, é um projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas, propondo seu desenvolvimento físico de acordo com suas finalidades, estabelecendo diretrizes básicas da unidade.

A revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, realizada em 1999, identificou várias atividades conflitantes existentes nos municípios do entorno do Parque: caça, pesca, retirada de palmito, roubo de madeira, funcionamento de hotel dentro do Parque, uso da estrada do Colono, cursos d'água contaminados, barramentos antigos nos rios São João e Macuco, ocupação irregular das ilhas, invasão de área do Parque pela plataforma do posto de pedágio na BR-277 em Céu Azul, número excessivo de visitantes e operação da trilha do Macuco, destinação final de esgoto doméstico das instalações existentes na área do Parque, intensidade e velocidade do tráfego na BR-469 – dentro do Parque e alimentação de animais silvestres pelos visitantes.

A presença de atrativos turísticos norteia o desenvolvimento dos municípios da fronteira oeste do Paraná. São eles: Parque Nacional do Iguaçu (incluindo as Cataratas do Iguaçu), Parque Nacional da Ilha Grande, Lago de Itaipu, Usina Hidrelétrica de Itaipu e eventos regionais, principalmente os relacionados às etnias locais e gastronomia. Assim, a fronteira oeste paranaense firma-se como um importante eixo estruturador do turismo regional, demandando, cada vez mais, o desenvolvimento de produtos turísticos capazes de atender não só ao fluxo já existente, como também ampliá-lo. Além de sua importância histórica, o parque também possui relevância cultural ao ter sido cenário das missões jesuítas para a catequese dos Tupi-Guaranis. A região abriga numerosos sítios arqueológicos que remontam a essa época. A própria origem da palavra “Iguaçu” é de origem indígena, significando “água grande” na língua Guarani. Tais aspectos culturais e históricos agregam profundidade à importância do Parque Nacional do Iguaçu, que foi



reconhecido internacionalmente ao ser incluído na lista de Patrimônios Naturais da Humanidade em novembro de 1986.

No que diz respeito à vegetação, o parque abriga a maior e mais significativa área de Floresta Estacionaria Semidecídua (floresta tropical sub-caducifolia) do país. Essa vegetação é influenciada por dois tipos de clima; um tropical, com chuvas intensas no verão, seguidas por estiagem acentuada e temperatura medias em torno de 22 °C; e outro subtropical, caracterizado pelo frio intenso no inverno, resultando em uma seca fisiológica, com temperaturas medias inferiores a 15 °C. como resultado dessa exposição a diferentes climas, partes das árvores perde suas folhas durante o inverno, o que a distingue das florestas tropicais perenifólias.

O parque também abriga uma pequena área de floresta Ombrófila Mista, conhecida como Floresta de Araucária, relacionada ao desenvolvimento em altitudes superiores a 500 metros. Embora essa vegetação já tenha coberto áreas extensas do Paraná, atualmente encontra-se fragmentada, sendo o Parque Nacional do Iguaçu o maior e mais bem preservado exemplo dela.

Em relação à fauna o Parque desenvolve importante papel, devido à variedade de habitats o mesmo abriga uma ampla gama de espécies animais. Desde mamíferos, aves e reptéis, o parque é um refúgio para a biodiversidade.

Dentre os habitantes notáveis estão as jaguatiricas, onças-pintadas, antas e capivaras, que percorrem as florestas e rios. Aves como o Tucano-toco, papagaio-de-peito-roxo e o raro Gavião-real. Cobras como a sucuri e a jararaca, com uma variedade de anfíbios e insetos, os quais contribuem para a riqueza ecológica.

Além disto, a Resolução n.º 013/90 do CONAMA determina que atividades que possam afetar a biota em áreas circundantes à Unidade de Conservação, como o Parque Nacional do Iguaçu, devem ser licenciadas pelo órgão ambiental competente em uma faixa de dez quilômetros ao seu redor, conhecida como zona de amortecimento. Essa zona tem o propósito de minimizar impactos negativos sobre a unidade de conservação e incentivar práticas de uso sustentável dos recursos naturais.

O parque faz aporte de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Ecológico- ICMSe aos municípios com território no parque.

**Tabela 3.1.** ICMS-E no ICMS municipal.

Município	% área do município no PNI	% área do PNI em cada município	% ICMS-E no ICMS municipal (IAP,2017)
Foz do Iguaçu	20,56	6,86	2,70
São Miguel do Iguaçu	12,31	5,66	5,61
Serranópolis do Iguaçu	59,62	15,53	46,90
Matelândia	52,85	18,25	21,54
Céu Azul	71,48	45,51	38,28
Capanema	0,99	0,22	7,28

Fonte: Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu, 2018.

Observa-se que os municípios de Matelândia e Céu Azul somam 63,96% da área do Parque Nacional do Iguaçu. O município de Matelândia detém sozinho 18,25% da área do parque, contando com uma área total de 338,105 km². Analisando-se no âmbito municipal, o parque ocupa 52,85% do território total de Matelândia.

A revisão da táboa de cálculo do ICMS-E em 2024 para o Parque Nacional do Iguaçu (PNI) foi um marco significativo para Matelândia. Anteriormente, o escore utilizado para o cálculo do ICMS, que estava em 0,21, foi ajustado para 0,42, refletindo a maior porcentagem da área do PNI dentro do município. Esse ajuste foi essencial para aumentar o valor de repasse do ICMS-E. Com essa mudança, o acumulado anual passou de R\$ 4.866.570,00 para R\$ 6.680.226,00, gerando um aumento expressivo de R\$ 1.813.656,00. Este incremento nos recursos é crucial para o município, possibilitando novos investimentos e melhorias em diversas áreas. A nova táboa de cálculo do ICMS-E do PNI agora reflete de maneira mais justa e precisa a contribuição ambiental de Matelândia dentro do PNI.

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma UC, pois identifica áreas com características naturais similares e finalidades que podem ser ou não complementares. Ao mesmo tempo, o zoneamento estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos. Obter-se-á, desta forma, maior proteção, pois cada zona será manejada seguindo-se normas para elas estabelecidas. Assim, uma zona é uma parte no território que determina o manejo a fim de garantir que as ações tomadas sejam



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



compatíveis com o propósito da UC e levem à proteção de seus recursos e valores fundamentais.

As áreas do parque dentro do município de Matelândia fazem parte da Zona de recuperação, nos limites do parque, e da Zona Primitiva na área central e Zona Intangível na área mais próxima ao Rio Iguaçu, além de duas pequenas faixas de Zona de Uso Extensivo no rio Floriano e no Rio Silva Jardim.

A Zona Intangível é aquela onde a primitividade da natureza permanece o mais preservado possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas, onde são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.

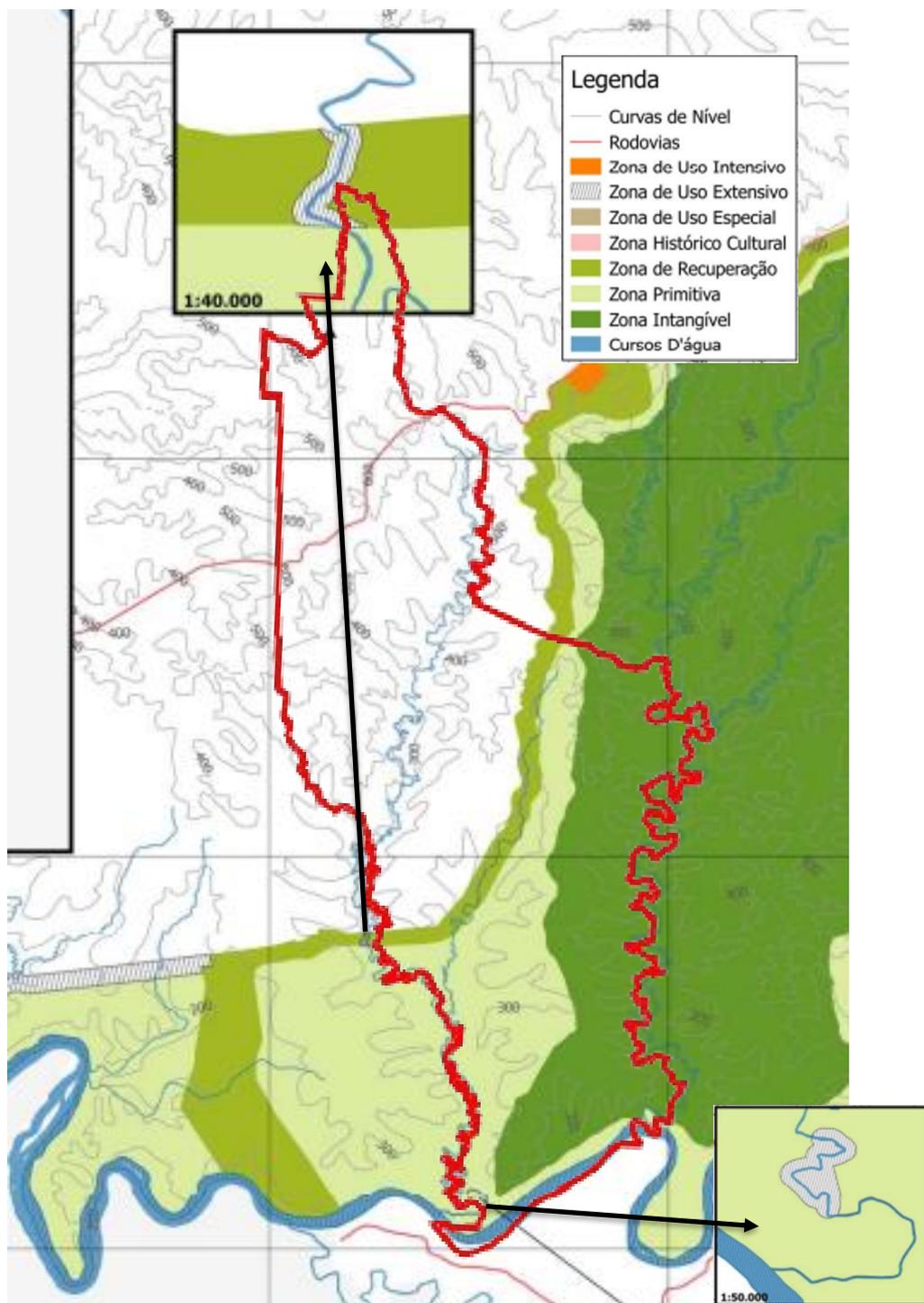


Figura 3.20. Zoneamento do Parque Nacional do Iguazu.

Fonte: Plano de manejo do Parque Nacional do Iguazu, 2018.

Esta zona ocupa a bacia do rio Floriano, e parte da bacia do rio Silva Jardim, na porção leste do Parque Nacional, se sobrepondo a áreas dos municípios de Céu Azul e Matelândia. Compreende uma única área contínua de aproximadamente 75 mil hectares, cerca de 40% da área do Parna Iguazu, formada por Floresta Estacional Semidecidual nas



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



porções mais baixas e Floresta Ombrófila Mista nas maiores altitudes e em relevo mais acidentado, na sua porção mais ao norte. Esta zona é completamente envolvida pela Zona Primitiva.

A Zona Primitiva é aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a zona Intangível e a zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa e educação ambiental, permitindo-se formas primitivas de recreação.

A zona Primitiva compreende uma área de aproximadamente 62 mil ha, representando 33% da UC e é composta de três porções distintas no Parque, das quais a área pertencente a Matelândia localiza-se na 3ª porção, localizada na porção centro-leste do Parque Iguaçu, entre os limites da zona de Recuperação da estrada do Colono até o limite leste do Parque, no rio Gonçalves dias. Limita-se ao norte com a zona de Recuperação na margem da rodovia BR-277 e Estrada Velha de Guarapuava, e ao sul com zona de Uso Extensivo do rio Iguaçu. Inclui a cachoeira do rio Azul (coordenadas geográficas 25° 9'19.72"S 53°47'44.48"O). Excluem-se as áreas de zona de Uso Extensivo da cachoeira do Aido e Lindoeste, corredeira dos Paulistas, fazenda Colonial e região das cachoeiras do Silva Jardim. Exclui-se ainda a área da zona intangível, da bacia do rio Floriano.

A Zona de Uso Extensivo é aquela constituída por áreas naturais ou por alterações antrópicas. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter: centro de visitantes, museus e outras facilidades e serviços, indispensáveis à gestão da Unidade e às demais atividades permitidas nesta Zona.



4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A caracterização socioeconômica é um elemento fundamental para a elaboração do plano diretor, ao fornecer dados e informações que embasam as diretrizes e decisões do plano. Com base na caracterização socioeconômica, é possível identificar as necessidades e potencialidades da região, subsidiando a definição de políticas públicas e ações de desenvolvimento sustentável.

Em conjunto, a caracterização socioeconômica e o plano diretor são ferramentas complementares que visam promover um planejamento integrado e estratégico, buscando o equilíbrio entre o crescimento econômico, a qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente. Essas práticas são fundamentais para promover um desenvolvimento sustentável e harmonioso das cidades e regiões.

Com base nisto será realizado a análise dos principais indicadores socioeconômicos de Matelândia, para compreender o processo de produção do espaço através da dinâmica populacional e econômica do município, considerando os seguintes aspectos:

- Aspectos sociodemográficos;
- Aspectos econômicos;

4.1. Aspectos Sociodemográficos

O município de Matelândia, segundo o Censo Demográfico do IBGE (Tabela 4.1), em 1991 possuía 17.329 habitantes, já em 2000 registrou 14.344 habitantes, em 2010 registrou 16.078 habitantes, em 2022 o município conta com uma população de 18.450 habitantes (IPARDES, 2023), resultando em uma densidade demográfica de 28,84 habitantes/km².

Desde 2000 o município vem aumentando sua população, sendo que sua taxa de crescimento geométrico populacional foi de 1,15%, já a taxa de crescimento geométrico populacional urbano de 2000 a 2010, apresentou taxa de crescimento anual de 1,35%, e a rural apresentou crescimento anual de 0,63%. No censo populacional de 2022 o município apresentou um aumento de 1,15%.

Tabela 4.1. Evolução da população entre 2000 a 2022

Período	Urbana	%	Rural	%	Total
1991	10.385	59,93%	6.944	40,07%	17.329
2000	10.151	70,77%	4.193	29,23%	14.344
2010	11.613	72,23%	4.465	27,77%	16.078
2022	—	—	—	—	18.450

Fonte: IPARDES (2023)

Na composição da população por sexo de 2010, observa-se um comportamento contrário à tendência média do conjunto do Estado, sendo que se observa um predomínio da população feminina nas faixas etárias mais jovens e na faixa etária acima dos 40 anos, diferente da do estado onde na faixa etária mais jovem a predominância é da população masculina (Figura 4.1 e Tabela 4.2).

Pirâmide Etária - 2022

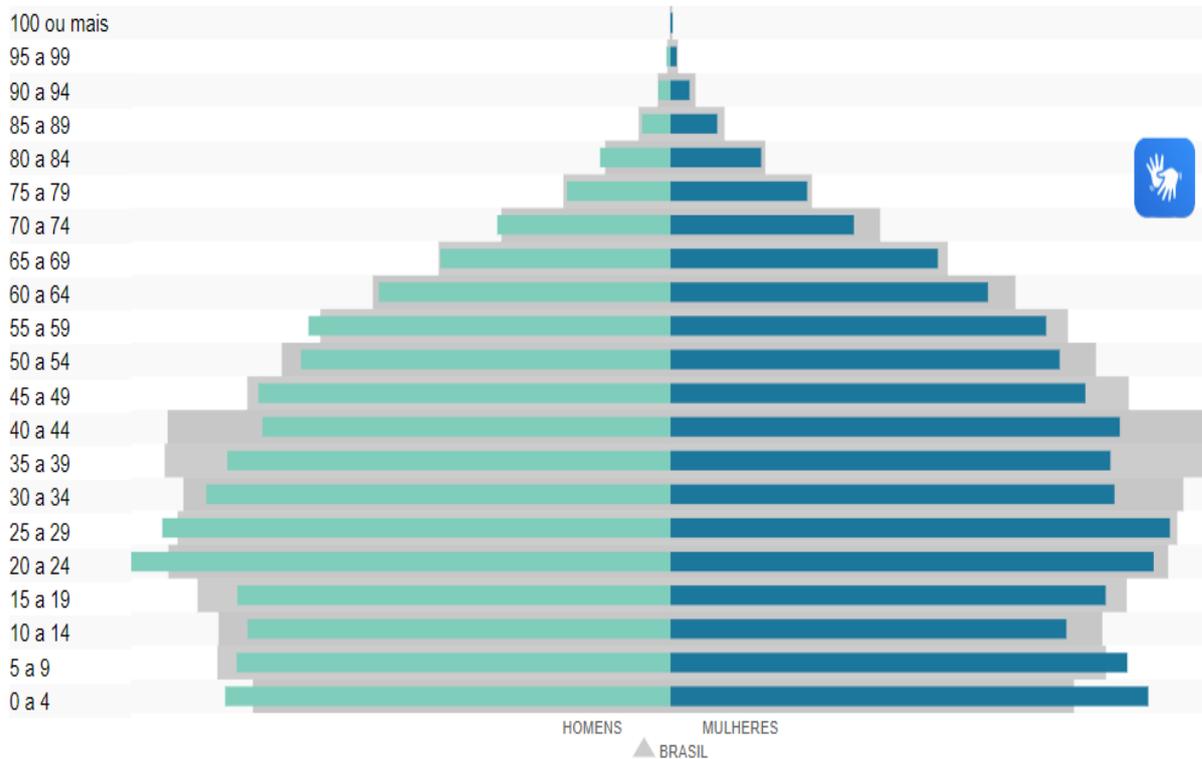


Figura 4.1. Pirâmide Etária de Matelândia (2022).

Fonte: IBGE, 2022.

**Tabela 4.2.** Distribuição da população por faixas etárias em 2022.

Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Menores que 1 ano	126	113	239
1 a 4 anos	532	573	1105
5 a 9 anos	641	675	1316
10 a 14 anos	625	585	1210
15 a 19 anos	640	643	1283
20 a 24 anos	797	714	1511
25 a 29 anos	751	738	1489
30 a 34 anos	686	656	1342
35 a 39 anos	655	650	1305
40 a 44 anos	603	664	1267
44 a 49 anos	609	613	1222
50 a 54 anos	546	575	1121
55 a 59 anos	535	555	1090
60 a 64 anos	431	469	900
65 a 69 anos	340	395	735
70 a 74 anos	256	271	527
75 a 79 anos	153	202	355
80 anos ou mais	170	243	413
Total	9.096	9.334	18.450

Fonte: IBGE, 2022.

Em relação à ocupação dos domicílios do município, segundo o IBGE (2022), existem 7.309 domicílios, sendo que 7.303 são particulares e 6 são coletivos.

Tabela 4.3. Número de domicílios segundo tipo e uso em 2022.

Composição Das Famílias	Nº De Famílias
Particular	7.303
Particular Permanente	7.289
Ocupado	6.501
Não ocupado	788
Ocupado Ocasional	238
Vago	550
Particular Improvisado	14
Coletivo	6
Total	7.309

Fonte: IBGE, 2022.



No que se refere as estruturas públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário oferecidas aos domicílios particulares permanentes, o município atende 99% da população (Tabela 4.4). Quando observamos o atendimento à coleta de lixo, observa-se que há 2,7% da população apenas que não é atendido.

Tabela 4.4. Atendimentos de serviços públicos nos domicílios — 2022.

Características	Nº de domicílios
Número de domicílios particulares permanentes	6.501
Abastecimento de água (Água canalizada)	6.500
Esgotamento sanitário (Banheiro ou sanitário)	6.501
Destino do lixo (Coletado)	6.324

Fonte: IBGE, 2022.

Ao se buscarem os dados relacionados à taxa de alfabetização, observa-se que o mesmo se encontra, na maior parte das faixas etárias, menor que à média do estado, porém não há grande variação. Nota-se que a maior concentração de analfabetos do município se apresenta na população adulta com idade acima de 65 anos, conforme Tabela 4.5.

Tabela 4.5. Taxa de analfabetismo segundo faixa etária — 2022.

Taxa de Alfabetização			
Faixa Etária	Taxa de Matelândia	Taxa do Paraná	Variação
(Anos)	(%)	(%)	(%)
De 15 ou mais	94,53	95,69	-1,16
De 15 a 19	99,22	99,17	0,05
De 20 a 24	98,81	99,18	-0,37
De 25 a 34	98,41	99,1	-0,69
De 34 a 44	97,78	98,42	-0,64
De 45 a 54	95,69	96,53	-0,84
De 55 a 64	89,85	93,26	-3,41
De 65 e mais	82,07	84,52	-2,45

Fonte: IBGE — 2010



Em relação ao crescimento do município, o mesmo apresenta em 2022 uma taxa bruta de natalidade de 14,04 por mil habitantes e de mortalidade geral de 8,08 por mil habitantes (IPARDES, 2024), resultando em um crescimento de 5,96 por mil.

Considerando os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); Esperança de vida ao nascer; taxa de frequência escolar (pessoas de 7 a 22 anos); taxa de alfabetização de adultos; e Renda per capita, observa-se que o melhor desempenho está associado à realização de políticas públicas, especialmente na área de educação (Tabela 4.6).

Nota-se, diante dos dados, que a expectativa de vida no município aumentou nos últimos anos, destacando a melhoria do atendimento de serviços básicos da saúde. Da mesma forma, no setor da educação, a alfabetização e a frequência bruta escolar também aumentaram, dados percebidos no IDH-M Educação.

Tabela 4.6. Indicadores e evolução do IDH-M de Matelândia — PR.

Indicadores	1991	2000	2010
Esperança de Vida ao Nascer	64,23 anos	69,87 anos	74,85 anos
Taxa de Alfabetização de Adulto	83,56	90,88	93,27
Taxa Bruta De Frequência Escolar	0,32	0,67	0,73
Renda Per Capita	308,21 (1,00)	467,20 (1,00)	683,91 (1,00)
IDHM-L Longevidade	0,654	0,748	0,831
IDHM-E Educação	0,293	0,551	0,642
IDHM-R Renda	0,587	0,654	0,715
IDH-M	0,483	0,646	0,725
Classificação IDH-M NA UF	99	63	98
Classificação Nacional IDH-M	1.059	682	1.154

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil — PNUD, IPEA, FJP, IPARDES.

4.1.1. Projeção Populacional

Por ocasião da divulgação das referidas projeções para o período de 2017–2040, em julho de 2017, o IPARDES preencheu uma lacuna nas projeções para os municípios paranaenses que era disponibilizar, além do total populacional, informações por sexo e faixa etária. Essa publicação teve por base a Projeção Populacional do IBGE, lançada em



2013, que apresentava projeções para o Estado até 2030, complementadas pelo IPARDES para o período de 2031–2040 (IPARDES, 2017).

Em junho de 2018, o IBGE revisou a projeção populacional para a União e as Unidades da Federação, em virtude de os registros de nascimento entre 2000 e 2016 apresentarem trajetória diferente daquela adotada na projeção de 2013. Na projeção de 2013 houve uma superestimação da taxa de fecundidade total (TFT) brasileira em relação ao que foi observado para o período 2000/2013 e sua subestimação para todo o período até 2060; observa-se que nesta projeção a TFT cai continuamente até 2030 e depois praticamente se estabilizava.

Na projeção 2018, para rever o componente Fecundidade, o IBGE utilizou os nascimentos obtidos nas Estatísticas do Registro Civil e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) para os anos 2000–2016. Com base nessas informações houve a constatação de que após o ano de 2013 teria ocorrido um aumento na taxa de fecundidade total brasileira, o que justificou a revisão da projeção populacional.

Verifica-se que a mesma inversão no comportamento da TFT ocorreu para o Paraná, de modo mais intenso do que o verificado para o Brasil. Considerando-se, respectivamente, os dados das projeções 2013 e 2018, a taxa de fecundidade total para o Brasil, em 2030, passou de 1,51 para 1,72; no caso do Paraná, a taxa variou de 1,45 para 1,76, esta última acima da projetada para o Brasil no referido ano.

Para realizar as projeções municipais, fez-se uso do método de relação de cortes (DUCHESNE, 1989), o qual requer como insumo dados de população por sexo e por grupo etários para o Estado e para os municípios, obtidos dos Censos Demográficos 2000 e 2010 e das projeções e Retroprojeções de 2018 (IBGE,2018). Esse método utilizado tem a vantagem de trabalhar a estrutura populacional dos municípios, considerando as mudanças demográficas que possam ocorrer ao longo do período projetado, possibilitando realizar projeções para períodos quinquenais. Para os anos intermediários das projeções quinquenais inicialmente calculadas utilizou-se o procedimento de interpolação linear para realizar as estimações correspondentes a esses anos intermediários.

A projeção da população dos municípios do Paraná disponibilizada pelo IPARDES em sua base de dados (BDEweb) utilizou um método matemático que leva em conta a

tendência passada das participações relativas das pequenas áreas (municípios) na área maior (Estado), projetando-as na hipótese de um comportamento logístico. Esse método requer que já se disponha de resultados de projeção para a área maior, cobrindo o horizonte temporal pretendido. Nesse caso, o IPARDES adotou as projeções de população para o Paraná, produzidas pelo IBGE (versão 2013), e considerou o horizonte de 2016 a 2030.

Diante disso, segundo dados da Projeção da População do IPARDES de 2016 a 2030 é de 19.139 habitantes, com um crescimento médio de 5,7% até 2030.

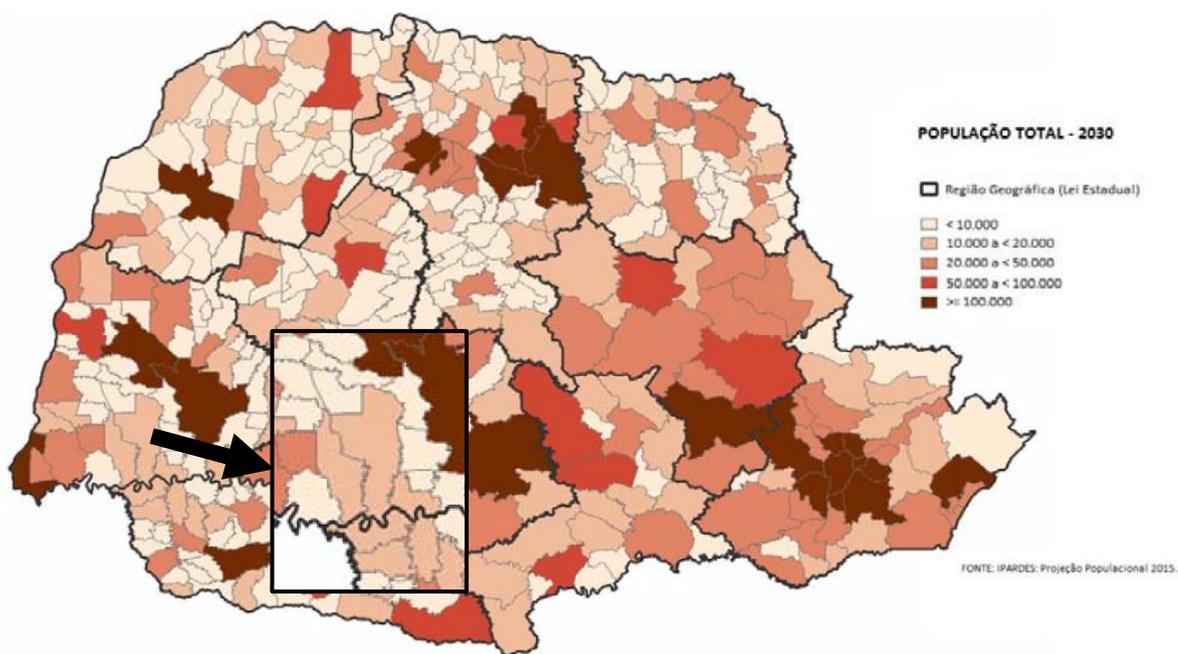


Figura 4.2. Projeção populacional de Matelândia até 2040.

Fonte: Adaptado de IPARDES, 2015.

Analisando-se o crescimento populacional de 2010 a 2022, o IBGE em seu último censo (2022) apresentou uma taxa de crescimento geométrico para Matelândia de 1,15%. Com base neste dado, projetou-se a população de Matelândia para 2035 para 21.425 habitantes, conforme apresenta-se a tabela abaixo.



Tabela 4.7. População projetada até 2035 para Matelândia-PR.

Ano	População Projetada
2022	18.450
2025	19.098
2026	19.319
2027	19.542
2028	19.768
2029	19.997
2030	20.228
2031	20.462
2032	20.699
2033	20.938
2034	21.180
2035	21.425

Fonte: IBGE, 2022. Elaborado por Farol 14 Consultoria em Projetos, 2024.

4.2. Aspectos Socioeconômicos

A análise dos aspectos econômicos desempenha um papel fundamental no âmbito do Plano Diretor, uma vez que a relação entre economia e planejamento urbano é intrínseca e exerce um impacto direto no desenvolvimento de uma cidade. O plano Diretor, como instrumento de gestão urbana, busca direcionar o crescimento de forma sustentável e equilibrada, considerando não apenas os aspectos sociais e ambientais, mas também os fatores econômicos.

A análise dos aspectos econômicos abrange a compreensão das dinâmicas econômicas presentes na cidade, como os setores de atividade econômica predominantes, os fluxos de investimentos, a geração de empregos e renda, bem como a demanda por infraestrutura, entre outros elementos. Essa análise possibilita a identificação das potencialidades e desafios econômicos existentes, assim como as oportunidades de desenvolvimento e diversificação econômica.

Nesse contexto, serão analisados os principais indicadores econômicos de Matelândia, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), a renda e o emprego, e os setores econômicos presentes na região. Esses indicadores fornecem informações valiosas sobre a saúde economia do município, permitindo uma compreensão mais aprofundada do seu panorama econômico.



O PIB é um dos indicadores mais utilizados para mensurar a atividade econômica de uma região, representando o valor total dos bens e serviços produzidos em determinado período. Analisar o PIB de Matelândia possibilitara compreender o tamanho e o crescimento da economia local, identificando setores mais expressivos e o seu impacto na geração de riqueza.

A análise da renda e do emprego é essencial para avaliar a qualidade de vida da população e o nível de atividade econômica. Será possível verificar a distribuição de renda, a taxa de desemprego, a criação de empregos formais e informais, assim como a capacidade de absorção da mão de obra local.

Além disso, será examinado a estrutura dos setores econômicos presentes em Matelândia, identificando as atividades predominantes e a sua contribuição para a economia local. Compreender os setores econômicos e fundamental para direcionar políticas públicas e promover a diversificação econômica, buscando reduzir a dependência de um único setor e fortalecer a resiliência econômica do município.

Ao analisar esses indicadores econômicos, será possível obter um panorama abrangente da situação econômica de Matelândia, subsidiando a tomada de decisões no âmbito do Plano Diretor e contribuindo para um desenvolvimento urbano mais sustentável e próspero.

4.2.1. Produto Interno Bruto — PIB

Conforme os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) de Matelândia alcançou a marca de R\$ 990,8 milhões em 2020. Este valor colocou Matelândia como a 13^a Economia da mesorregião oeste paranaense, representando 1,48% das riquezas geradas na região, conforme apresentado na Tabela 4.8.

Tabela 4.8. PIB (preço corrente) dos municípios da Mesorregião Oeste, a preço.

Municípios	2010	2021	Participação 2010	Participação 2020	Variação anual média (2010- 2021)
Matelândia	37.129,21	115.054,20	0,15%	0,16%	19,08%
Assis Chateaubriand	556.879,72	1.633.334,31	2,30%	2,20%	17,57%
Boa Vista da Aparecida	60.033,35	185.335,80	0,25%	0,25%	18,97%
Braganey	78.663,97	241.540,68	0,32%	0,33%	18,82%
Cafelândia	483.398,78	1.949.275,13	1,99%	2,63%	27,57%
Campo Bonito	76.330,50	224.674,30	0,31%	0,30%	17,67%
Capitão Leônidas Marques	707.615,37	1.255.561,94	2,92%	1,69%	7,04%
Cascavel	5.317.063,09	15.787.528,28	21,94%	21,29%	17,90%
Catanduvas	136.831,76	355.969,82	0,56%	0,48%	14,56%
Céu Azul	268.220,91	942.787,01	1,11%	1,27%	22,86%
Corbélia	294.602,88	1.064.215,24	1,22%	1,44%	23,75%
Diamante do Sul	26.112,75	74.746,48	0,11%	0,10%	16,93%
Diamante D'Oeste	51.252,89	128.045,60	0,21%	0,17%	13,62%
Entre Rios do Oeste	82.184,22	313.169,23	0,34%	0,42%	25,55%
Formosa do Oeste	105.263,00	370.784,62	0,43%	0,50%	22,93%
Foz do Iguaçu	6.245.512,84	18.969.765,18	25,77%	25,58%	18,52%
Guaira	391.298,72	1.140.009,38	1,61%	1,54%	17,39%
Guaraniaçu	177.251,82	512.045,18	0,73%	0,69%	17,17%
Ibema	69.924,95	182.356,89	0,29%	0,25%	14,62%
Iguatu	39.311,26	84.006,86	0,16%	0,11%	10,34%
Iracema do Oeste	37.316,05	194.376,65	0,15%	0,26%	38,26%
Itaipulândia	135.588,29	524.842,05	0,56%	0,71%	26,10%
Jesuítas	129.501,38	441.993,49	0,53%	0,60%	21,94%
Lindoeste	81.329,95	200.888,31	0,34%	0,27%	13,36%
Marechal Cândido Rondon	983.588,99	2.923.901,49	4,06%	3,94%	17,93%
Maripá	153.456,06	478.132,99	0,63%	0,64%	19,23%
Matelândia	255.255,32	1.096.411,39	1,05%	1,48%	29,96%
Medianeira	750.258,39	2.442.130,67	3,10%	3,29%	20,50%
Mercedes	85.343,44	278.237,10	0,35%	0,38%	20,55%
Missal	182.213,30	466.463,73	0,75%	0,63%	14,18%

Municípios	2010	2021	Participação 2010	Participação 2020	Variação anual média (2010- 2021)
Nova Aurora	204.947,70	819.786,22	0,85%	1,11%	27,27%
Nova Santa Rosa	142.114,71	439.769,25	0,59%	0,59%	19,04%
Ouro Verde do Oeste	77.631,32	318.639,23	0,32%	0,43%	28,22%
Palotina	798.830,38	2.815.892,44	3,30%	3,80%	22,95%
Pato Bragado	66.143,35	243.510,25	0,27%	0,33%	24,38%
Quatro Pontes	76.913,22	253.583,11	0,32%	0,34%	20,88%
Ramilândia	48.849,24	113.786,56	0,20%	0,15%	12,08%
Santa Helena	413.132,03	1.465.283,29	1,70%	1,98%	23,15%
Santa Lúcia	55.580,01	140.120,21	0,23%	0,19%	13,83%
Santa Tereza do Oeste	163.333,20	582.124,32	0,67%	0,79%	23,31%
Santa Terezinha de Itaipu	241.881,46	687.387,25	1,00%	0,93%	16,74%
São José das Palmeiras	38.787,56	99.036,43	0,16%	0,13%	14,12%
São Miguel do Iguaçu	544.432,16	1.470.177,72	2,25%	1,98%	15,46%
São Pedro do Iguaçu	85.834,41	247.169,67	0,35%	0,33%	17,09%
Serranópolis do Iguaçu	103.872,56	291.348,77	0,43%	0,39%	16,41%
Terra Roxa	323.637,59	893.579,21	1,34%	1,21%	16,01%
Toledo	2.438.245,70	7.482.485,01	10,06%	10,09%	18,81%
Três Barras do Paraná	159.340,50	435.986,69	0,66%	0,59%	15,78%
Tupãssi	145.151,03	431.452,28	0,60%	0,58%	17,93%
Vera Cruz do Oeste	111.266,94	341.127,31	0,46%	0,46%	18,78%
Total	24.238.658,22	74.149.829,22	100,00%	100,00%	18,72%

Fonte: IBGE, 2023 — Elaboração Farol 14 Consultoria.

No período de 2010 a 2021, o PIB de Matelândia apresentou um crescimento anual médio nominal de 29,96%. Em comparação com os valores da mesorregião (18,72% ao ano), o município de Matelândia teve um crescimento 60% maior e quando comparado com a média do estado o crescimento foi de 85% maior que a média do Estado do Paraná, que foi de 10,50% ao ano. Essas informações são evidenciadas na Tabela 4.9.

**Tabela 4.9.** Variação anual média de Matelândia em comparação com a Microrregião e o Estado.

Localidade	2010	2021	Variação anual média (2010- 2021)
Matelândia	255.255,32	1.096.411,39	29,96%
Mesorregião Oeste	24.238.658,22	74.149.829,22	18,72%
Paraná	255.205.254,70	549.973.061,87	10,50%

Fonte: IBGE,2023 — Elaboração Farol 14 Consultoria.

Em 2021, o PIB per capita de Matelândia, que representa a divisão da riqueza gerada no município pelo número de habitantes, foi de R\$ 60.025,00. Esse valor posicionou Matelândia como o 14º com o maior PIB per capita entre os 50 municípios analisados na Mesorregião Oeste Paranaense. Observa-se que este valor é superior à média do estado do Paraná, que foi de R\$ 47.422,00, assim como à média da Grande Região de Cascavel, que foi de R\$ 47.600,00, e da Pequena Região de Cascavel, que foi de 47.500,00.

Ao analisar o período de 2010 a 2020, observa-se que a classificação do PIB per capita de Matelândia em relação à mesorregião sofreu um avanço saindo da 26ª posição e indo para 14ª posição entre os municípios da região, conforme detalha a tabela 4.10.

Tabela 4.10. Ranking do PIB per capita dos municípios da Mesorregião Oeste e variação anual média, 2010 e 2021.

Municípios	2010		2021		Variação anual média (2010- 2021)
	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	
Matelândia	12.919,00	40º	41.476,00	37º	20,10%
Assis Chateaubriand	16.862,00	25º	49.040,00	28º	17,35%
Boa Vista da Aparecida	7.589,00	49º	24.633,00	48º	20,42%
Braganey	13.716,00	35º	45.249,00	31º	20,90%
Cafelândia	32.969,00	2º	103.779,00	1º	19,53%
Campo Bonito	17.320,00	22º	60.821,00	13º	22,83%

Municípios	2010		2021		Variação anual média (2010- 2021)
	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	
Capitão Leônidas Marques	47.269,00	1º	79.031,00	7º	6,11%
Cascavel	18.578,00	15º	46.976,00	29º	13,90%
Catanduvas	13.412,00	38º	35.092,00	42º	14,70%
Céu Azul	24.313,00	6º	79.413,00	6º	20,60%
Corbélia	18.061,00	17º	62.010,00	12º	22,12%
Diamante do Sul	7.440,00	50º	21.926,00	50º	17,70%
Diamante D'Oeste	10.196,00	47º	24.256,00	49º	12,54%
Entre Rios do Oeste	20.933,00	10º	67.334,00	9º	20,15%
Formosa do Oeste	13.959,00	33º	58.437,00	15º	28,97%
Foz do Iguaçu	24.388,00	5º	73.534,00	8º	18,32%
Guaira	12.744,00	41º	34.033,00	43º	15,19%
Guaraniaçu	12.156,00	43º	42.781,00	35º	22,90%
Ibema	11.527,00	46º	28.551,00	45º	13,43%
Iguatu	17.597,00	20º	37.320,00	39º	10,19%
Iracema do Oeste	14.475,00	30º	87.715,00	2º	46,00%
Itaipulândia	15.022,00	29º	45.292,00	30º	18,32%
Jesuítas	14.387,00	31º	53.568,00	19º	24,76%
Lindoeste	15.171,00	28º	44.761,00	32º	17,73%
Marechal Cândido Rondon	21.008,00	9º	54.115,00	18º	14,33%
Maripá	26.998,00	4º	85.964,00	4º	19,86%
Matelândia	15.876,00	26º	60.025,00	14º	25,28%
Medianeira	17.941,00	18º	52.027,00	24º	17,27%
Mercedes	16.913,00	24º	49.535,00	27º	17,53%
Missal	17.397,00	21º	43.570,00	33º	13,68%
Nova Aurora	17.272,00	23º	80.919,00	5º	33,50%
Nova Santa Rosa	18.636,00	14º	52.914,00	22º	16,72%

Municípios	2010		2021		Variação anual média (2010- 2021)
	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	PIB Per Capita	Classificação Na Microrregião	
Ouro Verde do Oeste	13.639,00	36º	52.790,00	23º	26,10%
Palotina	27.850,00	3º	86.940,00	3º	19,29%
Pato Bragado	13.717,00	34º	42.313,00	36º	18,95%
Quatro Pontes	20.224,00	12º	62.722,00	11º	19,10%
Ramilândia	11.816,00	44º	25.286,00	47º	10,36%
Santa Helena	17.645,00	19º	54.197,00	17º	18,83%
Santa Lúcia	14.161,00	32º	36.922,00	40º	14,61%
Santa Tereza do Oeste	15.808,00	27º	57.894,00	16º	24,20%
Santa Terezinha de Itaipu	11.606,00	45º	28.729,00	44º	13,41%
São José das Palmeiras	10.127,00	48º	27.502,00	46º	15,60%
São Miguel do Iguaçu	21.127,00	8º	53.083,00	21º	13,75%
São Pedro do Iguaçu	13.224,00	39º	43.023,00	34º	20,49%
Serranópolis do Iguaçu	22.739,00	7º	65.325,00	10º	17,03%
Terra Roxa	19.311,00	13º	50.881,00	26º	14,86%
Toledo	20.436,00	11º	51.746,00	25º	13,93%
Três Barras do Paraná	13.476,00	37º	36.224,00	41º	15,35%
Tupãssi	18.151,00	16º	53.233,00	20º	17,57%
Vera Cruz do Oeste	12.400,00	42º	40.664,00	38º	20,72%
Total	862.501,00	—	2.595.571,00	—	18,27%

Fonte: IBGE, 2023 — Elaboração Farol 14 Consultoria.

Com base na análise realizada no Produto Interno Bruto (PIB) do município, constatou-se que aproximadamente 33,6% do valor advém do setor Industrial, seguida pelo serviço (33,5%), agropecuária (21,5%) e Administração Pública.

Ao analisar a composição do PIB do município de Matelândia entre os anos de 2010 e 2020, é evidente um notável crescimento econômico durante essa década. Este

crescimento é acompanhado por mudanças substanciais na estrutura econômica do município.

A participação da Agropecuária no PIB diminuiu consideravelmente, refletindo uma possível transição para atividades econômicas mais diversificadas. Nesse sentido, a Indústria e os Serviços tiveram um aumento significativo em suas participações, indicando uma crescente diversificação econômica.

O setor de Serviços, juntamente com a Administração Pública, experimentou um aumento em sua importância, sugerindo investimentos na infraestrutura local e no desenvolvimento de serviços públicos. A Administração Pública, em particular, teve um crescimento em sua parcela do PIB, o que pode indicar um foco renovado em melhorias para a comunidade.

Apesar da redução percentual na participação da Agropecuária, seu valor absoluto aumentou consideravelmente, possivelmente resultado de avanços tecnológicos ou maior eficiência produtiva.

O aumento da Indústria e dos Serviços pode ser um indicativo de investimentos direcionados à industrialização e ao setor de serviços, possivelmente atraindo empresas e gerando empregos, o que, por sua vez, pode contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável do município.

Em síntese, a análise dos dados do PIB de Matelândia entre 2010 e 2020 revela um cenário de crescimento econômico, diversificação setorial e investimentos na Administração Pública e infraestrutura, com potenciais implicações positivas para o desenvolvimento a longo prazo do município.

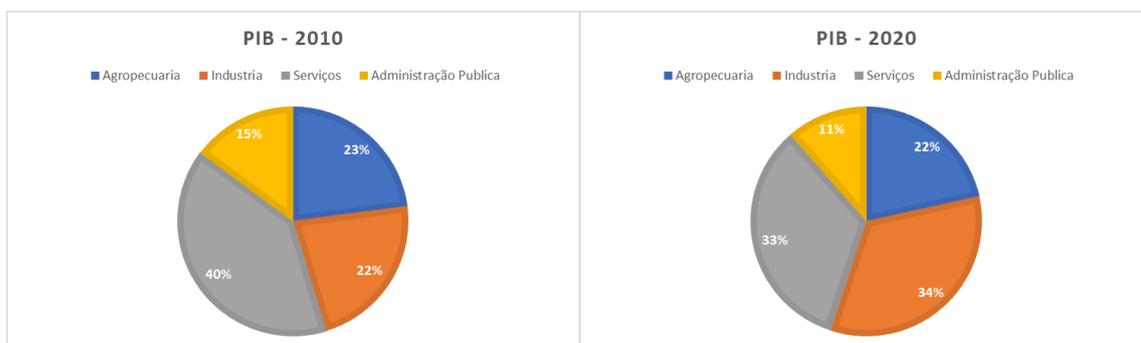


Figura 4.3. Composição do PIB de Matelândia em 2010 e 2020.

Fonte: IBGE, 2023 — Elaboração Farol 14 Consultoria.



4.2.2. Emprego e Renda

Segundo o levantamento do Censo 2010 do IBGE quanto aos dados relativos ao emprego, verifica-se que aproximadamente 56,02% da população é economicamente ativa. Dos 4.948 domicílios particulares, apenas 73 não tem rendimentos.

Tabela 4.11. Classe de rendimento nominal mensal domiciliar.

Classe de rendimento nominal mensal domiciliar	Nº de domicílios	Porcentagem de domicílios
Sem rendimento	73	1,48%
Até ½ salário mínimo	96	1,94%
De ½ a 1 salário mínimo	483	9,76%
De 1 a 2 salários mínimos	1.053	21,28%
De 2 a 5 salários mínimos	2.143	43,31%
De 5 a 10 salários mínimos	809	16,35%
De 10 a 20 salários mínimos	223	4,51%
Mais de 20 salários mínimos	68	1,37%
Total	4.948	100%

Fonte: IPARDES, 2010.

Segundo os padrões governamentais, “baixa renda” refere-se a cidadãos cuja renda per capita mensal familiar não ultrapasse a metade de um salário-mínimo, ou seja, R\$ 550,00, ademais, são também famílias cuja renda não ultrapasse os três salários-mínimos da renda total mensal. Das famílias do Município, 34,46% recebem até 2 salários-mínimos. Portanto, o município de Matelândia apresenta 34,46% dos domicílios em situação de baixa renda.

Os valores da renda per capita mensal registrada, em 2000 e 2010, evidenciam que houve crescimento da renda no município de Matelândia entre os anos mencionados. A renda per capita mensal no município era de R\$ 237,34, em 2000, e de R\$ 430,86, em 2010, a preços de agosto de 2010.

No Atlas do Desenvolvimento Humano, são consideradas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita mensal



inferior a R\$ 70,00, R\$ 140,00 e R\$ 255,00 (valores a preços de 01 de agosto de 2010), respectivamente. Dessa forma, em 2000, 14,92% da população do município eram extremamente pobres, 39,57% eram pobres e 73,74% eram vulneráveis à pobreza, em 2010, essas proporções eram, respectivamente, de 9,37% 21,21% e 43,21%.

O índice de Gini no município passou de 0,53, em 2000, para 0,46, em 2010, indicando, portanto, houve redução na desigualdade de renda.

A situação da vulnerabilidade social no município de Matelândia pode ser analisada pela dinâmica de alguns indicadores: houve redução no percentual de crianças extremamente pobres, que passou de 11,52% para 2,27%, entre 2000 e 2010.

De acordo com dados do IBGE (2010) a população em idade ativa é de 13.719 pessoas, a população ocupada é de 8.590 pessoas, portanto a taxa de atividade é de aproximadamente 56,02%. Em comparação com dados levantados do IBGE do ano de 2000, houve um acréscimo de 6,80% na porcentagem de taxa de atividade no município, dado que mostra que houve um aumento na porcentagem de pessoas empregadas no município.

Observa-se na Tabela 4.12 que das pessoas ocupadas aproximadamente 42% trabalham no setor de Serviços, seguido pelo agropecuário (24%), comercio (18,46%) e Industria (15,16%).

Tabela 4.12. População ocupada segundo as atividades econômicas — 2010.

Atividades Econômicas	Nº de pessoas	Porcentagem de pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.061	23,99%
Industria extrativas	12	0,14%
Indústrias de transformação	1.290	15,02%
Eletricidade e Gás	9	0,10%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	29	0,34%
Construção	448	5,21%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.586	18,46%
Transporte, armazenagem e correio	360	4,19%
Alojamento e alimentação	168	1,96%
Informação e Comunicação	19	0,22%

Atividades Econômicas	Nº de pessoas	Porcentagem de pessoas
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	105	1,22%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	119	1,39%
Atividade administrativas e serviços complementares	85	0,99%
Administração pública, defesa e seguridade social	327	3,81%
Educação	378	4,40%
Saúde humana e serviços sociais	212	2,47%
Artes, Cultura e Serviços sociais	25	0,29%
Outras atividades de serviços	167	1,94%
Serviços domésticos	556	6,47%
Atividades mal especificadas	635	7,39%
Total	8.591	100,00%

Fonte: IPARDES, 2010.

Segundo dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), de janeiro a agosto de 2024, foram registradas 1.982 admissões formais e 1.781 mil desligamentos, resultando em um saldo positivo de 201 novos trabalhadores. Este desempenho é superior ao do ano passado, quando o saldo foi de -121.

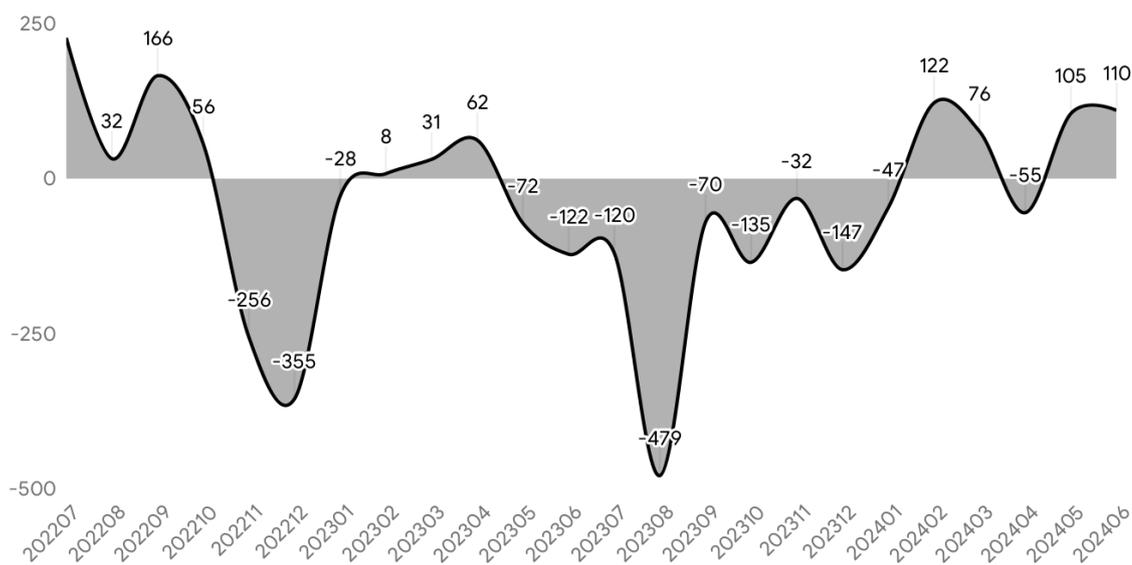


Figura 4.4. Evolução do Saldo de Empregos em Matelândia

Fonte: Caged, 2024.



Na pequena região de Cascavel este é o 3º melhor desempenho em termos absolutos. Considerando a geração de vagas pelo tamanho da população, a cidade é a 2ª que mais cresce na pequena região de Cascavel.

O município conta com a Agência do Trabalhador que desempenha um papel fundamental na intermediação de mão de obra, conectando trabalhadores em busca de emprego com empresas que têm vagas disponíveis. Além disso, oferece serviços essenciais como a emissão e renovação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), facilitando o acesso ao mercado de trabalho formal. A agência também orienta trabalhadores no processo de solicitação do seguro-desemprego, garantindo uma renda temporária para aqueles que foram demitidos sem justa causa, enquanto buscam uma nova colocação.

Outro serviço importante é a orientação profissional, onde a agência ajuda os trabalhadores a identificar suas habilidades e interesses, além de oferecer suporte na elaboração de currículos e preparação para entrevistas. Em parceria com outras instituições, a Agência do Trabalhador de Matelândia promove cursos de qualificação e capacitação profissional, melhorando a empregabilidade dos cidadãos.

Além disso, a agência fornece orientações para quem deseja abrir seu próprio negócio, contribuindo para a geração de novas oportunidades de trabalho no município. Esses serviços são vitais para dinamizar o mercado de trabalho em Matelândia, auxiliando tanto empregadores quanto trabalhadores na busca por melhores oportunidades.

No ano de 2024, a Agência do Trabalhador de Matelândia tem se destacado de forma expressiva no Ranking do Escritório Regional de Foz do Iguaçu, especialmente em relação às metas de emprego estabelecidas para o município. Este escritório regional abrange vários municípios, incluindo Ouro Verde do Oeste, Matelândia, Medianeira, Vera Cruz do Oeste, Missal, Céu Azul, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Foz do Iguaçu e Santa Helena.

Nos primeiros meses do ano, a Agência de Matelândia manteve um desempenho notável, ficando em 2º lugar no ranking em janeiro, fevereiro e março. Em abril, apesar de uma leve queda, alcançou a 5ª posição. Em maio, a agência conseguiu um feito significativo ao conquistar o 1º lugar, destacando-se como a melhor da regional naquele mês. Em junho, voltou a ocupar a 2ª posição, e em julho, ficou em 3º lugar. Esses resultados



consecutivos demonstram a consistência e o compromisso da Agência do Trabalhador de Matelândia em superar as metas estabelecidas pela regional, reafirmando sua importância e eficácia na promoção do emprego no município.

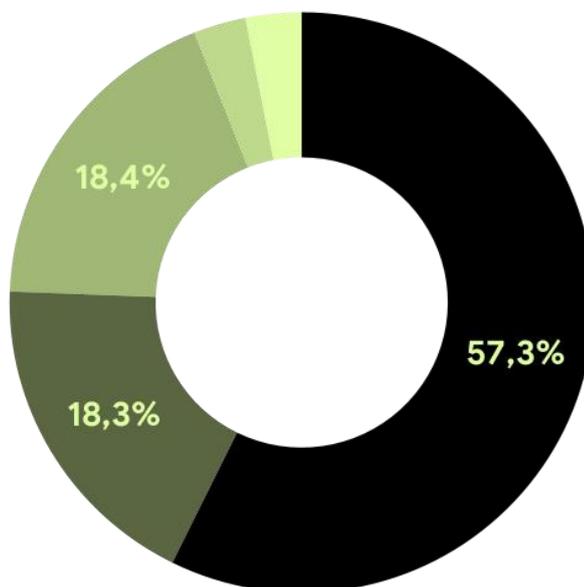
Até julho de 2024, segundo dados do REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), houve registro de 25 novas empresas em Matelândia, sendo que uma delas atua pela internet. Neste último mês, 7 novas empresas se instalaram. Este desempenho é maior que o do mês imediatamente anterior (4). No ano de 2023 inteiro, foram registradas 61 empresas. Na região, somam-se 7,4 mil novas empresas, valor que é superior ao desempenho do ano passado. Destacam-se as cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Francisco Beltrão e Pato Branco, que somaram um total de 5 mil novas empresas, o que representa 67,7% do total de empresas abertas na região no período (CAGED e RAIS, 2024).

O município possui 12,6 mil empregos com carteira assinada, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de retalhador de carne (3069), seguido de abatedor (2779) e de embalador, a mão (755). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 2,3 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$ 3,3 mil (CAGED e RAIS, 2024).

A concentração de renda entre as classes econômicas em Matelândia pode ser considerada baixa e é relativamente inferior à média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo (E e D) participam com 75,6% do total de remunerações da cidade, enquanto que as classes mais altas representam 5,9%. Destaca-se que a composição de renda das classes mais baixas da cidade tem uma concentração 32,5 pontos percentuais maior que a média estadual, já as faixas de alta renda possuem participação 20,3 pontos abaixo da média (CAGED e RAIS, 2024).

Do total de trabalhadores, as três atividades que mais empregam são: abate de aves (9275), administração pública em geral (694) e fabricação de laticínios (339). Entre os setores característicos da cidade, também se destacam as atividades de abate de aves e fabricação de laticínios (CAGED e RAIS, 2024).

● Classe E ● Classe D ● Classe C ● Classe B ● Classe A



Classes: E (até 2 Salários-Mínimos), D (de 2 a 4 S.M.), C (de 4 a 10 S.M.).

Figura 4.5. Composição da renda por classe econômica em Matelândia.

Fonte: RAIS, 2024.

Ao todo, existem 40 modalidades diferentes de comércio na cidade, das 74 possíveis. Com isso, a diversidade do comércio de Matelândia é considerada alta, assim como a dos serviços, que também contempla empresas de vários setores na cidade, tornando a concorrência mais acirrada de um modo geral (REDESIM, 2024).

Comparando o desempenho da cidade com a média dos municípios com tamanho populacional similar, tanto o comércio quanto os serviços apresentam maior grau de desenvolvimento comercial.

Ainda em comparação com municípios de tamanho similar, os supermercados e lojas de variedades e as lojas de roupas e calçados se destacam com operações de maior volume de trabalhadores per capita que os demais municípios, o que indica alta concorrência nestes setores. No caso dos supermercados e lojas de variedades são 219 funcionários para cada 10 mil habitantes na cidade, enquanto a média em outros municípios é de 159, resultando em uma diferença de 60 trabalhadores entre a taxa real e a taxa esperada. Já no caso das lojas de roupas e calçados, o município possui um total



de 23 funcionários a mais para cada 10 mil habitantes, o que também o classifica como atividade de alta concorrência.

Por outro lado, as atividades dos hotéis, o comércio atacadista de alimentos e bebidas e as farmácias, óticas e perfumarias demonstram grande potencial para novos investimentos locais. O segmento dos hotéis costuma apresentar uma taxa esperada de 227 trabalhadores para cada 10 mil habitantes, enquanto a cidade possui uma taxa de 219, resultando em uma diferença de -8. O mesmo ocorre para o setor do comércio atacadista de alimentos e bebidas, que apresenta uma diferença entre a taxa real e esperada de -7 trabalhadores para cada 10 mil habitantes.

Destaca-se que os segmentos do comércio atacadista de madeira e material de construção, os campings e albergues e o comércio atacadista de eletrônicos e informática representam atividades que costumam ter movimentação de trabalhadores em cidades de tamanho similar, mas que não demonstraram vínculos formais de emprego na cidade.

Segundo dados da Receita Federal, até o dia 3 de agosto de 2024, o município possuía um total de 1,36 mil microempreendedores individuais. Considerando o tamanho populacional da cidade, há uma taxa de 73,6 MEIs para cada mil habitantes, este indicador está acima da média dos demais municípios e é a 9º maior taxa da região imediata. Durante o ano de 2023, o crescimento de MEIs tem sido acima da média brasileira, com um aumento de 7,8%, este desempenho é o 98º melhor do estado. No último mês, houve acréscimo de 12 registros do total de microempreendedores individuais.

A Receita Federal também apresentou que em 2020, o número de declarantes do imposto de renda em cidade foi de 2,6 mil pessoas no município. O total de declarantes aumentou em 12,4% desde o último ano, o que representa um desempenho acima da média. Considerando o tamanho populacional, o número de declarantes representa 14,1% do total de habitantes, este percentual é considerado acima da média quando comparado com a média dos demais municípios.

Em novembro de 2023, os registros de cadastro único do município somam 2,4 mil famílias e 6,3 mil pessoas, o que representa 34,3% do total de habitantes. De acordo com os registros, o total de pessoas em situação de pobreza é de 482 pessoas, já na condição de extrema pobreza são 156 pessoas (0,8% da população).



A participação do número de pessoas em extrema pobreza é considerada muito baixa, sendo a cidade com a 23ª cidade com maior percentual dentro da pequena região de Cascavel. No último ano, o total de pessoas em situação de pobreza cresceu 2,6%, enquanto que o total de pessoas em extrema pobreza reduziu -23,2%, uma variação acima da média nacional.

Nesse contexto de grandes diferenças sociais, os desafios para a grande maioria dos municípios, quanto à redução da pobreza e, conseqüentemente, quanto ao alcance de ganhos no IDH-M, têm suas possibilidades associadas principalmente a investimentos do poder público nas áreas tradicionais da saúde e da educação, uma vez que intervenções que se reflitam na renda têm determinantes muito mais complexos e fortemente condicionados a decisões do setor privado.

4.2.3. Setores Econômicos

Os setores econômicos de um município desempenham um papel fundamental no seu desenvolvimento e na coesão de sua comunidade. Compreender as atividades e as contribuições específicas desses setores é de extrema importância para direcionar políticas públicas, promover investimentos estratégicos e estimular o crescimento econômico local.

Ao analisar os setores econômicos de um município, são geralmente identificados três segmentos principais: o setor primário, o setor secundário e o setor terciário. O setor primário abrange as atividades relacionadas à agricultura, pecuária, pesca, exploração de recursos naturais e outras atividades diretamente ligadas aos recursos naturais disponíveis no município. O setor secundário refere-se às atividades industriais, como a transformação de matérias-primas em produtos manufaturados ou semimanufaturados. Por fim, o setor terciário compreende os serviços, englobando comércio, turismo, transporte, saúde, educação e outros.

Uma caracterização detalhada desses setores permite uma melhor compreensão das forças e fraquezas do município, bem como das oportunidades e desafios existentes. Essa análise pode revelar os recursos naturais e as habilidades produtivas que o município possui, permitindo o desenvolvimento de estratégias adequadas para impulsionar a economia local. Além disso, compreender as demandas e as necessidades dos setores, podendo direcionar investimentos para áreas como turismo, educação e



saúde, melhorando a qualidade de vida da população e fortalecendo a economia na totalidade.

Portanto, a caracterização dos setores econômicos de um município é um passo crucial para o planejamento e o desenvolvimento sustentável, permitindo que os recursos disponíveis sejam utilizados eficientemente e que a comunidade possa prosperar de maneira equilibrada e diversificada.

A economia matelandiense é extremamente peculiar. Matelândia conta com a participação extraordinariamente elevada da população formalmente ocupada na população domiciliada, próxima dos 50%, e muito superior a relação ao padrão no Paraná, que não atinge os 30%. Logo fica claro que parcela expressiva da população ocupada nas empresas de Matelândia não é domiciliada no município. A compreensão deste ponto é crucial para que poderemos entender que há uma dimensão rigorosamente estrutural no que, inicialmente, parece uma carência de desenvolvimento urbano em Matelândia: os estreitos nexos de complementariedade entre os municípios-cidades de Matelândia, Medianeira, Céu Azul, São Miguel do Iguaçu e Santa Tereza do Oeste.

Estes municípios perfazem uma unidade e estão fadados a trabalhar em conjunto no interior de um sistema de divisão de trabalho e especialização. E isto na medida em que eles estão sendo integrados a uma das mais promissoras rede logística e de negócios do Cone Sul. E contam com uma benesse geopolítica comum: o Parque Nacional do Iguaçu.

Não há qualquer outra rota rodoviária mais econômica entre Cascavel e Toledo e a Tríplice Fronteira que não seja a BR-277. O sistema logístico da Tríplice Fronteira, seja no plano do transporte (rodoviário, aeroviário e, de forma crescente, até hidroviário, pelo rio Paraná), seja no plano do armazenamento, seja no plano alfandegário e de serviços em geral, e, hoje, o sistema mais sofisticado e ágil do Mercosul. É o que garante o máximo retorno em termos de segurança e os menores custos relativos para transações comerciais legais e exigentes em termos de celeridade.

A importância deste fato não pode ser subestimada, pois ele altera radicalmente os custos aparentes das rotas de transporte. Não importa se emerge uma rota "mais curta" ou "sem pedágio". A rota por Foz do Iguaçu - Ciudad Del Este permite que se opere com transportadoras brasileiras até a fronteira, que realizam o transbordo rapidamente, seja



para transportadoras interacionais, seja para transportadoras paraguaias até Assunção, e interacionais a partir de então.

Essas operações tornam o transporte rodoviário terrestre significativamente mais barato, especialmente porque as transportadoras brasileiras que levam cargas nacionais de todas as partes do país até Foz do Iguaçu enfrentam custos menores. Em primeiro lugar, elas não precisam arcar com os custos relacionados à adequação às legislações de outros países. Mais importante ainda, devido à magnitude do centro logístico da Tríplice Fronteira, que funciona como um verdadeiro porto marítimo de grande porte, os transportadores nacionais sempre conseguem frete de retorno, algo que não ocorre ao levar cargas para fronteiras menos movimentadas.

Os temas que pareciam dispersos começam a mostrar sua integridade: a elevada proporção de ocupados entre os domiciliados, a especialização produtiva em torno da Cadeia da Proteína Animal (doravante CPA), os quocientes locacionais pouco expressivos nos serviços prestados as empresas e famílias. Todas estas características eram traços da elevada integração dos municípios do "Eixo BR-277". E muito do que parecia "problema", passou a parecer "qualidade".

Na medida em que se entende que a BR-277 já cumpre uma função articuladora crucial e irá cumprir uma função ainda mais forte - pois está fadada a se tornar um dos eixos do principal corredor rodoviário de exportação do Mercosul - não há, nem como, nem porque, pensar em promover qualquer tipo de "protecionismo" para o comércio de Matelândia sem olhar os municípios irmãos. Pelo contrário. Há que aprofundar a integração da economia de Matelândia às economias irmãs, promovendo apenas o que é estritamente competitivo no território. Sem abrir mão da diversificação produtiva matelandiense.

Pois, há, sim, uma excessiva especialização em Matelândia. E há excessiva dependência das organizações líderes de Medianeira, as Cooperativas Lar e Frimesa. A posição virtualmente monopolista que ambas ocupam no interior das sub-cadeias de frango e suíno no território impõe um elevado grau de dependência da economia matelandiense das decisões e do planejamento global das duas organizações cooperativas associadas.



Este elevado grau de dependência não é positivo, nem para o município, nem para as organizações cooperativas supra referidas (Lar e Frimesa). Por maior que tenha sido o protagonismo da Lar e Frimesa no desenvolvimento econômico recente de Matelândia, é preciso tomar este impulso original como base para novas oportunidades. O que passa – necessariamente pela "diversificação focada" da Cadeia da Proteína Animal (doravante, CPA) em direção a outros segmentos de carne (ovino e bovino) e da qualificação e ganho de competitividade dos setores de ovos e leite.

Ainda dentro do eixo da "diversificação focada", é da maior relevância apoiar e alavancar o desenvolvimento do segmento industrial do município que emergiu a partir da produção avícola e que conta, hoje, com um conjunto (ainda pequeno, porém) bastante qualificado de empresas, seja no plano da autonomia tecnológica, seja no plano do mercado atual e potencial. Isto não apenas nos segmentos produtores de aquecedores para aviários, mas, igualmente, nas empresas que fornecem insumos para esta indústria e que vem adotando estratégias de diversificação.

Nota-se ainda uma dinâmica de crescimento para aquelas empresas que se mantem no ramo metalmeccânico e atendem fundamentalmente o mercado representado pelo produtor rural, mas que diversificaram seu cardápio de bens e serviços para além dos insumos para a avicultura. Matelândia conta com algumas empresas industriais que operam como elos da CPA, fornecendo insumos e equipamentos para a mesma, mas que nem pertencem ao segmento metal- mecânico, nem chegam a conformar um Arranjo Produtivo Local (doravante, APL).

Não obstante, há empresas altamente qualificadas, que comportam tamanho potencial de crescimento que deveriam ser objeto de políticas públicas de apoio. É um equívoco associar o apoio a empresas específicas pelo setor público com o apoio a interesses exclusivamente privados e, portanto, não republicanos. Da mesma forma como o setor público municipal pode e deve apoiar a atração de empresas forasteiras com vistas a diversificar e qualificar a estrutura produtiva interna, ele pode e deve, ainda mais, apoiar empresas locais que contam com elevado potencial de crescimento, mas carecem de recursos específicos, seja de ordem tecno-produtiva, seja de ordem financeira.

Muitas vezes, o apoio necessário não implica, sequer, dispêndios ou concessão de vantagens fiscais ou financeiras. Trata-se, muitas vezes, de mero apoio político a



reivindicações e demandas de agilização de procedimentos por parte de outras instâncias do poder público, seja estadual, seja federal.

Por fim, a divisão do trabalho intermunicipal veio a revelar a viabilidade de uma estratégia distinta de valorização e expansão do sistema de comércio e serviços de Matelândia: ao invés de trabalhar prioritariamente pela retenção da renda básica no município, poder-se-ia atingir resultados econômicos similares através da atração de consumidores externos a Matelândia. Esta estratégia não difere, em essência, da estratégia de qualificação do comércio. Mas explora a mobilidade interurbana que caracteriza a sub-região e a associa com o potencial turístico de Matelândia que é indissociável da mobilidade interurbana já referida e das características peculiares desta pequena cidade.

4.2.3.1. Setores Primário — Agropecuária

O setor primário desempenha um papel fundamental para a economia da região. Em Matelândia a agropecuária era a 2º atividade econômica predominante no ano de 2010.

A cidade possui um setor agropecuário robusto e diversificado, aproveitando suas condições naturais favoráveis. Este diagnóstico visa fornecer uma análise detalhada do setor, incorporando dados estatísticos e informações adicionais para um entendimento mais abrangente.

O valor da produção agropecuária de Matelândia é significativo para a economia local. A diversificação entre grãos e pecuária contribui para a estabilidade econômica e cria oportunidades de emprego e renda na região. A cidade também se beneficia da infraestrutura agrícola existente, incluindo armazéns, silos e centros de comercialização.

Em dados disponibilizados pelo IPARDES, base de dados do Estado com referência ao ano de 2020, a agropecuária passou a ser a 3º atividade econômica predominante no município, representando 19,41% do produto interno bruto, como pode ser observado na Tabela 4.13.

**Tabela 4.13.** Indicadores e evolução do PIB de Matelândia por atividades econômicas.

Atividade Econômica	PIB (2010)	Porcentagem PIB total (2010)	PIB (2020)	Porcentagem PIB total (2020)
Agropecuária	52.881,00	20,72%	189.632,04	19,14%
Indústria	51.608,00	20,22%	295.384,15	29,81%
Serviço (exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)	91.849,00	35,98%	295.227,31	29,80%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	34.144,00	13,38%	100.063,39	10,10%
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	24.774,00	9,71%	110.515,46	11,15%
TOTAL	255.256,00	100%	990.822,35	100%

Fonte: IPARDES, 2023.

Dados do Censo Agropecuário de 2020 apontam que desde 2010 ocorreram várias alterações no setor agropecuário, em relação à forma de produtividade e características das propriedades. Em relação à condição de posse dos estabelecimentos, nota-se que cerca de 87% são produtores individuais, porém ainda encontramos outras modalidades, como arrendatários, parceiros entre outros, conforme se observa na Tabela 4.14.

**Tabela 4.14.** Condição do produtor em relação às terras.

Condição do Produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário, inclusive os coproprietários de terras tituladas coletivamente	838	30.106
Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	5	—
Arrendatário	42	2.934
Parceiro	25	400
Comodatário	27	390
Ocupante	31	—
TOTAL	968	34.144

Fonte: IBGE, 2017

A economia primária do município tem como base principal a agricultura. Assim, as áreas do setor agrícola ocupam cerca de 43%. Em seguida, o setor da pecuária ocupando uma área de aproximadamente 34%, conforme se observa na Tabela 4.15.

Tabela 4.15. Estabelecimentos agropecuários segundo as atividades econômicas, 2017.

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Área (Ha)
LAVOURAS	720	14.279
Lavoura temporária	702	14.244
Lavoura permanente	14	35
Área para cultivo de flores	4	—
PASTAGENS	775	10.976
Pastagens naturais	1	—
Pastagens plantadas em boas condições	773	10.976
Pastagens plantadas em más condições	1	—
MATAS OU FLORESTAS	792	7.705
Naturais	7	19
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	713	6.534
Florestas plantadas	72	1.152
TOTAL	2.287	32.960

Fonte: IBGE — Produção Agrícola Municipal (PAM), 2020.



Em relação aos tipos de produtos produzidos, pode-se dividir a produção entre temporária e permanente. Neste sentido nota-se a grande cultura temporária cultivada em Matelândia é Soja, Milho e Trigo (Tabela 4.16).

Tabela 4.16. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas temporárias — 2021.

Tipo de cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Alho	1	4	4.000
Amendoim (em casca)	1	2	2.000
Batata-doce	5	110	22.000
Cana-de-açúcar	30	1.440	48.000
Feijão (em grão)	115	57	496
Fumo (em folha)	33	74	2.242
Mandioca	35	525	15.000
Melancia	5	70	14.000
Melão	3	30	10.000
Milho (em grão)	6.130	19.406	3.166
Soja (em grão)	12.400	46.116	3.719
Tomate	1	50	50.000
Trigo (em grão)	4.000	12.892	3.223

Fonte: IBGE — Produção Agrícola Municipal (PAM), 2021

A produção de soja em 2023 foi de cerca de 250.000 toneladas. A soja é uma das principais culturas da região, beneficiando-se do clima subtropical e dos solos férteis. A alta produtividade reflete a utilização de técnicas agrícolas avançadas e a adoção de variedades geneticamente melhoradas.

Com uma produção estimada em 150.000 toneladas em 2023, o milho é crucial para a alimentação animal e para a produção de ração. O cultivo de milho em Matelândia é favorecido pelo solo argiloso e pela disponibilidade de tecnologia moderna para o manejo das lavouras.

A produção de trigo foi de aproximadamente 20.000 toneladas em 2023. Apesar de representar uma menor proporção da produção agrícola em comparação com soja e milho, o trigo é importante para a diversificação das culturas e para o abastecimento regional.



No que se refere a cultura permanente (Tabela 4.17), segundo os dados do caderno estatístico do IPARDES 2022, as principais culturas permanentes são a Tangerina, Banana e Uva.

Tabela 4.17. Área colhida, produção e rendimento médio em culturas permanente — 2021.

Tipo de cultura	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Banana (cacho)	13	130	10.000
Café (em grão)	1	2	2.000
Caqui	1	12	12.000
Figo	1	7	7.000
Goiaba	1	20	20.000
Limão	7	55	7.857
Manga	4	98	24.500
Noz (fruto seco)	4	5	1.250
Pêssego	1	7	7.000
Tangerina	9	157	17.444
Uva	15	90	6.000

Fonte: IPARDES, 2022.

Em relação à produção de pecuária, o que mais se destaca é a avicultura, o qual apresenta uma criação muito representativa (Tabela 4.18), sendo responsável por grande parcela da receita municipal no setor da pecuária, com 3.721.620 galináceos. Como estas atividades apresentam uma fonte de renda contínua, espera-se um aumento do rebanho nos próximos anos.

Isso se justifica pelo fato de que os agricultores buscam uma estabilidade financeira na propriedade, bem como, o incentivo em projetos de fomento e capacitação dos órgãos públicos e da abertura de créditos para estas atividades.

A produção de aves é uma parte importante da agropecuária em Matelândia, contribuindo significativamente para a economia local. A avicultura é uma atividade consolidada na região, com várias propriedades dedicadas à criação de frangos e, em menor escala, de perus e codornas.

**Tabela 4.18.** Efetivo de pecuária e aves em 2021.

Efetivos	Números
Bovinos	26.895
Equinos	645
Galináceos	3.721.620
Suínos	46.635
Ovinos	2.500
Bubalinos	—
Caprinos	370
Codornas	1.200
Ovinos tosquiados	475
Vacas	7.100
Ordenhadas	

Fonte: IPARDES, 2022.

Segundo dados da Associação Paranaense de Avicultura (APA), em 2023, Matelândia produziu aproximadamente 3 milhões de frangos de corte. A produção é concentrada em sistemas integrados e granjas comerciais que utilizam tecnologias modernas para garantir a eficiência e a qualidade da carne. A cidade beneficia-se de um clima favorável e da proximidade com grandes centros de consumo, facilitando o escoamento da produção. A produção de perus e codornas é menor em comparação com a de frangos, mas ainda assim relevante. A produção de perus foi estimada em cerca de 50.000 aves, enquanto a de codornas foi de aproximadamente 20.000 aves em 2023. Essas atividades são geralmente realizadas por pequenos e médios produtores que atendem a nichos específicos de mercado.

A suinocultura é outra atividade importante em Matelândia, com várias propriedades dedicadas à criação de suínos para a produção de carne e produtos derivados.

Em 2023, o rebanho suíno de Matelândia foi estimado em cerca de 15.000 suínos, segundo dados da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS). A produção é voltada tanto para o mercado interno quanto para a exportação. Os sistemas de criação incluem granjas comerciais e sistemas semi-intensivos, com foco na qualidade da carne e na eficiência produtiva. A produção de carne suína foi estimada em aproximadamente



10.000 toneladas em 2023. A carne suína é uma importante fonte de proteína para a dieta local e regional, e Matelândia é um fornecedor relevante para o mercado paranaense.

O município se destaca pela eficiência e pela qualidade dos produtos, beneficiando-se de uma infraestrutura adequada e de uma base sólida de produtores. Embora haja desafios a serem enfrentados, como a gestão da saúde animal e a sustentabilidade, há também diversas oportunidades para crescimento e inovação. A continuidade do desenvolvimento sustentável e a adoção de novas tecnologias serão fundamentais para manter e expandir a importância do setor para a economia de Matelândia.

Encontra-se, ainda, muitos produtos oriundos da atividade pecuarista (Tabela 4.19), que também representam uma importante fonte de renda para as propriedades e fomentam a economia do município.

Tabela 4.19. Produção de origem animal — 2021.

Produtos	Produção
Lã	960 (kg)
Leite	32.160 (mil/litros)
Mel de abelha	10.580 (kg)
Ovos de codorna	15 (mil/dúzia)
Ovos de galinha	7.548 (mil/dúzia)

Fonte: IPARDES, 2022.

4.2.3.2. Setores Secundário — Industrial

Em Matelândia, a indústria é o setor que gera o maior rendimento municipal, representando 29,81% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Em 2010, a indústria extrativista empregava 12 pessoas e a indústria de transformação 1.290 pessoas no município. No ano de 2023 o município apresentou 54 estabelecimentos relacionados a indústria de transformação conforme ilustrado na Figura 4.6.

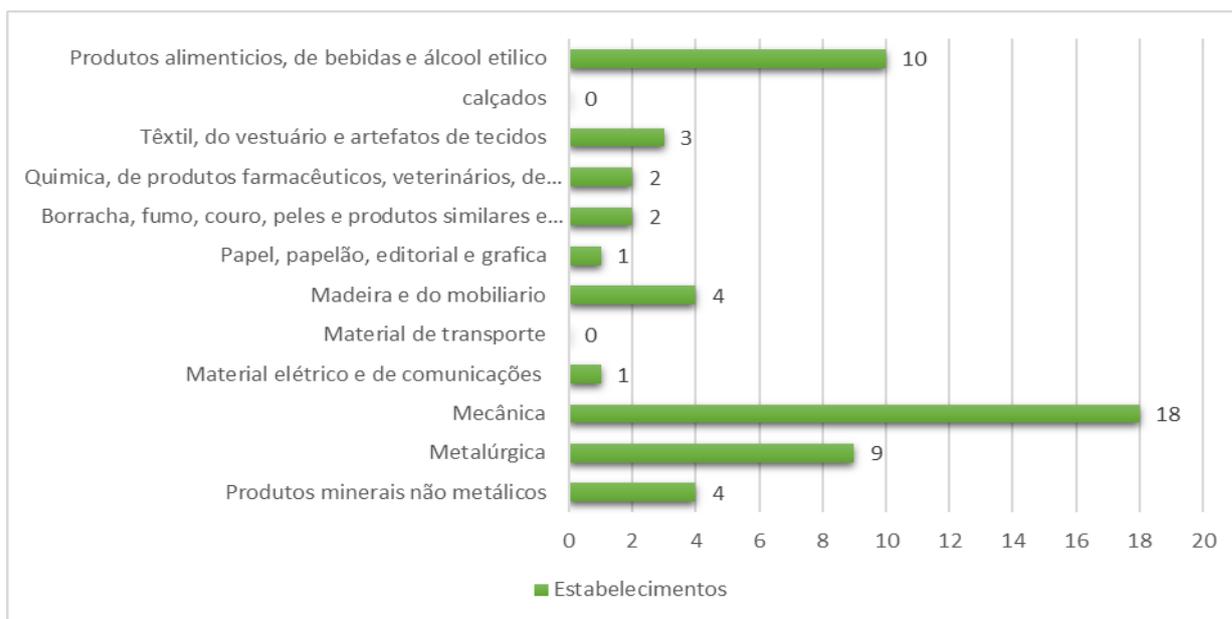


Figura 4.6. Número de estabelecimentos por subsetores da indústria de transformação no ano de 2021 em Matelândia — Paraná.

Fonte: IPARDES, 2022.

O Valor Adicional Fiscal (VAF) arrecadado pelo setor econômico em questão totalizou R\$ 969.603.282,00. Essa quantia coloca o setor em primeiro lugar quando comparado com os outros dois setores econômicos, conforme indicado na Figura 4.7.

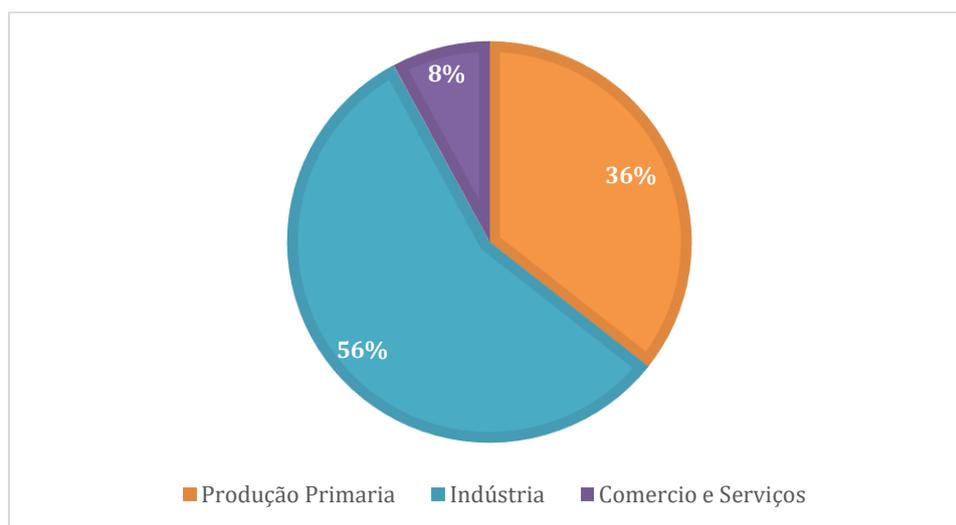


Figura 4.7. Valor adicional fiscal segundo os ramos de atividades em 2021 de Matelândia.

Fonte: IPARDES, 2022.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Nesse contexto, o VAF representa o valor econômico agregado pelo setor durante suas atividades produtivas ou prestação de serviços. Ao se posicionar em primeiro lugar em relação aos demais setores, é importante considerar que sua contribuição para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é maior em comparação com os outros setores econômicos envolvidos.

O Oeste Paranaense é um dos maiores produtores de proteína animal do mundo. E os municípios supra referidos destacam-se dentro do Oeste Paranaense neste quesito. O que retorna ao ponto anterior, referido a logística. Não basta ter vantagens logísticas; é preciso ter carga para movimentar. E Matelândia (assim como os municípios irmãos) tem uma das cargas mais valorizadas no mundo contemporâneo, liderado pela China: proteína animal.

Por fim, para além da unidade produtiva e aquela associada aos equipamentos de infraestrutura e geopolíticos (Lago de Itaipu, Parque Nacional do Iguaçu, etc.), Matelândia e os municípios do entorno no eixo da BR-277 contam com mais um elemento de unidade que é dado pelas organizações cooperativas agroindustriais e, em especial, pela Lar Cooperativa Agroindustrial e pela Frimesa Cooperativa Central.

As duas organizações cooperativas tem sede em Medianeira e ambas têm plantas em Matelândia e vários municípios da região. Em especial, o frigorífico de aves da Lar, é responsável por mais de 2/3 do emprego formal total do município. A Frimesa tem uma planta de beneficiamento lácteo em Matelândia. Sua expressão na geração de emprego no município é muito menor (pouco superior a 3%). Porém, a expressão da organização na economia do município não pode ser avaliada nestes termos. O abatedouro de suínos de Medianeira é responsável pela aquisição da quase totalidade da produção dos suinocultores do município. E parcela expressiva da produção leiteira de Matelândia é adquirida pela Frimesa local.

Se acrescentarmos o emprego indireto (especialmente no transporte), o efeito renda e o impacto fiscal, veremos que a Frimesa tem uma expressão econômica em Matelândia quase tão significativa quanto a própria Lar. O que aprofunda os elos de Matelândia com Medianeira e com os municípios do entorno especializados em proteína animal e sob influência das organizações cooperativas Lar e Frimesa.



Os investimentos da LAR e Frimesa em Matelândia representam um marco importante para o desenvolvimento da agropecuária na região. Ao promover a modernização da produção, a adoção de tecnologias inovadoras e a sustentabilidade, as cooperativas contribuem para o crescimento econômico e social da região.

A LAR (Cooperativa Agroindustrial LAR) tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento de Matelândia através de investimentos significativos em infraestrutura e tecnologia. A cooperativa tem se dedicado à construção e modernização de suas unidades de processamento e armazenagem, o que inclui a construção de novas fábricas e a atualização de equipamentos para aumentar a eficiência e a capacidade produtiva. Além disso, a LAR investe na construção de armazéns e silos para garantir a estocagem adequada de grãos e otimizar a logística.

A LAR também é conhecida por seu compromisso com a sustentabilidade. A cooperativa tem adotado tecnologias avançadas no processamento de grãos e na produção de alimentos, visando melhorar a qualidade dos produtos e aumentar a produtividade. Seus investimentos em práticas sustentáveis incluem técnicas de cultivo que reduzem o impacto ambiental e programas de eficiência energética em suas instalações. A LAR ainda realiza programas de capacitação para os produtores associados e apoia projetos comunitários em Matelândia, promovendo o desenvolvimento social e econômico local.

Por sua vez, a Frimesa (Cooperativa Central de Frigoríficos e Laticínios Frimesa) tem investido consideravelmente na expansão de sua capacidade produtiva em Matelândia. A cooperativa tem modernizado seus frigoríficos, adquirindo novos equipamentos e tecnologias para aprimorar a eficiência do processamento de carnes. Além disso, a Frimesa tem ampliado suas instalações para atender à crescente demanda do mercado e melhorado sua infraestrutura logística, incluindo transporte e sistemas de distribuição, para otimizar a cadeia de suprimentos e garantir entregas eficientes.

A Frimesa também é conhecida por seus investimentos em práticas ambientais e inovação. A cooperativa adota tecnologias de ponta para garantir a qualidade dos produtos e a conformidade com os padrões de segurança alimentar. Seus esforços para a sustentabilidade incluem o tratamento de efluentes e a redução de emissões. A cooperativa contribui significativamente para a economia local, gerando empregos e



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



apoiando iniciativas locais e projetos comunitários, o que reforça seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico de Matelândia.

Esses investimentos das cooperativas LAR e Frimesa são essenciais para o crescimento e a sustentabilidade econômica de Matelândia, promovendo avanços em infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento comunitário, e impactando positivamente o mercado local e nacional.

Além das agroindústrias Lar e Frimesa, existem outras agroindústrias que desempenham papéis fundamentais na economia local, como a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar (COOPRAFA), que apoia e promove os interesses dos pequenos e médios produtores da agricultura familiar. A cooperativa foi fundada com o objetivo de fornecer aos seus membros infraestrutura e suporte necessários para a comercialização e processamento de seus produtos.

A COOPRAFA atua principalmente na agricultura familiar, oferecendo aos seus associados acesso a tecnologias agrícolas, assistência técnica e treinamento. Além disso, a cooperativa facilita a comercialização dos produtos, permitindo que os produtores acessem mercados maiores e obtenham melhores preços para suas colheitas. A cooperativa também investe em infraestrutura, como a construção e manutenção de unidades de processamento e armazenamento, o que é fundamental para garantir a qualidade dos produtos e a eficiência na logística. Esses investimentos ajudam a reduzir custos e aumentar a competitividade dos produtores locais. A COOPRAFA desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico e social de Matelândia ao promover a inclusão dos pequenos produtores no mercado, incentivando práticas sustentáveis e melhorando as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares. Além disso, contribui para a diversidade e a segurança alimentar local, fortalecendo a economia da região e oferecendo produtos de qualidade à comunidade.

O Município de Matelândia dispõe de duas áreas industriais destinadas ao fomento do setor: o Distrito Industrial, que abrange uma faixa de 250 metros em ambos os lados da BR-277, entre o perímetro urbano da sede e o Distrito Agro Cafeeira, e o Loteamento Garibaldi Batista De Camargo, localizado no Distrito Agro Cafeeira.

O Distrito Industrial Garibaldi Batista De Camargo foi oficialmente aprovado em 2008 por meio do Decreto nº 68/2008, e compreende um total de 25 lotes. O empreendimento é dotado de infraestrutura de energia elétrica, iluminação pública e rede de água. Além disso há pavimentação poliédrica na marginal da BR 277 e as demais vias são cascalhadas. Este empreendimento surgiu de uma iniciativa do poder público de Matelândia com o objetivo de impulsionar as atividades industriais no município. De acordo com o setor de Tributação do Município, dos 25 lotes disponíveis, 15 ainda estão vagos.



Figura 4.8. Localização do loteamento Garibaldi Batista De Camargo no Distrito Agro Cafeeira.

Fonte: Geoportal Matelândia, 2024.

A localização estratégica, às margens da BR-277, e a infraestrutura básica já existente para atividades industriais tornam este loteamento altamente atrativo, o que tem gerado uma crescente demanda por sua ocupação. Diante desse cenário, somado ao crescimento populacional e ao posicionamento estratégico de Matelândia para o desenvolvimento industrial, torna-se evidente a necessidade de criação de novos



loteamentos industriais com características semelhantes, apoiados pela Prefeitura Municipal, para que o município possa explorar plenamente seu potencial econômico.

A prefeitura municipal fomenta a atividade agroindustrial também através do Selo de Produtos Agroindustriais. Os selos das agroindústrias são certificações ou marcas que indicam a conformidade de produtos alimentícios e outros derivados agroindustriais com padrões específicos de qualidade, segurança, sustentabilidade e procedência. Esses selos têm como objetivo transmitir confiança ao consumidor, garantindo que os produtos sejam comercializados no comércio local, regional, nacional e internacional com qualidade e referência.

Os selos das agroindústrias desempenham um papel crucial na construção de confiança entre os consumidores e os produtores. Eles não só garantem que os produtos atendem a determinados padrões de qualidade e segurança, mas também promovem práticas agrícolas sustentáveis e socialmente responsáveis. Para os produtores, os selos podem agregar valor aos seus produtos, facilitar o acesso a mercados mais exigentes e diferenciados, e fortalecer a imagem de marca. Já para os consumidores, eles fornecem informações transparentes, ajudando-os a tomar decisões de compra mais conscientes e alinhadas com seus valores e preferências.

4.2.3.3. Setores Terciário — Comercio, Serviços e Turismo

O terceiro setor econômico exerce um papel crucial no desenvolvimento e na prosperidade de um município, constituindo-se de atividades comerciais, serviços e turismo que transcendem os setores público e privado. Também conhecido como setor terciário, destaca-se pela sua orientação para atender às necessidades da sociedade, contribuindo assim para aprimorar a qualidade de vida da população local.

No âmbito do comércio, o terceiro setor engloba uma ampla gama de atividades, desde o varejo tradicional até iniciativas de comércio justo e sustentável. Os estabelecimentos comerciais locais desempenham um papel vital na promoção da economia local, gerando empregos e estimulando o crescimento financeiro do município.

Quanto aos serviços, abrangem uma diversidade de atividades, como saúde, educação, cultura e assistência social. Organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades sem fins lucrativos desempenham um papel crucial nesse contexto, oferecendo



serviços essenciais que complementam as ações do setor público, formando uma abrangente rede de apoio.

Além disso, o turismo desempenha um papel significativo no terceiro setor, proporcionando oportunidades econômicas por meio da atração de visitantes e promoção da cultura local. A preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do município torna-se uma prioridade para impulsionar a indústria do turismo de maneira sustentável.

4.2.3.3.1. Comércio e Serviços

O setor de comércio e serviços representa uma parcela significativa, ficando atrás do setor industrial por 0,01% de diferença, sendo o segundo setor que mais contribui para o PIB municipal, correspondendo a 29,80% do total.

Em 2010, esse setor empregava 1.586 pessoas ocupadas, o que o posicionava em segundo lugar entre as atividades que mais geravam emprego no município (Tabela 4.20).

Tabela 4.20. População ocupada, segundo as atividades econômicas — 2010.

Atividades econômicas	Nº de pessoas
População Ocupada — Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	2.061
População Ocupada — Indústrias Extrativas	12
População Ocupada — Indústrias de Transformação	1.290
População Ocupada — Eletricidade e Gás	9
População Ocupada — Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	29
População Ocupada — Construção	448
População Ocupada — Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	1.586
População Ocupada — Transporte, Armazenagem e Correio	360
População Ocupada — Alojamento e Alimentação	168
População Ocupada — Informação e Comunicação	19
População Ocupada — Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	105
População Ocupada — Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	119
População Ocupada — Atividades Administrativas e Serviços Complementares	85
População Ocupada — Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	327
População Ocupada — Educação	378
População Ocupada — Saúde Humana e Serviços Sociais	212

Atividades econômicas	Nº de pessoas
População Ocupada — Artes, Cultura, Esporte e Recreação	25
População Ocupada — Outras Atividades de Serviços	167
População Ocupada — Serviços Domésticos	556
População Ocupada — Atividades mal especificadas	635

Fonte: IPARDES, 2022.

Ao longo dos anos, observou-se uma evolução no emprego nesse setor. Em 2021, foram registrados 1.528 empregos, um número superior aos anos de 2000 e 2010, nos quais foram contabilizados 512 e 1.089 empregos, respectivamente, as Figuras 4.9 e 4.10, demonstram a divisão das vagas entre os setores de comércio e o serviço.

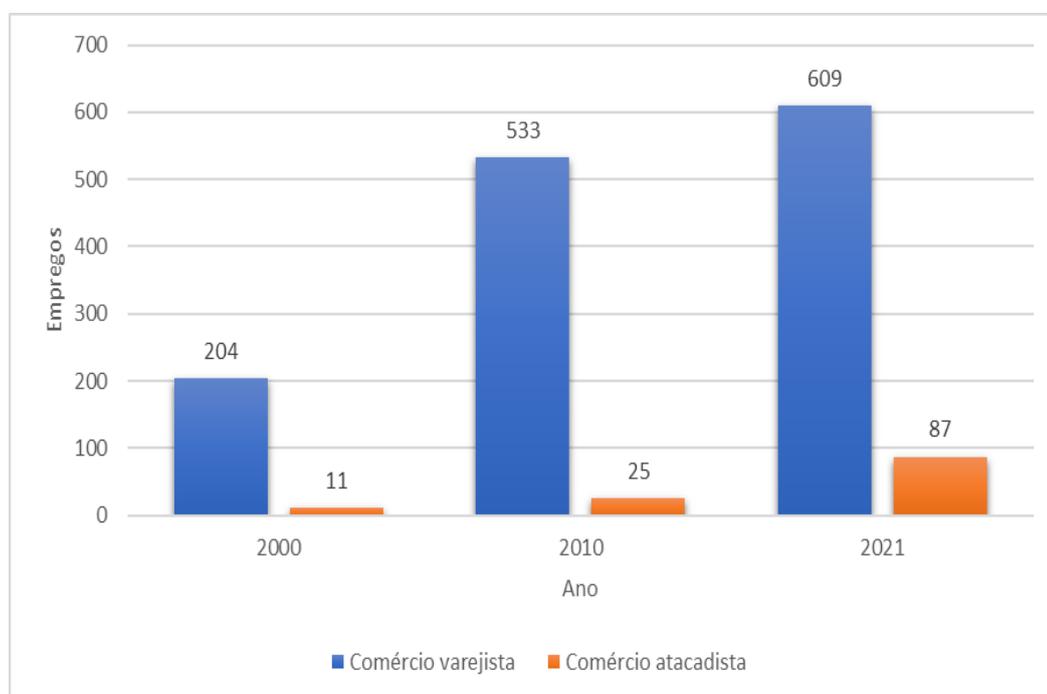


Figura 4.9. Evolução das vagas de empregos no setor de comércio, Matelândia.

Fonte: Adaptado de IparDES, 2023.

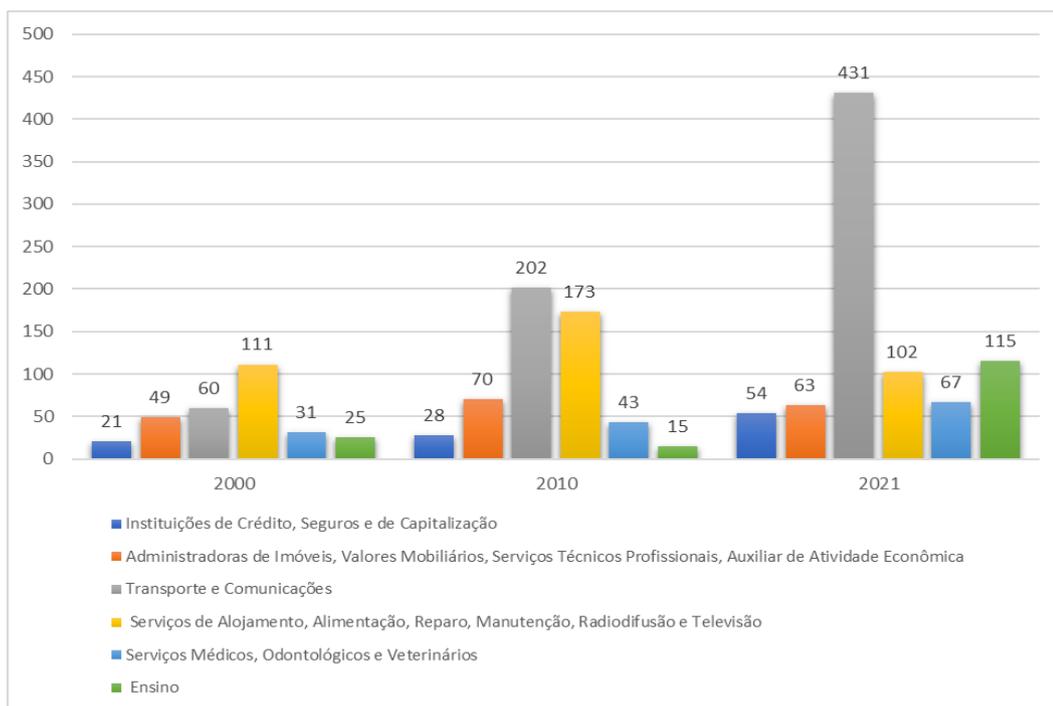


Figura 4.10. Evolução das vagas de empregos no setor de Serviços Matelândia.

Fonte: Adaptado de Ipardes, 2022.

Além disso, nota-se um crescimento considerável no número de estabelecimentos do setor. Em comparação com o ano de 2010, houve um aumento de 7,7% no número de estabelecimento em 2021.

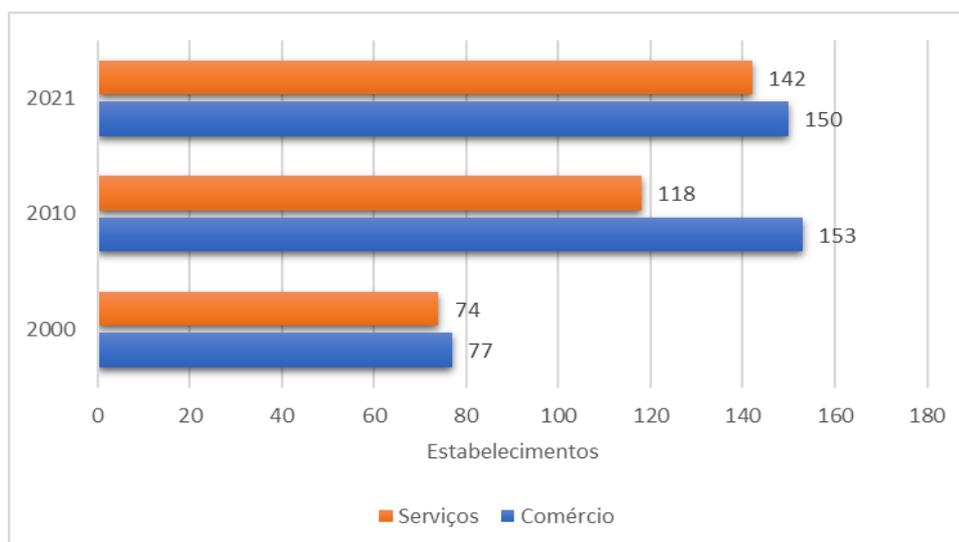


Figura 4.11. Evolução do número de estabelecimentos no setor Terciário de Matelândia.

Fonte: Adaptado de Ipardes, 2022.

A prefeitura Municipal implantou junto ao SEBRAE, no dia 05 de maio de 2021, através da Lei Municipal nº 1993/2009, o Programa Cidade Empreendedora, que é uma



iniciativa voltada para transformar a realidade do município através do desenvolvimento econômico sustentável e do fortalecimento do ambiente de negócios local. O principal objetivo é estimular a cultura empreendedora, promovendo o desenvolvimento de pequenos negócios e gerando emprego e renda para a população.

Um dos pilares do Cidade Empreendedora é a melhoria do ambiente regulatório, visando a desburocratização dos processos de abertura (automatização da consulta prévia) e formalização de empresas, o que facilita o empreendedorismo no município. O programa também colabora com gestores públicos na criação e implementação de políticas públicas que favoreçam o crescimento econômico, como incentivos fiscais, criação de fundos de apoio e programas de microcrédito.

Através do programa foram atualizadas as leis municipais de Uso e Ocupação do Solo e foi adequada a Lei de Liberdade Econômica. Também houve a alteração de legislação para a implantação da Consulta Prévia e Redesim, o que simplifica e acelera o processo de abertura de empresas, integrando e automatizando os procedimentos de registro e legalização de negócios, garantindo mais agilidade e segurança jurídica para os empreendedores.

Outro foco do programa é o incentivo à adoção de novas tecnologias e inovações, aumentando a competitividade das empresas locais por meio do uso de ferramentas digitais para vendas e marketing. Além disso, promove-se o engajamento da comunidade no processo de desenvolvimento econômico, fortalecendo as redes de cooperação entre os diversos atores locais.

Os impactos incluíram a geração de emprego e renda, com o fortalecimento dos negócios locais, e a promoção de um desenvolvimento sustentável a longo prazo, que respeite o meio ambiente e as características locais. Com um ambiente de negócios mais favorável, o município também se tornou mais atrativo para novos investimentos. O Programa Cidade Empreendedora do SEBRAE, portanto, se estabeleceu como uma ferramenta estratégica para a promoção do crescimento econômico e aumento da qualidade de vida de sua população por meio do fortalecimento do empreendedorismo.

A Prefeitura Municipal tem criado outras políticas públicas de fomento para tornar o ambiente de negócios mais favorável, como a Lei Municipal das Micro e Pequenas Empresas, que oferece incentivos fiscais, simplificação de processos burocráticos, e apoio



técnico para os empreendedores locais, facilitando a formalização e o crescimento dos negócios.

Também implementou o Programa Matelândia Compra Matelândia prioriza a aquisição de bens e serviços de empresas locais nas compras governamentais, fortalecendo a economia local e incentivando o desenvolvimento dos pequenos negócios. Esta política pública aumenta o acesso ao mercado local e regional às empresas do município e matem a renda gerada na cidade e região

A implantação do SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte) foi realizada para permitir que produtos de agroindústrias familiares registrados no Serviço de Inspeção Municipal possam ser comercializados em todo o estado, ampliando o mercado para pequenos produtores.

Além disso, a Prefeitura também tem investido em trabalhos sobre a educação empreendedora nas escolas, que visam despertar o espírito empreendedor nas crianças e adolescentes, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e estimulando a criação de novos negócios futuros. Atualmente 50% dos alunos de 2ª a 5ª série do ensino municipal já participam deste programa. Essas políticas públicas, em conjunto, criam um ambiente mais favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico no município.

Dentro da aplicação dessas políticas públicas, o poder executivo conta com a Secretaria de Desenvolvimento e o Comitê Gestor Municipal, que atuam junto com a secretaria para garantir a efetividade e o sucesso das iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico e ao fortalecimento do empreendedorismo no município.

4.2.3.3.2. Turismo

O turismo pode ser uma atividade econômica crucial para o desenvolvimento de Matelândia, gerando empregos, estimulando o comércio local e contribuindo para o crescimento econômico da região.

A geração de empregos é um dos impactos mais evidentes do turismo, com oportunidades surgindo em setores como hospitalidade, transporte, restaurantes e comércio. Esse influxo de empregos não apenas beneficia os trabalhadores locais, mas também melhora a qualidade de vida na comunidade.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Além disso, o turismo pode impulsionar o comércio local, com visitantes buscando produtos e serviços exclusivos da região. Isso pode incluir o estímulo à produção e venda de produtos locais, bem como a promoção do artesanato característico da área.

O desenvolvimento da infraestrutura é uma consequência natural do aumento do turismo, com investimentos em estradas, sinalização turística e instalações de lazer. Essas melhorias não só atendem às necessidades dos visitantes, mas também beneficiam os residentes locais.

O turismo pode desempenhar um papel na diversificação da economia local, proporcionando uma fonte adicional e sustentável de receita. Isso é especialmente relevante para regiões que tradicionalmente dependem de setores específicos, como a agricultura.

Preservar o meio ambiente e a cultura local é uma consideração crucial no desenvolvimento do turismo. A conscientização sobre o valor econômico desses recursos incentiva a comunidade a se envolver na preservação dos atrativos naturais e culturais.

A colaboração com a comunidade local é fundamental para o sucesso do turismo. Incentivar a participação ativa e garantir a distribuição equitativa dos benefícios econômicos são práticas importantes para construir uma indústria turística sustentável.

Por fim, investir em estratégias de marketing e promoção é essencial para atrair visitantes. A presença online, a participação em eventos turísticos e parcerias estratégicas são elementos-chave para aumentar a visibilidade de Matelândia como destino turístico.

O Município de Matelândia através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, segue todas as exigências de ações que permitam que o município esteja inserido no Mapa do Turismo Brasileiro. Favorecendo o Município para estar inserido nas políticas públicas quanto aos programas de desenvolvimento, podendo receber e participar dos programas de incentivos e capacitação. O Certificado foi emitido pelo Ministério do Turismo do Governo Federal.

De acordo com o Ministério do Turismo, Matelândia pertence ao Polo Cataratas Do Iguaçu E Caminhos Ao Lago De Itaipu. Este polo turístico envolve 21 cidades, as quais atraem um total de 2 milhões de turistas por ano (30,8% internacionais). Entre as 14 regiões turísticas do estado, o Polo Cataratas Do Iguaçu E Caminhos Ao Lago De Itaipu é o



que 2º que mais atrai turistas. No cenário nacional, este é o 30º maior destino turístico nacional.

A cidade de Matelândia foi classificada pelo Ministério do Turismo como um município do cluster D, que representa as cidades com baixo potencial turístico do país. No ano de 2019, a agência nacional do turismo encontrou 0 empregos no setor, além de 0 empresas. As atrações turísticas da cidade ano, foram capazes de atrair 21 mil turistas nacionais, o que representa 1,5% do total de turistas do polo turístico. Já o número de turistas internacionais foi de 1,9 mil.

Segundo a análise Swot do Plano de Ações de Desenvolvimento Turístico do município, tem-se:

Forças:

- Atrativos naturais;
- Apoio da gestão pública;
- Associações ligadas ao turismo do município de Matelândia (Atmate, Fazendo Arte, Coopafra, Conselho do Turismo, Associação de Artesãos, entre outros);
- Eventos tradicionais;
- União do grupo;
- Diversidade de segmentos turísticos;
- Rota Beira Parque (Caminhos de Peabiru);
- Ecoturismo e Turismo Rural;
- Ciclorotas consolidadas;

Fraquezas:

- Escassez de mão de obra qualificada;
- Pouca interação entre empreendimentos turísticos;
- Resistência a mudanças;
- Pouca divulgação de produtos e serviços de forma geral (online e offline);
- Falta de conhecimento da comunidade sobre os atrativos locais;



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



- Falta de transporte turístico;
- Falta de guia/receptivo que comercialize roteiros e experiências turísticas no município;
- Falta de sensibilização da comunidade;
- Falta de estrutura das estradas rurais;
- Falta de sinalização turística;
- Políticas públicas e leis de incentivo insuficientes ao potencial turístico do município;

Oportunidades:

- Parque Nacional do Iguaçu;
- Caminhos de Peabiru;
- Ciclorotas;
- Localização as margens da BR 277;
- Próximo a Foz do Iguaçu e Cascavel;
- Região Cataratas e Caminhos;
- Movimento pós pandemia, valorizando o turismo e aumentando a procura pelo turismo de experiência e em áreas naturais;
- Participação em eventos regionais;
- Apoio da SETU;
- Apoio da Adetur Cataratas e Caminhos;
- Leis de incentivo ao turismo;
- Cursos de Capacitação – Senac – parceria da Adetur, Setu.

Ameaças:

- Mudanças da política;
- Mudanças climáticas;
- Epidemias e pandemias;

- Instabilidade econômica;
- Falta de continuidade nas ações em mudança de gestão pública;
- Turismo de massa;
- Falta de preservação do meio ambiente.

Matelândia apresenta um amplo potencial turístico que atrai visitantes em busca de experiências variadas, como natureza exuberante, aventuras ao ar livre e riqueza cultural.

O destaque principal é a proximidade com o Parque Nacional do Iguaçu, famoso pelas deslumbrantes Cataratas do Iguaçu, uma das maravilhas naturais do mundo. Os turistas podem explorar a biodiversidade da região e se encantar com paisagens impressionantes.



Figura 4.12. Parque Nacional do Iguaçu e Cataratas do Iguaçu.

Fonte: ICMBio, 2022.

A cidade também é conhecida pelo turismo rural, oferecendo a oportunidade de vivenciar o cotidiano nas fazendas locais. Atividades como ordenha de vacas, colheita de frutas, trilhas e passeios a cavalo proporcionam uma experiência autêntica.

O Circuito Sabiá – Turismo na Agricultura Familiar, localizado no município de Matelândia, estado do Paraná, foi criado em 2007, tendo em sua composição atual três famílias de agricultores rurais (Família Grassi, Família Nona Grassi e, Família Bózio), as quais oferecem visitas integradas às propriedades, formando um roteiro de



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



contemplação, de conhecimento da cultura local e de integração com a natureza Como característica do Circuito, as famílias mantêm todas as atividades da agricultura familiar, assim os visitantes têm a possibilidade de vivenciar a realidade cultural típica do campo, e saborear o café e o almoço colonial com alimentos frescos e naturais. O funcionamento é somente com agendamento prévio, feio em contato direto pelas famílias.

A imagem abaixo apresenta a arte de divulgação do Circuito Sabiá e demais atrativos turísticos da Associação do Turismo de Matelândia.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Figura 4.13. Panfleto de divulgação do Turismo em Matelândia-PR.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

É importante destacar que o Circuito Sabiá foi pensado em razão dos agricultores perceberem o interesse de técnicos e visitantes esporádicos em conhecer a cultura local das famílias da comunidade do rio Sabiá, as quais tem origem alemã e italiana, com forte influência principalmente na alimentação, jeito de falar e de contar histórias. No Circuito Sabiá cada propriedade que faz parte do roteiro tem a finalidade de oferecer um produto, ou seja, uma prestação de serviço diferenciada das demais.

Em 2024 a Secretaria de Esporte e Lazer e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo estão promovendo o Programa Pedala Paraná, realizado em parceria com a ACM – Associação dos Ciclistas de Matelândia. O Programa do Governo do Estado abrange a Ciclorrota denominada “Circuito Sabiá”, que foi inaugurada no dia 04 de fevereiro de 2024, com saída no Parque de Exposições David Menoncin.



Figura 4.14. Programa Pedala Paraná- Circuito Sabiá.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

O turismo no Circuito Sabiá é uma alternativa para manter as famílias no campo, possibilitando uma nova opção para o incremento da renda. Os resultados evidenciam que o Circuito Sabiá pertence a categoria do turismo rural podendo ser visto como agroturismo, pois enquadra-se em diversas características levantadas na revisão bibliográfica, conforme exposto no item resultados.

Está em fase de implantação uma nova rota turística no município, chamada de Ciclorota Coluna Prestes, com interligação com os municípios de Céu Azul, Ramilândia e Diamante do Oeste para maior abrangência turística na região.

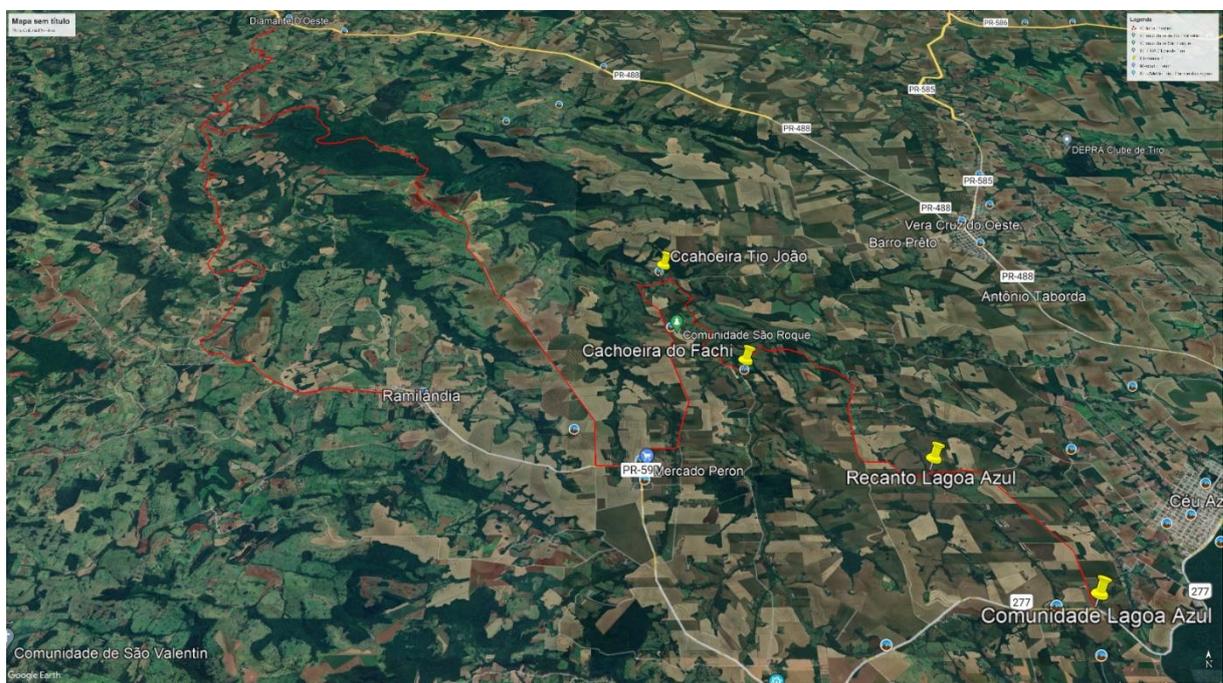


Figura 4.15. Ciclorota Coluna Prestes.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

Além disso, Matelândia promove o ecoturismo, com trilhas pela Mata Atlântica que permitem aos visitantes observar a rica fauna e flora da região, incluindo cachoeiras e paisagens deslumbrantes. Dentre os atrativos do ecoturismo, destaca-se:

- Cachoeira Engelmann: Localizada na Vila Brasil, é uma propriedade particular com entrada permitida com autorização da família.



Figura 4.16. Cachoeira Engelman.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

- Cachoeira Possatto: Conjunto de cachoeiras em propriedade particular localizada na Comunidade São Roque. Entrada permitida com autorização da família.



Figura 4.17. Cachoeira Possatto.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

- Cachoeira do Mariano: Localizada na propriedade do Sr. Mariano, na divisa com o município de Céu Azul e Vera Cruz do Oeste, fica próxima a Cachoeira do Facchin. Entrada permitida com autorização da família.

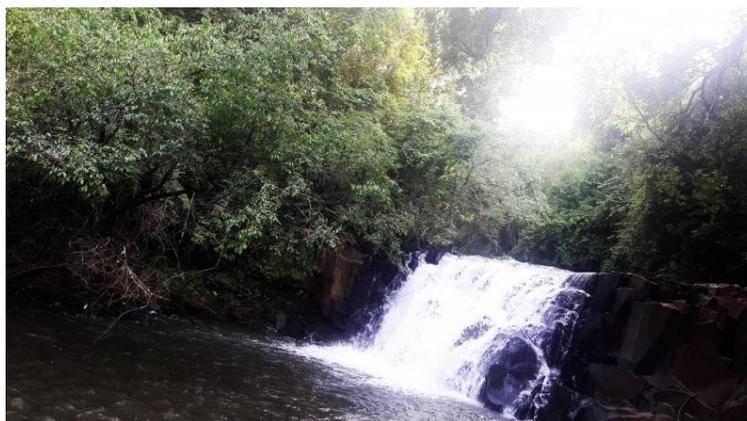


Figura 4.18. Cachoeira do Mariano.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.,

- Cachoeira do Matinhos: Localizada na Linha Barreirão, o acesso se dá por meio de uma trilha que pode ser feita de bicicleta, motocicleta ou a pé. Esta trilha é normalmente utilizada por motociclistas. Entrada aberta à visitação.
- Cachoeira Kolben: Localizada na linha Bananal, pertence à família Kolben. Entrada permitida com autorização da família.



Figura 4.19. Cachoeira Kolben.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.,

- Cachoeira do Tio João: Localizada na linha São Roque, se trata de um complexo de atividades de ecoturismo.

Nesta localidade são disponibilizados serviços de locação de quiosques, locação de casas para hospedagem, há lanchonete e restaurante para alimentação, instalações

sanitárias, serviço de segurança, salva vidas e serviço de limpeza. A área foi transformada em local de lazer como fonte de renda aos proprietários.



Figura 4.20. Cachoeira do Tio João.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

- Cachoeira Facchi: Localizada na Linha São Roque, é visível da estrada que passa na lateral. A cachoeira não está preparada para receber visitação, porém, como se trata de uma das cachoeiras mais belas do município, é um dos pontos estratégicos para o desenvolvimento do ecoturismo no município.
- Gruta do Sabiá: A gruta se localiza no percurso do Circuito Sabiá e está aberta a visitação pública.



Figura 4.21. Gruta do Sabiá.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

Outro ponto Turístico é o Memorial Tadeusz Chrostowski - Patrono da Ornitologia Paranaense e o Circuito do Polonês. O cientista e historiador Tadeusz Chrostowski, nasceu em Kamionka na Polônia, e foi um pioneiro na área da ornitologia e pesquisa da avifauna paranaense. Ao todo realizou três expedições científicas no Estado entre anos de 1910 e 1923, e seu trabalho incluiu ao menos 52 diferentes categorias entre espécies ou gêneros de aves na lista de pássaros do estado. Nas passagens pelo Paraná, o estudioso coletou mais de 2 mil exemplares de 387 espécies.

Chrostowski faleceu em 04 de abril de 1923, decorrente da malária que contraiu em sua terceira expedição, neste ano, completando o centenário de sua morte. O seu túmulo encontra-se no Município de Matelândia, no trajeto da Rota Ciclística Caminho do Iguaçu, na antiga Estrada Velha de Guarapuava, próximo ao Rio Pinheirinho.

Em 1933 foi erguido um monumento em sua homenagem através da comunidade polonesa, entretanto, o local acabou sofrendo com depredação, restando apenas ruínas.

O Parque Nacional do Iguaçu através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, expediu as autorizações, além de acompanhar o projeto, definiu o traçado para as trilhas, realizou o plantio de mudas nativas e colocação da sinalização, que compõem o Circuito do Polonês, que integra a Trilha Nacional de Longo Curso Caminhos do Peabiru.



Figura 4.22. Placa de instrução ao Circuito do Polonês.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.



Figura 4.23. Memorial Tadeusz Chrostowski - Patrono da Ornitologia Paranaense e o Circuito do Polonês.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

Além do Memorial, um busto do cientista foi erguido no Parque das Aves, em plena natureza e em meio aos pássaros, ambiente do qual ele mais gostava. Situado no Jardim das Bromélias, área nobre do recinto, o monumento é aberto para turistas e visitantes. O Busto no Parque das Aves é vinculado ao Memorial, o que faz com que Matelândia se situe ainda mais dentro do potencial turístico do Parque o Iguçu.



Figura 4.24. Busto de Tadeusz Chrostowsk no Parque das Aves.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



A homenagem ao Ornitólogo Tadeusz Chrostowski o Parque Nacional do Iguaçu se estendeu a criação do Circuito do Polonês, são trilhas ecológicas contendo três níveis de moderação. As trilhas foram desenvolvidas pelo ICMBio e devidamente sinalizadas, contam com a manutenção do Parque Nacional do Iguaçu aberto ao público e na placa de entrada dispõe de todas informações para poder realizar o passeio com segurança.

O Parque Nacional do Iguaçu através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, expediu as autorizações, além de acompanhar o projeto, definir o traçado para as trilhas e realizou o plantio de mudas nativas, que compõem o Circuito do Polonês, que integra o Caminhos do Peabiru, do projeto Caminhos do Iguaçu, da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso (Rede Trilhas). No dia da inauguração do Memorial também foi sinalizado um trecho de 764 metros dessa trilha que fica dentro do Parque Nacional do Iguaçu, no padrão da Rede Trilhas e do manual de sinalização de trilhas do ICMBio.

A ideia é permitir que turistas e visitantes da região tenham acesso ao monumento, que irá contribuir para o desenvolvimento de iniciativas educativas voltadas à história e à memória.

A gastronomia local é uma atração à parte, com restaurantes que oferecem pratos típicos da região, como churrasco gaúcho e influências da culinária italiana. Um dos pontos que recebe muita visitação é o Castelletto Dal Pozzo. Se trata de um lugar encantador com uma rica história e uma atmosfera única. Fundado em 1977 pela família Dal Pozzo, que emigrou da Itália, o Castelletto começou como uma simples barraca de salada de frutas. Com o passar dos anos, tornou-se um popular restaurante e sorveteria, conhecido por sua comida deliciosa, atendimento atencioso e belíssimo cenário.

Situado ao longo da BR-277, o Castelletto está rodeado por uma exuberante vegetação e uma cachoeira cascadeante, tornando-o uma parada pitoresca para os viajantes. O restaurante oferece uma variedade de pratos italianos e brasileiros, desde massas e pizzas tradicionais até carnes grelhadas e frutos do mar frescos. Eles também têm uma opção de buffet para aqueles que querem experimentar um pouco de tudo. O próprio Castelletto é um espetáculo para se contemplar. Construído no estilo de um castelo medieval, é feito de pedras de basalto trazidas da cidade natal da família em Paráí, RS. O telhado em forma de pirâmide contribui para o charme único.



Figura 4.25. Castelletto Dal Pozzo.

Fonte: Castelletto Dal Pozzo, 2022.

Matelândia ainda promove eventos culturais ao longo do ano, como festivais de música, dança italiana e alemã que se apresentam em quermesses e na Vila Natalina, além da gastronomia, enriquecendo a experiência dos visitantes.

Outro ponto turístico urbano é o Moinho de Vento, uma floricultura com café e restaurante. Conta com uma arquitetura em forma de moinho que chama a atenção dos turistas que passam na BR-277.



Figura 4.26. Moinho de Vento.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



O artesanato local, incentivado pela Associação do Artesanato e pelo Conselho do Turismo, inclui peças de cerâmicas, tecelagem e esculturas em madeira, oferece aos turistas uma oportunidade de levar consigo lembranças únicas dessa região acolhedora e vibrante.

O projeto “Crocheteiras da Onça”, apoiado pela associação, é uma iniciativa voltada para o empoderamento das mulheres que vivem no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, oferecendo uma alternativa de geração de renda. Parte dos recursos obtidos com o projeto é destinada à conservação das onças-pintadas no parque. Este projeto é uma parceria institucional do ICMBio com o Parque Nacional do Iguaçu e o Instituto Pró Carnívoros.

O “Crocheteiras da Onça” tem dois objetivos principais: o primeiro é empoderar as mulheres locais, permitindo que elas gerem renda e desenvolvimento econômico por meio da confecção de peças artesanais conhecidas como Amigurumi, representando onças-pintadas, em quatro tamanhos diferentes. O segundo objetivo é usar a imagem da onça-pintada para conscientizar sobre a importância da preservação dessa espécie, que está ameaçada de extinção, e do respeito ao seu habitat, incentivando a proteção do meio ambiente e a sensibilização das pessoas que adquirem as peças sobre o papel crucial da onça-pintada em nosso ecossistema. O grupo de artesãs “Crocheteiras da Onça” dos municípios de Matelândia e Serranópolis do Iguaçu já vendeu mais de 1.000 peças.



Figura 4.27. Projeto Crocheteiras da Onça.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.



A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo realiza algumas ações em conjunto com a ATMATE - Associação do Turismo de Matelândia, contidas no Planejamento Estratégico do Turismo de Matelândia, com objetivo de fomentar o desenvolvimento do Turismo no nosso município.

O Município de Matelândia atua como intermediador da Associação de Artesanato Fazendo Arte, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos artesãos e estimular a geração de emprego e renda. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo apoia a Associação dos Artesãos de Matelândia Fazendo Arte, promovendo cursos de aprimoramento e consultorias ministradas pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Além disso, a Secretaria facilita a participação da associação em eventos como feiras de artesanato, palestras, quermesses, Show Rural Coopavel e exposições no estande da ADETUR – Cataratas e Caminhos durante o Festival das Cataratas, entre outros eventos.

Em outubro de 2023, uma nova iniciativa para o desenvolvimento do turismo foi realizada com a promoção do Curso de Confeção de Lembrancinhas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em parceria com o SENAC e com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação. As aulas, realizadas nas dependências do Profam, foram conduzidas de forma criativa e participativa, abrangendo uma diversidade de perfis de alunos, incluindo as artesãs da Associação Fazendo Arte e outros profissionais do setor de artesanato. Com uma carga horária de 15 horas, o curso foi projetado para aprimorar técnicas por meio da confecção de peças piloto, estimulando a criatividade, a inovação e a troca de experiências entre os participantes.

O município ainda conta com o Parque Farroupilha no centro da cidade, uma área verde urbana de 22.000 m². O Parque Farroupilha conta com trilhas, pavimentadas de tijolos de concreto, que se iniciam na entrada, essas contornam o local bem como estão interligadas entre si no percurso. Estas trilhas passam pelo parquinho infantil, no interior do Parque, bem como pelo anfiteatro e as mesas de jogos de tabuleiro.

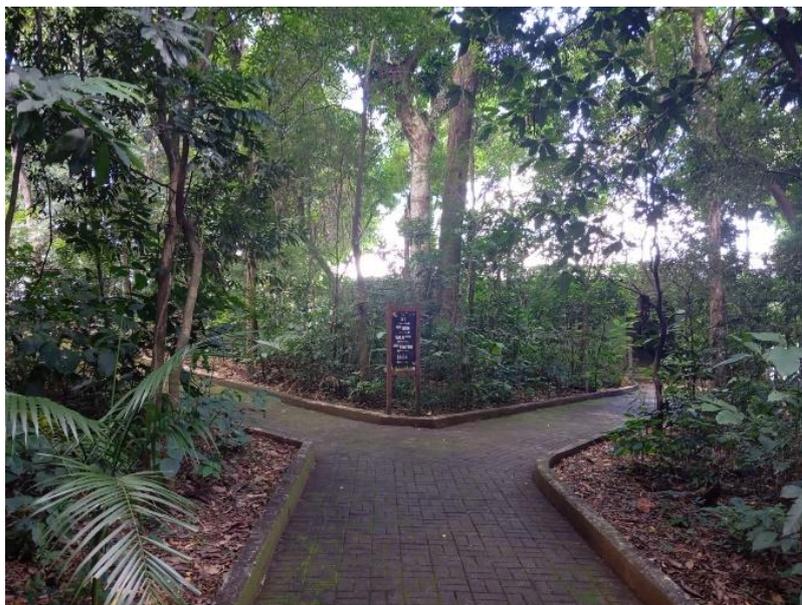


Figura 4.28. Parque Farroupilha.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

O Município de Matelândia, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em parceria com o Departamento de Trânsito de Matelândia (TRANSMAT), instalou novas placas de identificação e localização nas localidades rurais. Os pictogramas nas placas destacam os diferentes tipos de turismo desenvolvidos no município, evidenciando seu potencial e principais atrativos. Entre eles, o Turismo Rural e o Turismo Religioso são os mais expressivos e característicos da região.



Figura 4.29. Placas de identificação e localização que evidenciam os potenciais turísticos do município.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2023.

Outra iniciativa de desenvolvimento do turismo se deu em outubro de 2023. O Curso Confeção de Lembrancinhas foi promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo junto aos artesãos do município, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação e parceria com o SENAC. As aulas, que aconteceram nas dependências do Profam, foram conduzidas de forma criativa e participativa, atendendo a uma diversidade de perfis de alunos, incluindo as artesãs da Associação Fazendo Arte e outros profissionais do setor de artesanato. O curso, com uma carga horária de 15 horas, foi desenvolvido com foco no aprimoramento de técnicas por meio da confecção de peças piloto, incentivando a criatividade, a inovação e a troca de experiências entre os participantes.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Em síntese, o turismo em Matelândia não é apenas uma atividade econômica, mas uma força motriz para o crescimento e desenvolvimento econômico. É importante que a promoção do potencial turístico seja feita de maneira sustentável, respeitando a natureza e a cultura local, garantindo benefícios tanto para a comunidade quanto para os visitantes.

5. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

Neste capítulo serão apresentadas as principais características do uso e da ocupação atual de Matelândia, com descrição dos seguintes aspectos:

- Uso e Ocupação do Solo
- Configuração atual do Território Urbano de Matelândia;
- Perímetro Urbano atual;
- Áreas consolidadas.

5.1. Uso e Ocupação do Solo

A Região Oeste Paranaense foi formada principalmente por emigrantes oriundos do Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os assentamentos urbanos se deram progressivamente de leste para oeste, em processo apoiado nas transformações históricas.

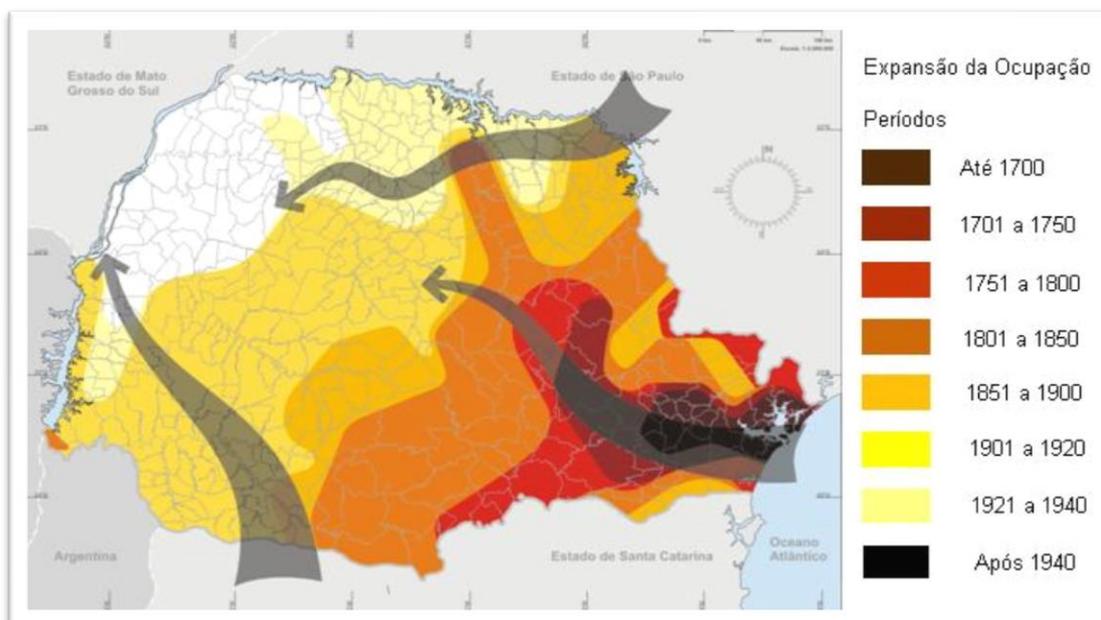


Figura 5.1. Evolução da Ocupação Urbana.

Fonte: PRDE – Planos Regionais Desenvolvimento Estratégico Estado do Paraná.

O Município de Matelândia possui uma área territorial de 640 km² (IBGEVo), contendo sete zonas urbanas (Sede Urbana de Matelândia, Distrito Administrativo de Agro-Cafeeira, Vila Esmeralda, Vila Marquesita, Vila Rural Santa Maria, Vila Rural Sagrada



Família, Distrito Industrial) e demais comunidades rurais distribuídas ao longo do território.

A ocupação destas terras iniciou com a “[...] a formação de vários municípios de seu entorno, surgiu a partir de projetos de colonização, que se instalaram na região Oeste do Paraná a partir dos anos 50. Inicialmente eram povoados que, com o passar do tempo tornaram-se municípios[...]”. [Wachowicz, R. Christovam-1982].

No estudo de uso e ocupação do solo urbano, a densidade é um dos aspectos relevantes a ser considerado na análise por influenciar no processo de planejamento e gestão de assentamentos humanos. A densidade demográfica representa o número total da população de uma área urbana específica, expressa em habitantes, por uma unidade de terra ou solo urbano, normalmente utiliza-se o hectare como unidade de referência.

É um referencial importante para se avaliar técnica e financeiramente a distribuição e consumo de terra urbana, infraestrutura e serviços públicos. A suposição é de que quando ocorre à alta densidade isso repercute na maximização de infraestrutura, o que financeiramente possui inúmeros fatores positivos, no entanto a alta densidade acarreta em consequências que devem ter minimização como a concentração de veículos, congestionamentos, qualidade do ar, insolação, entre outros fatores.

Em Matelândia, a densidade demográfica atingiu 28,84 hab/Km² em 2022, conforme dados do IBGE. Esse número representa um aumento significativo em relação à densidade registrada em 2010, que era de 22 habitantes por quilômetro quadrado. Essa tendência ascendente evidencia um crescimento populacional consistente no município ao longo dos últimos anos.

A distribuição da população acontece de forma bastante variada, havendo áreas com baixa, média e alta densidade. As áreas com densidade mais baixa são aquelas onde se localizam as comunidades do interior com características superficiais urbanas, mas que são eminentemente rurais, bem como áreas internas da malha urbana ociosas, os lotes baldios e vazios urbanos.

O município apresenta várias associações de moradores. As associações de moradores desempenham um papel fundamental no fortalecimento das comunidades e na promoção do bem-estar coletivo. Elas atuam como um canal de comunicação entre os residentes e o governo local, permitindo que as demandas da comunidade sejam ouvidas



e atendidas, representando os interesses dos moradores em questões que afetam o bairro, como segurança, infraestrutura e serviços públicos.

No total há 14 associações de moradores:

- Associação de Moradores Cruzeiroiro;
- Associação de Moradores São Roque;
- Associação de Moradores São Cristovão;
- Associação de Moradores Linha Panizzon;
- Associação de Moradores Bananal;
- Associação de Moradores Barreirão;
- Associação de Moradores Picada Benjamin;
- Associação de Moradores Vila Nova;
- Associação de Moradores Linha Alto Dourado;
- Associação dos Professores de Matelândia;
- Associação de Moradores Vila Sapo;
- Associação da Juventude Defensora da Natureza;
- Comunidade Católica São Cristóvão;
- Associação de Moradores Marquesita;
- Associação de Moradores Vila Rural Sagrada Família.

as associações ajudam a criar um senso de pertencimento e unidade entre os residentes, organizando eventos e atividades comunitárias que fortalecem os laços sociais, promovendo a convivência harmoniosa e a solidariedade entre os vizinhos. Elas também incentivam a participação ativa dos moradores nas decisões que afetam o seu entorno, organizando assembleias, debates e campanhas, onde os residentes podem expressar suas opiniões e contribuir para o desenvolvimento local.

O acesso principal da cidade é feito pela BR 277 que interliga o Estado do Paraná do Oeste ao Leste, sendo um importante eixo de transporte rodoviário, que conecta o município a uma logística de transporte de escoamento a nível internacional. Rodovia é



um importante indutor de desenvolvimento e de ocupação humana, além de ser o principal corredor viário de transporte da produção agropecuária do Paraná, possibilitando o escoamento de grande volume de produtos agrícolas. Além de sua importância econômica, a BR 277 tem um indiscutível valor social, político, estratégico e turístico.

Para obter uma compreensão precisa da situação atual do território urbano do município de Matelândia, é necessário analisar a delimitação do perímetro urbano vigente, as áreas já consolidadas e os sinais de expansão urbana causados pela atividade humana. Essa análise permite identificar e mapear as áreas urbanizadas, além de avaliar os impactos da expansão urbana no meio ambiente e na qualidade de vida da população local.

Ao estabelecer os limites físicos do perímetro urbano, é possível definir claramente a área considerada urbana no município. Isso facilita a gestão dos recursos e infraestrutura, direcionando os investimentos de forma mais eficiente e garantindo um crescimento urbano ordenado.

As áreas consolidadas, por sua vez, referem-se às regiões urbanas já estabelecidas, com ocupação consolidada e infraestrutura adequada. Essas áreas são fundamentais para fornecer serviços públicos e promover uma boa qualidade de vida para os residentes.

No entanto, também é importante analisar os sinais de expansão urbana causados pela atividade humana, como indicadores de crescimento. Esses sinais podem incluir o surgimento de novos loteamentos, desenvolvimento de infraestrutura e aumento da densidade populacional, entre outros fatores. Essa análise é essencial para compreender a pressão adicional exercida sobre o meio ambiente e identificar a necessidade de intervenções específicas.

Para realizar-se a análise da ocupação atual, a mesma será dividida em:

- Ocupação regular – loteamentos aprovados pela Prefeitura e registrados em cartório e dentro do Perímetro Urbano;
- Ocupação irregular – loteamentos implantados em desacordo com a lei, e/ou sem aprovação na Prefeitura, e/ou sem registro em cartório, e/ou sem parcelamento de acordo com a Lei Federal nº 6.766/79 ou lei municipal.



Ao realizar essa análise do perímetro urbano, das áreas consolidadas e dos sinais de expansão urbana, é possível compreender os desafios e oportunidades enfrentados pelo município em termos de planejamento urbano, gestão territorial e preservação ambiental. Com base nesses resultados, podem ser tomadas medidas adequadas para promover um desenvolvimento sustentável e equilibrado, visando o bem-estar da população e a conservação dos recursos naturais.

5.2. Perímetro Urbano Atual

O perímetro urbano corresponde a uma demarcação geográfica de significativa importância, delineando os contornos externos de uma zona em processo de expansão urbana. Sua relevância reside na eficaz administração do desenvolvimento das cidades, ao fixar os marcos que delimitam a autorização e regulamentação de atividades urbanas, englobando desde edificações até a implementação de infraestruturas e a prestação de serviços públicos. Esse instrumento desempenha um papel fundamental na promoção de um crescimento urbano ordenado e sustentável, simultaneamente à preservação das áreas rurais e naturais circundantes.

5.2.1. Perímetro Urbano da Sede Municipal

O perímetro urbano da Sede Municipal foi estipulado através da Lei Municipal nº 2321/2011, o mesmo sofreu diversas alterações ao longo dos anos, sendo a primeira em 2012 pela Lei nº 2802/12, em 2014 pela Lei nº 3324/14, em 2015 pela Lei nº 3467/15, 2016 pela Lei nº 3730/16, em 2019, 2021 e 2022 pelas Leis nº 4219/19, 4742/21 e 4928/22. Atualmente se encontra em vigor a Lei Municipal nº 4928/22, a qual estabelece o perímetro urbano da Figura 5.2.



Figura 5.2. Perímetro da Sede Urbana de Matelândia — Paraná.

Fonte: Lei Municipal nº 4928/2022.

A sede de Matelândia é formada 5.410 lotes, que ocupam o território de, aproximadamente 6,2 km². Dos lotes urbanos da sede, nota-se que apenas 31% não estão edificados.

Tabela 5.1. Relação dos Lotes Urbanos edificados e vagos do Município.

Relação Cadastral - Lotes				
Localidade	Lotes Vazios	Lotes Edificados	Nº de Loteamentos	Total
Sede Urbana	1.667	3.743	54	5410
Agro Cafeeira	567	711	13	1271
Vila Esmeralda	97	162	2	259
Vila Marquezita	579	98	2	677
Total	2.910	4.714	61	7.624

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2024.

Do número de loteamentos regulares no município, observa-se que 75% se encontram na sede urbana, e também, 70% do total de lotes existentes no município.

**Tabela 5.2.** Relação dos Lotes Urbanos edificados e vagos da Sede Urbana.

Lotes Urbanos Vagos na Sede Urbana					
Nº	Loteamento	Lei de Criação	Ano	Lotes Vagos	Lotes Edificados
1	Perímetro Urbano	Lei nº 4.928/2022	2022	320	2013
2	Biazus	Decr. 36/1977	1977	-	59
3	Primavera	Decr. 53/1977	1977	3	31
4	Rio Mar	Decr. 56/1977	1977	2	32
5	São Paulo	Decr. 63/1977	1977	4	85
6	Piratini	Decr. 64/1977	1977	-	6
7	Sto Antonio	Decr. 12/1978	1978	6	9
8	Jardim Tropical	Decr. 19/1978	1978	2	79
9	Jardim Belo Horizonte	Decr. 42/1978	1978	1	48
10	Bela Vista	Decr. 08/1978	1978	-	19
11	Floresta I	Decr. 08/1979	1979	-	9
12	Lot. Floresta II	Decr. 09/1979	1979	1	7
13	Res. Alvorada	Decr. 11/1981	1981	11	16
14	Jardim Guairaca	Decr. 37/1981	1981	1	47
15	Biazus II	Decr. 54/1981	1981	4	44
16	Jardim Itália	Decr. 33/1982	1982	16	178
17	Lazzarotto	Decr. 32/1983	1983	9	33
18	Conj Habit. Matelândia II	Decr. 75/1984	1984	-	72
19	Millnitz	Decr. 77/1984	1984	-	28
20	Oliveiras	Decr. 194/1986	1986	1	13
21	Res. Matelândia III	Decr. 99/1990	1990	1	105
22	Santo Ângelo	Decr. 65/1991	1991	-	23
23	Debastiani	Decr. 06/1996	1996	1	6
24	Menoncin	Decr. 25/2001	2001	4	14
25	Conjunto Bela Vista	Decr. 38/2001	2001	3	68
26	Guairacá II	Decr. 60/2002	2002	6	41
27	Panorâmico	Decr. 122/2001	2001	16	63
28	Camargo	Decr. 123/2001	2001	2	18
29	Solidariedade Matelandiense	Decr. 144/2002	2002	-	64
30	A Verdade Que Liberta	Decr. 155/2002	2002	3	14
31	Panorâmico II	Decr. 156/2002	2002	15	19
32	Riomar II	Decr. 85/2006	2006	10	36
33	Res. Matelândia I	Decr. 137/2007	2007	5	71

**Lotes Urbanos Vagos na Sede Urbana**

Nº	Loteamento	Lei de Criação	Ano	Lotes Vagos	Lotes Edificados
34	Riomar III	Decr. 224/2007	2007	14	60
35	Botesini	Decr. 149/2008	2008	36	61
36	Vista Do Lago	Decr. 80/2013	2013	25	35
37	Vila Nova	Decr. 204/2015	2015	8	53
38	Recanto Dos Sonhos	Decr. 324/2015	2015	45	10
39	Vista Panorâmica	Decr. 577/2016	2016	23	7
40	Res. Matelândia V	Decr. 800/2016	2016	22	42
41	Atílio Menoncin	Decr. 878/2016	2016	11	12
42	Bom Viver	Decr. 1.725/2018	2018	83	***
43	Batistella	Decr. 2.165/2019	2019	42	11
44	Jardim Barcelona	Decr. 2.784/2020	2020	25	5
45	Vila Pinto	Decr. 3.556/2022	2022	6	23
46	Parque Vitoria	Decr. 3.701/2022	2022	54	-
47	Residencial Monarca	Decr. 3.743/2022	2022	36	-
48	Núcleo Urbano São Cristóvão	Decr. 4.483/2023	2023	-	6
49	Núcleo Urbano Cruzeirinho	Decr. 4.597/2024	2024	-	-
50	Pietrobon	Decr. 4.621/2024	2024	-	-
51	Núcleo Urbano Aymoré	Decr. 4.674/2024	2024	48	48
52	João Paulo II	Decr. 4.702/2024	2024	577	-
53	Vila Verde	Decr. 4.723/2024	2024	88*	Em fase de registro
54	Parque Harmonia	Decr. 4.756/2024	2024	77*	Em fase de registro
TOTAL				1.667	3.743

* Não contabilizado por estar em fase de registro.

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2024.

Levando-se em conta o potencial de crescimento geométrico do município de 1,15% segundo o IBGE, detalhado no item 4.1.1., verifica-se a necessidade de expansão do perímetro urbano para implantação de novos loteamentos.

O uso comercial é mais condensado ao longo da Av. Paraná e BR 277. O uso residencial é distribuído em toda a cidade e o uso institucional está mais concentrado no setor norte da malha urbana. Já os lotes baldios são em grande quantidade tanto ao norte quanto ao sudeste da malha urbana.

5.2.1.1. Áreas Consolidadas

O conceito de Área Urbana Consolidada (AUC) foi inicialmente introduzido no Código Tributário Nacional de 1966 e posteriormente incorporado à Lei Federal nº 13.465/2017, que trata da Regularização Fundiária Rural e Urbana, além de outras legislações relacionadas ao tema. Em Matelândia, as áreas urbanas consolidadas foram delimitadas com base em critérios específicos, que incluem:

- Estar compreendida no perímetro urbano ou zona urbana definida por lei;
- Possuir uma densidade populacional superior a 50 habitantes por hectare;
- Contar com pelo menos duas das seguintes infraestruturas urbanas: sistema viário, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, distribuição de energia elétrica e coleta de resíduos sólidos;
- Ter loteamentos aprovados;
- Não possuir maciços florestais ou grandes áreas verdes de preservação relevante.

É importante ressaltar que Matelândia apresenta subdivisão em bairros, portanto todas as áreas da atual divisão dos bairros fazem parte das áreas consolidadas do Município. O Plano Diretor Municipal instituiu em 2011 uma delimitação por bairros que pode ser observada abaixo.

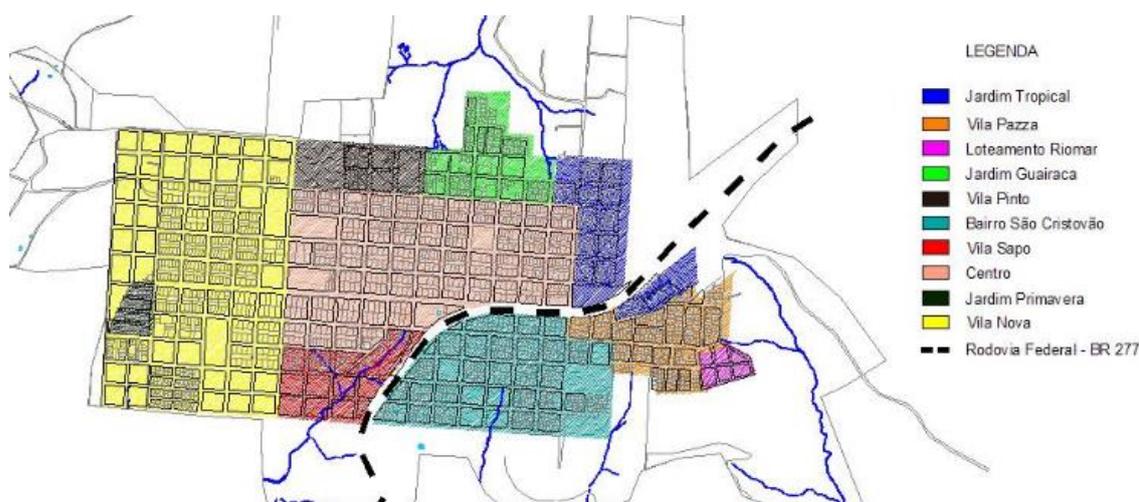


Figura 5.3. Delimitação por Bairros da Sede Urbana de acordo com o Plano Diretor Municipal de 2011.

Fonte: Plano Diretor Municipal, 2011.

O Plano Diretor Municipal de 2011, apesar de mostrar a delimitação por bairros, não instituiu uma lei específica para a definição dos perímetros dos bairros, o que resultou na continuidade do uso das definições de um mapa de bairros anteriormente estabelecido pelo Setor de Cadastro e Tributação no item 2 – Levantamentos e Análises de Informações, dos estudos relacionados ao Plano de Uso e Ocupação do Solo, elaborado e aprovado em 1999. Contudo, é importante destacar que esse mapa também não estava integrado à Lei de Urbanismo nº 168/1999, que regulamenta as diretrizes urbanísticas da região.

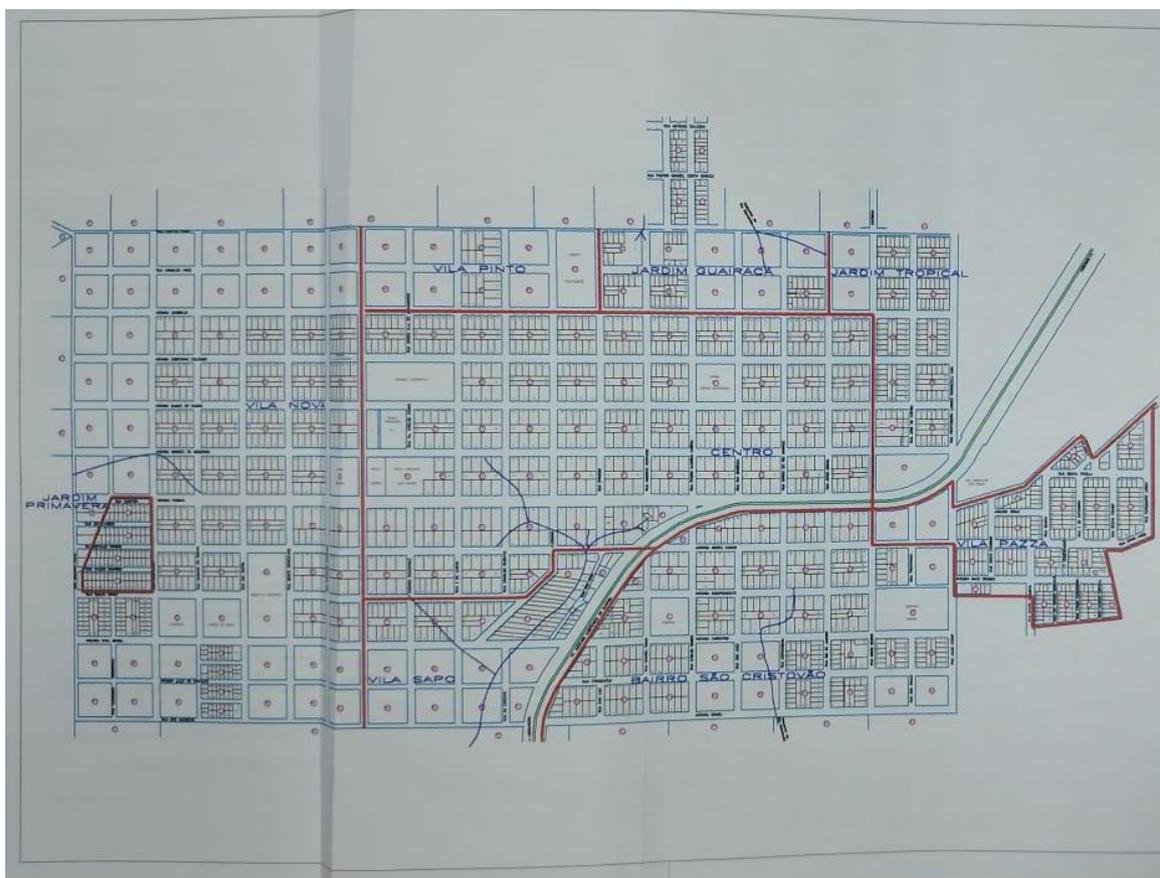


Figura 5.4. Delimitação por Bairros da Sede Urbana de acordo com o Plano do Uso e Ocupação do Solo de Matelândia de 1999.

Fonte: Plano do Uso e Ocupação do Solo de Matelândia, 1999.

A falta de atualização e integração dos mapas e das legislações pertinentes pode levar a inconsistências na gestão territorial e na aplicação das normas urbanísticas, afetando o planejamento e o desenvolvimento urbano de forma eficiente. Abaixo apresenta-se a delimitação por bairros utilizada atualmente pelo Setor de Cadastro e Tributação.

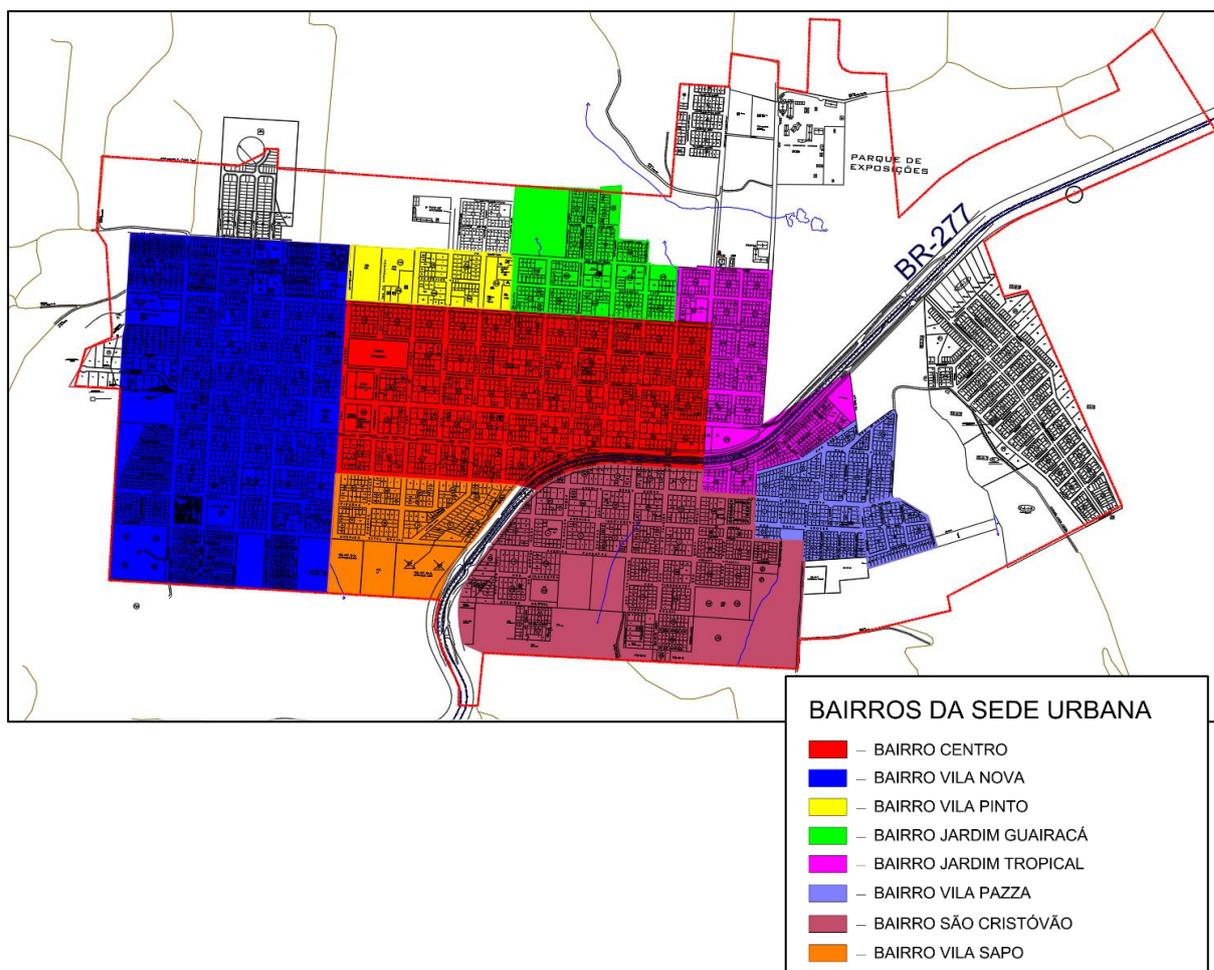


Figura 5.5. Bairros da Sede Urbana utilizado.

Fonte: Elaborado por Farol 14 Consultoria em Projetos, 2024.

Nota-se ainda, que apesar de usar atualmente uma delimitação por bairros, os loteamentos aprovados externos aos bairros instituídos não estão sendo incluídos a eles ou não há critérios para a criação de novos bairros dentro da legislação urbanística vigente. Dessa forma, é fundamental promover a revisão e a readequação dos documentos legais e cartográficos de delimitação dos bairros da sede, bem como a criação de lei específica para instituição de critérios para novos bairros e polígonos dos bairros existentes, para garantir um planejamento urbano mais coeso e eficaz.

5.2.1.2. Expansão Urbana

Atualmente, o perímetro urbano, conforme definido pela Lei Municipal nº 4928/2022, apresenta cerca de 72% de sua área ocupada. A sede urbana apresenta diversos loteamentos novos situados próximo à mancha urbana e que estão inseridos no perímetro urbano, tais podem ser considerados sinais de expansão urbana, demonstrando que o município se apresenta em constante ocupação antrópica.

O Mapa abaixo apresenta a evolução da ocupação na sede urbana do Município.

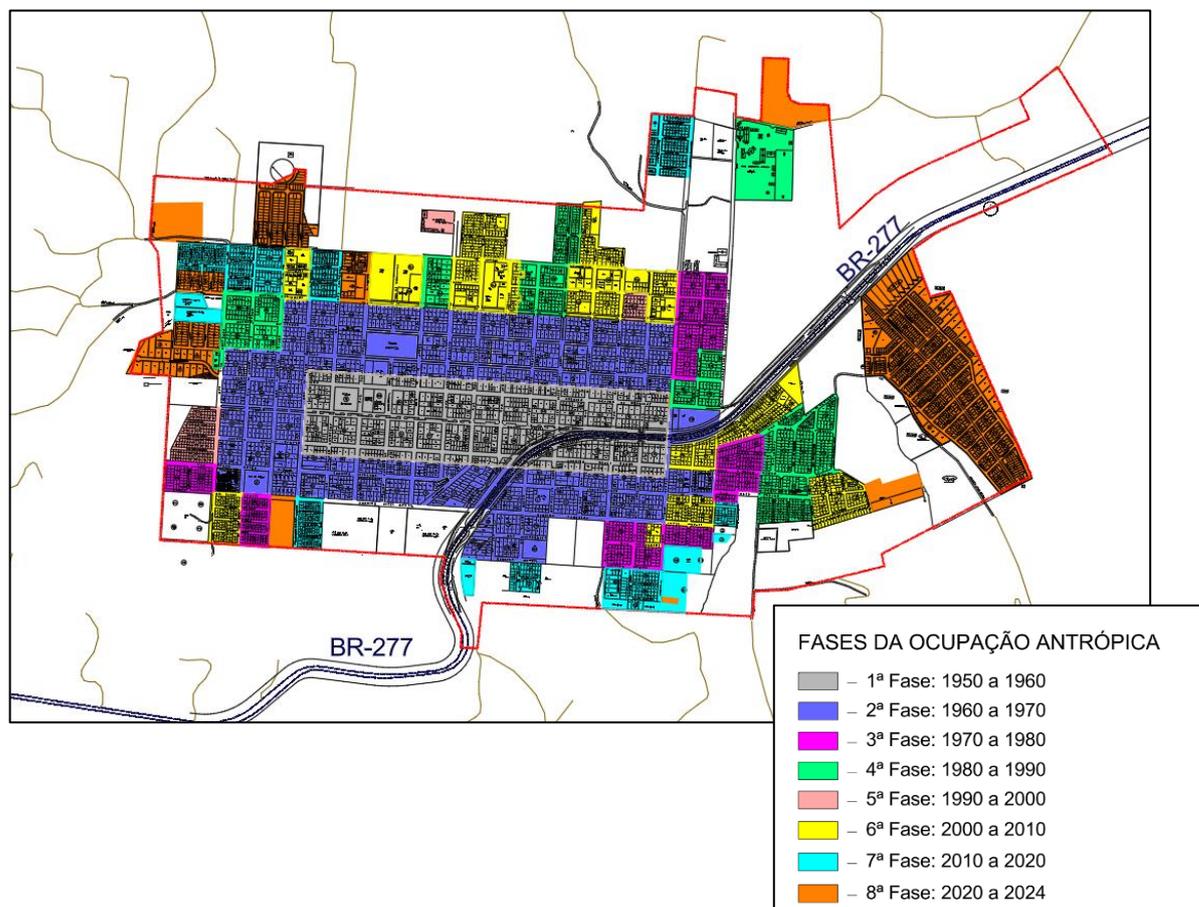


Figura 5.6. Evolução da Ocupação da Sede Urbana de Matelândia — Paraná.

Fonte: Elaborado por Farol 14 Consultoria, 2024.

Observa-se no mapa que, nos anos 1950, a ocupação urbana estava concentrada em uma área central, e a expansão começou a se intensificar em todas as direções durante a década de 1960. Já nas décadas de 1970 e 1980, o crescimento urbano teve um forte vetor na direção leste, com duas ocupações ao sudoeste. Durante esse período, houve a implantação de 11 loteamentos no município: Biazus, Primavera, Rio Mar, São Paulo, Piratini, Santo Antônio, Jardim Tropical, Jardim Belo Horizonte, Bela Vista, Floresta I e Floresta II, que juntos adicionaram 403 lotes urbanos à área habitável.

Entre as décadas de 1980 e 1990, novos loteamentos foram implantados de forma dispersa nas regiões norte, oeste e leste da mancha urbana já existente. Dentre eles, destacam-se os loteamentos Residencial Alvorada, Jardim Guairacá, Biazus II, Jardim Itália, Lazzarotto, Conjunto Habitacional Matelândia II, Millnitz e Oliveiras, somando um total de 473 lotes urbanos.



De 1990 a 2010, a ocupação urbana apresentou um ritmo mais estável, com a criação de apenas três loteamentos pequenos e dispersos: Matelândia III, Santo Ângelo e Debastiani, totalizando 136 novos lotes. No entanto, entre 2000 e 2010, ocorreu uma expansão significativa ao norte e leste da mancha urbana, com a adição de 643 novos lotes distribuídos entre os seguintes loteamentos: Menoncin, Conjunto Bela Vista, Guairacá II, Panorâmico, Camargo, Solidariedade Matelandiense, A Verdade Que Liberta, Panorâmico II, Riomar II, Res. Matelândia I, Riomar III e Botesini.

De 2010 até 2024, a expansão urbana voltou a se concentrar na direção da Agrocafeeira, principalmente em função da ampliação da Agroindústria Lar Foods, localizada próximo ao distrito. Além disso, áreas ao redor de toda a mancha urbana foram ocupadas com novos loteamentos, como Vista do Lago, Vila Nova, Recanto dos Sonhos, Vista Panorâmica, Residencial Matelândia V, Atílio Menoncin, Bom Viver, Batistella, Jardim Barcelona, Vila Pinto, Parque Vitória, Residencial Monarca, Núcleo Urbano São Cristóvão, Núcleo Urbano Cruzeirinho, Pietrobon, Núcleo Urbano Aymoré, João Paulo II, Vila Verde e Parque Harmonia. Alguns desses loteamentos foram resultado de regularizações fundiárias de áreas anteriormente ocupadas de forma irregular, uma questão tratada em maior profundidade no produto da 2ª fase parte 2.

Apesar da existência de lotes ainda desocupados, o perímetro urbano atual encontra-se limitado, o que pode dificultar o atendimento das demandas de crescimento populacional previstas para o município nos próximos anos. Segundo as projeções do item 4.1.1, a população do município deverá atingir 21.425 habitantes até 2035, o que exigirá soluções estratégicas para acomodar esse aumento de forma sustentável e planejada.

5.2.2. Perímetros Urbanos Distritais

Atualmente o município conta com seis perímetros urbanos distritais, sendo o primeiro o do Distrito Agro Cafeeira, seguido do Distrito Industrial, Vila Esmeralda e Vila Marquesita.

5.2.2.1. Distrito Agro Cafeeira

O Distrito de Agro Cafeeira foi oficialmente instituído pela Lei 547/84, com o objetivo de regularizar e formalizar a ocupação já existente na área. Atualmente o perímetro urbano é instituído pela Lei 3299/2014. As atualizações do perímetro urbano

serão analisadas de forma mais minuciosa no produto da 2ª fase parte 2, onde será analisada a pertinência da Lei de Perímetro vigente.



Figura 5.7. Perímetro do Distrito Agro-Cafeeira em Matelândia — Paraná.

Fonte: Lei Municipal nº 3299/2014.

O Distrito Agro Cafeeira é formado, atualmente, por 1.278 lotes, dos quais aproximadamente 44% encontram-se vagos. Nota-se uma constante procura por lotes neste distrito por pela proximidade com a Agroindústria Lar Foods, que gera muitos empregos no município.

A crescente ocupação justifica-se também pela proximidade com a sede e com o fato de a BR-277 cruzar o distrito, além do valor venal dos lotes serem mais baixos que os da sede.

Na tabela abaixo pode-se observar os loteamentos existentes no Distrito Agro Cafeeira.

**Tabela 5.3.** Relação dos Lotes ocupados e vagos do Distrito Agro Cafeeira.

Lotes Urbanos Vagos no Distrito Agro Cafeeira					
Nº	Loteamento	Lei de Criação	Ano	Lotes Vagos	Lotes Edificados
1	Agro Cafeeira	Decreto 007/1982	1982	9	19
2	Bolzon	Decreto 251/1987	1987	2	19
3	Vila Agro Cafeeira	Decreto 275/1987	1987	51	332
4	Beija Flor	Decreto 61/1999	1999	1	12
5	Moradias Biquara	Decreto 143/2002	2002	5	21
6	Matelândia I	Decreto 114/2005	2005	2	52
7	Jardim Graciela	Decreto 114/2007	2007	14	38
8	Garibaldi Batista De Camargo - Distr. Industrial	Decreto 68/2008	2008	15	10
9	Raul Motta	Decreto 474/2013	2013	31	68
10	Raul Motta II	Decreto 819/2016	2016	78	36
11	Residencial Agro Cafeeira I	Decreto 2.171/2019	2019	60	94
12	Residencial Recanto Do Park	Decreto 2.443/2019	2019	99	10
13	Parizotto	Decreto 2.444/2020	2020	200	-
TOTAL				567	711

Fonte: Prefeitura Municipal de Matelândia, 2024.

Observa-se que dos 1.278 lotes existentes no distrito, apenas 711 estão edificados, resultando em uma ocupação de 55,63% do território do distrito.

O Loteamento Garibaldi Batista De Camargo, destacado anteriormente no item 4.2.3.2. Setor Industrial, é um dos empreendimentos mais relevantes para o distrito. Desenvolvido por iniciativa do poder público de Matelândia, o loteamento foi concebido com o propósito de fomentar o crescimento das atividades industriais no município. Sua localização estratégica, às margens da BR-277, aliada à infraestrutura básica já disponível, faz deste loteamento uma opção altamente atraente, resultando em uma crescente demanda por sua ocupação.

5.2.2.2. Distrito Industrial

O Distrito Industrial foi criado através da Lei 2321/2011 como forma de regularização das indústrias existentes na faixa da BR-277 entre a sede e o Distrito Agro Cafeeira e fomento a novas indústrias.

O Distrito Industrial compreende uma faixa paralela de 250 metros contados a partir do eixo da Rodovia BR 277 para ambos os lados e inicia no final do perímetro urbano da Sede até encontro com o perímetro urbano do Distrito Administrativo de Agro Cafeeira.



Figura 5.8. Perímetro do Distrito Industrial em Matelândia — Paraná.

Fonte: Lei Municipal nº 3299/2014.

Nota-se que há uma baixa ocupação do distrito, restando uma grande área para instalação de novas indústrias ao longo da BR-277.

5.2.2.3. Distrito Vila Esmeralda

O Distrito de Vila Esmeralda foi oficialmente instituído pela Lei 547/84, com o objetivo de regularizar e formalizar a ocupação já existente na área, que atualmente constitui a Vila Esmeralda. Essa medida foi tomada em resposta ao crescimento urbano e à necessidade de organizar juridicamente as áreas ocupadas. Em 2011 houve a atualização do perímetro urbano da Vila, através da Lei 2321/2011, que instituiu o perímetro apresentado abaixo.

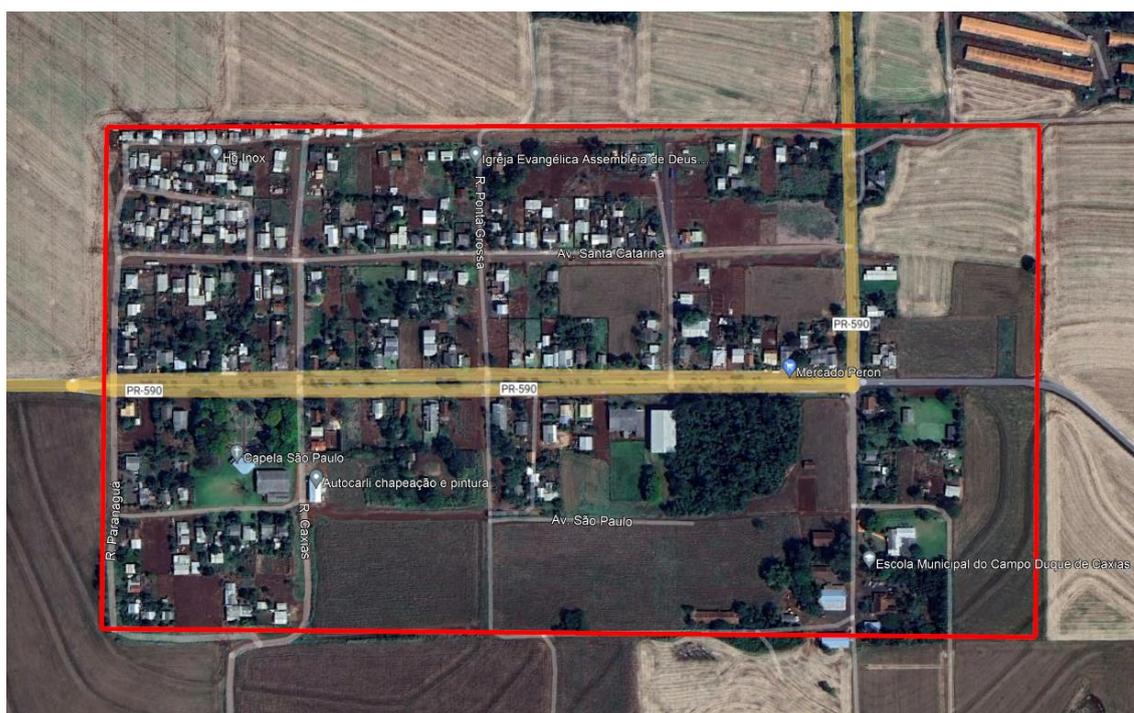
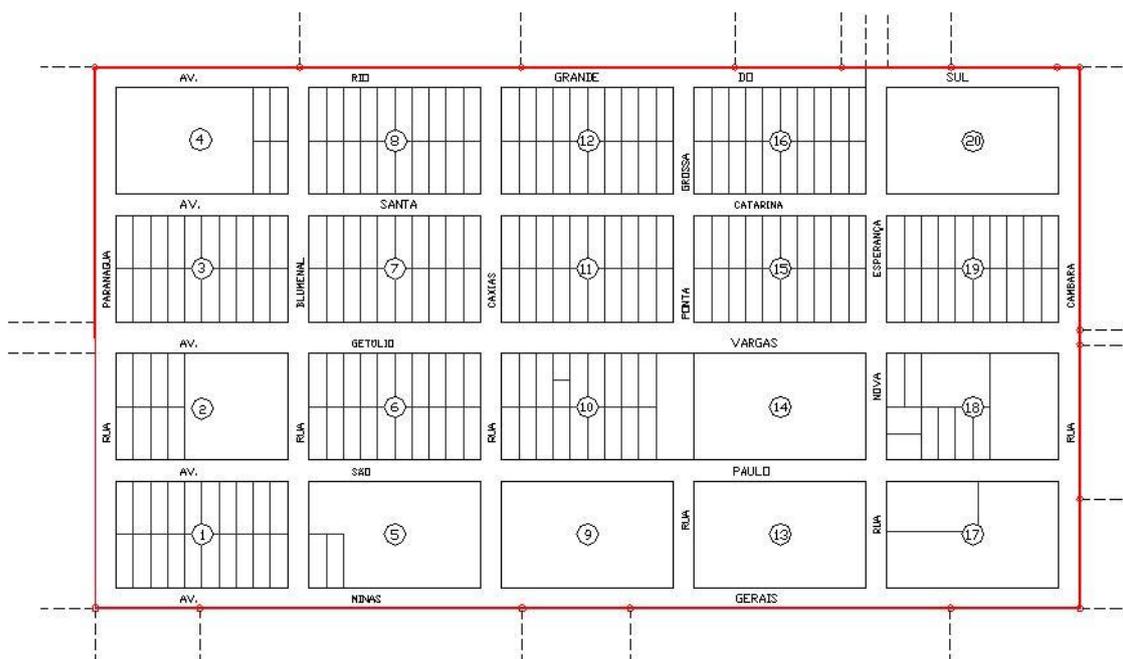


Figura 5.9. Perímetro Urbano Vila Rural Esmeralda, Matelândia — Paraná.

Fonte: Lei Municipal nº 2321/11.

Nota-se, através da figura acima e da tabela 5.1., que dos 259 lotes que compõe o distrito, apenas 97 estão vagos, ou seja, uma ocupação de 62%, considerada moderada para a localidade e potencial de crescimento da vila.

5.2.2.3. Distrito Vila Marquesita

O Distrito Vila Marquesita foi criado através da Lei 2321/2011 como uma área passível de regularização, já que na localidade já havia uma ocupação consolidada.

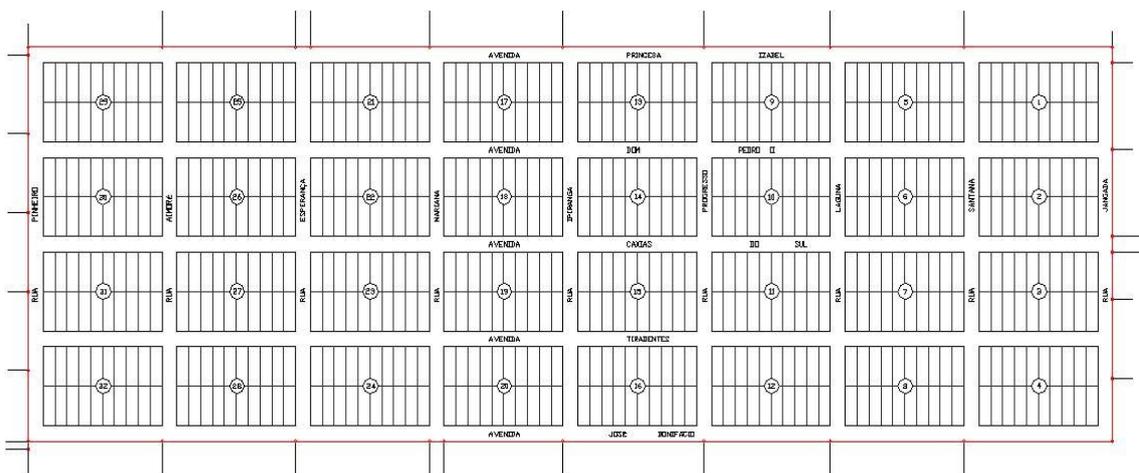


Figura 5.10. Perímetro Urbano Vila Rural Marquesita, Matelândia — Paraná.

Fonte: Lei Municipal nº 2321/11.

Nota-se, através da figura acima e da tabela 5.1., que dos 677 lotes que compõe o distrito, há 579 vagos, ou seja, uma ocupação de 14%, considerada baixa para a localidade e potencial de crescimento da vila.



5.2.3. Vilas Rurais

O Programa Vilas Rurais é uma iniciativa do governo do Paraná voltada para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais do estado. Com foco na revitalização de vilas e comunidades rurais, o programa realiza investimentos em infraestrutura e serviços básicos, além de oferecer capacitação para agricultores e residentes.

O objetivo é aprimorar a infraestrutura local, como pavimentação de ruas, construção de praças e centros comunitários, e instalação de sistemas de água e esgoto. Também visa garantir acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, e fomentar a economia local através de projetos que incentivem a produção agrícola, o turismo rural e o empreendedorismo. Além disso, o programa oferece treinamentos para melhorar a gestão das propriedades rurais e adota práticas de desenvolvimento sustentável para preservar o meio ambiente.

Os lotes concebidos com fins sociais, tem por finalidade a moradia e subsistência dos mutuários e sua família, através da produção de alimentos em sua propriedade ou outras atividades afins, mantendo-se o equilíbrio ecológico da região, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais volantes, propiciando-os de permanecerem no meio rural.

Este programa é parte de uma estratégia mais ampla para melhorar a qualidade de vida no campo, fortalecer a economia rural e criar comunidades mais resilientes e integradas no Paraná.

O Município de Matelândia, possui atualmente 2 Vilas Rurais instituídas por lei, sendo elas a Vila Rural Santa Maria (Lei Municipal nº 1436/05) e Vila Rural Sagrada Família (Lei Municipal nº 1436/05).



Figura 5.11. Perímetro Urbano Vila Rural Santa Maria, Matelândia — Paraná.

Fonte: Lei Municipal nº 1436/05.



Figura 5.12. Perímetro Urbano Vila Rural Sagrada Família, Matelândia — Paraná.

Fonte: Lei Municipal nº 1436/05.

Os projetos de Vila Rural buscam promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais. Eles são implantados com ocupação imediata, portanto as Vilas Rurais de Matelândia estão totalmente ocupadas atualmente.

A ocupação das Vilas Rurais é de 100% já que na criação dos programas de Vila Rural nos municípios, os lotes já devem ser destinados aos seus respectivos proprietários.



6. CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS, PÚBLICOS E COMUNITÁRIOS E DAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

6.1. Saneamento Básico

O saneamento básico desempenha um papel fundamental da promoção da qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável de uma comunidade. No município de Matelândia, é crucial compreender a situação atual do saneamento básico, pois isso afeta diretamente a saúde pública, a preservação do meio ambiente e o bem-estar da população.

Para uma análise completa da situação do saneamento básico de Matelândia, é necessário considerar aspectos como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana. Além disso, também é importante analisar a situação atual da iluminação pública e disponibilidade de energia elétrica, a fim de descrever de forma mais abrangente a situação do município.

Segundo o Ministério da Saúde (2004), o saneamento ambiental é formado por ações que buscam proporcionar um maior nível de salubridade ambiental em determinado espaço, beneficiando a população. Quando aplicadas corretamente, as ações causam vários resultados positivos, sendo considerado como parte constituinte do modo moderno de viver.

Os programas de saneamento básico são extensos, entretanto é viável em períodos de tempo relativamente curtos a sua implementação.

De acordo com as informações repassadas pelos técnicos do município, poucas práticas e programas de saúde e saneamento são desenvolvidos no território municipal. Há a existência do programa de conscientização em relação a dengue que é coordenado pela Vigilância Sanitária.

Outras ações e práticas de saneamento que deveriam ser desenvolvidas em parceria com a SANEPAR e a Vigilância Sanitária, porém não estão sendo realizadas. Nota-se que há pouca interatividade entre as instituições responsáveis pela saúde e o saneamento no município.

Na área rural, a situação vivenciada pelos moradores de Matelândia é similar aos demais municípios brasileiros, a população muitas vezes não tem acesso as práticas



corretas de saneamento. A falta de saneamento é uma das principais causas de insalubridade e degradação ambiental, caracterizando-se, por exemplo, pela indisposição inadequada de resíduos sólidos e lançamento de esgoto em fossas rudimentares.

As poucas práticas de saúde e saneamento supracitadas contemplam apenas a área urbana do município. Não existem programas de saneamento direcionadas para a área rural de Matelândia.

Ao compreender a situação atual do saneamento básico em Matelândia, será possível identificar os principais desafios enfrentados e as oportunidades de melhoria nesse setor tão essencial. Com base nessa compreensão, estratégias e ações podem ser planejadas para promover um saneamento básico eficiente, garantindo melhores condições de vida para a população e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município.

Matelândia não tem uma política de recursos humanos, em especial para o saneamento, instrumentos e mecanismos de participação e controle social na gestão política de saneamento básico não existem.

Os Conselhos e Políticas de Saneamento serão instituídos ao longo do desenvolvimento do Plano de Saneamento Básico, informando sobre os serviços e mecanismos de cooperação com outros entes federados para implantação dos serviços de saneamento básico e mecanismo com outros entes federações para implantação dos serviços de saneamento básico.

Atualmente, Matelândia possui um Plano Municipal de Saneamento Básico, implantado em 2018, que serviu de base para as informações abaixo relacionadas.

6.1.2. Sistema de Abastecimento de água (SAA)

O Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Matelândia atende a 100% da sua população urbana, incluindo o Distrito de Agrocafeeira, com disponibilidade de rede de distribuição de água. As comunidades isoladas são abastecidas por sistemas próprios (poços, minas), sendo operadas pela própria comunidade, sem intervenção da concessionária.

Os estudos de microbacias urbanas do município observam uma baixa densidade de rede hidrográfica, quase todas as bacias são de primeira ordem, com exceção da microbacia do Rio Barreirão, justificando assim o uso da concessionária de poços para

captar a água e distribuir para população. Não existem mananciais próximos e viáveis para abastecimento superficial em Matelândia.

A captação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Matelândia é 100% subterrânea, realizada, no Aquífero Serra Geral, por quatro poços, com uma vazão total outorgada de 202 m³/h.

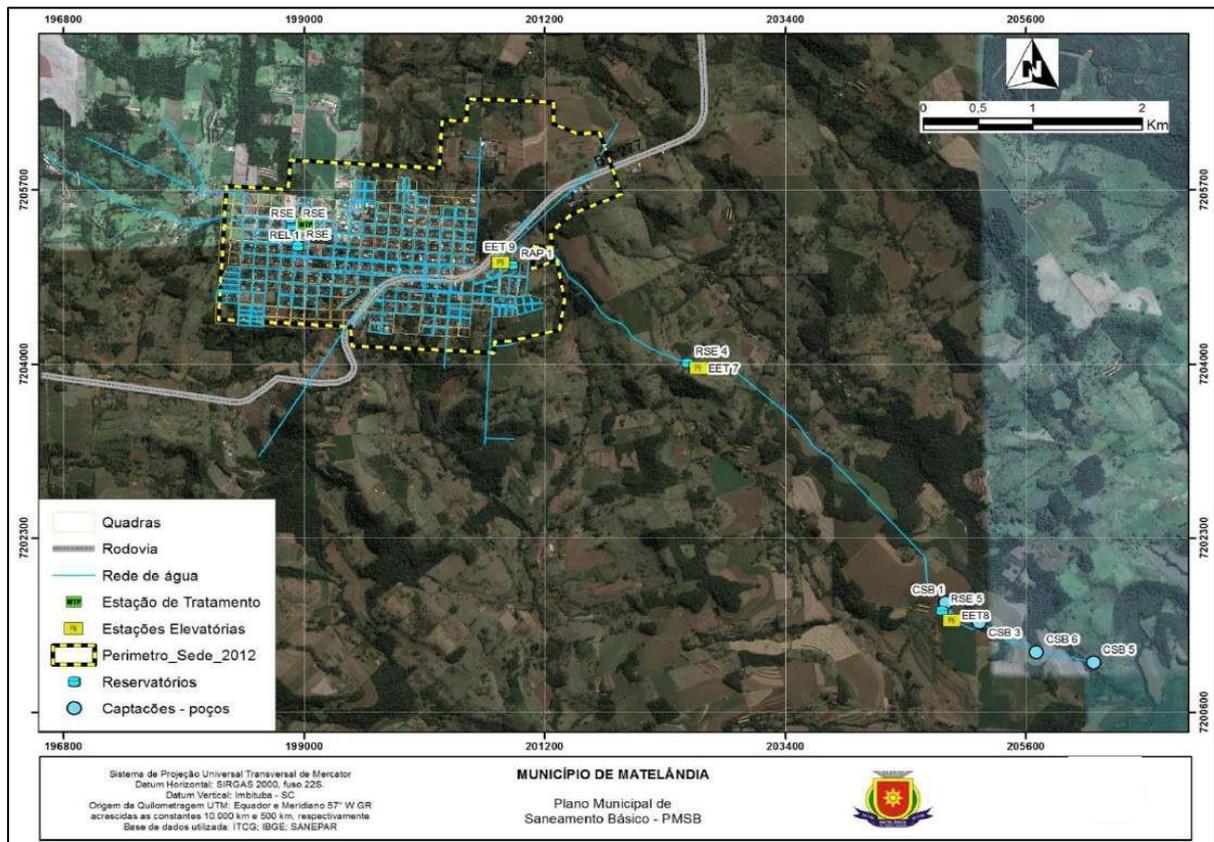


Figura 6.1. Sistema de Abastecimento de Água da Sede de Matelândia-PR.

Fonte: PMSB, 2018.

A solução de abastecimento de água deve proporcionar canalização interna até a moradia ou pelo menos no peridomicílio (até 50 metros em torno do domicílio). O fornecimento de água também deve ser sem interrupções, com uma quantidade maior que o mínimo necessário para suprir as necessidades básicas e com a qualidade da água conforme os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Os indicadores na tabela abaixo consideram os dados que foram declarados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) em 2020 pelo prestador de serviços no município, representando o consumo médio de água por habitante e a média



de perda de água para distribuição de água no município. O valor em L/(hab.dia) representa o consumo médio de água por habitante em litros por dia. Consoante os prestadores de serviço que declararam ao SNIS em 2020, a média de consumo de água do Brasil foi de 151,1 L/(hab.dia).

Tabela 6.1. Serviço de Abastecimento de Água em Matelândia.

Responsável pelo abastecimento de água	SANEPAR
Consumo médio de água por habitante	126,30 L/ (hab.dia)
Índice médio de perdas	27,69%
Custo do serviço de abastecimento de água	R\$ 5,32/ m ³
Tarifa média de água	R\$ 5,68/ m ³
Domicílios com canalização interna em pelo menos um cômodo	95,51%
Domicílios com canalização interna somente no terreno	1,03%
Domicílios sem canalização interna	0,46%

Fonte: SNIS/Ministério das Cidades (2020) /Censo — IBGE (2010)

O abastecimento de água pode ocorrer de diferentes formas dependendo da realidade dos municípios brasileiros, por isso não existe uma melhor forma, mas sim a mais adequada.

A figura abaixo exibe a distribuição das formas de abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais do município de Matelândia. Em cada uma das barras é possível verificar o percentual e o número de domicílios que utilizam as formas de abastecimento de água definidas pelo IBGE em 2010, que estão representadas em cores diferentes. Cada classificação de abastecimento de água está dividida entre domicílios urbanos e rurais, representando 100% de todos os domicílios.

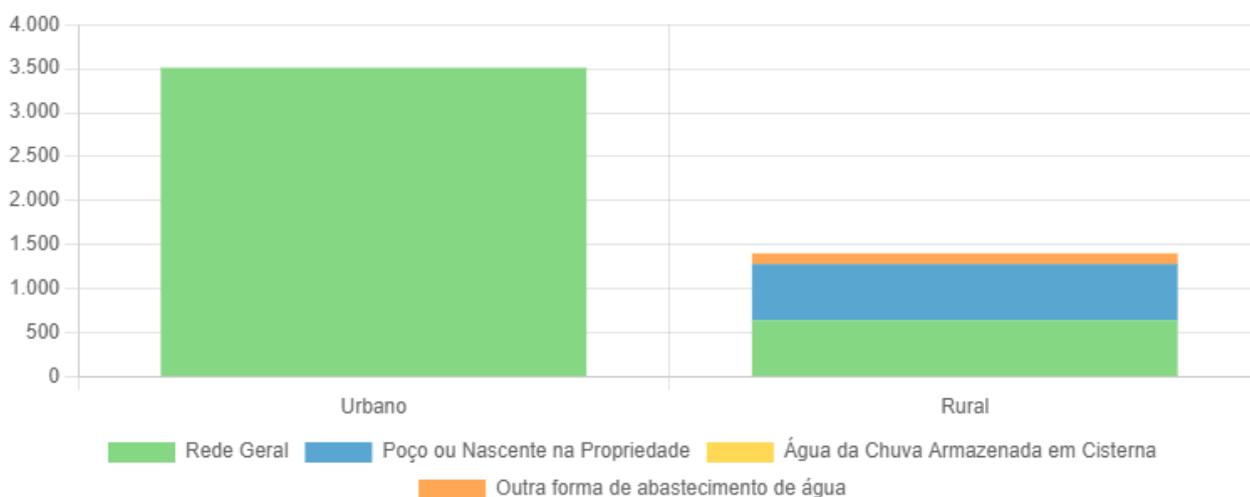


Figura 6.2. Modalidades de captação de água para abastecimento.

Fonte: Infosanbas, 2023.

No que concerne ao fornecimento de água na área urbana, segundo o relatório anual divulgado pela Sanepar, a empresa responsável pelo abastecimento de água no Município, todos os domicílios urbanos são atendidos, alcançando uma cobertura total.

Na prática, o sistema de abastecimento de água de Matelândia, atualmente, não se encontra defasado, uma vez que o índice de perdas do sistema e o custo energético disponibilizado para sua operação são baixos e estão abaixo das médias da capital do Estado e dos municípios operados pela mesma concessionária.

Na sede urbana, depois de feita a captação pelos quatro poços, a vazão é recalçada até o Reservatório Semienterrado 5, de 150m³, que faz a função de câmara de contato para desinfecção da água e poço de sucção. A Estação Elevatória de Água Tratada 8 (EET8) recalca os 202 m³/h para o Reservatório Semienterrado 4 de 300m³, que, por sua vez, funciona como sucção para a EET7. Esta elevatória recalca para o Reservatório Apoiado 1 (RAP1) de 500m³ que, além de suprir uma das zonas baixas, serve de reservatório de sucção para um booster (EET3), que tem a função de alimentar o Reservatório Elevado 2 (REL2) de 20m³, que alimenta a Rede de Distribuição de Água (RDA) zona industrial.

As sobras da zona baixa abastecida pelo RAP1 (500m³) ficam com o reservatório de 100m³ (que, por sua vez, alimenta outra zona baixa) e com dois semienterrados, um de 100m³ e outro de 300m³. O reservatório de 300 m³ alimenta outra zona baixa e os dois servem como sucção para a EET1 (poço falso) que alimenta o REL1 de 30m³. Este Reservatório Elevado distribui para outra zona alta.

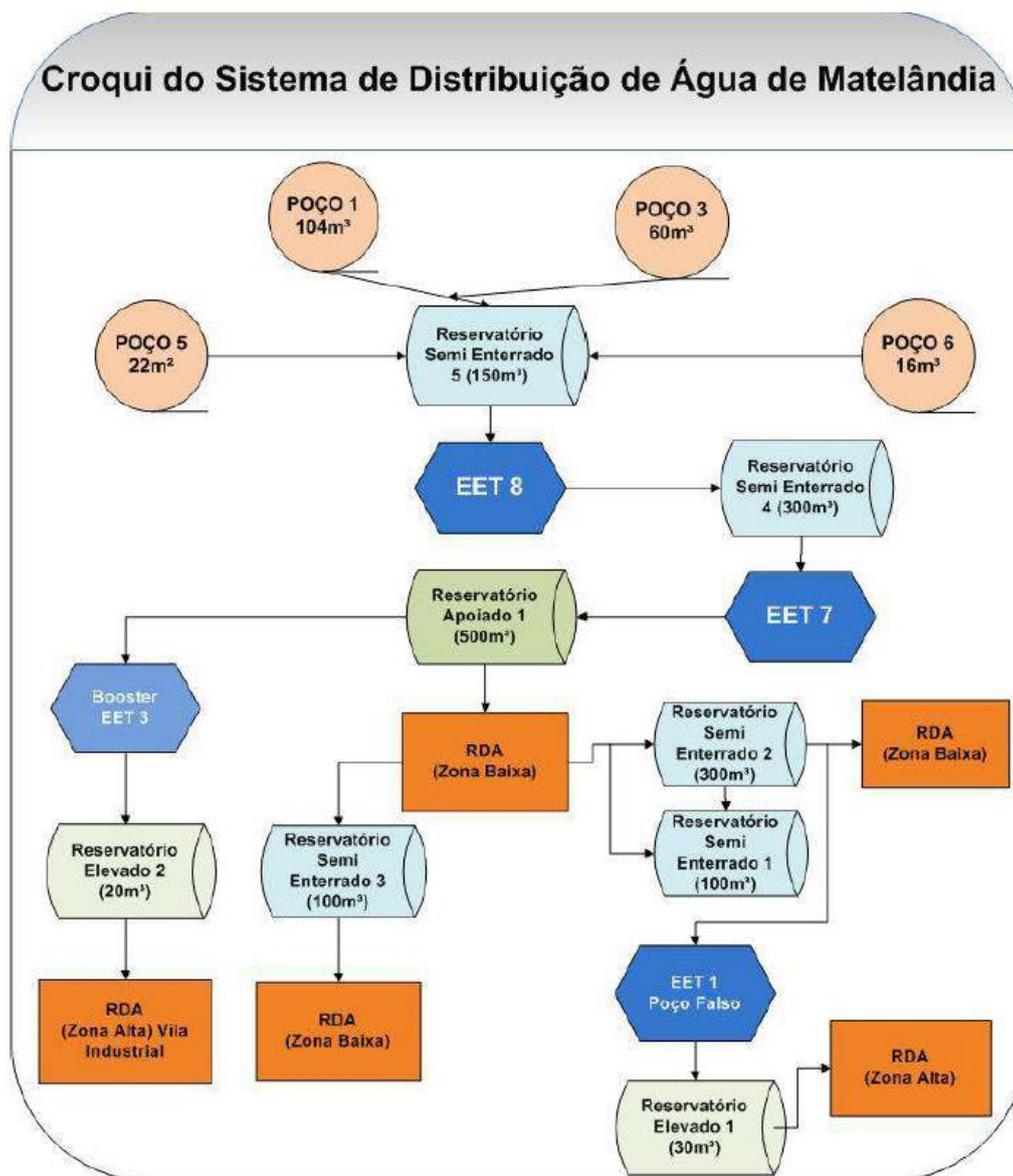


Figura 6.3. Croqui do sistema de tratamento de água da sede de Matelândia.

Fonte: PMSB, 2018.

No Distrito de Agrocafeeira, a captação é realizada por um poço artesiano com vazão total de 25 m³/h. A água recalçada é levada para uma Estação Elevatória de Água Tratada (EET 1) e, posteriormente, para um Reservatório Elevado (REL) de 50m³, que faz a distribuição à população.

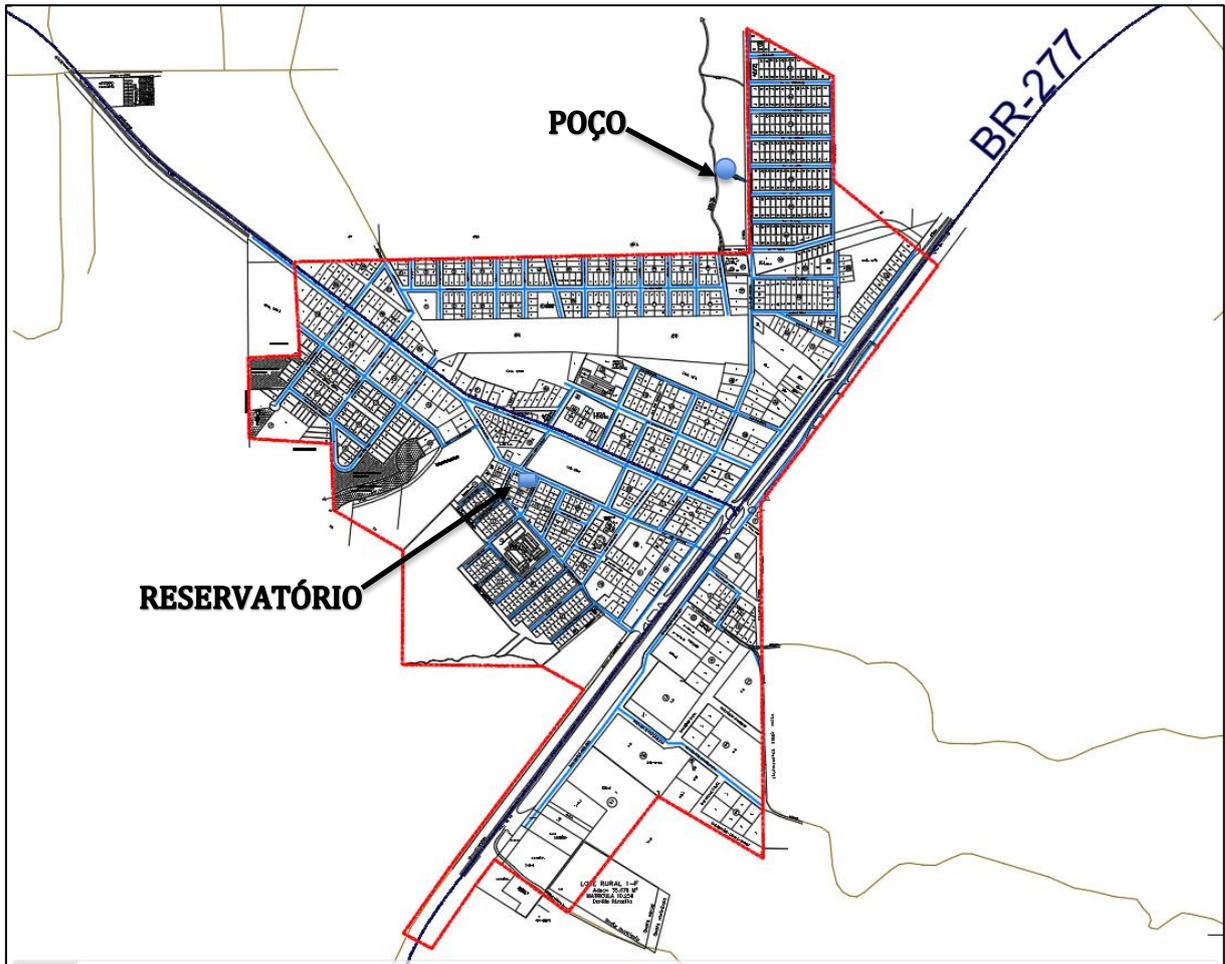


Figura 6.4. Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Agro Cafeeira de Matelândia-PR.

Fonte: PMSB, 2018.

A qualidade da água distribuída para a população urbana atende a $\hat{\text{m}}\text{etros}$ estabelecidos pela legislação, comprovando que o sistema de tratamento possui eficiência de 100%, ou seja, qualidade da água é satisfatória na totalidade das amostras realizadas.

Em relação a qualidade da água tratada, vale ressaltar que a água bruta possui captação exclusiva de mananciais subterrâneos, gerando uma simplicidade no tratamento da água de abastecimento público

Após análise realizada dos Sistemas de Abastecimento de Água da sede de Matelândia e do Distrito de Agrocafeeira, é possível concluir que os mesmos não apresentam problemas significativos de operação. Fato este, comprovado pela excelente



qualidade da água distribuída para a população e também pelo abastecimento contínuo deste serviço, não apresentando falta de abastecimento.

Ambos sistemas possuem confiabilidade na distribuição contínua de água potável, não possuindo frequência de intermitência característica. Sendo que esta situação é beneficiada pela captação subterrânea que não sofre interferência direta do clima, ou seja, a captação não é prejudicada em função de épocas de estiagem e também por períodos de chuva intensa, em comparação as captações superficiais.

A ocorrência de falta de água está relacionada apenas as questões de manutenção da rede ou problemas externos ao sistema, que são prontamente solucionados pela concessionária responsável pelo mesmo.

Em relação ao abastecimento nas áreas rurais, como ilustrado na figura 6.2, essas localidades contam com dois tipos de sistemas:

- Sistemas Autônomos Independentes (SAIs);
- Sistemas Autônomos Coletivos (SACs);

Essas duas classes apresentam, basicamente, os mesmos tipos de problema, diagnosticados de acordo com as visitas in loco e informações relatadas pelos técnicos da prefeitura. Nota-se que os sistemas existentes apresentam necessidades de melhorias, como, por exemplo, substituição de caixas de pressão por válvulas redutoras de pressão (VRP), assim como a urgência de automatizar os sistemas para minimizar perdas hídricas e excessos de pressões altas/baixas.

Tabela 6.2. Soluções Alternativas Individuais - SAIs.

Soluções Alternativas Individuais - SAIs de Matelândia					
Nome do grupo de domicílios	Nº de domicílios	Nº de poços artesanais	Nº de poços	Minas	Nº de moradores
Linha Cruzeirinho	48	9	5	19	176
Matelândia	18	1	6	7	66
Linha Tibola	8			8	29
Linha Vacaria	19			11	70
Linha Barreirão	20		2	11	77
Faixa da BR-277-sentido Cascavel	12	1	2	8	44
Linha Silva Jardim	26	2	5	10	95



Linha Cozer	43	5	2	19	158
Agrocafeeira	8		2	2	29
Linha Duarte	22		4	13	81
Linha Alegre	33	8	4	9	121
Linha Oro	22	4	5	6	81
Linha Rio Sabiá	37	1	1	16	136
Picada Benjamim	27	1	7	11	99
Linha Alto Dourado	11	4		3	40
Linha Rustick	7		1	4	26
Linha Campo do Bahia	33	1	6	18	121
Fazenda Leão	12	3	4	1	44
Vila Brasil	19	2		6	70
Vila Esmeralda e Interior	46	7	6	13	169
Linha Giasson e Linha Panizzon	23		7	8	84
Linha Santa Lucia e Rio Uru	3	1		2	11
Rio Dalazen	8	2		2	29
Linha Bento Munhoz	16	4	3	6	59
Cantinho do Céu e Faz. Três Pinheiros	3		1	1	11
Linha Bananal	2			2	7
Linha Ouro Verde	11	1	1	4	40
Vila Marquesita	88	15	14	25	323
Rio Xaxim	19			13	70
Linha São Roque	4		1	3	15
Linha Lândia	10	1	1	4	37
Rio Guarani	3	1		2	11
TOTAL	661	74	90	267	2429

Fonte: PMSB, 2018.

Entre as 32 SAIs registradas no Município de Matelândia, sabe-se que a vigilância realiza análise da qualidade de água para todas as comunidades.

Tabela 6.3. Análise da qualidade da água fornecida por meio dos SAIs - Matelândia.

Análise da qualidade da água fornecida por meio dos SAIs – Matelândia.		
Identificação do SAI	Ponto de coleta	Resultados das análises
Linha Bento Munhoz	Poço tubular	Atende
Picada Benjamim	Fonte/nascente/mina	Não atende
Linha Rio Sabiá	Poço tubular	Satisfatória
Linha Cruzeirozinho	Poço tubular	Não atende
Faixa da BR 277 - sentido Cascavel (Propriedade de Dário	Poço tubular	Atende



Cozer)

Faixa da BR 277 - sentido Cascavel (Propriedade de Leodir José Lunardi)	Fonte/nascente/mina	Não atende
Linha Silva Jardim	Fonte/nascente/mina	Não atende
Linha Alegre (Propriedade de Faustino João Pastore)	Poço tubular	Atende
Linha Alegre (Propriedade de Antônio Jeremias das Chagas)	Fonte/nascente/mina	Não atende
Linha Alegre (Propriedade de Justina Fávero Buzarello)	Poço tubular	Não atende
Linha Vacaria	Fonte/nascente/mina	Insatisfatória

Fonte: PMSB, 2018.

As análises que obtiveram seus resultados classificados como “atende” estão de acordo com os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 2.914/11, podendo ser utilizada para consumo humano.

Conforme encontrado na Linha Sabiá, o resultado “satisfatório” representa a alteração de algum padrão de potabilidade. Nessas análises, identificou-se a presença de Coliformes Totais; entretanto, a portaria prevê, em seu Anexo I, que, nas Soluções Alternativas Individuais, a presença de Coliformes Totais, na ausência de Escherichia Coli, a água pode ser considerada satisfatória para o consumo humano. Porém, nessa situação, deve-se investigar a origem da ocorrência e tomar providências imediatas de caráter corretivo e preventivo.

Em todas as análises em que os resultados foram classificados como “não atende”, encontrou-se alteração no padrão de potabilidade de Colimetria, extrapolando o valor máximo permitido, não obedecendo, portanto, às determinações da portaria vigente.

A análise da Linha Vacaria apresenta resultado “insatisfatório”, cuja água encontra-se imprópria para consumo humano, devido à presença de Escherichia Coli. A portaria prevê que deve ser suspenso o abastecimento de água por este sistema. Providências devem ser tomadas, para o reestabelecimento do sistema de distribuição, e a operação só poderá ser retomada, quando as amostras se encontrarem em conformidade com a legislação vigente.

Quanto às SACs, existem 14 implantadas na área rural, registrando que essas, também, são operadas pela própria comunidade. A localização das soluções pode ser visualizada na figura a seguir.

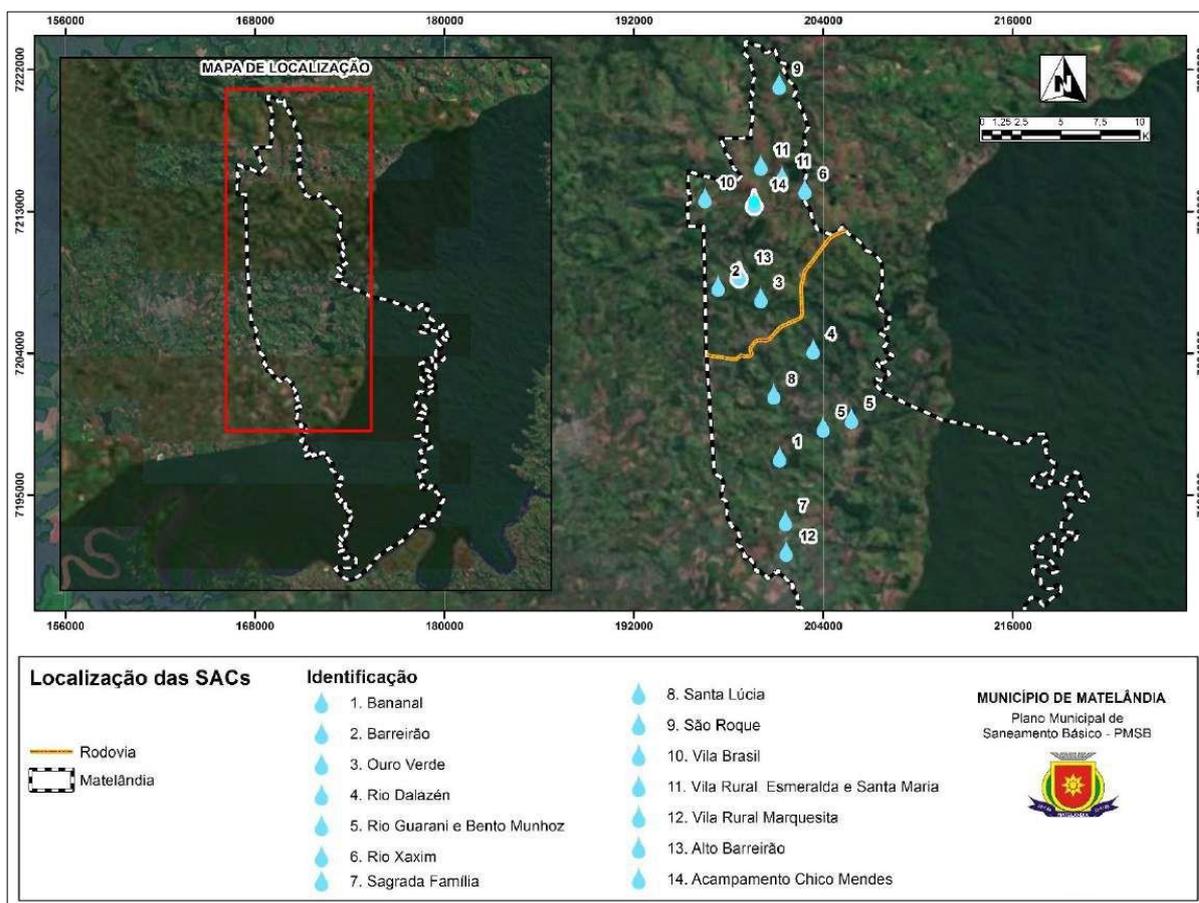


Figura 6.5 Sistema de Abastecimento de Água rural de Matelândia-PR.

Fonte: PMSB, 2018.

Tabela 6.4. Soluções Alternativas Coletivas - SACs.

Soluções Alternativas Coletivas - SACs de Matelândia		
Nome da solução	Tratamento	Famílias atendidas
Acampamento Chico Mendes	Não	150
Alto Barreirão	Sim	26
Bananal	Sim	59
Barreirão	Sim	24
Ouro Verde	Sim	27
Rio Dalazén	Sim	12
Rio Guarani e Bento Munhoz	Sim	35
Rio Xaxim	Sim	30

**Soluções Alternativas Coletivas - SACs de Matelândia**

Nome da solução	Tratamento	Famílias atendidas
Sagrada Família	Sim	19
Santa Lúcia	Sim	65
São Roque	Sim	45
Vila Brasil	Sim	25
Vila Esmeralda e Vila Rural Santa Maria	Sim	149
Vila Marquesita	Sim	62
TOTAL		528

Fonte: PMSB, 2018.

Um pouco mais complexa, a situação atual é mais fielmente retratada nas localidades onde não há os sistemas coletivos. Muitos habitantes das áreas rurais acabam sofrendo com a escassez de água, em períodos de verão, quando as minas reduzem seu volume disponível. A população rural demanda projetos e sistemas que garantam o abastecimento ininterrupto e com qualidade, durante o ano todo. Nesse sentido, há seis projetos de sistemas de abastecimento rural e outros três estudos de viabilidade.

Vale ressaltar, ainda, que a Cooperativa LAR, a maior indústria instalada na zona industrial, localizada nas proximidades do Distrito de Agrocafeeira, dispõe de sistema próprio de captação de água, sendo esta superficial e se dá na Bacia Hidrográfica do Rio Xaxim, limite entre os municípios de Matelândia e Céu Azul.

Nesse contexto, o fornecimento público de água tem atendido satisfatoriamente a população em todas as regiões urbanas do município, mantendo-se em consonância com os padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Saúde.

6.1.2. Esgotamento Sanitário

O esgotamento sanitário é constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. Assim como o Abastecimento de Água, A responsabilidade pela manutenção do sistema de esgoto é de responsabilidade da SANEPAR.

Com base nisto a Tabela 6.2 mostra os dados referentes a coleta e tratamento de esgoto no Município de Matelândia.

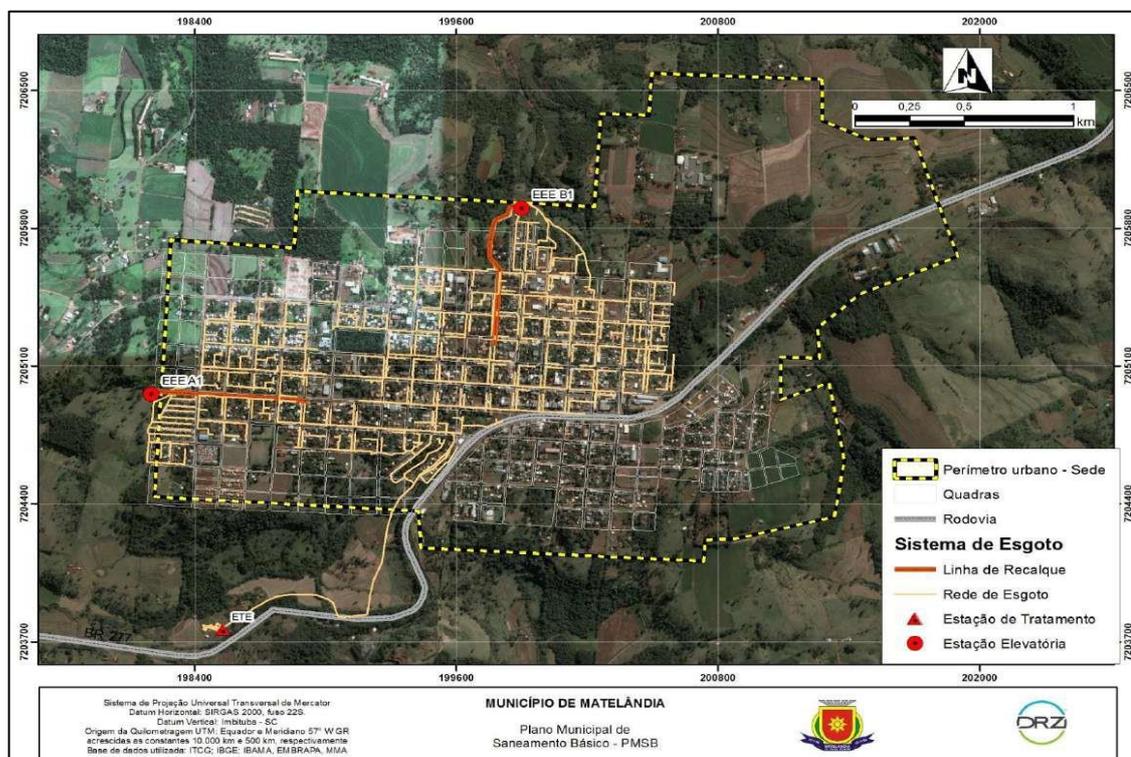
Tabela 6.5. Serviço de Abastecimento de Água em Matelândia.

Responsável	SANEPAR
Tarifa média de esgoto	R\$ 4,18 m ³
Índice de coleta de esgoto	68,47%
Índice de tratamento de esgoto	100,00%

Fonte: SNIS/Ministério das Cidades (2020)

O sistema de esgotamento sanitário de Matelândia tem uma linha de recalque proveniente da EEE B1, em PEAD DN 200 com 790 m. Há, ainda, um interceptor de 250 mm que conduz o esgoto até a Estação de Tratamento. A estação está em bom estado de conservação e funcionamento. São devidamente cercadas e identificadas.

Em Matelândia, o sistema de tratamento da ETE é composto por gradeamento manual, desarenador, reator anaeróbico de leito fluidizado (RALF), filtro biológico e leitos de secagem. A Estação de Tratamento de Esgoto de Matelândia tem aproximadamente 85% de eficiência no tratamento de efluente, capacidade de 15 l/s e fica localizada às margens da PR- 277, entre Matelândia e Medianeira.

**Figura 6.6.** Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Matelândia.

Fonte: PMSB, 2018.

Foi construído um novo emissário que lança o efluente tratado no Rio Ocoí, localizado a 4,5 quilômetros de distância do antigo ponto (Figura 2.72), localizado no município de Medianeira e com uma vazão mínima de 50,25 l/s. O rio é considerado de 4ª ordem e o motivo pelo qual o local de lançamento foi alterado é pelo fato de a vazão do novo corpo receptor ser maior do que a vazão antiga, uma vez que recebe a água de outros afluentes de 3ª ordem, o que favorece a diluição do efluente. O antigo ponto de descarte de efluente foi desativado.

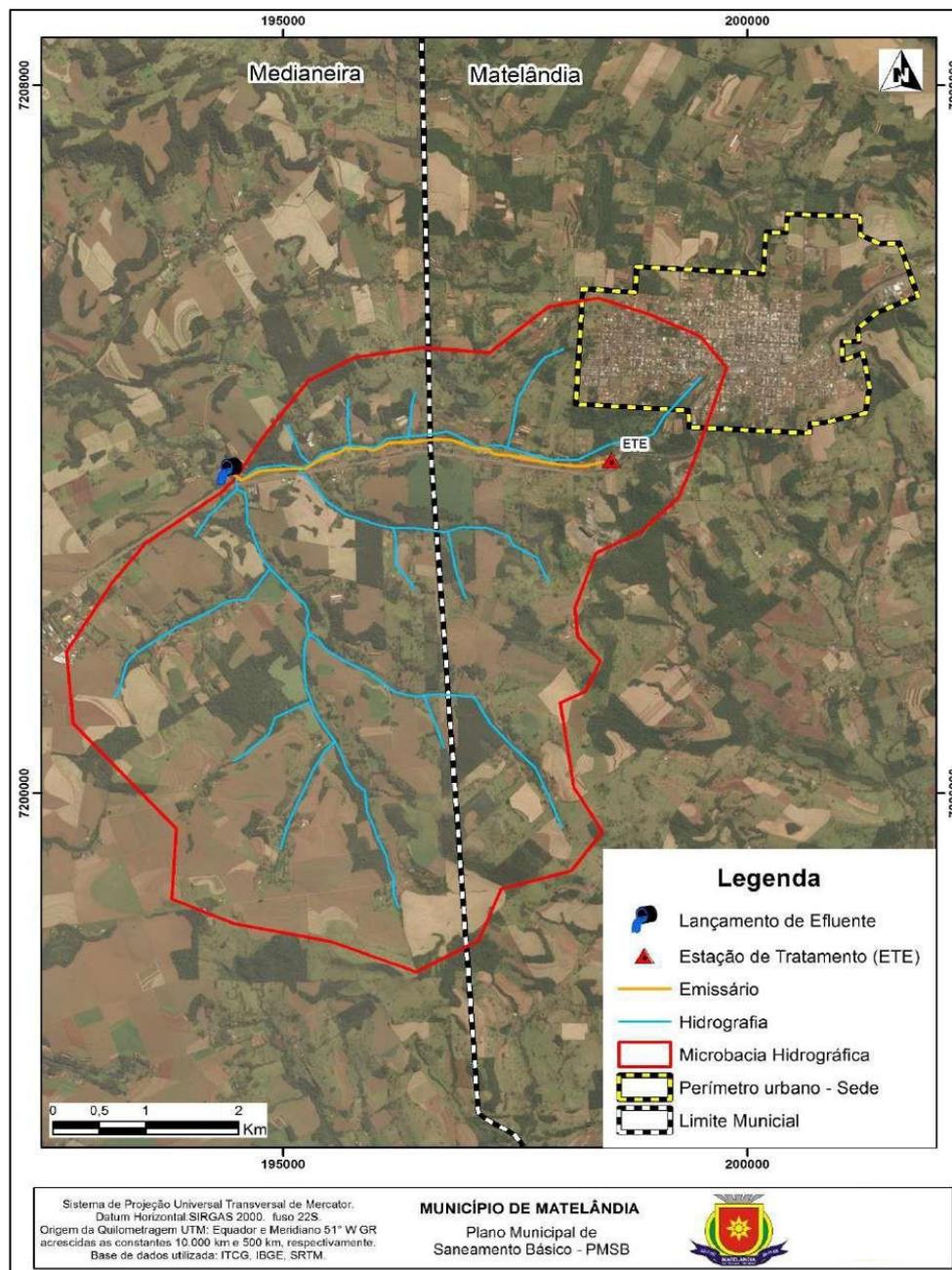


Figura 6.7. Lançamento de Efluente da ETE de Matelândia.

Fonte: PMSB, 2018.



A ETE de Matelândia apresenta alguns problemas na sua operação, manutenção e funcionamento. Entre eles, destacam-se que um queimador de gás não funciona adequadamente; algumas partes do sistema, como o Reator Anaeróbico e as tampas do Sistema Primário de Tratamento, precisam de manutenção (Gradeamento, Desarenador e Calha Parshall). As informações sobre o efluente tratado serão apresentadas mais adiante.

É evidente que o despejo de esgoto sanitário, sem tratamento nos mananciais, piora a qualidade da água, revestindo-se de extrema importância tratar e dispor adequadamente o esgoto. Em algumas áreas, essa questão é complicada, devido ao afastamento em relação às estações de tratamento de esgoto, à geografia do local, ou mesmo, à falta de infraestrutura. Neste contexto, uma solução é a descentralização do tratamento do esgoto doméstico, com a implantação, por exemplo, de fossas sépticas, filtros e sumidouros.

Desenvolvidos para atender as comunidades mais isoladas, os sistemas individuais, quando bem executados e operados, tornam-se uma opção efetiva como solução sanitária para o tratamento dos efluentes domésticos. É um dos mais simples, porém, eficiente, sistema de tratamento de esgoto doméstico previsto nas Normas NBR 7.229 e 13.969, indicado para residências ou instalações localizadas em áreas desprovidas de rede de coleta.

Dentro desta abordagem, são destacados, os seguintes sistemas individuais de tratamento de esgotos, que, quando operado em conjunto, atingem os níveis de tratamento exigido:

- Fossas Sépticas;
- Valas de Infiltração/Filtros;
- Sumidouro;

Em Matelândia, a população excluída do acesso ao sistema de esgotamento sanitário operado pela SANEPAR, provavelmente, utiliza-se desses sistemas descritos acima para a disposição final de seu esgoto. Cabe, ao município, informar aos proprietários sobre o modelo adequado dessa disposição, para não prejudicar o ambiente e, sobretudo, a saúde humana.

A Figura abaixo exibe a distribuição das formas de esgotamento sanitário nas áreas consideradas urbanas e rurais representadas em duas cores diferentes. As barras coloridas representam o percentual e o número de domicílios urbanos e rurais que possui alguma das 7 formas de esgotamento sanitário definidas pelo IBGE.

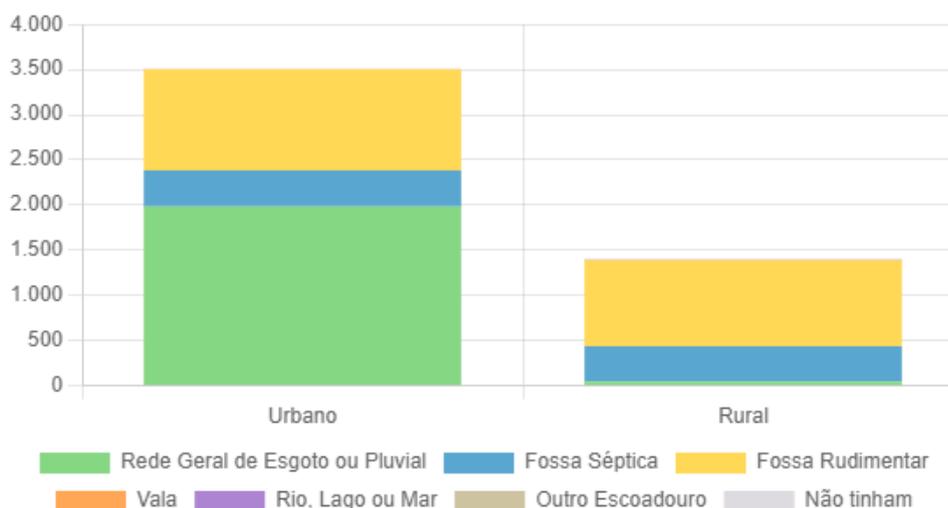


Figura 6.8. Modalidades de Esgotamento sanitário.

Fonte: Infosanas, 2023.

De acordo com o SNIS (2021), a população da sede urbana de Matelândia atendida pelo sistema de esgotamento sanitário era 95,13% da população urbana em 2021, com um atendimento de 68,71% da população municipal.

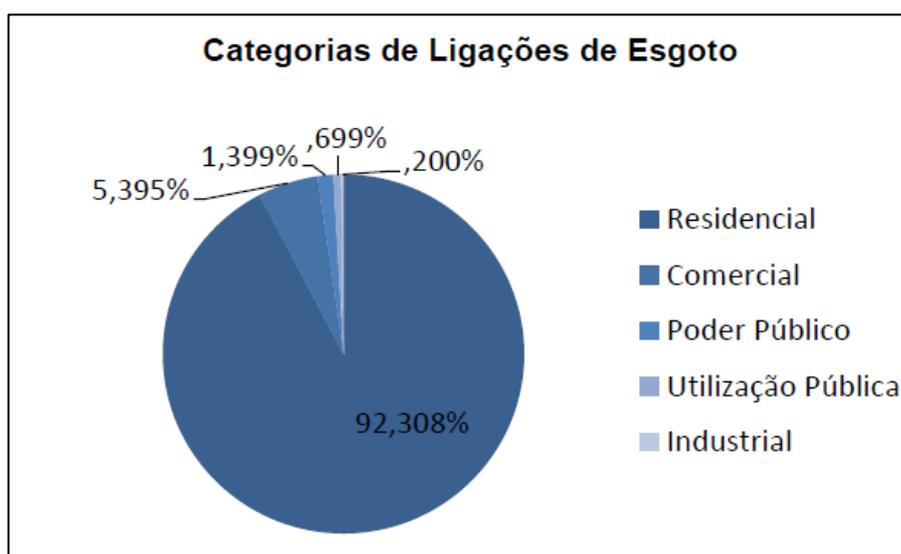


Figura 6.9. Porcentagens dos usos de ligações de esgoto.

Fonte: PMSB, 2018.



Analisando as porcentagens, avalia-se que o uso residencial é a maior categoria de utilização do sistema de esgotamento sanitário, tanto em número de ligações (92,3%), quanto em número de economias (92,2%). Segue-se, então, a categoria Comercial com 5,4% das ligações e 5,7% das economias. A terceira categoria, em número ligações e economias, é a do Poder Público, com 1,4% e 1,3%, respectivamente. Já as categorias de Utilização Pública e Industrial correspondem a menos de 1% das ligações e economias de esgoto, sendo 0,7% e 0,6% (Utilização Pública) e 0,2% de Industrial, para ambos os casos.

O sistema de tratamento atual entrou em operação em 2003. A ETE instalada junto à BR 277 tem capacidade de tratamento de 15l/s. O Sistema de Esgotamento Sanitário de Matelândia existe uma estação elevatória de esgoto (EEE B1) e uma estação de tratamento de efluente.

A inexistência de rede coletora e tratamento de esgotos sanitários no setor sul da área urbana atribui a região o maior potencial de contaminação pela ausência dos serviços.

A Vazão Média do esgotamento sanitário de Matelândia é de 12,7 l/s, sendo que o índice de infiltração na rede de cerâmica é 0,0005l/Km e de 0,0001l/Km na rede de PVC. Existindo apenas um ponto de lançamento do efluente tratado, localizado no Rio Ocoí.

O Distrito de Agrocafeeira não dispõe de cobertura de Sistema de Esgotamento Sanitário coletivo. Está na expectativa de investimentos que correspondam ao seu ritmo significativo de crescimento econômico e demográfico.

Deve-se elaborar e executar um projeto que viabilize a implantação do sistema coletivo, considerando sua unidade de tratamento dos efluentes coletados.

Com base nisto, observa-se que o município ainda possui o desafio em atender toda a área urbana com rede de coleta e tratamento de esgoto mais adequada, a qual é ofertada atualmente pela Sanepar para apenas 68% da população. Com o objetivo é garantir que, nas possibilidades econômicas, a comunidade possa contar com medidas que contribuam para a preservação do meio ambiente e para a saúde pública.



6.1.3. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Verifica-se que a solução das dificuldades relacionadas à limpeza urbana e coleta de resíduos exige esforços conjuntos dos cidadãos e da municipalidade, cabendo, à prefeitura, a maior parcela, já que dispõe de meios para educar a população, difundir e intensificar práticas sanitárias e impor ao público obrigações que facilitem o trabalho oficial e ajudem a manter a cidade limpa.

Ao enfatizar a prioridade de organização, ampliação e intensificação das práticas sanitárias, por parte do poder público, é possível concluir que o gerenciamento integrado de resíduos - conjunto de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento para coleta, separação, tratamento e disposição adequada dos resíduos - vão permitir uma melhor combinação de soluções mais ajustadas e compatíveis às condições do município.

Em Matelândia, são considerados resíduos convencionais, também, os resíduos comerciais, com características domiciliares, os recicláveis, os de limpeza urbana.

Atualmente, o município realiza a coleta de aproximadamente 9,5 toneladas de RSU todos os dias, totalizando aproximadamente 285 ton/mês ou 3.420 toneladas por ano. O dimensionamento do aterro sanitário considerou o crescimento populacional ao longo dos anos.

Abaixo apresenta-se dados sobre a coleta de resíduos sólidos no município. Nota-se que o volume de resíduos recicláveis diminuiu ao longo dos anos e o volume dos resíduos orgânicos aumentou. O aumento do volume dos resíduos orgânicos pode ser justificado pelo aumento populacional do município.

Tabela 6.6. Dados da Geração de Resíduos Sólidos de Matelândia.

Dados Geração de Resíduos Sólidos					
	2023	2022	2021	2020	2019
Recicláveis (ton)	606	607	645	600	630
Orgânicos (ton)	2.768	2.617	2.427	Sem dados	Sem dados

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

A composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos (RSU) refere-se à análise quantitativa dos diferentes tipos de materiais que compõem o lixo urbano, em termos de peso. Esse tipo de análise é crucial para entender a natureza dos resíduos gerados em uma determinada área e para planejar a gestão adequada desses resíduos, incluindo reciclagem, compostagem, e disposição final em aterros sanitários. Abaixo apresenta-se a composição gravimétrica dos RSU do município de Matelândia.

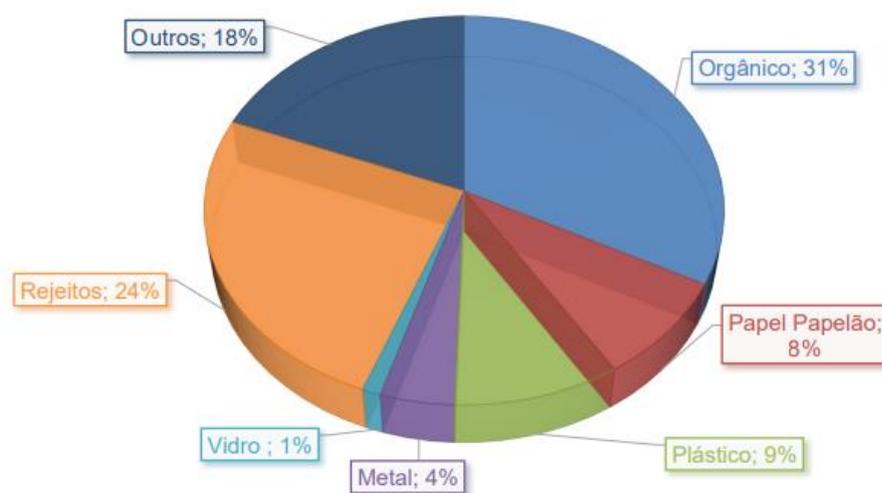


Figura 6.10. Composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos do município de Matelândia.

Fonte : Plano de Controle Ambiental 2023.

O Distrito de Agrocafeeira, também, tem sua coleta dos resíduos domiciliares. Conforme discutido, estão inseridos no estudo urbano.

As empresas terceirizadas responsáveis pela coleta e destinação de resíduos sólidos em Matelândia tendo sua gestão e fiscalização na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos são:

- Resíduos Sólidos Orgânicos: Água Ambiental, com a razão social Água Ambiental Coleta De Resíduos LTDA, opera com o CNPJ 26.697.914/0001-47 e tem sua sede localizada na Rodovia Br 277 Km 521, 1, Galpão 01, Guaraniaçu - PR, 85.400-000. Seu foco principal de atuação é de Coleta de resíduos não perigosos, de acordo com o código CNAE E-3811-4/00.
- Resíduos Sólidos Recicláveis: ASCARMAT – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Matelândia. A empresa ASCARMAT, com a razão

social ASCARMAT Associação Dos Catadores De Materiais Recicláveis De Matelândia, opera com o CNPJ 13.480.848/0001-07 e tem sua sede localizada na Rodovia Br 277 Km 569, S/nº, Matelândia - PR, 85.887-000. Seu foco principal de atuação é de Atividades de associações de defesa de direitos sociais, de acordo com o código CNAE S-9430-8/00.

- Resíduos Poda de galhos e corte de grama: Ecovitalle. A empresa com a razão social Ecovitalle Solucoes Ambientais LTDA, opera com o CNPJ 09.071.292/0001-28 e tem sua sede localizada na Rua das Papoulas, 256 - Bourbon, Foz do Iguaçu - PR, 85.854-491.

A seguir será apresentado o organograma dos serviços referentes ao sistema e manejo dos resíduos sólidos com o objetivo de facilitar o entendimento e apresentar as ideias com maior clareza.

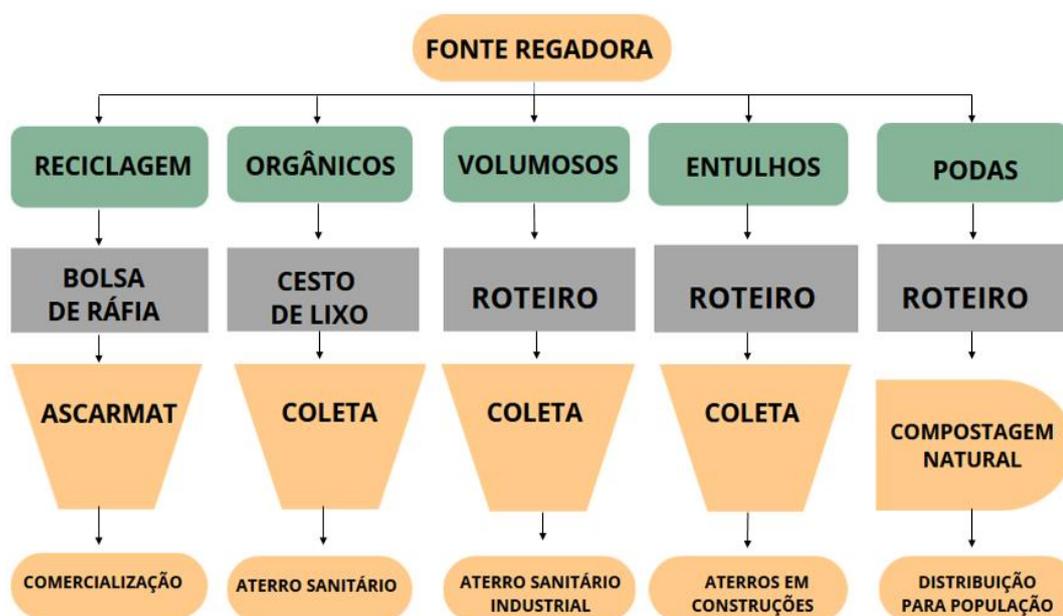


Figura 6.11. Fluxograma da gestão dos resíduos sólidos no município de Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

A coleta convencional corresponde à coleta dos resíduos sólidos urbanos, excluindo-se os recicláveis. Geralmente, este serviço atende somente a área urbana do município e seus distritos.



O município instituiu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, por meio da Lei nº 4.282/2019, que tem por objetivo a não geração, redução, reutilização, reciclagem dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos..

Para implementação do programa de reciclagem o município firmou contrato com a ASCARMAT Associação dos Catadores de Recicláveis de Matelândia, que conta em média com 20 associados que tem suas rendas mensais através da comercialização dos materiais recicláveis coletados e mais um repasse da prefeitura de R\$ 450,00 por tonelada comercializada. Essa associação é responsável pela coleta (em parceria com município), triagem e comercialização desses resíduos.

Quanto ao sistema de coleta seletiva no município, é realizado conforme:

- Resíduos Orgânicos e Rejeitos em área urbana: Todos os dias no centro da cidade e nos demais bairros três vezes por semana;
- Resíduos Recicláveis em área urbana: Todos os dias no centro da cidade e nos demais bairros uma vez por semana;
- Resíduos Recicláveis em zona rural: Uma vez por mês em cada localidade.

BAIRRO	DIA DA SEMANA
CENTRO (LADO NORTE)/ JARDIM TROPICAL JARDIM GUAIRACÁ/ VILA PINTO VILA NOVA (LADO NORTE)	SEGUNDA / QUARTA E SEXTA - FEIRA
CENTRO (LADO SUL)/ VILA NOVA (LADO SUL)/ VILA SAPO/ SÃO CRISTOVÃO/ VILA PAZZA	TERÇA / QUINTA - FEIRA E SÁBADO
AGRO-CAFEIRA	SEGUNDA / QUARTA E SEXTA - FEIRA
VILA ESMERALDA/ VILA RURAL SANTA MARIA	SEGUNDA E SEXTA - FEIRA
MARQUESITA	SEXTA - FEIRA (DE 15 EM 15 DIAS)
CENTRO 'COMERCIAL' (Da Avenida paraná até a Avenida Duque de Caxias entre as travessas da Rua Napoleão Laureano até Rua Assis Brasil)	SEGUNDA - FEIRA À SÁBADO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS

Figura 6.12. Coleta de Resíduos domiciliares em Matelândia (Diária).

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2023.

O município de Matelândia através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, realiza campanhas periodicamente como entregas de bolsas de rafia para coleta seletiva e cartilhas orientativas, bem como, campanhas de orientações através de rádio local.



Figura 6.13. Entrega de Bolsas de Ráfia coleta seletiva.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.



Figura 6.14. Entrega Cartilha Campanha educativa Destino Certo.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.



Figura 6.15. Campanhas Educativas via Rádio Local .

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

O serviço de coleta de materiais recicláveis realizado no Município de Matelândia é uma ação desenvolvida com o objetivo gerar empregos e renda às famílias envolvidas na coleta e, com isso, melhorar a qualidade de vida dos munícipes e reduzir gastos com o destino final dos resíduos, aumentar a vida útil do aterro sanitário, além de

A coleta dos materiais recicláveis é realizada todos os dias da semana, exceto no domingo, por um caminhão coletor, três coletores de resíduos recicláveis da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Matelândia - ASCARMAT, um motorista servidor Público (para coleta convencional e de recicláveis). Além desses servidores, o município conta, ainda, com um Engenheiro Ambiental - Chefe da Divisão de Gestão Ambiental – destinado para apoio da gestão da Associação de Catadores.



Figura 6.16. Coleta de Resíduos recicláveis em Matelândia (Diária).

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2023.

Nas localidades rurais, os resíduos recicláveis são coletados mensalmente, conforme cronograma disponibilizado pela Prefeitura Municipal.



Figura 6.17. Pontos de entrega voluntária de resíduos recicláveis na zona rural de Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

COLETA
RESÍDUO RECICLÁVEL NO
INTERIOR

A COLETA DO RESÍDUO RECICLÁVEL NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA
ESTARÁ PASSANDO NOS SEGUINTE DIAS:

SETEMBRO

SEGUNDA-FEIRA – 18/09/2023
LINHA COZER, BENTO MUNHOZ, PICADA BENJAMIN, CAMPO DO BAHIA, CRÉDITO FUNDIÁRIO,
ALTO DOURADO.

TERÇA-FEIRA – 19/09/2023
SANTA LÚCIA, BANANAL, LINHA ORO, LINHA TIBOLA, LINHA URU, RIO GUARANI, LINHA
MARQUÊSITA.

QUARTA-FEIRA – 20/09/2023
RIO SABIÁ, BARREIRÃO, ALTO BARREIRÃO, LINHA CRUZEIRINHO, LINHA ALEGRE, LINHA
OURO VERDE, COMUNIDADE SÃO LUIZ, ESTRADA MATELÂNDIA.

QUINTA-FEIRA – 21/09/2023
LINHA VACARIA, LINHA RUSTICK, SÃO ROQUE, VILA BRASIL, RIO XAXIM, VILA ESMERALDA

SEXTA-FEIRA – 22/09/2023
LINHA SILVA JARDIM, LINHA DUARTE, LINHA PANIZON, LINHA GIASSON, RIO DALAZEM.

@PREFEITURAMATELÂNDIA

Figura 6.18. Coleta de Resíduos Recicláveis na zona rural em Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.



Figura 6.19. Coleta de resíduos Recicláveis no zona rural de Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

Aterro Sanitário Municipal

Para a disposição ambientalmente adequada dos resíduos orgânicos e rejeitos, o município possui um Aterro Sanitário Municipal com Licença de Operação vigente, nº 188523-R1, com validade até a data de 12/08/2025. Um local próprio com área de 48.400m² localizado na Linha Giasson, Gleba Iguaçú-3º Polígono lote rural nº 02-U e matrícula nº 16.971.

No aterro sanitário são dispostos os resíduos sólidos orgânicos e rejeitos. É disponibilizado um equipamento trator esteira para compactação. Atualmente o aterro está em fase de ampliação, onde serão construídas duas grandes células sobre as trincheiras já finalizadas

O aterro sanitário de Matelândia foi implantado em 2008, com uma estrutura composta por 180 valas destinadas à disposição de resíduos domiciliares. Na fase atual de ampliação do aterro, foi construída uma lagoa de estabilização do chorume. Ainda nesta fase, está em processo de licitação a construção de uma área de apoio no aterro sanitário, com 150 m². Essa área servirá como garagem para o trator de esteira, além de abrigar um escritório e banheiros para os servidores.

Em 2021, foi construída uma trincheira maior para otimizar o aproveitamento do terreno. Essa trincheira tem um tempo de utilização estimado em dois anos e oito meses. Em 2024, iniciou-se a segunda trincheira de grande porte, que está sendo utilizada atualmente.

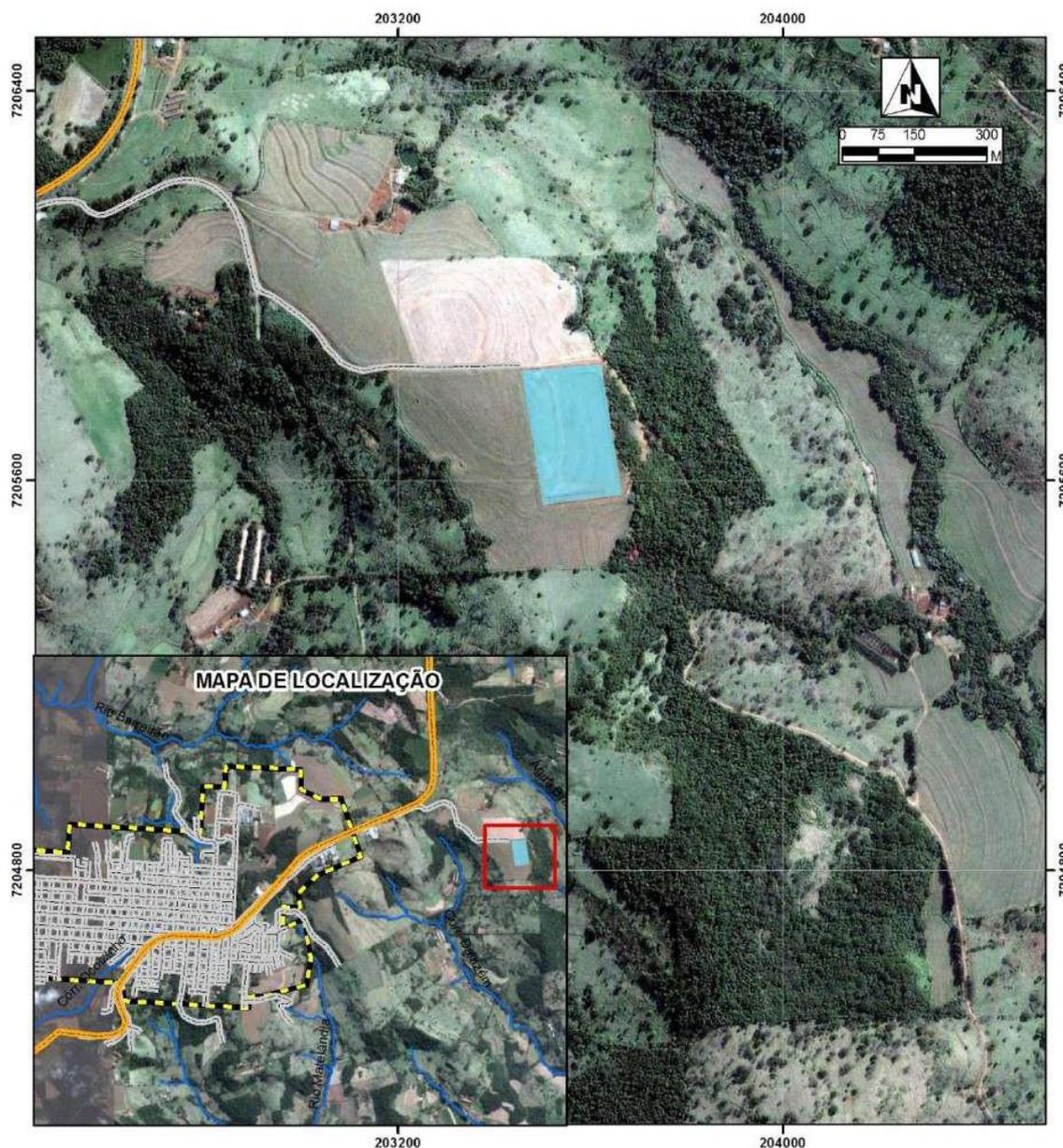


Figura 6.20. Localização do Aterro Sanitário em Matelândia.
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2023.



Figura 6.21. Primeira Trincheira de grande capacidade construída em 2021 (início em 01 de maio de 2021 e finalizada em 03 de janeiro de 2024).

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.



Figura 6.22. Segunda trincheira de grande capacidade com início em 04 de janeiro de 2024.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Matelândia

A ASCARMAT - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Matelândia é uma associação sem fins lucrativos, político-partidária ou religiosa, de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio comunitário.

Fundada em 01 de outubro do ano de 2010 com onze pessoas no quadro de associados. hoje somam 19 associados, e uma diretoria por eles composta. Declarada Como de Utilidade Pública pela Lei nº 4.533/2020.

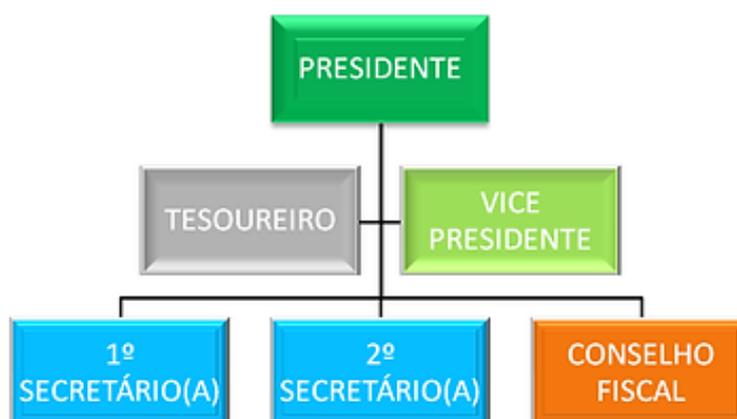


Figura 6.23. Organograma da diretoria da ASCARMAT.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

Em parceria com a Itaipu Binacional e a prefeitura de Matelândia, por meio de um convênio, foi pensado para a coleta seletiva municipal a construção da Unidade de valorização de recicláveis – UVR representa o maior avanço de todos os tempos tendo como investimento final na casa dos R\$1.420.000,00 somente na construção da UVR e a área administrativa.

Esta obra tem seu alicerce fundado no planejamento e na execução, ambos em muitas mãos tendo como principal, nosso servidor e engenheiro civil Eliezer Barboza Garcez. Em um momento buscou-se as melhores formas de proporcionar aos catadores e catadoras o fluxo mais adequado na triagem, bem como a integração com a área administrativa. Entretanto não foram as pedras e sim a vontade de oferecer aos catadores



e catadoras, condições dignas de trabalho em um ambiente adequado, como todos merecemos.



Fachada



Área operacional para triagem de
resíduos sólidos recicláveis



Sistema de captação de água da chuva



Cozinha



Refeitório



Banheiros

Figura 6.24. Infraestrutura da UVR de Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.



Essa obra conta com uma área operacional de 525 M² e uma área administrativa de 203 M² totalizando 730 M². Sendo dois banheiros individuais, com chuveiros quentes armários individuais. Cozinha com geladeira, forno elétrico, balcão e fogão a gás. Um refeitório com sete mesas e 28 cadeiras e dois ares-condicionados. Um escritório administrativo. Já estão em funcionamento o sistema de alarme sonoro e monitoramento por câmeras de vigilância. Alguns equipamentos que já estão em uso pela ASCARMAT – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Matelândia, como empilhadeira, esteiras e prensas. Nunca antes na história no nosso município houve tamanho investimento na atividade reciclagem. Este espaço destinado a segregação de resíduos sólidos recicláveis, proporcionará não somente condições dignas de trabalho, mas também de promover o reconhecimento das catadoras e dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis como protagonistas no processo de reciclagem. Nesta data, 28 de julho de 2024, com a força de Itaipu Binacional, que hoje é mais que energia, a atividade se fortalece e se consolida gerando trabalho digno e renda justa para 19 catadores e seus familiares.

6.1.3.1. Resíduos da construção civil

No momento o município não conta com plano municipal de coleta de resíduos da construção civil. Entretanto o município através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos realiza uma coleta por mês, em média, em cada bairro, tendo em vista que a coleta é realizada para atender os moradores que gerem poucos resíduos. Nesse roteiro são recolhidos os resíduos dispostos pela população no passeio, ou próximo. Os resíduos são levados para pequenas áreas para construção de aterros para construção em geral.

No município há empresas que atuam no ramo de coleta desse tipo de resíduos com destinação em seus aterros licenciados para tal. Vale ressaltar que é comum observar caçambas de coleta de entulho de empresas dos municípios vizinhos.



Figura 6.25. Coleta de resíduos da construção civil no município de Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

6.1.3.2. Resíduos dos serviços de saúde

Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) são oriundos de qualquer atividade de natureza médico-assistencial humana ou animal - clínicas odontológicas, veterinárias, farmácias, centros de pesquisa - farmacologia e saúde, medicamentos vencidos, necrotérios, funerárias, medicina legal e barreiras sanitárias (ANVISA, 2006).

Desde 2006, em Matelândia, os resíduos do serviço de saúde são coletados por empresas terceirizadas, ficando, a cargo do estabelecimento gerador, a escolha do prestador de serviço. A coleta é realizada nas Unidades de Saúde, Hospitais, Consultórios Odontológicos, Farmácias, Laboratórios de Análises Clínicas, Funerárias, Clínicas de Estética, Agropecuárias e em todos os outros estabelecimentos geradores desse tipo de resíduo.

A coleta dos resíduos de serviços de saúde dos órgãos públicos da cidade é realizada, uma vez por semana, e sua destinação final é a incineração, que reduz o resíduo de 95% a 97%. A empresa prestadora do serviço, Transremove Ambiental – D. Lanzarini & Cia Ltda. – CNPJ 82.286.501/0001 – 40, com sede em Medianeira/PR, opera mediante um sistema de tratamento dos gases gerados durante esse processo e realiza o monitoramento contínuo de CO e O₂, atendendo a legislação específica de incineração SEMA 054/2006. Os resíduos, por ela coletados dos órgãos públicos, são advindos de seis unidades básicas de saúde e do Laboratório Municipal de Sanidade Animal, atendendo a todas as determinações legais impostas pela Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC



(Resolução da Diretoria Colegiada) ANVISA nº 306/2004 e Resolução Conjunta nº 002/2005 da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e Secretaria de Estado de Saúde (SESA) do Estado do Paraná. O serviço é prestado sob forma de contrato com período determinado e renovável.

Além da correta destinação dos resíduos do serviço de saúde, os estabelecimentos geradores devem apresentar à Vigilância Sanitária um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS), como requisito para a obtenção da licença sanitária.

6.1.3.3. Programas de Educação Ambiental

Projeto Eu Separo

O Projeto Eu Separo foi implementado pela antiga Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - Prefeitura Municipal de Matelândia, atual, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no ano de 2011. Trata-se de um incentivo à separação dos resíduos recicláveis para a coleta seletiva. Para tanto, há um trabalho de sensibilização da população, quanto à importância de separação do lixo e o que deve ser depositado no saco coletor.

O programa abrange a área urbana do município que, além da sensibilização da população, criou as Associações dos Coletores de Materiais Recicláveis, o seu barracão de triagem e, em conjunto, foi construído o aterro sanitário, para destinação final dos resíduos convencionais. A população recebeu os sacos coletores de rafia e orientação, em forma de panfletos e programações no rádio e em jornais, sobre a maneira correta de depositar os resíduos para a coleta.

Campanha Destino Certo

Em 2021 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos lança uma Campanha de Educação Ambiental / Campanha Destino Certo. Destino do meu, do seu, do nosso resíduo. Nesta campanha de lançamento foi elaborada uma cartilha com todos os mapas e calendários das recolhidas dos resíduos do Município de Matelândia, tanto na área urbana quanto a rural. Os mapas são ilustrativos, setorizados por cores, são eles: Mapa da Coleta Seletiva dos Resíduos Recicláveis (papéis, plásticos, vidros, metais) e ainda vem com uma breve explicação de cada tipo de resíduo para conhecimento do destino correto de cada um. Coleta de Resíduos Recicláveis do Interior informando toda



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



a coleta das áreas rurais do ano de 2021; Coleta de Resíduos Orgânicos por bairro e dias da semana; Mapa e Calendário da Coleta de Entulhos (sobras de construção, madeiras, terra, pedras, etc) Recolha e Trituração de Galhos e Folhas, é muito importante que você deposite em frente ao seu imóvel o resíduo, apenas na semana de recolha do mesmo, isso contribui para mantermos NOSSA CIDADE LIMPA E ORGANIZADA. Com o apoio da AMAM – Amigos do Meio Ambiente e os funcionários da Secretaria de Meio Ambiente foi entregue nesta semana a Cartilha Educativa da Campanha Destino Certo.

6.1.3.4. Limpeza urbana

Neste item, é dada ênfase às questões relacionadas à limpeza das vias públicas, incluindo dados atuais de varrição, capina e roçagem, poda e corta de árvores e limpeza de bocas-de-lobo e galerias pluviais no Município de Matelândia.

Varrição

O serviço de varrição consiste na limpeza das áreas públicas da cidade, recolhendo restos de folhas e resíduos que estejam pelas calçadas e áreas públicas. Em geral, o serviço é realizado de forma mecanizada ou manual por funcionários das secretarias públicas responsáveis ou de empresas terceirizadas.

O serviço de varrição existente em Matelândia foi descrito com base em informações contidas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Matelândia (PMGRS) e em informações cedidas pela prefeitura do município.

A responsabilidade para este serviço é da prefeitura municipal, que faz a coleta com uma máquina específica para o serviço, o purtrator mecânico.

Os resíduos varridos são enviados aterro sanitário municipal para a realização da compostagem natural e posteriormente utilizado pelo horto municipal na produção de mudas de árvores.



Figura 6.26. Serviço de varrição com purtrator mecânico.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

Ainda, de acordo com o PMGRS, a varrição é executada, todos os dias no perímetro urbano central. O serviço ocorre no período diurno, das 20h às 22h.



Figura 6.27. Resíduos de Podas e Varrição em compostagem natural em Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.



Capina e roçagem

Conforme o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2010), a capina e roçagem compreendem os seguintes serviços:

Capina: conjunto de procedimentos concernentes ao corte, manual ou mecanizado, ou à supressão, por agentes químicos, da cobertura vegetal rasteira considerada prejudicial e que se desenvolve em vias públicas, bem como em áreas não edificadas, públicas ou privadas, abrangendo, eventualmente, a remoção de suas raízes e incluindo a coleta dos resíduos resultantes;

Roçagem: conjunto de procedimentos concernentes ao corte, manual ou mecanizado, da cobertura vegetal arbustiva considerada prejudicial e que se desenvolve em vias e logradouros públicos, bem como em áreas não edificadas, públicas ou privadas, abrangendo a coleta dos resíduos resultantes. Na maioria dos casos, a roçada acha-se diretamente associada à capina, geralmente, executada antes, para remover a vegetação de maior porte existente no trecho a ser capinado.

Os serviços de capina e roçagem não cumprem uma periodicidade estabelecida pelo município. São executadas conforme a necessidade e disponibilidade, avaliadas pelo Chefe da Seção de Manejo de Áreas Verdes. Não foram disponibilizadas maiores informações sobre esse serviço.

Poda e corte de árvores

A poda e o corte de árvores, na área urbana, são ações preventivas contra acidentes junto à rede elétrica. Este tipo de serviço pode ser feito de forma regular, mediante o mapeamento de áreas de risco ou, em caso de emergência em períodos chuvosos. Essas atividades seguem cronograma pré-estabelecido semanalmente e por pedidos via aplicativo “Geocidadão”, sempre autorizado e fiscalizado pela servidora Tecnóloga Ambiental.



Figura 6.28. Serviço de poda de árvores em Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.



Figura 6.29. Serviço de trituração de galhos em Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.



Figura 6.30. Serviço de roçagem de grama em Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.



Figura 6.31. Serviço de recolhimento de folhas e gramas em Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

Volumosos Inservíveis

São provenientes das residências, como móveis velhos ou quebrados, sobras de madeiras, colchões, sofás e etc. Estes resíduos são coletados e acondicionado junto ao aterro sanitário (Está previsto na licença de ampliação, a construção de uma para de transbordo desses resíduos) onde são triturados com trator esteira e destinado para aterro sanitário industrial no Município de Cascavel, na empresa Paraná Ambiental, por meio de licitação. A unidade de medida é o metro cúbico (m³). Mensalmente são destinados 60m³ desse tipo de resíduo.



Figura 6.32. Recolha de volumosos Inservíveis em Matelândia.

Fonte: Divisão de Gestão Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos, 2024.

Limpeza das bocas-de-lobo e galerias

A manutenção e limpeza das bocas-de-lobo e galerias são fundamentais para a minimização de impactos ambientais nas redes de drenagem naturais e enchentes. Em períodos chuvosos, os resíduos acumulados escorrem pelas ruas e galerias, atingindo os córregos e rios. Além desta contaminação, o acúmulo de resíduos atrai insetos e animais



transmissores de doenças. Não foram obtidas informações sobre esse tipo de resíduo em Matelândia.

6.1.4. Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas

O comportamento do escoamento superficial direto sofre alterações substanciais, em decorrência do processo de urbanização de uma bacia hidrográfica, principalmente, como consequência da impermeabilização da superfície, o que produz maiores picos de vazões.

Com isso, o crescimento urbano das cidades brasileiras tem provocado impactos na população e no meio ambiente, forçando um aumento na frequência e no nível das inundações, prejudicando a qualidade da água e aumento da presença de materiais sólidos no escoamento pluvial. Isto ocorre pela falta de planejamento, descontrole do uso do solo, ocupação de áreas de risco e sistemas de drenagem ineficientes.

O Município de Matelândia, da mesma forma, apresenta diversos problemas com o escoamento das águas da chuva, por falta de estruturas físicas adequadas (microdrenagem), falta de planejamento, déficit de investimentos e não realização de manutenção no sistema de drenagem.

Matelândia possui sistemas de microdrenagem na maior parte de sua área urbana. De acordo com as discussões técnicas realizadas com a equipe do município, nota-se que os problemas surgidos na microdrenagem são advindos da inexistência de pavimentação de algumas ruas e subdimensionamento da rede. A equipe técnica da prefeitura busca recursos para pavimentar todas as ruas, melhorar os sistemas de microdrenagem e assegurar o correto escoamento das águas pluviais.

Matelândia, principalmente o Distrito de Agrocafeeira, registra problemas decorrentes da falta de pavimentação que, além de contribuir para a sedimentação das galerias pluviais, impede o manejo correto das águas pluviais, com a utilização dos dispositivos de microdrenagem, como: sarjetas, grades, bocas-de-lobo. O município deve continuar dando ênfase à execução de projetos de pavimentação, bem como a implantação, em quantidade suficiente, dos dispositivos mencionados.

No município de Matelândia, conforme os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) no relatório de 2020, foram identificadas



aproximadamente 32 vias públicas que contam com rede ou canais de água pluvial subterrâneos. Esse sistema inclui 1.590 bocas de lobo para garantir o correto escoamento das águas pluviais.

A expansão da infraestrutura é planejada em conjunto com o avanço da pavimentação nas vias urbanas. Além disso, a ampliação é feita isoladamente quando necessário, a fim de solucionar problemas pontuais, como erosões, alagamentos ou outros desafios decorrentes do crescimento urbano.

Para garantir o adequado funcionamento do sistema de drenagem urbana, a operação é realizada por uma equipe própria do Departamento de Obras, Viação e Serviços Públicos. Essa equipe é responsável pela limpeza periódica das bocas de lobo e galerias de águas pluviais, assegurando que o sistema esteja livre de obstruções e funcionando eficientemente.

A gestão cuidadosa da drenagem e manejo de águas pluviais é essencial para evitar problemas de inundação e prevenir danos à infraestrutura urbana. O investimento contínuo na expansão da infraestrutura de drenagem é fundamental para acompanhar o crescimento urbano e garantir a resiliência da cidade diante das variações climáticas. Além disso, a manutenção regular do sistema é crucial para garantir sua eficácia a longo prazo e proporcionar um ambiente urbano mais seguro e sustentável para os cidadãos de Matelândia.

6.2. Iluminação Pública e Energia Elétrica

Segundo dados da concessionária e da prefeitura municipal, 100% dos domicílios urbanos são atendidos por iluminação pública.

Atualmente, o serviço é prestado pela COPEL, responsável pela manutenção do acervo de iluminação pública.

Na sede do município, há um total de 1.791 aparelhos de iluminação pública, sendo 0,28% de Vapor Metálico, 12,00% de Vapor de Mercúrio, 47,07% de Vapor de Sódio e 40,65% de Led.

Do consumo de Energia Elétrica e o número de consumidores em 2021, nota-se pela tabela abaixo que o maior consumo é industrial.

Tabela 6.7. Consumo e número de consumidores de energia elétrica em Matelândia.

Categoria	Consumo (MWh)	Nº de Consumidores
Residencial	14.148,182	5.624
Industrial	120.453,000	76
Comercial, Serviços e Outras Atividades	5.165,518	490
Rural	14.471,493	1.265
Poder Público	925,842	85
Iluminação Pública	1.764,182	24
Serviço Público	2.377,370	13
Consumo Próprio	40.672	3
Total	157.346,259	7.580

Fonte: COPEL / IPARDES,2023.

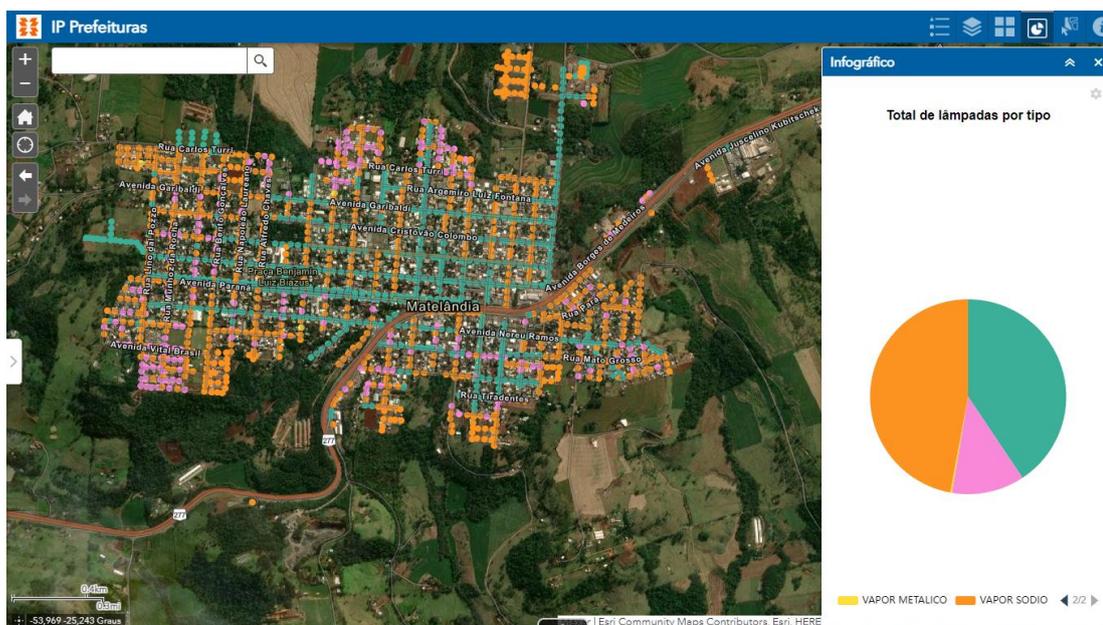


Figura 6.32. Disponibilidade da Iluminação Pública na Sede Do Município.

Fonte: Copel, 2023.

No Distrito de Cafeeira, há um total de 444 aparelhos de iluminação pública, sendo 54,78% de Vapor de Sódio, 16,89% de Vapor de Mercúrio e 24,33% de Led.



Figura 6.33. Disponibilidade da Iluminação Pública no Distrito Cafeeira.

Fonte: Copel, 2023.

Na Vila Esmeralda e Vila Rural, há um total de 118 aparelhos de iluminação pública, sendo 47,79% de Vapor de Sódio, 19,47% de Vapor de Mercúrio e 32,74% de Led.



Figura 6.34. Disponibilidade da Iluminação Pública na Vila Esmeralda e Vila Rural.

Fonte: Copel, 2023.

Na Localidade de Santa Lúcia e Bananal, há um total de 17 aparelhos de iluminação pública, sendo 1 de Vapor de Sódio e 16 de Vapor de Mercúrio.



Figura 6.35. Disponibilidade da Iluminação Pública em Santa Lúcia e Bananal.

Fonte: Copel, 2023.

Na Vila Marquezita, há um total de 105 aparelhos de iluminação pública, sendo 36 de Vapor de Sódio, 67 de Vapor de Mercúrio e 2 de Led.

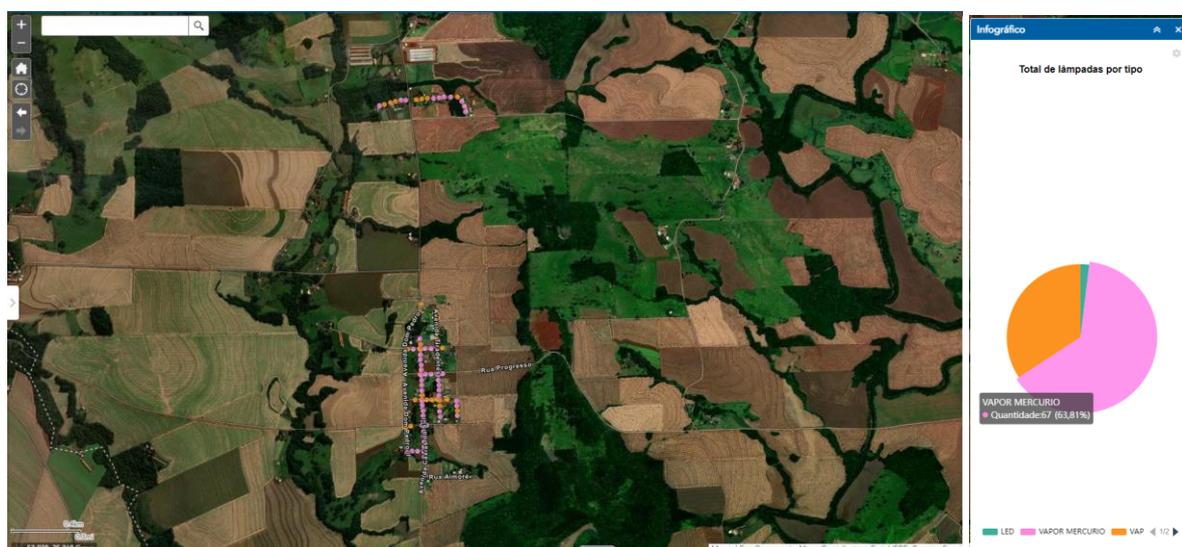


Figura 6.36. Disponibilidade da Iluminação Pública na Vila Marquezita.

Fonte: Copel, 2023.

O serviço de distribuição de energia elétrica é prestado de forma satisfatória no município.

A cidade possui um sistema elétrico confiável, com índice de SAIDI (Duração Média de Interrupção por Unidade Consumidora) baixo, em torno de 10 horas/ano.



A qualidade da energia fornecida também é boa, com índices de DEMA (Duração Média das Interrupções por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) dentro dos padrões da ANEEL.

O setor residencial é o maior consumidor de energia na cidade, seguido pelo setor comercial e industrial. A sazonalidade influencia o consumo, com picos no verão devido ao uso de ar condicionado e no inverno devido ao uso de chuveiros elétricos.

As tarifas de energia elétrica em Matelândia são definidas pela ANEEL e variam de acordo com a classe de consumo e a bandeira tarifária. A tarifa residencial é a mais baixa, seguida pela tarifa comercial e industrial. A bandeira tarifária indica o custo adicional da energia no momento, e pode ser verde, amarela ou vermelha.

6.3. Equipamentos e serviços sociais

Neste item serão apresentados os dados relativos aos principais equipamentos e serviços sociais, bem como a distribuição dos estabelecimentos públicos no município de Matelândia, que estarão descritos e representados no Mapa de Equipamentos Públicos em anexo, a fim de compreender a disponibilidade espacial dos serviços ofertados à comunidade, com relação à:

- Educação;
- Assistência Social;
- Saúde;
- Cultura;
- Esporte e Lazer;
- Segurança Pública.

6.3.1. Educação

O Município de Matelândia faz parte do Sistema Educacional do Paraná que segue as diretrizes de funcionamento do Conselho Nacional de Educação - CNE, do Conselho Estadual de Educação - CEE, da Secretaria de Estado da Educação - SEED, via Núcleo Regional de Educação - NRE de Foz do Iguaçu.

A mantenedora do sistema educacional público de Matelândia é a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC que atende as



etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais, Educação Especial e EJA.

6.3.1.1. Histórico Da Educação

Através da iniciativa da Colonizadora Matelândia LTDA, em 1951 contratou a primeira Professora, a Sra. Adélia Rossato, para ministrar aulas aos filhos dos primeiros moradores do Município e com o passar do tempo e com a chegada de mais famílias, conseqüentemente aumentou a demanda de alunos, havendo então a necessidade de um professor com maior formação para melhor atender a demanda.

Em 1952 a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, território o qual Matelândia pertencia, fez a contratação da primeira Professora com formação, Sra. Erina Maria Sidor e neste mesmo ano foi criado através da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu a Escola Isolada de Matelândia, onde a educação passou-se ao setor público.

No ano de 1960, Matelândia emancipou-se e nesta época já existiam mais escolas na zona rural, as quais tinham o método multisseriadas (uma única turma de 1ª a 4ª séries), porém as referidas escolas não eram regularizadas.

Em 1962 foi criado o Grupo Escolar de Matelândia nº 1 que em 1978 passou a chamar-se Escola Dom Bosco – Ensino de 1º Grau e que está em funcionamento até hoje.

Em 1967 foi implantado o primeiro curso de 2º Grau e criada a Escola Normal Colegial Manoel Ribas, sendo que neste mesmo ano foi implantado o curso ginásial com a criação da Escola Estadual Euclides da Cunha, a qual está funcionando até hoje.

Em 1971 houve a criação do colégio Comercial Estadual de Matelândia com o curso de Comércio e com isso o Município tornou-se um polo em educação, pois recebia alunos oriundos de cidades vizinhas.

Através da Lei nº 51/1970, foram criadas as escolas rurais municipais, as quais eram autorizadas a funcionar nos termos da Legislação vigente, pela Resolução nº 3.290/1982 da Secretaria Estadual de Educação.

Em 24 de março de 1975, foi criado pela Lei Municipal nº 241/1975, a Diretoria de Educação, Cultura e Saúde.



A partir dos anos de 80, a Educação da Rede Municipal de Ensino do Município sofreu algumas alterações em decorrência da emancipação de Diamante do Oeste em 1987 e Ramilândia em 1992.

Iniciou-se em 1993 o processo de Nuclearização do Ensino, onde as escolas que utilizavam o método de ensino multisseriadas que ofertavam uma turma única das quatro primeiras séries iniciais do Ensino Fundamental começaram a ser cessadas gradativamente, sendo que os alunos eram trazidos, através do Transporte Escolar gratuito às escolas núcleos, localizados em comunidades estrategicamente definidas.

Em meados de 1994, iniciou-se o processo de municipalização do ensino, onde o município passou a ser responsável por todo o ensino de Pré-escola e pelas quatro primeiras séries e o Estado pelas quatro séries finais, ambos do Ensino Fundamental.

Os dois processos foram acontecendo de forma gradativa e em 1998 toda a Rede Municipal estava municipalizada e nuclearizada, onde contava com quatro escolas na sede, uma na comunidade de Vila Marquesita, uma na Vila Esmeralda e uma no Distrito de Agro Cafeeira.

O Município de Matelândia chegou a ter mais de quarenta Escolas Rurais, localizadas nos interiores do Município, atendendo a demanda de Ensino das localidades rurais. Com a municipalização e nuclearização do Ensino em 1996, houve uma melhora sensível e significativa na qualidade do ensino com a extinção das escolas com classes multisseriadas e com o incentivo e o aperfeiçoamento didático pedagógico proporcionado pelas Secretarias de Educação, a nível municipal, regional e estadual, com maior valorização do profissional.

6.3.1.2. Cenário Atual

A Rede Municipal de Ensino atualmente em 2023 conta com 07 Escolas Municipais que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, sendo que 4 delas ficam localizadas na sede do município (Centro e Bairros) e 3 no interior do Município (Distrito e Vilas). Também conta com 06 Centros Municipais de Educação Infantil, sendo 5 na sede do Município e 1 no Distrito de Agro Cafeeira, neste ano contamos com um total 2.374 alunos matriculados na Rede Municipal.

Já na Rede Estadual de Ensino conta com 03 Instituições de Ensino, ou seja, Colégios Estaduais, uma na Sede do Município e 2 no interior (Distrito e Vila), dessas 02



são escolas estaduais do campo, sendo que uma delas tem dualidade administrativa no mesmo prédio da escola, os 3 colégios ofertam do Ensino Fundamental anos Finais, Ensino Médio e demais cursos.

O município de Matelândia também tem atendimento para a educação Especial conta com uma APAE na qual atende o total de 106 alunos matriculados sendo que: Educação infantil são 05 alunos; Ensino fundamental 26, EJA 76 alunos.

Tabela 6.8. Número de alunos atendidos por modalidade de Ensino nas diferentes redes de Ensino do município de Matelândia Novembro/2023.

Matrículas No Regular Segundo A Modalidade De Ensino				
Modalidade De Ensino	Estadual	Municipal	Particular (Apae)	Total
Ens Pré Escolar Creche		633		633
Educação Infantil 04 E 05 Anos		493		493
Ensino Fundamental Anos Iniciais		1139		1139
Ensino Fundamental Anos Finais	992			992
Ensino Médio	126			126
Novo Ensino Médio	506			506
Educação Especial	46	109	106	261
Eja	54			54
Total	1724	2374	106	4204

Fonte: Secretaria de Educação, SERE, Plataforma de Turma - 2023.

Atualmente as Escolas atendem a demanda de períodos parciais, todavia para o cumprimento da Meta 6 do Plano Municipal com relação ao atendimento dos alunos em Períodos Integrais, as Escolas necessitam de ampliação de salas de aula, para o cumprimento do percentual mínimo de 50% das escolas Municipais em períodos Integrais, conforme meta 6 do Plano Municipal de Educação.

Observa-se, de acordo com a Tabela 6.8 e 6.9 que 48% dos alunos atendidos pelo ensino municipal estão cursando o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Tabela 6.9. Instituições de Ensino da Rede Municipal e quantidade de alunos por modalidade de Ensino novembro/2023.

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	ETAPA CRECHE	MODALIDADE DE ENSINO											TOTAL POR ESCOLA
		EDUCAÇÃO INFANTIL 4	EDUCAÇÃO INFANTIL 5	1° ANO	2° ANO	3° ANO	4° ANO	5° ANO	CLASSE ESPECIAL	SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL D.V	SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL SÉRIES INICIAIS	EJA	
ESCOLA MUNICIPAL DOM BOSCO		62	57	61	44	35	48	55	07	8	18	0	395
ESCOLA MUNICIPAL DOM PEDRO		32	37	21	43	48	25	35	0	0	16	10	267
ESCOLA CLAUDINO ZANON		37	41	38	38	39	35	24	0	0	19	0	271
ESCOLA MARINO ROSSI		10	8	11	9	16	8	12	0	0	8	0	82
ESCOLA EBEHARDO		53	63	62	43	48	63	25	0	0	14	0	371
ESCOLA VOVO CASSIANO		22	32	36	36	21	21	20	0	0	6	0	194
ESCOLA DUQUE DE CAXIAS		22	17	24	32	11	25	27	0	0	13	0	171
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO MEU	141	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	141
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA FELIZ	115	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	115

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	MODALIDADE DE ENSINO												TOTAL POR ESCOLA
	ETAPA CRECHE	EDUCAÇÃO INFANTIL 4	EDUCAÇÃO INFANTIL 5	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	CLASSE ESPECIAL	SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL D.V	SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL SÉRIES INICIAIS	EJA	
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALINE HARDT	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS	99	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	99
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO DA CRIANÇA	88	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	00	88
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ERINA MARIA SIDOR	90	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	00	90
TOTAL	633	238	255	253	245	218	225	198	7	8	94	10	2384

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



6.3.1.3. Profissionais Da Educação

A Rede Municipal de Ensino, conta com um quadro de docentes com formação adequada e qualificada o que favorece a oferta de uma educação de qualidade. Em 2023 a secretaria de Educação contava com um total de aproximadamente 404 profissionais atuantes na área da Educação conforme tabela abaixo:

Tabela 6.10. Número de Funcionários vinculados à secretaria de Educação no ano de 2023.

Função desempenhada	Número de profissionais
Professor efetivo	112
Professor contrato temporário	69
Educador infantil efetivo	64
Direção e coordenação	27
Serventes e cozinheiras	62
Estagiárias	36
Demais funções nas escolas	05
Secretaria de educação	21
Motoristas do transporte escolar	08
Total	404

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2024.

Atualmente verifica-se que nos Centros Municipais de Educação Infantil, possuem apenas a Diretora na Unidade de Ensino para as Demandas Pedagógicas e Administrativas, portanto se faz necessário a nomeação de Coordenadores Pedagógicos e em razão das necessidades de acompanhamento das Aprendizagens.

6.3.1.4. A Secretaria de Educação e Cultura

A secretaria Municipal de Educação de Matelândia, fica localizada em prédio próprio na Av. Borges de Medeiros nº 1111, Centro, é o órgão que tem por objetivo buscar uma educação de qualidade, inclusiva e igualitária, buscando a valorização e orientação dos profissionais da Educação para que se possa alcançar melhores resultados, contribuindo para formar indivíduos autônomos e habilitados a se desenvolver profissionalmente e como cidadão.



Figura 6.37. Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2024.

A Secretaria Municipal de Educação conta com uma equipe de profissionais na sede constituída por: Um Secretário de Educação; Uma Nutricionista; Cinco Coordenadoras pedagógicas; Duas psicólogo(as); Uma Fonoaudióloga; Uma Psicopedagoga; Três Documentadoras Escolares; Um Chefe de Divisão de Apoio as Unidades Escolares; Um Chefe da Divisão do Transporte Escolar; Um Chefe da Divisão de Cultura; Um motorista; Duas Serviços Gerais; Uma Recepcionista; Duas Assistentes Administrativos; Estes profissionais são distribuídos em diferentes setores, sendo eles:

Documentação Escolar

A documentação escolar é o setor responsável por toda a parte documental das Escolas, as matrículas, transferências, renovações entre outros. No momento o setor conta com Três responsáveis concursadas em nível administrativo que atende as escolas



municipais e CMEIs, sendo denominada “Documentadora Escolar” desempenham suas funções como secretárias escolares indicada pela Mantenedora das instituições de ensino sendo designada por ato oficial, conforme normas da SEED.

O Setor da documentação Escolar fica localizado na Secretaria de Educação, o qual realiza o atendimento do próprio Setor e também o direcionamento para os demais setores das pessoas que procuram atendimento da Secretaria de Educação. Conta com mesas e armários nos quais ficam arquivados as documentações escolares.

O atendimento do setor de documentação é feito em todas as escolas, de forma remota e presencial, dando suporte e organizando a documentação de cada Instituição de Ensino, no momento é responsável por acompanhar as matrículas de 2384 alunos desde o Ensino Pré Escolar creche até o 5º ano do Ensino Fundamental. Além das Escolas realizada também o atendimento ao público em geral que busca informações sobre documentação Escolar dentre outras demandas relacionadas ao setor.

- Das matrículas e transferências: às Instituições de Ensino organizam a parte física dos documentos dentro da pasta do aluno, seguindo as orientações de arquivamento do NRE (Núcleo Regional de Educação) com as devidas assinaturas e com a documentação organizada é enviado para o Setor da documentação Escolar o qual faz as conferências e registros dentro do SERE (Sistema Estadual de Registro Escolar), mantendo sempre atualizada as informações e cadastros dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

- Renovações - a cada determinado período é necessário organizar e protocolar os documentos necessários para encaminhamento das Renovações da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, Classe Especial, Sala de Recursos, Credenciamento do Estabelecimento, a fim de seguir a legislação vigente mantendo em dia e de acordo com as normas exigidas.

- Histórico Escolar - o Setor realizar a emissão dos históricos escolares, nos casos de transferências e, os históricos para fins de comprovação escolar dos alunos que cursaram em algum momento o Ensino Fundamental de alguma Escola extinta ou vigente do Município.

No setor da documentação Escolar se encontra os arquivos com os dados dos alunos que frequentaram as Escolas Municipais Rurais que foram extintas, seja por pastas



individuais ou relatórios finais arquivados é possível verificar e através destas informações emitir o histórico escolar para fins de comprovação escolar e/ou para encaminhamento de aposentadoria, o que este último é o mais comum de as pessoas procurarem o setor, apresentando RG e informando a Escola/localidade, é realizado as buscas e emitido o histórico Escolar.

O Setor está em constante comunicação com o Núcleo Regional de Educação - NRE de Foz do Iguaçu, recebendo informações e atendendo a legislação vigente.

Dentro do setor a sistemas online para a inserção de dados, são eles:

- O SERE (Sistema Estadual de Registro Escolar) é um “Sistema de Informações” desenvolvido com a finalidade principal de racionalizar as atividades burocráticas da secretaria da escola. Atualmente é composto pelo Sistema Escola Web, Sistema Seja e um Banco de Dados Central que armazena os dados gerados pelas escolas. O Sere é utilizado por todas as escolas estaduais, praticamente pela totalidade das escolas municipais e muitas escolas privadas do Estado do Paraná. As que utilizam o Sere têm seus dados importados para o Sistema Educacenso-Censo Escolar, evitando o “retrabalho” no cadastramento dos alunos e no registro dos dados de movimentação e rendimento escolar. Todos os registros de dados escolares são realizados dentro do SERE.

- O Censo Escolar é uma ferramenta fundamental para que os atores educacionais possam compreender a situação educacional do país, das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, bem como das escolas e, com isso, acompanhar a efetividade das políticas públicas, a documentadora Escolar é a responsável pelas informações e conferências do Censo Escolar, sendo este de grande importância pois é através destas informações que o município irá receber as verbas para a educação. Cada aluno é contabilizado e através deste número o município recebe a verba para custear as despesas proporcionando um Ensino de Qualidade.

- O LRCOM é Livro Registro de Classe Online dos Municípios é uma plataforma na qual é realizado os registros das frequências dos alunos. A documentadora escolar faz os registros e cadastramento das informações dos profissionais da Educação dentro do SERE, os dados são migrados automaticamente para LRCOM, uma vez cadastrado os dados da escola e horários de aula os profissionais da Educação realizam os registros de frequência dos alunos e conteúdos ministrados na aula.



O sistema E-protocolo visa unificar, dar maior agilidade e segurança as atividades de Protocolo e Arquivo dos Órgãos do Poder Executivo Estadual, bem como controlar reivindicações desde a emissão, tramitação, arquivamento e descarte, conforme regulamentado no Decreto nº 9928/2014-SEAP. A documentadora Escolar tem acesso a todas as escolas sendo a responsável pelo protocolamento dos processos como as renovações, PPP, Regimento Escolar, calendário Escolar e demais documentos que vierem a ser necessários.

- O Sistema Presença é o Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar, é uma ferramenta que facilita o processo de acompanhamento dos estudantes em situação de pobreza e extrema pobreza, beneficiários do Programa Bolsa Família. O setor da documentação coordena as Informações e Registros do Sistema Presença em no município de Matelândia no momento são acompanhados entre a rede municipal e Estadual um total de aproximadamente 421 alunos que são de famílias beneficiárias do Bolsa Família, este número se refere aos alunos que estão em faixa etária escolar a partir da Educação Infantil 04 anos ao Ensino Médio.

- O SERP é o sistema para preenchimento e fluxo dos encaminhamentos previstos no Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE). O sistema substitui os anexos do Caderno, permitindo a tramitação dos casos de infrequência na Rede de Proteção de forma on-line, eliminando as fichas físicas. Também é realizado o acompanhamento e orientação às escolas no processo de preenchimento dos casos e possíveis encaminhamentos.

Pedagógico

A equipe pedagógica conta com Cinco pedagogas para atender as escolas e CMEI's do Município, todas com especialização na área da Educação.

A função da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação é acompanhar o processo de ensino-aprendizagem nas instituições de ensino do município, tanto nas escolas como nos CMEI's, sua função é ser articulador, formador e transformador. É o mediador entre o currículo e professores; gestores e professores; professores e pais. Como articulador fornece condições para que os professores trabalhem as propostas curriculares. Como formador trabalha com atividades de formação continuada aos professores, tirando as dúvidas. Como transformador ajuda o professor a ser reflexivo e



crítico em sua prática. O coordenador também deve apresentar as principais habilidades como: liderança, boa comunicação, visão geral, senso de coletividade e humanidade.

Acompanha os planejamentos realizados pelos professores, estuda a BNCC, articula e organiza juntamente com as instituições de ensino o Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e participa da escolha do PNLD.

Tendo também a função de coordenar, orientar e instruir os professores no desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos. Apoiando e orientando diretamente em suas dificuldades e em relação às suas construções de ações pedagógicas e as metodologias do cotidiano escolar.

A Equipe Pedagógica, Coordenação Escolar, Psicóloga e professores juntos têm a função de avaliar o rendimento escolar dos estudantes buscando sempre resolver possíveis problemas encontrados no dia a dia e criando estratégias para melhorar o ensino aprendizagem.

Além disso, é responsável por elaborar planos de formação, organizar reuniões de equipe, realizar relatórios sobre a aprendizagem dos alunos e alimentar o Sistema SERE Pedagógico nas escolas e CMEI's. Participar dos Conselhos que trabalham em defesa do menor.

Acompanhar o desempenho e o desenvolvimento dos alunos referente ao Método das Boquinhas e o Sistema de Ensino Aprende Brasil no Município de Matelândia- PR.

Tanto nas escolas como nos CMEI's a Equipe Pedagógica tem a função de articulador, formador e transformador. É o mediador entre o currículo e professores; gestores e professores; professores e pais. Como articulador fornece condições para que os professores trabalhem as propostas curriculares. Como formador trabalha com atividades de formação continuada aos professores, tirando as dúvidas. Como transformador ajuda o professor a ser reflexivo e crítico em sua prática. O coordenador também deve apresentar as principais habilidades como: liderança, boa comunicação, visão geral, senso de coletividade e humanidade.

Planejamento escolar: Trabalhar sempre em parceria com as escolas e CMEI's, elaborando o Projeto Político Pedagógico, implementar as diretrizes oficiais da Educação, realizar e participar de reuniões internas e externas, estabelecer um sistema de ensino,



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



oferecer formação continuada para a equipe e definir metas e formas de atingir os objetivos.

Práticas Pedagógicas: Realizar visitas trimestrais ao Ensino Fundamental de anos Iniciais e semestrais a Educação Infantil ou sempre que precisar, a fim de identificarmos as dificuldades dos alunos, para junto a direção, coordenação e professores realizar possíveis encaminhamentos ou interrupções. Orientar os professores na construção do planejamento anual e dos planos de aula, garantindo que as competências e habilidades essenciais sejam trabalhadas.

Relacionamento: Promover a relação com os alunos e familiares, acolher e mediar conflitos, estimular o engajamento e a participação de toda a comunidade escolar.

Público-alvo

Professores, direção, coordenação, pais e alunos das escolas municipais e CMEI's.

Projetos desenvolvidos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação:

- **Palestra de Cuidados com o Corpo:** é trabalhado através da Secretaria Municipal de Educação com os alunos dos 5º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais;
- **Agrinho:** é programa desenvolvido em parceria com o Sistema FAEP/ SENAR – PR, onde trabalha com todos os alunos e professores dos 1º aos 5º anos do ensino Fundamental Anos Iniciais;
- **Cooperativa Cresol:** é um projeto que trabalha em parceria com a Cooperativa Cresol, que envolve os alunos e professores dos 5º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais;
- **União faz a vida:** é desenvolvido em parceria com a Cooperativa Sicredi envolvendo os alunos e professores da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais;
- **MPT na Escola (Ministério Público do Trabalho):** é desenvolvido em parceria com o Ministério Público do Trabalho envolvendo os alunos dos 4º e 5º anos do Ensino fundamental Anos Iniciais;



- Cooperar para transformar SICOOB: O Concurso Cultural Sicoob em parceria com as escolas tem como finalidade difundir o conceito de cooperação entre estudantes do Ensino Fundamental de escolas das redes pública e privada e das cooperativas escolares. Pretende também valorizar pressupostos do cooperativismo entre os professores, sugerindo-lhes estratégias para colocar o tema em debate e orientar a turma a buscar conteúdo para a produção, planejar, desenvolver e aperfeiçoar coletivamente os textos a serem inscritos no concurso.
- PSE (Programa Saúde na Escola): É uma iniciativa intersetorial dos Ministérios da saúde e da que tem a finalidade de construir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino da educação básica, por meio da articulação entre os profissionais da educação.
- CANTO DO SABER: O Canto do Saber - Festival Estudantil de Música é um evento realizado pela Prefeitura Municipal de Matelândia, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através da Divisão de Cultura, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e ADENAM – Associação da Juventude Defensora da Natureza de Matelândia, destinado aos alunos das redes de ensino municipal, estadual e particular do município de Matelândia, compreendendo a pré-escola ao 9º ano do ensino fundamental, bem como o ensino médio.

Com o objetivo de promover a integração e troca de experiências entre estudantes, incentivar o surgimento de novos talentos e intensificar o movimento musical no município.

Currículo

Currículo é uma proposta pedagógica sistematizada por profissionais, compromissados com a educação pública, que traduz conteúdos básicos e flexíveis correspondentes às necessidades sociais e históricas, caracterizando a sociedade brasileira atual, dando aos alunos oportunidades de conhecer, fazer, relacionar, aplicar e transformar a sociedade em que estão inseridos, bem como, encaminhamento metodológico e avaliação de cada disciplina.



Currículo é tudo aquilo que uma sociedade considera necessário que os alunos aprendam ao longo de sua escolaridade. Como quase todos os temas educacionais, as decisões sobre currículo envolvem diferentes concepções de mundo, de sociedade e, principalmente, diferentes teorias sobre o que é o conhecimento, como é produzido e distribuído, qual seu papel nos destinos humanos.

O currículo é organizado para orientar os diversos níveis de ensino e as ações docentes em conformidade com a BNCC e Referencial Curricular do Paraná, nesses documentos constam as Diretrizes e os Conteúdos necessários para cada modalidade de Ensino.

Nessa concepção, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo suas finalidades. Assim, pode ser visto como um guia sobre o quê, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar.

A escola requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. A flexibilidade do currículo deve atender a demanda diversificada dos mesmos.

Pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais essas questões têm um significado particularmente importante.

6.3.1.5. Transporte Escolar Municipal

O transporte escolar no Município de Matelândia é uma Política Pública que garante o acesso à educação, ofertando transporte aos alunos das Redes Municipal e Estadual, residentes na zona rural do município de Matelândia, matriculados no ensino público regular e técnico, também aos alunos residentes na zona urbana do município que são matriculados em cursos técnicos profissionalizantes em Colégios da Rede Pública Estadual.

O transporte escolar gratuito aos estudantes é mantido em grande parte com recursos do Município e uma pequena parte com recursos do Governo Federal e Estadual. A administração Municipal vem mantendo diálogo frequente com os transportadores



escolares, pais de alunos, alunos e representantes das escolas e colégios a fim de melhorar e adequar os serviços do transporte dos estudantes.

O transporte é realizado através de veículos cedidos ao Município pelos governos Federal e Estadual, também por veículos contratados pelo município mediante a realização de licitações, veículos adquiridos com recursos próprios, que atendem a demanda de alunos, escolas e colégios em conformidade com as leis e normas vigentes ao referido serviço.

Anualmente é feito o preenchimento do Sistema de Gestão do Transporte Escolar – SIGET que é um sistema de processamento de dados que integra todos os recursos metodológicos, dados e produtos informativos necessários à gestão do transporte escolar público no Paraná. Contém recursos instrumentais consolidados através de um aplicativo disponível via Internet, de modo gratuito e aberto para uso institucional. O SIGET é parte integrante da Metodologia Paraná para Gestão do Transporte Escolar Público, construída de modo articulado pelo Governo do Estado e municípios paranaenses.

Transporte Escolar Urbano

O Município conta com 3 ônibus, sendo 2 de frota própria e 1 terceirizado para fazer o transporte urbano.

- 1 Ônibus em comodato com a APAE
- 1 Ônibus que realiza 6º aula do Estado
- 1 ônibus faz a Travessia de alunos, devido a Br 277;
- Todos eles fazem o transporte dos alunos até a escola e nos intervalos das aulas para eventos escolares dentro e fora da cidade, agendados com antecedência.

Atualmente o transporte Escolar Urbano é bem atendido, porém caso aumente a demanda de alunos será necessário o aumento de ônibus, motoristas e monitores, parte do Transporte Escolar é terceirizado, sendo: Ônibus, Kombi, Van, totalizando 22 Linhas entre Urbano e Rural



Transporte Escolar Rural

O Município conta com 11 ônibus, sendo: 07 próprios e 04 terceirizados, ainda 07 kombi e 02 Van terceirizados, que realizam o Transporte Rural, todos contratados através de licitação,

- Escola Municipal do Campo Duque de Caxias
- Colégio Estadual do Campo Rui Barbosa
- Escola Municipal do Campo Professor Ebehardo
- Escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Neto
- Escola Municipal Dom Pedro II
- Escola Municipal Dom Bosco
- Escola Municipal Claudino Zanon
- Escola Municipal do Campo Marino Rossi
- Colégio Estadual São João Batista La Salle
- Colégio Estadual Euclides da Cunha

O Transporte Escolar Rural é bem atendido, porém há necessidade de renovação da frota, tendo em vista que algumas rotas rurais possuem dificuldades em seu trajeto, como a distância da área central da cidade, ocasionando constantes manutenções. Portanto se faz necessário que a frota tenha qualidade para evitar os constantes reparos nos veículos, e assim garantir a qualidade dos serviços prestados.

6.3.1.6. Alimentação Escolar

É consenso que se alimentar de forma saudável é fundamental para o desenvolvimento integral de todos os indivíduos e, a alimentação oferecida nas escolas é preponderante ao desenvolvimento psicofísico do aluno, auxiliando-o em todos os aspectos: físico motor, intelectual, afetivo emocional, econômico e social.

A escola é um ambiente educativo, inclusive na hora das refeições, a alimentação escolar contribui também para que os alunos cultivem bons hábitos alimentares.



Figura 6.38. Alimentação escolar em Matelândia-PR.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

A Alimentação Escolar faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Dentre os objetivos do PNAE, destaca-se a contribuição para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante sua permanência no ambiente escolar (FNDE, 2013).



São atendidos pelo programa aproximadamente 2.400 alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), bem como toda a comunidade escolar e demais equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implantar, programar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos na área de alimentação e nutrição.

Os cardápios são elaborados de acordo com as diretrizes previstas na Resolução do FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, com gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar os hábitos alimentares e a cultura alimentar regional; oferecer, no mínimo, 3 refeições/dia para as creches em período integral e 2 para período parcial; oferecer 3 refeições para os alunos matriculados em escolas de tempo integral e 1 para matriculados em período parcial.

Caso seja necessário atender crianças com necessidades alimentares especiais (alergias e intolerâncias alimentares, diabetes etc.), após a apresentação de laudo médico, são realizadas alterações no cardápio e envio de alguns produtos diferenciados, tais como leite sem lactose, alimentos sem glúten, produtos diet, etc.

A entrega dos gêneros alimentícios perecíveis se dá de forma semanal, enquanto os alimentos não perecíveis são entregues mensalmente ou conforme necessidade. O município realiza chamada pública para atendimento à lei 11.947/2009 que determina que no mínimo 30% dos recursos recebidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. A aquisição dos gêneros alimentícios que não são provenientes da agricultura familiar ocorre através de pregão eletrônico. As entregas são de responsabilidade dos fornecedores e acontecem “ponto a ponto” nas unidades escolares, conforme tabela de distribuição encaminhada aos fornecedores semanalmente.

É proibida a aquisição de bebidas de baixo valor nutricional: refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas concentradas à base de xarope de guaraná ou groselha e outras bebidas similares; é restrita a aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados.



Ações desenvolvidas

- Elaboração de cardápios, Fichas técnicas de preparo, Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados;
- Diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos escolares da rede municipal de ensino. Através de Avaliação Antropometria e respectiva classificação por meio do Índice de Massa Corporal (IMC);
- Capacitação dos manipuladores de alimentos; formação continuada pra professores da rede municipal de ensino, servidores da secretaria de educação e demais solicitações;
 - Educação nutricional;
 - Teste de aceitabilidade;
 - Programa Saúde na Escola (PSE);
 - Reuniões com Conselho de Alimentação Escolar (CAE);
 - Elaboração de descritivo e levantamento de quantidades para solicitação de licitações: gêneros alimentícios, utensílios, matérias permanentes, manutenção das unidades escolares, uniformes etc.;
 - Solicitação e entrega dos gêneros alimentícios;
 - Fomento a compra de alimentos da Agricultura Familiar;
 - Visitas técnicas;
 - Participação do Conselho de Segurança Alimentar (COMSEA);
 - Comemorar a Semana Mundial da Alimentação com atividades relacionadas ao tema proposto a cada ano, com participação de todos os alunos da rede municipal.

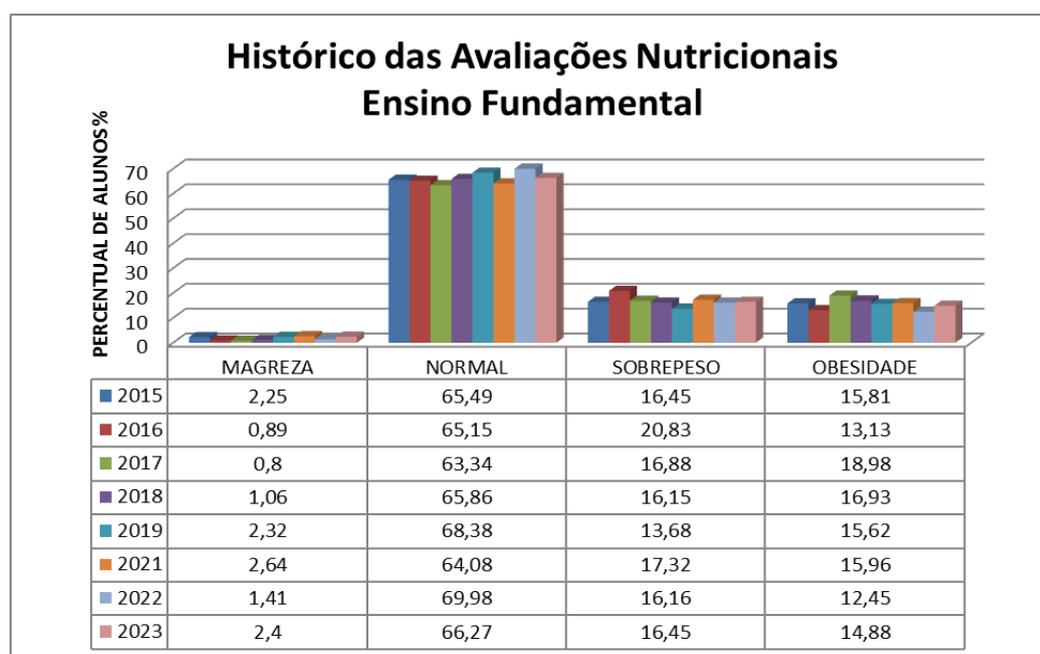
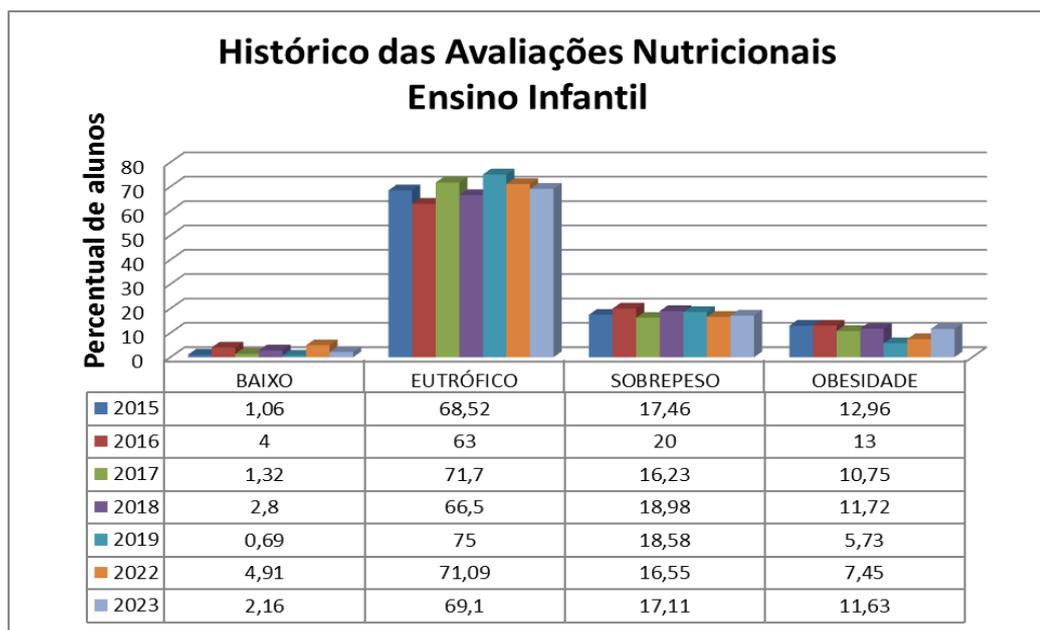


Figura 6.39. Ações na Educação Nutricional em Matelândia-PR.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Diagnóstico Nutricional dos Escolares

O monitoramento do estado nutricional é importante para todas as faixas de idade, consistindo no eixo central das ações de saúde voltadas para a fase da infância e da adolescência. Sua importância nestes períodos de vida advém do acompanhamento do processo de crescimento, atentando precocemente para possíveis agravos à saúde e riscos de morbimortalidade, especialmente com a crescente prevalência de sobrepeso/obesidade no Brasil e no mundo. O objetivo dessa ação é verificar a realidade nutricional dos alunos e através do diagnóstico nutricional estipular estratégias para o planejamento das políticas na área de Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente na alimentação escolar, e embasar a execução de ações de promoção de saúde, incentivo à alimentação saudável e controle de doenças crônicas não transmissíveis.



OBS: Anos de 2020 e 2021 não foram avaliados, período de pandemia COVID-19

Figura 6.40. Diagnóstico Nutricional dos Escolares da Rede Municipal de Ensino em Matelândia-Pr.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Infraestrutura e Recurso humanos

Localizada na Av. Borges de Medeiros, nº 1111, no Centro da Cidade, a Divisão de Alimentação Escolar possui espaço apropriado para recepção e acondicionamento das fórmulas infantis utilizadas nos berçários, e para armazenamento de equipamentos e utensílios mantidos em estoque para emergências (panela de pressão, liquidificador, garrafas térmicas,), a distribuição ocorre com auxílio de 1 veículo próprio, é disponibilizado carro para visitas técnicas da nutricionista e CAE.

O Setor de Alimentação Escolar conta os seguintes colaboradores: nutricionista (1), manipuladores de alimentos (32), entre merendeiras concursadas e terceirizadas. Com perspectiva de aumento do quadro técnico e construção de uma central de estoque para alimentos da agricultura familiar, recebimento e distribuição dos alimentos.



Figura 6.41. Produtos da Agricultura Familiar na alimentação escolar em Matelândia-PR.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

6.3.1.7. Indicadores Educacionais

A relação idade/ano é regular, ou seja, cumpre com os parâmetros previstos, exceto por questões de reprovação que apresentam um índice extremamente baixo. Há também a questão de alunos que estão fora do parâmetro idade/ano, mas que constituem casos de alunos especiais. Não há índice de evasão e/ou abandono nas instituições de Ensino. Com relação ao índice de aproveitamento, proporcionado pelo IDEB, há um ótimo aproveitamento escolar, e um índice extremamente baixos de reprovação.

Nas etapas de Prova Paraná realizadas em 2021, as escolas apresentaram índice satisfatório, apresentando um desempenho um pouco menor que do ano de 2019, que pode ser explicado devido às adaptações realizadas no ensino durante o período da Pandemia do Covid-19 entre 2020 e 2022.

Evolução nota SAEB

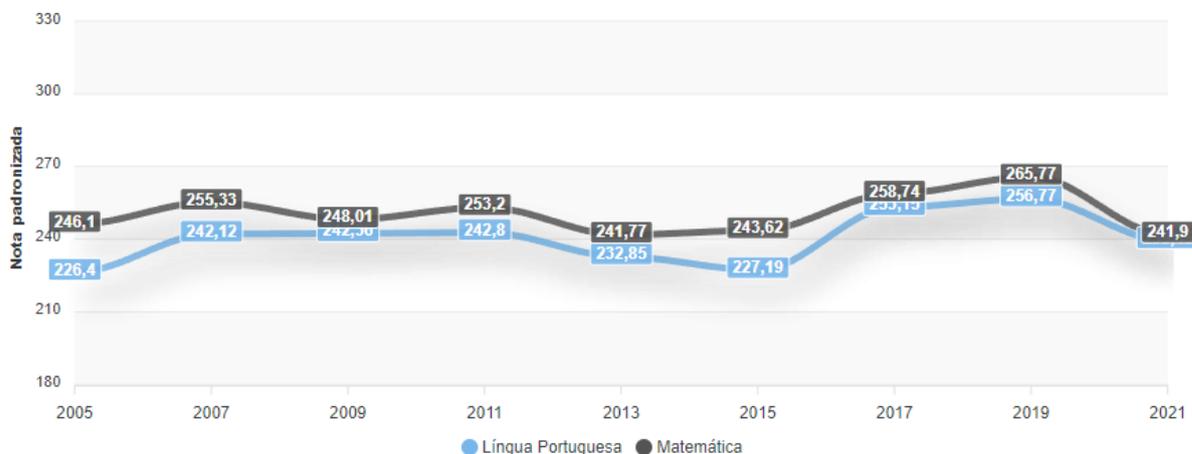


Figura 6.42. Evolução das notas SAEB em Matelândia.

Fonte: INEP, 2023.

Evolução Fluxo

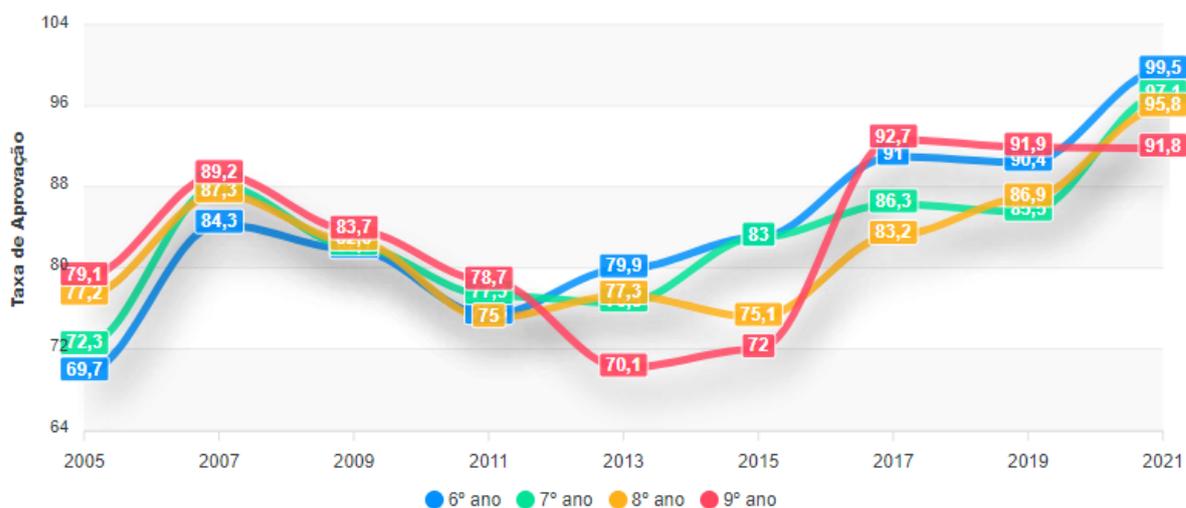


Figura 6.43. Evolução do Fluxo de aprovação de alunos.

Fonte: Saeb/Ideb, INEP, 2023.

Aprendizado adequado

Percentual de estudantes com aprendizado adequado.

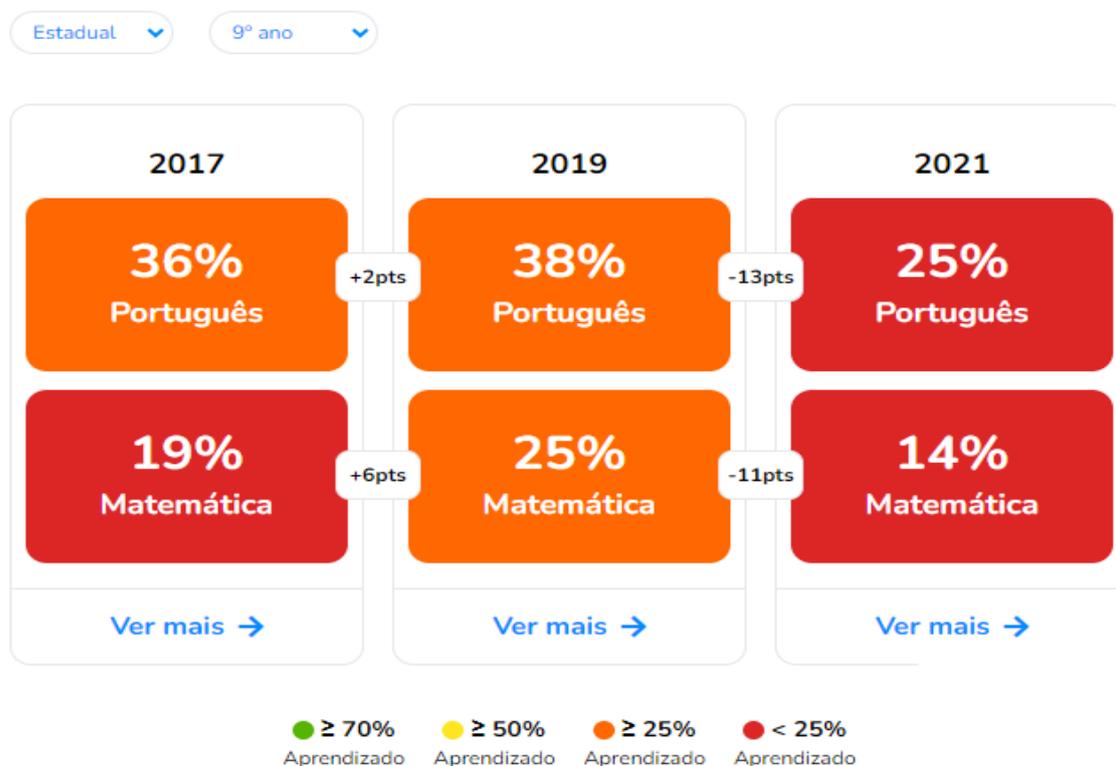


Figura 6.44. Comparativo resultado Aprendizagem da educação de 2017 a 2021, anos finais do Ensino Fundamental.

Fonte: Saeb/Ideb, INEP, 2023.

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Matelândia, juntamente com os Diretores e Coordenadores das Escolas Municipais realizaram diversas capacitações com os Coordenadores Pedagógicos, Diretores e Professores da Rede Municipal de Ensino, demonstrando os dados acima citados, para traçarmos em conjunto um plano de ação para a melhoria dos resultados com relação a aprendizagem. Tendo em vista que a meta IDEB para o ano de 2024 é de 6.7, destacamos algumas ações que já estão em efetiva realização nas Escolas Municipais:

- 1- Realiza-se capacitação com os coordenadores Pedagógicos, a fim de maior acompanhamento das aprendizagens dos alunos em sala de aula;
- 2- Capacitação para os Diretores Escolares, a fim de que acompanhem com rigor as ações dos coordenadores nas atividades propostas pelos professores em sala de aula, replanejando ações sempre que necessário;



3- Aplica-se Provas Diagnósticas, a fim de mensurar as dificuldades, traçando novas metas de recuperação de possíveis defasagens;

4- Recuperação de conteúdos aos alunos que houver necessidade, observando-os em sala de aula, nas atividades propostas e a partir das avaliações;

5- Intensifica-se a Leitura dos alunos, equipe pedagógica juntamente com as coordenadoras das escolas tomaram leitura dos alunos e puderam identificar as dificuldades existentes em alguns, onde foram encaminhados para novas metodologias de ensino a fim de recuperá-los;

6- Para o ano letivo de 2024, novas propostas de acompanhamento e de estratégias serão aplicadas, a fim de que todos os alunos alcancem a aprendizagem esperada para cada etapa do ensino.

6.3.1.8. Modalidades de Ensino

6.3.1.8.1. Educação Infantil

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

A Educação Infantil tem papel extraordinário no desenvolvimento humano e social. Quando compreendemos a criança como ser integral e complexo, trabalhamos pelo seu desenvolvimento pleno e pela garantia dos direitos sociais da infância e de sua cidadania. Nesse sentido, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil mencionam a importância de qualificar as ações nos primeiros anos de vida da criança.

O município de Matelândia para o atendimento da Educação Infantil segue a Deliberação N^o02/14 nas quais apresenta as Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.

Desta forma o município conta com o atendimento do Ensino Pré Escolar Creche da faixa etária de 6 meses a 4 anos de idade em período integral e parcial nos CMEIs e a partir do momento em que se completa os 04 anos de idade seguindo a data corte, as crianças passam a frequentar as Escolas Municipais nas quais são ofertadas a Educação Infantil 04 e 05 anos.



Os alunos da Educação Infantil, ao final de cada trimestre é realizado relatório de aprendizagem Individual e da turma, constando informações a respeito da aprendizagem de cada um, sem prejuízo ao avanço para a próxima etapa de Ensino.

6.3.1.8.2. Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental tem jornada escolar de quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola com relação à implantação da Jornada Ampliada, a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental de 4 horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escola.

O Planejamento curricular se dá através do Referencial Curricular do Paraná, do Ensino Infantil ao Fundamental, o Currículo da AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná) é disponibilizado como uma outra forma de auxílio ao Professor.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 09 anos de duração, terá menção de notas nas disciplinas de Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática. Nas disciplinas de Artes, Educação Física, Ensino Religioso, não haverá menção de nota ou aprovação.

Não haverá reprovação no primeiro ano do Ensino Fundamental de 9 anos. Haverá para cada disciplina uma média trimestral das avaliações qualitativas e quantitativas em notas escalonadas de zero a dez vírgula zero. A consolidação das médias trimestrais, será realizada no Conselho de Classe. As avaliações qualitativas e quantitativas serão divulgadas através do Boletins Trimestrais dos alunos. Será considerado aprovado, automaticamente, o aluno que com frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária, obtiver média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero). Será considerado reprovado, automaticamente, o aluno com frequência inferior a 75% total de carga horária, que obtiver qualquer média.

6.3.1.8.3. Educação Especial

Conforme o Decreto No 6571/2008, a Resolução CNE/CEB No 4/2009 e a Nota técnica do SEESP 11/2010, a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. As atividades



desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula.

A educação do município de Matelândia respeita os princípios de igualdade e equidade, promovendo o fortalecimento da escola inclusiva, entende que a educação especial integra a educação regular e repassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. O município assegura recursos e serviços educacionais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular, com o objetivo de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos com deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, voltada à promoção de uma educação de qualidade para todo o município, onde é ofertado:

DI (Deficiência Intelectual)

É ofertado aos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou com deficiência que dificulte o acesso ao currículo esses alunos são encaminhados para avaliação médica, psicológica e pedagógica especializada, se necessário, com diagnóstico médico ou parecer psicológico que indique Deficiência Intelectual, terão atendimento educacional especializado, na sala de Educação Especial na modalidade DI, em turno normal.

Sala de Recursos Multifuncional

A Sala de Recursos Multifuncional é um espaço de desenvolvimento, de pesquisa e construção de novos conhecimentos sobre o processo de aprendizagem que visa contribuir para avanços na área educacional de forma significativa. Exige do profissional que lá atua uma nova forma de pensar, individualmente sobre as peculiaridades de cada um, de despertar a aprendizagem na/para a vida do aluno. O ensino necessita ser organizado para contemplar os alunos em suas distintas capacidades, com adaptação curricular sempre que necessário. A prática desenvolvida neste espaço, bem como a desenvolvida nos diversos espaços desta escola, deve ser reflexiva e alicerçada em subsídios teóricos consistentes, buscando a construção de novos conhecimentos, e conforme Carvalho (2006, p.160) Precisamos fazer da nossa prática o celeiro de novas teorias ou de reforçamento das existentes. Precisamos confirmar que alguns princípios para o sucesso da aprendizagem são universais. Dentre eles, destaco neste texto, o desejo



e a escuta. Desejo do professor e do aluno: aquele de contribuir decisivamente para a cidadania plena do aprendiz e este, de aprender impelindo-o a perguntar, a questionar, a relacionar com o objeto conhecimento, prazerosamente, desenvolvendo habilidades e competências. É importante fazer deste um espaço de discussão, de formação continuada sobre as concepções que orientem o trabalho do professor que lá atua, possibilitando um suporte para a prática pedagógica em sala de aula através de um trabalho colaborativo. Fazer deste um espaço pedagógico que contemple um olhar psicopedagógico de investigação, intervenção e apoio ao processo de aprendizagem, propondo-se a investigar o processo próprio de cada um e sua forma particular de aprender, compreendendo-o a partir da sua história pessoal e do contexto no qual está inserido e criando estratégias de atendimento educacional diferenciado levando o aluno a desenvolver-se como cidadão completo. O público-alvo para este espaço segundo a Resolução CNE\CEB Nº 4\2009 (Brasil, 2009 b) são alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades\superdotação.

Professor de Apoio à Inclusão

Os professores de Apoio à Inclusão são contratados pela Mantenedora a fim de atender aos alunos com deficiência. O trabalho realizado pelos apoiadores aos alunos com inclusão é organizado a partir de orientações apresentadas pelo AEE. Os apoiadores têm exclusivamente o acompanhamento ao aluno com deficiência e realizam as atividades designadas pelos professores regentes de turma, mas com total liberdade para sugerir formas de atuação ou atividades diferenciadas de acordo com a sua experiência no trabalho com aquele aluno. É ele quem faz as orientações básicas tanto de organização e auxílio com relação ao seu material quanto ao acompanhamento durante o lanche, recreio, saídas de estudo e passeios de acordo com a necessidade favorecendo o desenvolvimento de sua autonomia. Também pode fazer observações quanto à evolução dos alunos que acompanha, fazendo registros, a fim de colaborar no processo de aprendizagem e avaliação deles. O trabalho de apoio ao aluno com deficiência é de suma importância para que ele se sinta mais seguro e com confiança para desempenhar suas atividades escolares e se necessário encorajando-o a questionar suas dúvidas, também tem postura de professor e necessita criar vínculo com os alunos para que a aprendizagem flua favoravelmente. É fundamental sua interação junto ao profissional que atende no AEE principalmente nos processos de transição e acolhimento da pessoa com deficiência.



6.3.1.8.4. Educação Em Tempo Integral

A Educação do Ensino Integral nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, previsto como meta no Plano Municipal de Educação. Considera-se, portanto, como objetivo para esta etapa de ensino, o desenvolvimento integrado de conceitos, procedimentos, atitudes e valores, a partir de uma reflexão sobre si mesmo, sobre o mundo social e natural, sobre as relações humanas e com a natureza. Nesta perspectiva, é função da escola a realização de um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia do estudante, do pensamento criativo, lógico e crítico, mediante a capacidade de fazer perguntas e avaliar as respostas, argumentar e interagir com as produções culturais.

Ampliar e qualificar o tempo de permanência do aluno na escola tem se constituído em uma necessidade cada vez mais urgente na atual sociedade. Em particular, a nossa comunidade escolar deseja repensar a relação entre a escola e a comunidade. Ampliar e qualificar o tempo de permanência faz parte de um processo de complementação das oportunidades de aprendizagem, por meio da oferta de atividades educativas diversas, articuladas à otimização do espaço escolar e ao mesmo tempo, uma ampliação de oportunidades e novas situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras.

A educação em tempo integral no município de Matelândia PR, oferta permanência do aluno de 7 horas por dia em jornada Ampliada na escola totalizando 35 horas semanais, garantido nos 200 dias letivos. A escola em tempo integral oferecerá muitas possibilidades de cursos complementares, nesta fase inicial o município ofertará português e matemática como reforço, desenho, língua estrangeira- Inglês, recreação, brinquedoteca e jogos, demais oficinas serão implementadas conforme disponibilização recursos para os estudantes que são matriculados na Jornada Ampliada.

6.3.1.9. Estabelecimentos Municipais De Ensino

A prefeitura municipal de Matelândia é a mantenedora das Escolas e CMEIs municipais. Cada Instituição de Ensino apresenta uma estrutura física que comporta as particularidades daquele local em que está inserida, atentando sempre a sua história. Todas atendem as demandas e orientações da Secretaria Municipal de Educação, proporcionando que ocorra dentro do município um Ensino de qualidade, no qual todas



as escolas possam equilibrar o mesmo ensino não havendo subjugação de escola inferior a outra.

Para a modalidade de Jornada Ampliada, o município iniciou a implementação em Duas Escolas, quais sejam: Escola Municipal Claudino Zanon, que já está previsto a nova Escola para o Bairro Vila Nova, através do PAR (Plano de ações Articuladas) que contemplará e atenderá as demandas da Jornada Ampliada.

As Demais Escolas, Dom Pedro; Vovô Cassiano, Professor Ebehardo, Marino Rossi, Dom Bosco e Duque de Caxias, todas necessitam de ampliações para o atendimento da Jornada Ampliada.

6.3.1.9.1. Centro Municipal De Educação Infantil Sonho Meu

Histórico Da Instituição De Ensino

O Centro Municipal de Educação Infantil Sonho Meu, foi inaugurado no dia 24/07/2003 através da Lei nº 130/2003, tendo em vista o aumento da população devido à implantação de algumas empresas na região, e a necessidade de as mães terem um lugar para deixarem seus filhos.

Tendo como primeira diretora à professora Ivone Aparecida Pires, o CMEI atendia cerca de 29 crianças em período integral, sendo distribuídas em uma turma de Berçário I, uma turma de maternal I e uma turma de Maternal II, sendo sua entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Matelândia, localizada na Avenida Duque de Caxias, nº 800. Quando foi inaugurada contava-se com 8 funcionários. A estrutura física contava com quatro salas de aula, contendo um banheiro cada, adaptados a faixa etária, um refeitório, uma cozinha, um banheiro para funcionários e um parquinho.

Das quatro salas existentes apenas duas eram utilizadas com alunos, e uma servia como sala de vídeo. Atualmente o CMEI Sonho Meu possui 130 crianças matriculadas. Atende-se alunos de 6 meses à 4 anos, sendo que os alunos que completam 4 anos até dia 31 de março já são devidamente matriculados no Infantil 4 na Escola Municipal do Campo Professor Ebehardo.

No ano de 2023 foi aberto uma turma de Berçário I no período integral, uma turma de Berçário II de manhã e outra no período da tarde, uma turma de maternal I de manhã e outra à tarde, uma turma de Maternal II de manhã e outra à tarde.



Caracterização

Quanto à estrutura física, possui uma secretaria, sala de professores, cinco salas de aula, um berçário, um lactário, um refeitório, uma cozinha, uma despensa, cinco banheiros, uma lavanderia, além disso, possui amplo espaço de lazer (parquinho e área livre).

Todos os ambientes da escola permitem o uso pedagógico e a livre circulação das crianças até o banheiro e a sala de aula, onde as crianças aprendem conceitos de higiene e cuidados pessoais.

O espaço para as crianças com até um ano de idade tem cuidados específicos. Fica preservado das áreas de grande movimentação proporcionando maior privacidade e conforto, como os espaços de solários. A área de repouso tem colchonetes individuais e os a bebês contam com espaço para socialização, além de fraldário e lactário.

Para as demais faixas etárias, as salas de atividades possibilitam diferentes organizações como cantos para brincadeiras, jogos, atividades plásticas, exploração de livros e brinquedos, bem como espaços para o repouso das crianças que permanecem em período integral.

O uso de alguns ambientes no CMEI é organizado por horários e dias para cada turma de alunos, solário, brinquedos, parquinho. Cada professor organiza suas atividades de acordo com o currículo. Os trabalhos feitos são expostos em sala de aula e no corredor da escola a vista de todos. Os materiais, brinquedos e objetos estão organizados de maneira que as crianças possam manipulá-los livremente. Quanto aos professores utiliza-se de uma sala específica, com material pedagógico necessário para estudo e planejamento.

O atendimento aos pais é feito na secretaria, respeitando sua privacidade. Todos estes espaços são bem aconchegantes e organizados, com acesso à maçaneta das portas, sanitários, brinquedos e livros.

Quadro 6.1. Infraestrutura do CMEI Sonho Meu.



Entrada do CMEI



Sala de aula



Sala da Diretora



Sala de aula



Cozinha



Pátio externo



Espaço de Brinquedoteca



Sala dos Professores

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



As ações educativas são entendidas como prioritárias, principalmente para garantir de forma adequada o desenvolvimento pleno e integral das crianças de 6 meses a 4 anos, tendo como prioridade o Educar e Cuidar”.

O Centro de Educação Infantil assume a criança como cidadã, ele pertence a grupos sociais diferentes, com direito ao acesso de atendimento conforme sua necessidade, onde as famílias dessas crianças buscam na instituição escolar tudo que necessitam para o desenvolvimento integral dos mesmos.

No modo de vida dessas crianças até onde conhecemos, pertencem a famílias de diversas classes sociais, desde empresários a empregados. Porém o atendimento prioritário é para crianças em situação de risco ou com vulnerabilidade social e econômica. Outro fator relevante é o anseio dos pais, onde buscam dentro da Instituição uma oportunidade para que seus filhos possam ter um desenvolvimento pleno.

As vagas são dispostas conforme lista de espera do site da prefeitura municipal de Matelândia, no qual as famílias se dirigem -se aos Centros Municipais para a realização das Matrículas.

6.3.1.9.2. Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz

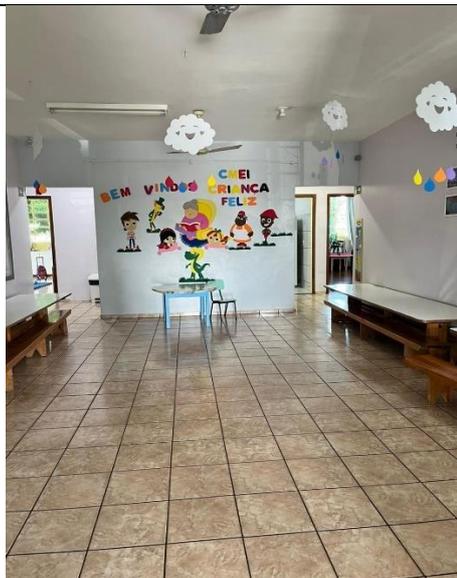
Histórico Da Instituição De Ensino

Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz Rua Arnaldo Busatto, nº581 bairro centro zona urbana – Matelândia/Paraná CNPJ 07.431.861/0001/73, telefone 3262 8373 e-mails cmey.criancafeliz@outlook.com, CEP 85887-000. Mantenedora a prefeitura municipal de Matelândia criação decreto municipal nº 131/2003 de 12/06/2003.

Características da Comunidade Escolar

As famílias atendidas nesta unidade escolar são em torno de 97% de origem brasileira, 3% oriundas do Paraguai, 45% dos pais trabalham em empresas como a Agroindústria Lar e Frimesa, 28% são funcionários públicos, 12% autônomos e 15% comerciantes, com salários que variam entre dois a três salários mínimos. Quanto ao nível de instrução, a maioria dos pais possui graduação completa, alguns são pós-graduados, alguns possuem mestrado e outros possuem ensino médio completo e incompleto.

Quadro 6.2. Infraestrutura do CMEI Criança Feliz.



Refeitório



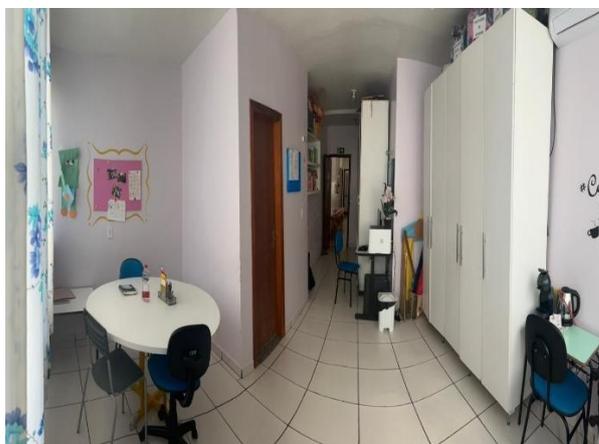
Cozinha



Sala de aula



Sala de aula



Sala dos Professores



Secretaria

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



As famílias, cerca de 94%, possuem casa construída em alvenaria ligada à rede de água, esgoto e energia elétrica. Dos alunos 83% mora com os pais e 17% moram somente com a mãe.

As principais atividades de lazer são: passeios, práticas de esporte, assistir TV, ouvir música, ir a festas. Os locais de lazer que as famílias mais frequentam são a Praça da Cultura, campos de futebol, almoços em família e eventos da igreja. A religião predominante é a católica, em torno de 62%, vindo a evangélica em segundo lugar com 38%. As famílias que tem acesso fácil à tecnologia são 95% do total, sendo que somente 5% tem dificuldade ou não tem acesso.

As vagas são dispostas conforme lista de espera do site da Prefeitura Municipal de Matelândia, no qual as famílias se dirigem aos Centros Municipais de Educação Infantil para realizarem as matrículas.

6.3.1.9.3. Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho da Criança

Histórico Da Instituição De Ensino

Centro de Educação Infantil Cantinho da Criança nome do Responsável: Márcia Menger Araujo De Souza, Email: cmei_cantinho@hotmail.com. O Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho da Criança localiza-se na Rua Munhoz da Rocha, nº 351, Vila Nova. Foi fundado no dia 25 de junho de 1997. Atende atualmente 87 ALUNOS distribuído em 6 turmas, sendo: 3 turmas no período da manhã e 3 turmas no período da tarde: berçário II, maternal I e maternal II.

O CMEI Cantinho da Criança conta hoje com 13 funcionários, onde tem-se por finalidade prestar serviços educacionais para crianças de 6 meses a 4 anos de idade, promovendo o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, cumprindo assim duas funções indissociáveis – educar e cuidar.

Quadro 6.3. Infraestrutura do CMEI Cantinho da Criança.



Entrada do CMEI



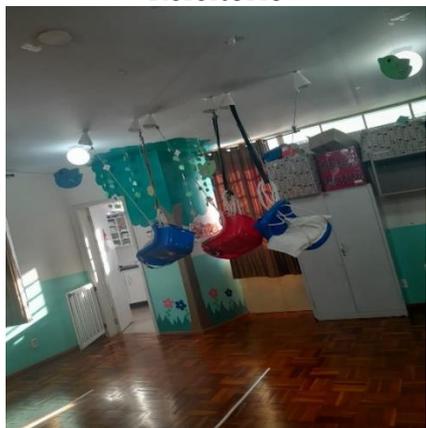
Cozinha



Refeitório



Cozinha



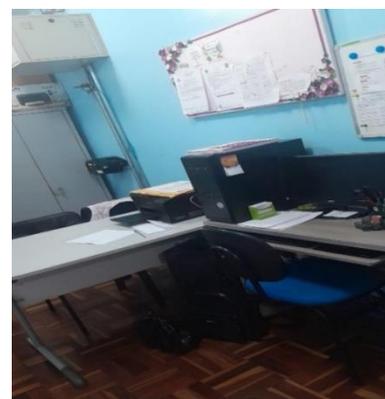
Sala de aula



Sala de leitura



Sala dos Professores



Secretaria

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



6.3.1.9.4. Centro Municipal de Educação Infantil Erina Maria Sidor

Histórico Da Instituição De Ensino

Os pais da comunidade do bairro Vila Nova e Jardim Bela Vista, que não conseguiam vagas para matricular seus filhos nos CMEIS de bairros próximos, solicitaram junto à Secretaria de Educação a construção de mais um CMEI para atender as crianças da comunidade local. Diante dessa necessidade formou-se um convênio entre Prefeitura e Governo Federal no ano de 2012, que tornou possível a construção do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Erina Maria Sidor, criado através do decreto nº464/2013 de 09 de dezembro de 2013, recebeu este nome em homenagem a 1ª professora do município de Matelândia, e é mantido pela secretaria municipal de educação.

A primeira diretora foi Marli de Amorim. Quando o CMEI Erina Maria Sidor iniciou seus trabalhos, contava com 15 funcionários que atendiam a 70 crianças. Atualmente atende a 107 crianças e conta com 16 funcionários, sendo uma diretora, duas merendeiras, dois serviços gerais, nove professores efetivos e seis professores estagiários.

Este estabelecimento de ensino conta com um espaço físico amplo com 564,50 m². Distribuídos em cinco salas de aula, uma sala de Berçário, duas salas de maternal I, duas salas de Maternal II, cada sala tem um banheiro para uso das crianças e ar-condicionado, uma sala para secretaria, uma cozinha, uma lavanderia, quatro banheiros para uso dos funcionários, uma despensa, uma copa para funcionários, um almoxarifado, um refeitório, um pátio coberto, uma brinquedoteca e quatro solários. Porém algumas adequações foram necessárias com o decorrer do tempo, como: fechamento com portas de vidro em suas laterais e pintura do piso, cobertura da entrada do Cmei com rampa de acesso, proporcionando assim maior segurança aos alunos.

Caracterização

O Cmei Erina Sidor oferece o ensino de educação infantil para crianças de zero a quatro anos de idade, dividido em quatro turmas, as quais são separadas por idade de alunos, adequado dentro de um corte etário estipulado pelo Parecer nº 2/2018 – Conselho Pleno do CEE/PR, o qual é seguido pelo estado do Paraná e por nosso município, atende 60 crianças, oferecendo atendimento de 06 meses aos 4 anos de idade, utilizando a idade cronológica para a promoção dos alunos de uma turma para outra

Quadro 6.4. Infraestrutura do CMEI Erina Maria Sidor.



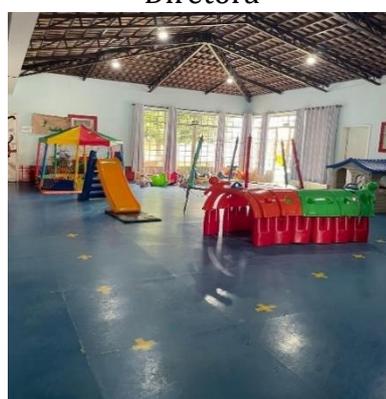
Entrada do CMEI



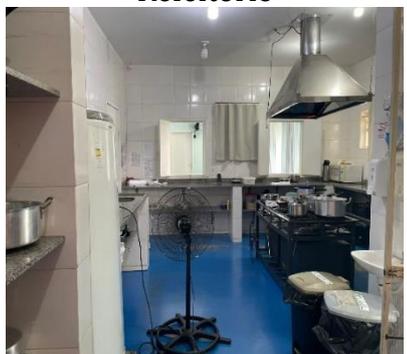
Diretora



Refeitório



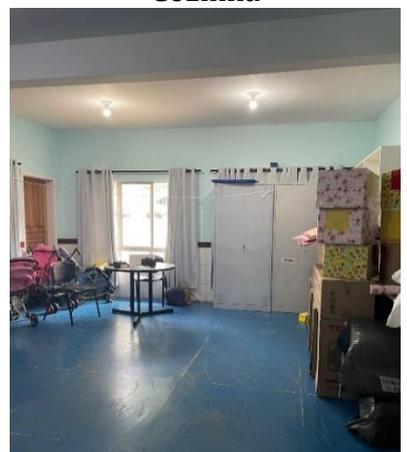
Pátio Coberto



Cozinha



Sala dos Professores



Sala de Aula



Sala de Aula

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



Atende-se nos períodos matutino, vespertino e integral: Berçário I, vespertino 07 alunos Berçário II A, matutino 04 alunos Maternal I F, matutino 05 alunos Maternal I G, vespertino 10 alunos Maternal II C, matutino 06 alunos Maternal II E, vespertino 12 alunos Maternal II Integral com 11 alunos.

Para as crianças matriculadas no período integral- entrada das 7h30min às 8h da manhã e saída até as 17:15 h. Para as crianças matriculadas no período matutino- entrada das 7h30min às 8h da manhã e saída até às 12h. Para as crianças matriculadas no período vespertino- entrada das 13h às 13h30min da tarde e saída até às 17:15h.

O centro municipal de educação oferece às crianças a seguinte rotina: café da manhã, atividades pedagógicas com brincadeiras direcionadas e brincadeiras livres, frutas, almoço, higienização, descanso, lanche da tarde e entrega dos alunos aos responsáveis.

As vagas são dispostas conforme lista de espera do site da prefeitura municipal de Matelândia, no qual as famílias se dirigem aos Centros Municipais de Educação Infantil para realizarem as matrículas.

6.3.1.9.5. Centro Municipal de Educação Infantil Aline Hardt

Histórico Da Instituição De Ensino

O Centro Municipal de Educação Infantil Professora Aline Hardt, foi inaugurado no dia 25 de julho de 2002, com o nome de Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neva, iniciando seu funcionamento no dia 03 de setembro de 2002.

Tendo como primeira diretora à professora Marli Amorim, no ano de 2008 mudou-se sua nomenclatura para Centro de Educação Infantil Professora Aline Hardt, em homenagem a uma professora.

Caracterização

Em sua inauguração o CMEI tinha 30 alunos, 04 professoras, 01 direção, 01 cozinheira e 01 zeladora. Atualmente o CMEI Professora Aline Hardt possui 90 crianças matriculadas. Atendemos alunos de 6 meses à 4 anos, sendo que os alunos que completam 4 anos até dia 31 de março já são devidamente matriculados no Infantil 4 na Escola Municipal Dom Bosco, Escola Municipal Vovô Cassiano, Escola Municipal Claudino Zanon, Escola Municipal Dom Pedro II.

Quadro 6.5. Infraestrutura do CMEI Professora Aline Hardt.



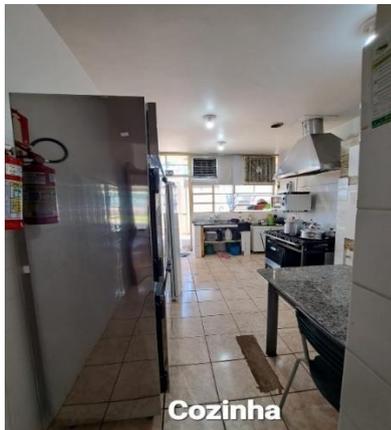
Entrada do Cmei



Sala de aula Berçário 1



Solário



Cozinha



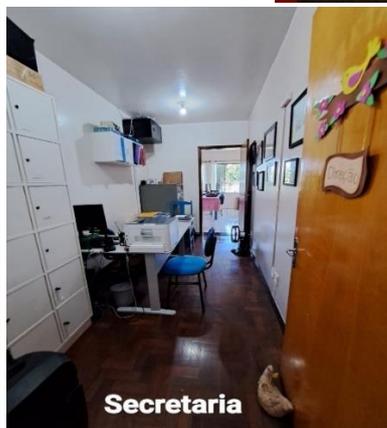
Sala de aula Berçário 2



Sala de aula Maternal 1



Sala de aula Maternal 2



Secretaria



Sala dos professores

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



No ano de 2023 foi aberto uma turma de Berçário I no período integral, uma turma de Berçário II no período da tarde, uma turma de maternal I de manhã e outra a tarde, uma turma de Maternal II de manhã e outra a tarde.

Contamos com um quadro de 16 funcionários, sendo 1 diretora, 2 merendeiras, 2 serviços gerais, 4 professoras efetivas, 4 professores PSS e 3 estagiárias. Hoje a estrutura física do CMEI conta com 4 salas de aulas todas com banheiros adaptados a faixa etária dos alunos, um lactário na sala do Berçário I, um almoxarifado, uma lavanderia, uma cozinha, um banheiro para professores, um refeitório, uma sala de professores e uma sala de direção. Na área externa temos um parquinho e um solário.

A lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) nº93,94/96 estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento de crianças de 0 à 5 anos, conforme o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo regida pela secretaria de educação (artigo 89 da LDB).

6.3.1.9.6. Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos

Histórico Da Instituição De Ensino

Centro Municipal de Educação Infantil Primeiro Passos Localizado: Avenida Nereu Ramos nº1136 Bairro: Vila Pasa Município: Matelândia CEP:85.887-000 TELEFONE: (45) 3262-8362. E-mail do Centro é primeirospassoscmei@hotmail.com.

O CMEI foi criado para atender as necessidades da comunidade, onde os membros familiares necessitavam sair para trabalhar e não havia um local adequado para deixarem seus filhos.

Diante da situação apresentada à comunidade juntamente com a Prefeitura Municipal de Matelândia veio através da Lei Municipal nº 613/87 implantar a Pré-escola Primeiros Passos em 07 de abril de 1988, com a resolução 4.319/87 e uma parceria do governo do Estado do Paraná, secretaria do Trabalho e Ação Social, FASPAR- Fundação de Ação Social do Paraná, associação de moradores do Jardim 228 Municipal, o qual pertencia à Secretaria de Assistência Social e passa a Secretaria de Educação, sendo o primeiro Centro de Educação Infantil do município de Matelândia - Pr conforme indicação do artigo 89 da LDB.

O Centro Municipal de Educação Infantil atendia aproximadamente quarenta crianças e contava com seis funcionários, tendo como diretora Valdirene Marcia Petry.



O Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos foi construído e inaugurado em 7 de abril de 1988, sendo o primeiro Centro de Educação Infantil do município, conforme a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) N^o. 9394/96 que estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento de crianças de 0 a 5 anos conforme o art. 54, IV do estatuto da criança e do adolescente (ECA), sendo regida pela secretaria de educação (art. 89 da LDB).

Caracterização

A construção era tipo alvenaria a área do terreno era de 483,25 metros quadrados contava com 209 metros quadrados de área construída, com três salas, uma cozinha, um banheiro e uma sala da direção, sendo que a partir do ano 2000 o Centro Municipal passa a atender em 04 salas atendendo a Berçário I, Berçário II, Maternal I e Maternal II, um banheiro masculino e um feminino, uma sala para direção, uma sala para realização da hora atividade, cozinha e refeitório, como também uma lavanderia.

No ano de 2016 o CMEI passou por uma reforma e atualmente 2017 o Centro conta com 216,27 m², com cinco salas, um refeitório, dois banheiros um feminino e um masculino, uma sala de professores, uma sala de direção, uma lavanderia e cobertura da rampa de acesso, atendendo aproximadamente 85 crianças, com 19 profissionais e está sob a direção de Viviane Argente dos Santos.

As vagas são dispostas conforme lista de espera do site da prefeitura municipal de Matelândia, no qual as famílias se dirigem aos Centros Municipais de Educação Infantil para realizarem as matrículas.

Quadro 6.6. Infraestrutura do CMEI Primeiros Passos.



Entrada do Cmei



Sala de aula



Sala de aula



Sala da Diretora



Cozinha



Sala de aula



Sala dos professores



Refeitório

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



6.3.1.9.7. Escola Municipal do Campo Marino Rossi

Histórico Da Instituição De Ensino

As atividades da Escola Municipal do Campo Marino Rossi, tiveram início no dia 1º de agosto de 1960, com o nome de São João Batista de La Salle nome este sugerido pelos irmãos missionários que passavam na época por essa localidade fazendo visitas e procurando jovens para irem ao Colégio Evangelista no Distrito de Céu Azul na época Município de Matelândia. Assim os pioneiros e a primeira professora aceitaram pelo fato do mesmo ser protetor dos professores.

Em 1964, o Sr. Marcelino Scopel, com demais moradores das famílias Bonatto e Rossi, construíram uma sala de madeira próxima a igreja, para que as crianças que ali moravam na época pudessem estudar e tiveram como primeira professora a Sr. Onorina Scopel, onde a qual trabalhava com turmas multisseriadas e iniciou com uma turma de 29 alunos.

Com o passar dos anos, houve aumento gradativo da população, o número de alunos cresceu, sendo então necessária a oferta de funcionamento em dois períodos, manhã e tarde. Em 1964 a escola possuía um total de 110 alunos divididos em três turmas.

Em 1967 foi construída a nova escola de madeira com duas salas de aula. Havia quatro turmas. Dois períodos e os professores eram responsáveis pela escola. Os mesmos faziam o lanche para as crianças e cuidavam da limpeza da escola.

A população continuou crescendo e o número de alunos aumentando, sendo então, construída mais uma sala de aula e a escola passou a funcionar em três períodos, havendo assim, o período intermediário. Esta ação não foi suficiente para suportar a demanda, por isso a comunidade em acordo com a Prefeitura Municipal de Matelândia entrou em contato com a FUNDEPAR, para a construção de um novo prédio escolar em Vila Marquesita.

Em 1976 iniciou-se a obra com: 4 salas, 1 secretaria, 4 banheiros, 1 sala de professores, saguão, 1 cozinha, 1 copa, almoxarifado e depósito de alimentos.

No dia primeiro de março do corrente ano, mesmo ainda incompleto o prédio novo, reiniciou-se as aulas, tendo como diretor o senhor Bruno Marcos Ferst e como secretária a senhora Ivani Pietrobon de Oliveira. A escola contava com 158 alunos de 1ª à 4ª séries e com seis professores (Irma Bonatto, Lorita Mazurana, Leonora Rissi, Verginia Smolareck, Luiz Ambrozio Pistore e Hermes Lazarotto).



A APM (Associação de Pais e Mestres) foi constituída no dia 22 de abril de 1979.

Com o passar do tempo tiveram início também as aulas de 5^a a 8^a série mantida até o ano de 1988 pela Prefeitura Municipal, e posteriormente em setembro de 1988 a escola passou a ser mantida pelo Governo do Estado do Paraná, através da Resolução n.º 2.862/88.

Atualmente os alunos são oriundos de diversas vilas próximas da Vila Marquesita. Alguns alunos chegam a percorrer 18 km para chegar a Escola, 90% (noventa por cento) dos educandos utilizam o transporte escolar e 10% (dez por cento) moram perto da escola.

Até 1993 a escola era mantida pelo Governo do Estado do Paraná e a partir de 1994 com a Municipalização do Ensino a escola passou a se chamar Escola Municipal Marino Rossi, em homenagem a um pioneiro que muito ajudou a comunidade. Nessa época a escola passou a ser mantida pela Prefeitura Municipal.

Em 2008 foi implantado o ensino de nove anos, sendo de forma gradativa até chegar ao 5º ano.

A Escola passou por várias nomenclaturas onde foi alterada a denominação da Escola Municipal Marino Rossi- educação Infantil e Ensino Fundamental no início de 2010 para Escola Rural Municipal Marino Rossi. E novamente foi alterada a pedido a denominação atual para Escola Municipal do Campo Marino Rossi educação Infantil e ensino fundamental. A instituição foi autorizada a funcionar pela Resolução n°3279/93 de 18/06/1993 e credenciada para oferta básica pela resolução n°588/13 de 06/02/2013.

Caracterização

Atualmente a Escola Municipal do Campo Marino Rossi Educação Infantil e Ensino Fundamental atende 23 alunos de infantil 4 e infantil 5 sendo multiseriada. A mesma atende 50 alunos distribuídos no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano.

A escola possui hoje 06 professores regentes de turma, professores de aulas especiais, 01 diretora, 01 cozinheira e 01 zeladora.

A Educação Infantil foi implantada em 1994. Através da Resolução:3918/94- DOE 16/08/94.

A escola é municipal, porém funciona no mesmo prédio a Escola Estadual São João Batista de La Salle no período da manhã e no período da tarde funciona a Escola Municipal do Campo Marino Rossi.



Tabela 6.11. Quantidade de alunos matriculados na Escola do Campo Marino Rossi

Etapa De Ensino	Alunos Matriculados
Educação Infantil 04 anos	10
Educação Infantil 05 anos	08
Ensino Fundamental 1º ano	11
Ensino Fundamental 2º ano	09
Ensino Fundamental 3º ano	16
Ensino Fundamental 4º ano	08
Ensino Fundamental 5º ano	12
Sala de Recurso	08

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

O prédio tem uma área total de 754,76m². Com capacidade público de 250 pessoas, com 8 salas de aula, uma sala de informática e uma biblioteca. Nessa área temos os banheiros masculinos e femininos e um banheiro adaptado para alunos com necessidades especiais. Temos o saguão onde serve para refeitório e apresentações culturais bem como a organização de filas no início da aula. A escola possui uma horta e o pátio é cercado. Também tem um parquinho com alguns brinquedos para as crianças brincarem.

A comunidade escolar é constituída pelo corpo docente, discente, pais e funcionários, todos protagonistas da ação em nosso estabelecimento de ensino.

A clientela da escola provém 100% da zona rural: Banco da Terra, Campo do Bahia, Fazenda Leão, Encruzilhada Gaúcha, Cantinho do Céu, Linha Bado, Vila Rural Sagrada Família, Bananal e da Vila Marquesita.

Noventa por cento dos nossos educandos, utilizam transporte escolar público, por morarem muito longe da escola e 10% vem à pé pelo fato de morarem próximos a Escola.

Quadro 6.7. Infraestrutura da Escola do Campo Marino Rossi.



Entrada da escola



Refeitório



Cozinha



Sala de Aula



Diretoria



Sala de Informática



Parque



Pátio Externo

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



Através de pesquisa realizada junto às famílias dos alunos constatou-se que de 61 alunos, 49 alunos moram com os pais, 7 alunos moram com as mães e 5 com os avós. Dessas famílias 80% possuem casa própria e 20% moram em casas alugadas. Quanto à renda das famílias foi verificado que 60 % recebem até um salário-mínimo, 25% tem renda de 1 a 3 salários e 15% dos alunos participam do Programa Bolsa Família.

Quanto ao nível de estudo dos pais temos 72% de pais que possuem o Ensino Fundamental 18% de Ensino Médio, 6% Ensino Superior e Especialização e 4% são analfabetos.

Das famílias de nossa escola 70% são católicos, 28 % são evangélicos e 2 % responderam ter outras religiões.

Na pesquisa ou na declaração da matrícula 40 % são declarados pardos e 60% são brancos. A expectativa da comunidade em relação a escola é uma oportunidade para que os mesmos possam melhorar suas perspectivas em relação ao seu futuro profissional e sua renda já que a grande parte da comunidade são de baixa renda.

6.3.1.9.8. Escola Municipal do Campo Professor Ebehardo

Histórico Da Instituição De Ensino

A Escola Municipal do Campo Professor Ebehardo, ao longo de sua história, passou por mudanças significativas e importantes, ligadas a necessidade de toda a comunidade de Agro Cafeeira. Estas transformações se deram desde a infraestrutura à organização Político-Pedagógica. O início da Escola Professor Ebehardo se dá concomitantemente a emancipação do município de Matelândia no ano de 1962, onde um grupo de pais da comunidade reivindicou a instalação da mesma na comunidade. Começou a funcionar em duas salas de madeira, construída pelo prefeito da época, Sr Ervin Hass. Estas duas salas serviam para a realização das atividades escolares, que principiou com um número de 90 alunos e apenas dois funcionários, atualmente contamos com 317 alunos. Os professores desta escola eram o Sr^o Ebehardo Arnoldo Fischdick e sua esposa, Sr^a Erna Suleck Fischdick. Estes assumem a escola a convite do prefeito por meio de seu sobrinho Édson Suleck, vereador o qual recebia visita de seu tio Ebehardo.

A escola não contava com estrutura física, então em 1962, foi criado o CPP - Círculo de Pais e Professores, atual APPS- Associação de Pais Professores e Servidores. No dia 07 de setembro, realizou-se a 1^a Festa Escolar, organizada pela CPP, com recursos destinados



a compra de materiais e à construção de moradia aos professores, espaço este com três salas, utilizado também para atividades escolares.

Tabela 6.12. Quantidade de alunos matriculados na Escola do Campo Professor Ebehardo em novembro /2023.

Etapa De Ensino	Alunos Matriculados
Educação Infantil 04 anos	53
Educação Infantil 05 anos	63
Ensino Fundamental 1º ano	62
Ensino Fundamental 2º ano	43
Ensino Fundamental 3º ano	48
Ensino Fundamental 4º ano	63
Ensino Fundamental 5º ano	25
Sala de Recurso	14

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Em 29 de março de 1962, reunidos comunidade, professores e administração municipal fundaram a Casa Escolar Rui Barbosa, atendendo as quatro séries primárias. A partir de 1982, passou a atender a demanda de pré-escola e, no ano seguinte a Casa Escolar passou a se chamar Escola Estadual Rui Barbosa.

Em 23 de abril de 1993, com a reordenação dos ciclos escolares, o ensino de primeiro grau passou a ser de responsabilidade do município, surgindo então a Escola Municipal Professor Ebehardo - Ensino de 1º Grau, no ano seguinte, denomina-se Escola Municipal Professor Ebehardo, Ensino Pré-Escolar e de 1º Grau.

Vale ressaltar que a Casa Escolar Rui Barbosa funcionou até 1978 nas dependências das três salas, construídas em madeira. Somente em outubro foi inaugurada uma construção em alvenaria com área de 1397,97M², em um terreno total de 8640,17M². A Escola Municipal Professor Ebehardo, funcionou de outubro de 1978, até dezembro de 2012 dividindo a infraestrutura, todo o espaço físico com a Escola Estadual Rui Barbosa,



que no início do ano letivo de 2013 se desmembrou para um prédio próprio à frente da estrutura da escola municipal.

Caracterização

Quando a Escola Estadual adquiriu prédio próprio, e nele se instalou a Escola Municipal Professor Ebehardo passou a contar com a seguinte estrutura física: 10 salas de aula, 01 sala de informática, 01 biblioteca, 01 secretaria, 01 sala para os professores, 01 banheiro para professores, 02 banheiros para alunos e alunas, saguão, cozinha e quadra coberta. Estes espaços físicos, não estavam em condições de garantir a segurança das crianças e um ensino de qualidade, uma vez que os espaços e estrutura eram obsoletas, desconectado do ideal para atender a um público de crianças de 04 a 10 anos, portanto, a necessidade de buscar uma escola com infraestrutura melhor para atender os anseios da comunidade, por meio do cadastramento no programa "PAR" (Plano de Ações Articuladas), o município foi contemplado com o recurso financeiro para a construção.

Hoje, estas dificuldades foram solucionadas, uma vez que o trabalho e atendimento aos alunos acontecem em uma nova estrutura, inaugurada no dia 03 de junho de 2016, oriunda de recursos federais e com colaboração de recursos municipais. A nova escola conta com uma área total de 8.000 m², sendo que deste total há uma área construída de 2.945m². O espaço construído é todo em alvenaria, conta com 03 blocos cada um com 04 salas de aula, há nesses blocos 12 banheiros masculinos e femininos. Além de 01 laboratório de ciências, 01 laboratório de informática e 01 sala para o grêmio estudantil. Possui também 01 cozinha, 01 auditório, 01 secretaria, 01 sala de professores, 02 banheiros para os professores, 01 auditório, 01 sala da diretoria, 01 sala da supervisão, 01 almoxarifado, 01 sala de multiuso e 01 biblioteca. Além disso, uma quadra coberta com vestiários e banheiros masculinos e femininos.

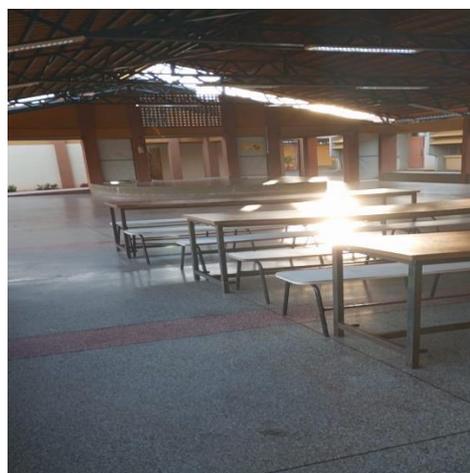
A nova escola está localizada na Rua: Francisco Rissato, nº 231, em Agro-Cafeeira no município de Matelândia. O nome é uma homenagem feita ao primeiro professor da Casa Escolar Rui Barbosa, o Sr Ebehardo Arnoldo Fischdick, que veio no início da década de 60 do Rio Grande do Sul para Matelândia, visitar seu sobrinho, mas a convite especial feito pelo prefeito da época, não titubeou aceitando o desafio de conduzir a primeira escola do distrito de Agro Cafeeira, a Casa Escolar Rui Barbosa, escola a qual dedicou 2 anos de sua docência e administração escolar, ao lado de sua esposa, também professora.

O mesmo veio a falecer no dia 09 de novembro de 1991, ainda exercendo sua função de professor.

Quadro 6.8. Infraestrutura da Escola Municipal do Campo Professor Ebehardo.



Entrada da escola



Refeitório



Sala de aula



Sala de aula

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Através da resolução N° 2884/13, a instituição de ensino passou a denominar-se Escola Municipal do Campo Professor Ebehardo – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Tal instituição foi autorizada a funcionar pela Resolução n° 3281/93, 18/06/1993 e credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução n° 577/13, de 06/02/2013.



Por meio da Lei nº 11.274/06, o art. 32 da LBD recebeu nova redação, que determinou a obrigatoriedade do ensino fundamental com duração de 9 (nove) anos, devendo seu início dar-se aos 6 (seis) anos de idade. O ensino fundamental com 9 anos de duração 1º ao 5º ano, autorizado pela Lei Federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que altera os art. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96 e pela Resolução nº 03, aprovada em 03 de agosto de 2005, tendo por base o Parecer nº 06/05, de 08 de junho de 2005, do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica, que define as normas nacionais para a ampliação do ensino fundamental para 9 (nove) anos de duração, com a antecipação da obrigatoriedade de matrícula no ensino fundamental aos seis anos de idade. O sistema de ensino poderá estabelecer o ponto de "corte" a ser obedecido no momento da matrícula, o município verifica e cumpre as normas e pareceres do Conselho Municipal de Educação.

6.3.1.9.9. Escola Municipal do Campo Duque de Caxias

Histórico Da Instituição De Ensino

A Escola Municipal do Campo Duque de Caxias - Educação Infantil e Ensino Fundamental foi criada no ano de 1959. Foi feito um convênio do Estado sob o governo de Moisés Luziam, na época, governador do Estado do Paraná e a Colonizadora Pinhos e Terras. A senhora Maria Faria foi nomeada para exercer o cargo de professora estadual regente, está só ficou uma parte do ano lecionando na escola, o ano letivo foi concluído pelo Senhor Tróis, que também só lecionou um ano, depois disso a escola ficou fechada, pois ela não possuía a documentação necessária para seu funcionamento.

Somente no ano de 1970 é que a escola passou a ser regular a partir do decreto nº3.921 datado em 16/07/1973, tendo como denominação Grupo Escolar Duque de Caxias, ano em que o senhor Francisco Lopes, prefeito de Foz do Iguaçu, enviou um ofício à Senhora Erina Maria Benini Sidor para assumir a escola que estava abandonada. Com o convite aceito a escola teve sua reabertura em 1º de setembro de 1970, tendo número de matrículas acima do esperado.

Com todo o crescente foco nos estudos, em 1972 os alunos foram aumentando e a escola chegou a ter um total de 207 alunos, sendo necessário contratar mais professores para readequar o quadro. A frente de toda esta demanda e mudança na quantidade de alunos atendidos estava a Inspetora de Ensino Gema Oro Sulzback, que através da mesma



resgatou-se os nomes dos seguintes professores: Zelma Alessi; Lenir de Vargas; Alzira Gonçalves dos Santos; Hélia T. de Almeida; Ana Okawa e Hanko Okawa, Elizabete Inagaki; Maria Bernardete Sidor; Délcia Ackermann; Alice Mitisugi; Joacir Teska e ainda uma zeladora, Sra. Maria da Conceição Faria, (falecida).

Caracterização

As constantes mudanças ocorridas em meados de 1976 no setor industrial, trabalhista, agropecuário, de construção, enfim em toda a sociedade, a escola deixa de ter sua estrutura de madeira e passa a ser de alvenaria, sendo a escola contemplada com duas salas de aula.

Com o passar dos anos, as leis e regulamentações para funcionamento da instituição foram sendo adequada a legislação vigente, assim no ano de 1984 através da Resolução nº6.447/84 de 20/08/1984 foi autorizada a funcionar a Escola Estadual Rural Duque de Caxias, resultante da reorganização do Grupo Escola Duque de Caxias, concedida pelo prazo de (5) anos, com efeito retroativo ao ano de 1980, inclusive, para ministrar o ensino correspondente às (4) primeiras séries do 1º grau.

Em 1989 as aulas ministradas para as quatro primeiras séries de 1º grau foram suspensas, e somente pela resolução nº2.684/88 é que enfim a Escola Rural Municipal Duque de Caxias pode ofertar o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau.

A partir de 1986, devido ao êxodo rural, os alunos foram diminuindo, as famílias iam embora para outros estados em busca de alternativas de trabalho. Devido às dificuldades financeiras, o número de filhos por casal diminuiu, sendo assim, as matrículas também, até chegar em 1997, ano este que contou com apenas 37 alunos estudando na escola.

No ano de 1994 a partir da Resolução nº3.919/94 de 02/08/1994 novamente por uma reestruturação da educação a Escola passou a atender alunos da Educação Infantil, sendo a mesma revogada a cada cinco anos.

O êxodo rural acabou fechando pequenas escolas que conseqüentemente enviaram seus alunos para a Escola Duque de Caxias, estas foram a Escola Rural Municipal Princesa Isabel do Rio Xaxim, a Escola Rural Municipal São Roque e a Escola Rural Municipal Sete de Setembro da Vila Brasil, sendo fechadas no ano de 1998.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Com um novo Projeto do Governo, a construção da Vila Rural-Santa Maria no ano de 1998, próximo à comunidade de Vila Esmeralda, estabeleceram-se novas famílias e o número de alunos aumentou, tendo assim matriculados nesse ano 68 alunos de Jardim III a 4ª série. Com a diminuição do número de alunos no ano de 2005, a escola passou a atender somente no período da manhã, para reduzir gastos com transporte escolar e alimentação.

Em 2013 Com a resolução nº3.074/13, alterou-se a nomenclatura da Escola passando a ser denominada Escola Municipal do Campo Duque de Caxias - Educação Infantil e Ensino Fundamental. Esta tem passado por várias mudanças em seu espaço físico, como já relatado anteriormente era construída em madeira, foi sendo aos poucos construída em alvenaria. Em 2004, foi construída uma sala de multiuso, com cozinha e na sala onde era a cozinha passou a funcionar a secretaria.

Em 2007 houve uma reforma e ampliação das instalações. Os banheiros foram ampliados, foi construída uma lavanderia, e um almoxarifado. Neste mesmo ano houve a reforma do parquinho. O prédio também recebeu uma nova pintura.

Devido à necessidade de um novo espaço, passou por novas mudanças em 2012, a sala de multiuso foi dividida resultando assim em três salas onde hoje funciona laboratório de informática, sala de leitura e sala dos professores.

No decorrer de 2015, foram trocados todos os cercados da escola que estavam precários causando riscos aos alunos, o parquinho recebeu uma nova pintura, as casinhas de bonecas foram reformadas e pintadas bem como os brinquedos. Foi construída uma calçada que facilita o acesso do portão até a entrada da escola já sinalizada visando à acessibilidade, também foram instalados guarda-corpo nos corredores que ofertavam maior risco aos alunos. Em 2016 houve a troca de todos os pisos das salas de aula, realizou-se também a troca das cortinas que estavam em péssimas condições.

No início do ano atual de 2017, a escola passou por uma pintura de todo o prédio, tanto interna quanto externa, realizou-se troca de portas e a cozinha passou por uma reforma recebendo pia nova, bancadas e prateleiras de concreto. Houve uma mudança de ambiente, a sala de leitura foi reorganizada no espaço onde era a secretaria e a secretaria passou a funcionar onde era sala de leitura.



Em 2018 a escola passou a trabalhar nos dois períodos, matutino com as turmas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental e vespertino com as turmas de Pré I e Pré II. Em 2019 a escola passou a trabalhar em dois períodos (matutino e vespertino) atendendo no período da manhã as turmas de 2º ao 5º ano e no período da tarde do Infantil IV ao 1º ano.

Atualmente a escola conta com 118 alunos matriculados. Sua indicação de funcionamento é de acordo com a resolução Nº 2.864/88 de 21/09/1988. Trabalhando no período matutino (com as turmas de 2º aos 5º anos) e vespertino (com as turmas de infantil IV ao 1º ano) atendendo sete (07) turmas.

Tabela 6.13. Quantidade de alunos matriculados na Escola do Campo Duque de Caxias em novembro/2023.

Etapa De Ensino	Alunos Matriculados
Educação Infantil 04 anos	22
Educação Infantil 05 anos	17
Ensino Fundamental 1º ano	24
Ensino Fundamental 2º ano	32
Ensino Fundamental 3º ano	11
Ensino Fundamental 4º ano	25
Ensino Fundamental 5º ano	27
Sala de Recurso	13

Fonte: Secretaria de Educação, 2023

Quadro 6.9. Infraestrutura da Escola Municipal do Campo Duque de Caxias.



Entrada da escola



Sala de aula



Sala dos Professores



Diretoria



Refeitório

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Por meio da Lei nº 11.274/06, o art. 32 da LBD recebeu nova redação, que determinou a obrigatoriedade do ensino fundamental com duração de nove anos, devendo seu início dar-se aos seis anos de idade. O ensino fundamental com nove anos de



duração 1º ao 5º ano, autorizado pela Lei Federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que altera os art. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96 e pela Resolução nº 03, aprovada em 03 de agosto de 2005, tendo por base o Parecer nº 06/05, de 08 de junho de 2005, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, que define as normas nacionais para a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, com a antecipação da obrigatoriedade de matrícula no ensino fundamental aos seis anos de idade. O sistema de ensino poderá estabelecer o ponto de "corte" a ser obedecido no momento da matrícula, o município verifica e cumpre as normas e pareceres do Conselho Municipal de Educação.

O estabelecimento de ensino é mantido pela Prefeitura Municipal de Matelândia, situada na Avenida Duque de Caxias nº 800 e administrada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

6.3.1.9.10. Escola Municipal Dom Bosco

Histórico Da Instituição De Ensino

A atual Escola Municipal Dom Bosco Educação Infantil e Ensino Fundamental foi criada em 1952 em convênio com a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu na gestão do Prefeito Francisco Guaraná de Menezes, com o nome de Escola Isolada de Matelândia, localizada na Avenida Borges de Medeiros, primeira avenida do município. A escola foi criada para atender os filhos de pioneiros que chegaram em 1950. Do ano de sua criação até 1962 a escola foi mantida pela Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Em 10 de dezembro de 1962, pelo Decreto nº 10246/62 foi criado o Grupo Escolar de Matelândia nº 01, tendo como primeira diretora a Senhora Alda Terezinha Demoliner Muraro. Conforme ata de Reunião de Pais e Mestres, realizada em 24 de abril de 1969 foi escolhida, por votação secreta de funcionários e pais, como Patrono da Escola o grande Educador “Dom Bosco”, que via a Educação como caminho para resgatar jovens da pobreza. Então pelo Decreto nº 17410/69 de 22 de novembro de 1969 a Escola passou a chamar-se Grupo Escolar Dom Bosco e sua diretora era a Professora Maria Ferronato. Esta escola era de madeira e alvenaria de propriedade do Estado, com sete salas de aula, sala da direção, secretaria, almoxarifado, cantina, pátio com parte da área coberta.

Conforme Decreto nº 4560 de 20 de janeiro de 1978, o Grupo Escolar Dom Bosco passou a denominar-se Escola Dom Bosco – Ensino de 1º Grau.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



A Escola passou a funcionar na Rua Marechal Floriano nº 964, telefone 3262-1181, inaugurada em 13/10/1978. Contando na época com 776 alunos sendo prefeito do município o Sr. Roldão Senger e Governador do Estado o Sr. Jaime Canet Junior. A diretora da Escola era a Sr^a Geni Antônia Missio.

Com a construção de um novo prédio em alvenaria com 350m² de área construída e 2500m² de área livre, esse prédio contava com 13 salas de aula, banheiros feminino e masculino para alunos, dois banheiros para professores e dois banheiros para demais funcionários, sala para direção, biblioteca, sala dos professores, secretaria, cozinha, cantina, almoxarifado e pátio para recreação. O novo prédio tinha capacidade prevista para 500 alunos e no ano de 1977 havia uma previsão de 200 matrículas.

No ano de 1982, foi publicada no Diário Oficial a Resolução nº 2787182, que autorizava funcionar o Colégio Dom Bosco Ensino de 1º e 2º Grau, resultante da reunião das Escolas: Normal Colegial Estadual Manuel Ribas, do Colégio Comercial Estadual de Matelândia. Ficando assim o Estabelecimento autorizado a ministrar as habilitações plenas de Magistério e básicas em Agropecuária e em Comércio no período noturno, assim como o ensino de 1ª à 4ª série nos períodos matutino e vespertino.

A Escola funcionou com essa denominação e organização até o ano de 1992, quando houve a municipalização do ensino das quatro primeiras séries do 1º Grau, que era mantida pelo Governo do Estado do Paraná e, a partir da Resolução nº 5152/92 passa a ter como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Matelândia e em 1994, fica autorizado o funcionamento da Educação Infantil nas escolas municipais.

Em julho de 1999 foram construídas duas novas salas onde uma funciona o Laboratório de Informática e a outra como sala de vídeo.

Em 2003/2004 foi construído a Sala de Multiuso e a quadra passou por melhorias e foi coberta. Alguns anos mais tarde, a quadra recebeu alambrado e proteção de chapas de aço nas suas colunas.

Em 2008, em uma parceria com o município foi instalado nas dependências da escola a Faculdade Fama, com funcionamento no período noturno.

De acordo com a Resolução 3120/98 de 31 de agosto de 2008 fica autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental de (1º ao 5º ano), sem mudanças no espaço físico. No ano letivo de 2017 a Escola Dom Bosco oferece a Educação Infantil 4 e



infantil 5, Educação Especial e os anos iniciais do Ensino Fundamental para 446 (quatrocentos e quarenta e seis) alunos matriculados.

No ano Letivo de 2019 a Escola Municipal Dom Bosco possuía Educação Infantil 4 e 5 anos, Educação Especial (Classe Especial, CAEDV) Sala de Recurso Multifuncional, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, com total de 447 alunos. Neste ano a escola possui 48 funcionários: professores, secretária, estagiários, zeladoras, bibliotecária e cozinheiras.

No ano Letivo de 2020 a Escola Municipal Dom Bosco possuía Educação Infantil 4 e 5 anos, Educação Especial (Classe Especial) Sala de Recurso Multifuncional I e II, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, com total de 444 alunos. Neste ano a escola possui 51 funcionários: professores, secretária, estagiários, zeladoras, bibliotecária e cozinheiras.

Caracterização

A diversidade cultural, econômica e religiosa, proveniente de diferentes localidades rurais e urbanas reflete-se na Escola e na forma de agir dos alunos, pais e professores e funcionários, enfim de toda a comunidade escolar.

Essas diferenças são minimizadas, pois nosso quadro de professores é composto por profissionais formados e com pós-graduação na área de Educação, que frequentam a formação continuada oferecida pela Secretaria da Educação. No ano de 2019 os professores de 1º e 2º ano participam do programa Mais alfabetização faz a prova Brasil, Prova de Fluência somente alunos de 2º ano, e recebem apoio pedagógico de professores temporários para auxiliar esses alunos em sala de aula.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever, onde antes era até o terceiro ano. Conforme o Art.30 da Resolução 07 de 14 de dezembro de 2010. A partir da implementação da Base, toda criança deverá estar plenamente alfabetizada até o fim do 2º ano.

Levando em consideração o que traz a base, referente à alfabetização, é importante ressaltar que não pode se haver interrupção do primeiro para o segundo ano, sendo esse um ciclo automático sem reprovações e importantíssimo no processo de conclusão da alfabetização.



Portanto, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, o foco da ação pedagógica deve ser a alfabetização. Isso é sistematizado pela BNCC nos tópicos abaixo, que mostram as competências e as habilidades envolvidas no processo de alfabetização, e que a criança deve desenvolver: Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação);

Os 5º anos participam do Programa Prova Paraná que foi realizada com alunos de 5º anos, em três edições, nas disciplinas de Português e matemática, onde os alunos apresentaram menor índice de acertos na disciplina de Português.

A nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da escola, embora não tenha aumentado, está acima da meta projetada. Os resultados da Prova Brasil em Matemática e Português também não apresentaram evoluções consideráveis. Temos índices de reprovações, alunos com dificuldades de aprendizagem e alunos com faltas em excesso sem justificativas. Pessoas com necessidades especiais são integrantes do sistema de ensino da escola.

A Escola dispõe de profissionais com habilitação e especialização para atender essa clientela. Na escola temos alunos inclusos e com deficiências mentais. Os alunos que estão na Classe Especial têm garantido o calendário letivo escolar e a carga horária regular, crianças com Autismo contam com professor de apoio PAEE (Professor de Apoio Educacional Especializado).

Em pesquisa realizada com a família 95% dos pais demonstraram compreender a importância da Escola na vida de seus filhos e do acompanhamento da família na escola e 5% não responderam.

A escola possui alunos com dificuldades em assimilar os conteúdos. O Apoio à Aprendizagem é uma ferramenta de inserção social que oportuniza a recuperação da aprendizagem para evitar a reprovação e recuperar conteúdos não assimilados. A formação continuada é entendida como mudança das práticas dos docentes e possibilita a experimentação do novo e diferente, a partir das experiências profissionais que ocorrem neste espaço. Sendo assim, os professores sentem a necessidade que a formação continuada seja valorizada com cursos específicos para cada área e embasada no Currículo da AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná).

Para uma melhor assimilação de conteúdo, os professores desenvolvem aulas



utilizando recursos tecnológicos variados, possui sala de recurso Multifuncional, para atender alunos com maiores dificuldades (alunos que apresentam laudo e avaliação psicopedagógica).

Tabela 6.14. Quantidade de alunos matriculados na Escola Municipal Dom Bosco, em novembro /2023.

Etapa De Ensino	Alunos Matriculados
Educação Infantil 04 anos	62
Educação Infantil 05 anos	57
Ensino Fundamental 1º ano	61
Ensino Fundamental 2º ano	44
Ensino Fundamental 3º ano	35
Ensino Fundamental 4º ano	48
Ensino Fundamental 5º ano	55
Sala de Recurso	26
Classe Especial	07

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedade.

Com o intuito de incentivar o hábito e o gosto pela leitura e o interesse pelo “pesquisar” nossa Escola possui uma biblioteca com o acervo bibliográfico amplo e variado para alunos e professores. O espaço físico também possibilita que os alunos possam elaborar pesquisas e realizar trabalhos em grupos, nesse espaço há também uma sala para vídeos onde professor e alunos aprofundam o conteúdo com vídeos e filmes pedagógicos.

Quadro 6.10. Infraestrutura da Escola Municipal Dom Bosco.



Entrada da escola



Sala de supervisão



Diretoria



Sala de hora atividade



Refeitório



Cozinha



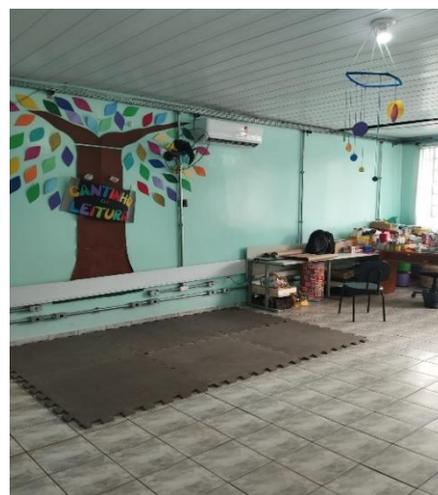
Sala de Leitura



Sala dos Professores



Sala de Aula



Sala de Aula



Sala de Aula



Sala de Aula



Em 2019 foi organizada uma sala de jogos pedagógicos variados e Projetor Multimídia, para realizar palestras e atividades referentes aos conteúdos com acesso as mídias tecnológicas no contexto escolar.

Os espaços para brincadeiras, atividades ao ar livre e aulas de Educação Física são variados; quadra coberta, gramado com arvoredo, sala de multiuso, parquinho, uma praça pública na região próxima da Escola.

O cardápio da merenda escolar é elaborado pela nutricionista da Secretaria da Educação. A merenda é adquirida no comércio e produtores locais do Município.

6.3.1.9.11. Escola Municipal Dom Pedro II

Histórico Da Instituição De Ensino

A atual Escola Municipal Dom Pedro II – Educação Infantil e Ensino Fundamental, foi construída em 1965 com verba da Fundepar. Após concluída, a obra foi recebida pelo Inspetor Regional de Foz do Iguaçu, Senhor Afonso Locks em 1967. Na mesma data o prédio foi doado ao Estado.

Foi criado então o Grupo Escolar nº 2 que iniciou suas atividades em 1968. Na época sob a direção da Irmã Maria Ferronato, a escola possuía um pavilhão com três salas de aula, cozinha e banheiros. Tendo matriculados 148 alunos distribuídos em 5 turmas, sendo duas turmas de 1º ano, uma de 2º ano, uma de 3º ano e uma de 4º ano, funcionando nos períodos manhã e tarde. Contava com 7 funcionários, diretora, cinco professores e uma auxiliar de serviços gerais.

Em 1969 passou a denominar-se Casa Escolar Dom Pedro II. Conforme ata de reunião de pais e mestres, realizada em 24/04/1969, foi escolhido como patrono da escola o Imperador Dom Pedro II.

Em 1976, foi implantada a reforma do ensino, o ensino regido pela lei 5.692/71, cujo plano de implantação foi aprovado pelo parecer nº 089/77 do Departamento de Ensino de 1º grau, homologado pela Resolução nº 1740/77 de 22.09.77, publicado no diário oficial nº 142.

Em 1978 passa a chamar-se Escola Dom Pedro II – Ensino de 1º Grau.

No período de 1980 a 1983, a Escola funcionou pela autorização de funcionamento, resolução nº 3.910/82, podendo ministrar as quatro séries do 1º grau.



No ano de 1982 a escola foi ampliada, foi construído mais um pavilhão com 5 salas, uma sala para a secretaria e direção, sala para supervisão, banheiros novos e saguão coberto que uniu os dois pavilhões. A partir de 1983 mudou para Escola Estadual Dom Pedro II – Ensino de 1º Grau. Em 1984 funcionou conforme autorização de funcionamento, resolução nº790/84, de 09.03.84, prorrogada por cinco anos, a partir do dia 09.03.84, para ministrar as quatro primeiras séries do 1º grau. Em 30/12/1992 a escola passa a denominar-se Escola Municipal Dom Pedro II – Ensino de 1º Grau, para ser mantida pela Prefeitura Municipal.

Em 1994 mudou para Escola Municipal Dom Pedro II – Ensino Pré – Escolar e de 1º Grau, ficando assim autorizado o funcionamento da Educação Infantil nas escolas municipais.

A partir de 1998 a escola passa a denominar-se como é atualmente, Escola Municipal Dom Pedro II – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

No ano de 2007 a escola passou a ofertar a Educação de Jovens e Adultos – EJA no período noturno. No primeiro ano de funcionamento formou-se duas turmas de 1ª etapa, uma turma de 2ª etapa, uma turma de 3ª etapa e uma turma de 4ª etapa totalizando 76 alunos, que eram atendidos por cinco professores.

Atualmente temos matriculados na EJA 17 alunos assim distribuídos: 7 alunos na 1ª etapa, 2 alunos na 2ª etapa, 5 alunos na 3ª etapa e 3 alunos na 4ª etapa. Sendo atendidos por uma professora. O Ensino Fundamental de nove anos foi implantado progressivamente a partir de 2008.

No ano de 2012 a escola passou por uma reforma; foram construídos banheiros novos; o saguão foi ampliado.

Atualmente a escola possui 7 salas de aula; 4 banheiros femininos e 4 masculinos; biblioteca; laboratório de informática, sala dos professores, sala para os professores fazerem hora atividade, secretaria, sala da direção e coordenação, banheiro para funcionários, saguão, refeitório, cozinha dispensa, lavanderia.

Em 2014 foi construída uma quadra coberta com recurso do governo Federal.

Os diretores da Escola Municipal Dom Pedro II de 1968 até a presente data:

- Irmã Maria Ferronato – 1968



- Branca Aurora Sauthier – 1969 a 1970
- Pascoalina Martine Vitorino – 1971 a 1972
- Adelinda Maria Venturi – 1973 a 1974
- Udila Casagrande Cozer – 1975 a 1977
- Dalva Fontana Tonin – 1978
- Terezinha Panizzon – 1979
- Dalila Elizia Pinheiro (diretora substituta) – 1980
- Maria R. Oliveira – 1981 a 1982
- Dalila Elizia Pinheiro – 1983 a 1986
- Zenita Israel – 1987 a 1989
- Maria Emilia Hass – 1990 a 1994
- Unira Maria Rinaldi – 1995 a 1998
- Ivania Guerini Camargo – 1999 a 2002
- Roseli D'Agostini – 2003 a 2006
- Leonice Croda – 2007 a 2013
- Roseli D'Agostini – 2014 a 2018
- Clair de Melo – 2019 a 2020
- Clair de Melo – 2021 a 2023

Caracterização

A Escola atende alunos do bairro São Cristóvão onde situa-se a escola, dos bairros próximos como Vila Sapo, Vila Pazza, e comunidades do interior do município.

Para a realização do diagnóstico foram encaminhados para as famílias 177 questionários os quais foram utilizados para construir a Pesquisa Censitária Diagnóstica. No questionário contém questões de ordem socioeconômicas. Dos 177 questionários enviados; 175 foram respondidos sendo que 2 questionários voltaram em branco.



Quanto à constituição familiar dos alunos; 136 das famílias são constituídas por pai, mãe e irmãos 26 alunos vivem apenas com a mãe, uma minoria vive apenas com o pai sendo 2 alunos, 5 alunos com os avós, 5 com a mãe e padrasto.

Conforme pode ser observado nos gráficos abaixo as casas agregam em média de 3 a 6 pessoas, sendo estas na sua maioria própria e a maior parte das famílias sobrevivem com até 2 (dois) salários mínimos.

De acordo com a pesquisa cerca de 35% dos alunos são oriundos da zona rural, utilizando o transporte escolar para se locomoverem até a escola. Na Zona Urbana 40% dos alunos moram no Bairro São Cristóvão, onde fica localizada a escola. Os demais pertencem aos bairros vizinhos, conforme pode ser visualizado no gráfico, utilizando transporte próprio, particular ou vindo a pé para a escola.

Tabela 6.15. Quantidade de alunos matriculados na Escola Municipal Dom Pedro II, em novembro /2023.

Etapa De Ensino	Alunos Matriculados
Educação Infantil 04 anos	32
Educação Infantil 05 anos	37
Ensino Fundamental 1º ano	21
Ensino Fundamental 2º ano	43
Ensino Fundamental 3º ano	48
Ensino Fundamental 4º ano	25
Ensino Fundamental 5º ano	35
Sala de Recurso	16
EJA	10

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Quadro 6.11. Infraestrutura da Escola Municipal Dom Pedro II.



Entrada da escola



Biblioteca



Diretoria



Saguão



Refeitório



Cozinha



Sala de Aula

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



6.3.1.9.12. Escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Neto

Histórico Da Instituição De Ensino

A busca por empregos e o aumento da população do município, trouxe para a cidade muitas famílias. O Bairro Jardim Itália, formou-se pela construção de mais ou menos cem (100) casas populares construídas em regime de mutirão e outras moradias que foram se formando no bairro, aumentando assim o número de crianças em idade escolar. Na maioria Crianças provenientes de famílias de baixa renda.

No ano de 1986 foi implantado no Bairro o projeto denominado “Educação e Trabalho”, por ser um local com muitas crianças e adolescentes sem estímulos para frequentar a escola permanecendo a maior parte do tempo nas ruas. O Projeto funcionava em regime de Simi internato, atendendo crianças e adolescentes onde realizavam atividades de preparação ao trabalho, além de ganhar alimentação e cuidados com higiene, mas para estudar tinham que se locomover até a escola Dom Pedro II, sendo difícil o acesso por ser uma escola longe do bairro. Para melhorar o atendimento as crianças e aliar o trabalho e o estudo, decidiu-se criar uma escola dentro do projeto.

As atividades na Escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Mello tiveram início em abril de 1992, atendendo alternadamente a 1ª e 2ª série em uma única sala de aula tendo como professoras regentes, Edina Maria Carneiro na 2ª série e Edilene Aparecida Facci Cardoso na 1ª série. A escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Mello foi criada com essa denominação, através do Decreto Municipal nº 786/92 de 04/03/1992, através da resolução nº 3.459/92 de 09/11/92 obtendo a Autorização de Funcionamento para a Educação Infantil e Ensino Fundamental– 1ª a 4ª séries/ regime de 8 anos. Com 67 alunos matriculados ao todo, no ano de 1994 a escola passou a atender alunos de 3ª e 4ª série. Tinha como diretora a Professora Sirlei Baccin, supervisora a Professora Maria B. Betinelli, secretária Marineuza Pôgere.

A escola recebeu este nome, para homenagear o senhor Cassiano da Veiga Mello, por ter sido um homem, dedicado e disposto a ajudar a comunidade. Além de suas atividades diárias ajudava a comunidade nos momentos de folga. O senhor Cassiano foi o principal incentivador para a construção da escola

No início a escola funcionava juntamente com o Projeto em uma sala cedida pela Associação de Moradores, mas com o aumento dos alunos, houve a necessidade de construir um prédio para a escola. Isso foi construído e a inauguração aconteceu em 20



de maio de 1994. Com o passar dos anos os alunos foram aumentando havendo a necessidade da ampliação do espaço físico da escola. No ano de 2000 foi construído o saguão e refeitório, uma cozinha com dispensa e lavanderia. Em 2008 ocorreu a implantação do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano/regime de nove anos, através da Resolução nº 2.623/08 de 17/09/2008. No ano de 2012 aconteceu a reforma dos banheiros a construção da quadra de esportes e a pintura externa do prédio. No ano de 2018 foi feita a reforma no interior e exterior das salas de aula, como troca de pisos, forração, paredes e pintura, também foi colocado o forro no saguão e também a pintura do muro ao redor da escola, melhorando assim o ambiente escolar.

Atualmente a escola atende, uma turma de infantil 4, duas de infantil 5, duas turmas de 1ºano, duas turmas de 2º ano, uma turma de 3º ano, uma turma de 4º ano e uma turma de 5º ano, e uma Sala de Recursos Multifuncional, tendo um total de 193 alunos matriculados. A escola está sob a Direção da professora Verediana Debastiani Dalmás, a supervisão de Vera Lúcia Wuerges Vargas e Alda Cristina de Oliveira Ferrari. O corpo docente está formado por 13 professoras regentes, uma professora de Sala de Recurso, duas merendeiras e três zeladoras.

A Educação em Tempo Integral com Ampliação de Jornada será ofertada no ano de 2024, para atender alunos de 1º ao 5º ano, com turno parcial e Ampliação de jornada no contraturno, com o objetivo de abranger maiores possibilidades de aprendizagem aos alunos, ampliando e diversificando os espaços, bem como as oportunidades de estudo, afastando as crianças de situações de risco, alimentação saudável.

A oferta da Educação Integral com Ampliação de Jornada Escolar será feita mediante o desenvolvimento de atividades, cuja proposta seja articulada com os conhecimentos e habilidades trabalhados pelos componentes curriculares do ensino regular, o acompanhamento pedagógico, reforço e aprofundamento da aprendizagem, da cultura, esporte e lazer

Serão atendidos no contraturno os alunos de 1º ao 5º ano de acordo com a necessidade verificada pela Secretaria de Educação, da escola e da comunidade escolar, formando turmas com mais de uma série/ ano, se necessário. Os alunos terão duas matrículas no Sistema de Registro Escolar (SERE): uma para Turno Regular - turno escolarização: e outra para ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares Complementares- contraturno;



Caracterização

As atividades na Escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Mello tiveram início em abril de 1992, atendendo alternadamente a 1ª e 2ª série em uma única sala de aula tendo como professoras regentes, Edina Maria Carneiro na 2ª série e Edilene Aparecida Facci Cardoso na 1ª série. A escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Mello foi criada com essa denominação, através do Decreto Municipal nº 786/92 de 04/03/1992, através da resolução nº 3.459/92 de 09/11/92 obtendo a Autorização de Funcionamento para a Educação Infantil e Ensino Fundamental- 1ª a 4ª séries/ regime de 8 anos. Com 67 alunos matriculados ao todo, no ano de 1994 a escola passou a atender alunos de 3ª e 4ª série. Tinha como diretora a Professora Sirlei Baccin, supervisora a Professora Maria B. Betinelli, secretária Marineuza Pôgere.

A escola recebeu este nome, para homenagear o senhor Cassiano da Veiga Mello, por ter sido um homem, dedicado e disposto a ajudar a comunidade. Além de suas atividades diárias ajudava a comunidade nos momentos de folga. O senhor Cassiano foi o principal incentivador para a construção da escola

No início a escola funcionava juntamente com o Projeto em uma sala cedida pela Associação de Moradores, mas com o aumento dos alunos, houve a necessidade de construir um prédio para a escola. Isso foi construído e a inauguração aconteceu em 20 de maio de 1994. Com o passar dos anos os alunos foram aumentando havendo a necessidade da ampliação do espaço físico da escola. No ano de 2000 foi construído o saguão e refeitório, uma cozinha com dispensa e lavanderia. Em 2008 ocorreu a implantação do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano/regime de nove anos, através da Resolução nº 2.623/08 de 17/09/2008. No ano de 2012 aconteceu a reforma dos banheiros a construção da quadra de esportes e a pintura externa do prédio. No ano de 2018 foi feita a reforma no interior e exterior das salas de aula, como troca de pisos, forração, paredes e pintura, também foi colocado o forro no saguão e também a pintura do muro ao redor da escola, melhorando assim o ambiente escolar.

Atualmente a escola atende, uma turma de infantil 4, duas de infantil 5, duas turmas de 1ºano, duas turmas de 2º ano, uma turma de 3º ano, uma turma de 4º ano e uma turma de 5º ano, e uma Sala de Recursos Multifuncional, tendo um total de 193 alunos matriculados. A escola está sob a Direção da professora Verediana Debastiani



Dalmás, a supervisão de Vera Lúcia Wuerges Vargas e Alda Cristina de Oliveira Ferrari. O corpo docente está formado por 13 professoras regentes, uma professora de Sala de Recurso, duas merendeiras e três zeladoras.

A Educação em Tempo Integral com Ampliação de Jornada será ofertada no ano de 2024, para atender alunos de 1º ao 5º ano, com turno parcial e Ampliação de jornada no contraturno, com o objetivo de abranger maiores possibilidades de aprendizagem aos alunos, ampliando e diversificando os espaços, bem como as oportunidades de estudo, afastando as crianças de situações de risco, alimentação saudável.

Tabela 6.16. Quantidade de alunos matriculados na Escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Neto, em novembro /2023.

Etapa De Ensino	Alunos Matriculados
Educação Infantil 04 anos	22
Educação Infantil 05 anos	32
Ensino Fundamental 1º ano	36
Ensino Fundamental 2º ano	36
Ensino Fundamental 3º ano	21
Ensino Fundamental 4º ano	21
Ensino Fundamental 5º ano	20
Sala de Recurso	6

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

A oferta da Educação Integral com Ampliação de Jornada Escolar será feita mediante o desenvolvimento de atividades, cuja proposta seja articulada com os conhecimentos e habilidades trabalhados pelos componentes curriculares do ensino regular, o acompanhamento pedagógico, reforço e aprofundamento da aprendizagem, da cultura, esporte e lazer.

Quadro 6.12. Infraestrutura da Escola Municipal Vovô Cassiano da Veiga Neto.



Entrada da escola



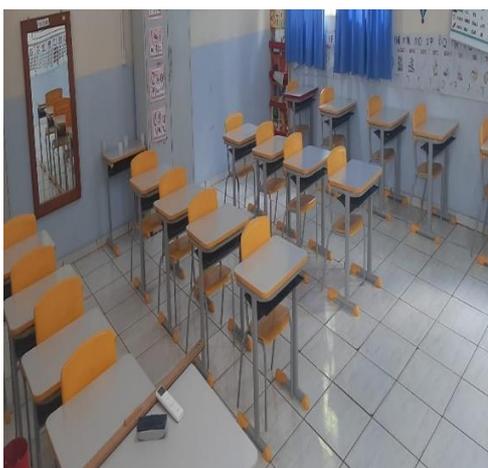
Sala dos Professores



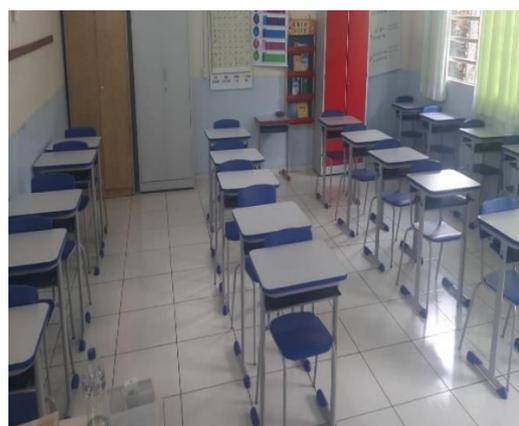
Diretoria



Sala de recurso



Sala de Aula



Sala de Aula

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.



Serão atendidos no contraturno os alunos de 1º ao 5º ano de acordo com a necessidade verificada pela Secretaria de Educação, da escola e da comunidade escolar, formando turmas com mais de uma série/ ano, se necessário. Os alunos terão duas matrículas no Sistema de Registro Escolar (SERE): uma para Turno Regular - turno escolarização: e outra para ampliação de Jornada Escolar com Atividades Curriculares Complementares- contraturno;

6.3.1.9.13. Escola Municipal Claudino Zanon

Histórico Da Instituição De Ensino

Em 1987 deu-se início a construção de 30 casas em sistema de Mutirão no bairro Vila Nova, na cidade de Matelândia. Os pais de famílias que se instalaram nessas casas sentiram a necessidade e a importância em ter uma escola para atender aos seus filhos, já que outras escolas eram muito afastadas do bairro, sendo assim, no ano de 1992 a escola começou a funcionar. Em reunião decidiu-se que a escola teria como primeiro local de funcionamento as dependências do Centro Comunitário do Bairro Vila Nova, no início atenderia somente crianças de 1ª e 2ª séries. Neste ano de (1992), iniciou-se com 57 alunos matriculados, sendo 25 de 1ª série e 32 de 2ª série que de forma gradativa foram para 3ª série (1993) e 4ª série (1994), até funcionarem todas as séries.

A Escola Municipal Claudino Zanon, foi autorizada a funcionar pela Resolução 3.454/92 de 19 de outubro de 1992, considerando os termos da Lei Federal 5692/71, de 11 de agosto de 1971 e o cumprimento dos requisitos contidos nas Deliberações nº 30/80 e nº 51/82, do Conselho Estadual de Educação. As autorizações de funcionamento atuais Renovadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Sala de Recurso tipo 1, são as seguintes: Resolução nº 4064/2017 Renovação de autorização de funcionamento da Sala de Recurso Tipo 2. Resolução nº 3918/2016 Renovação de autorização para funcionamento para Educação Infantil. Resolução nº 6296/2017 Renovação de funcionamento para oferta do Ensino Fundamental I (anos Iniciais).

Para dirigir e organizar a escola indicou-se como diretora a Senhora Luci Chassot Petry, através do secretário Luis Ambrósio Pistore.

As primeiras professoras a lecionarem em 1992 foram Ana Célia Angotti, Luciana Valquíria Gebert e Carlos Caon. Nos anos seguintes respectivamente, as professoras Edith Moresco e Ana Claudia Bellincanta Giroto.



Em 19 de fevereiro de 1994 inaugurou-se o prédio próprio da escola construído em alvenaria, que contava na época com 04 salas de aula, a secretaria, a cozinha, 04 banheiros, sala dos professores, biblioteca. O quadro de funcionários resumia-se em 01 diretora, 08 professores, 01 serventes, 02 zeladoras. Situado nas dependências da Rua Souza Naves S/N, na Vila Nova, Matelândia, Paraná.

Com o passar do tempo foram construídas mais 04 salas de aula, ampliando a cozinha e os banheiros, implantando o Laboratório de informática com 09 computadores e um computador para a Secretaria. Atualmente a escola conta com 06 salas de aula, uma secretaria, uma sala para supervisão, 2 salas para informática com 20 computadores ao todo, uma biblioteca, uma sala de professores, uma sala onde funciona sala de Recursos, uma cozinha, 8 banheiros, uma sala multiuso, um almoxarifado e uma lavanderia.

A escola em todos esses 27 anos de funcionamento sempre foi utilizada pela comunidade, para reuniões, cursos, palestras, para eventos religiosos, pois o bairro não dispõe de um espaço adequado para estas atividades.

Desde a sua fundação, o órgão mantenedor deste estabelecimento é a Prefeitura Municipal de Matelândia, Estado do Paraná, com sede na Avenida Duque de Caxias, nº 800, através da Secretaria da Educação, que se enquadra na Resolução nº 3279/93 de 18/06/93.

No ano de 1998 esta escola foi denominada Escola Municipal Claudino Zanon – Ensino Fundamental.

Em 2004 a Educação Infantil foi regulamentada e autorizada pela Resolução nº 2999/04 de 09/09/04 e a escola passou a chamar-se Escola Municipal Claudino Zanon – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Neste ano 2004, foi autorizado o funcionamento através da Resolução nº 3290/04 de 04/10/04 de uma Sala de Recursos, Área de Deficiência Mental e Distúrbios de Aprendizagem, num período de 20 horas semanais.

No ano de 2007 a escola passou por uma grande reforma, pois as dependências que foram construídas em 1994, estavam em condições bastante avariadas, esta reforma melhorou bastante a estrutura, tornando o espaço mais iluminado e arejado para as aulas.



Em 2008 foi implantado o ensino de nove anos, sendo de forma gradativa até chegar ao 5º ano.

No ano de 2017 foi autorizada o funcionamento através da Resolução Nº 4064/2017 de 30/08/2017 de uma Sala de Recurso Multifuncional – Tipo II do Ensino Fundamental Anos Iniciais: Área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos. Atualmente a Escola conta com duas Salas de Recurso abertas, totalizando 40 horas de funcionamento semanais.

Caracterização

Hoje a escola funciona no mesmo prédio que foi construído em alvenaria no ano de 1994. Atualmente temos na escola 245 alunos distribuídos entre Educação Infantil: Infantil 4 e infantil 5; Ensino Fundamental: 1º ano ao 5º ano.

Do ano de 2017 em diante, muitas mudanças correram, tanto estruturais, quanto pedagógico. A frente da Direção e Supervisão estavam os Professores Cícero Paulo Back e Clarice Lodi Didomenico. Entre as mudanças estão: cobertura em anexo a sala multiuso, para acesso dos pais e alunos. Aterro de ambos os lados da escola, com construção de acesso ao lado norte, dando acessibilidade aos entregadores. Ao lado sul, o terreno também foi aterrado, recebendo grama, e plantio de árvores, onde antes era um terreno desnivelado, coberto de pedras britas e terra batida. Instalamos sistema de internet banda larga e um sistema de segurança por câmeras.

Na área pedagógica, incentivamos e desenvolvemos vários projetos, entre eles: Feira de Ciências, Mostras Pedagógicas, Feira de Livros, Semana Cultural da Literatura Infantil, Projeto Sussurro-fone, instalamos uma sala de pesquisa (laboratório multidisciplinar), melhoramos a sala de leitura e as salas de aulas.

No ano de 2020 estamos encarando a pior situação já vivida pela humanidade, a Pandemia por Covid-19 o “Coronavírus”. A Rede Municipal de Ensino de Matelândia optou por dar sequência as atividades escolares através de Atividades Remotas, impressas e entregues aos pais ou responsáveis pelos nossos alunos a cada 15 dias. As atividades recebidas passam por um período de quarentena de 2 dias, antes dos professores manusearem para as devidas correções e avaliações. Estas atividades são produzidas pelos professores, seguindo orientações da coordenação municipal, tendo como documentos



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



orientadores a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), O Currículo da Rede Paranaense de Educação (CREPE) e O Referencial Curricular do Oeste do Paraná (Referencial da AMOP).

As atividades Remotas, bem como todo seu processo pedagógico, metodológico e avaliativo, estão garantidas pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 2.655/2020, pela Resolução 01/2020 e 02/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC).

A equipe gestora e pedagógica vem trabalhando a algum tempo com a possível transição de Ensino Bimestral para Trimestral. Observações e pesquisas foram realizadas como objetivo aumentar a capacidade intelectual de forma a ter maior produtividade no desenvolvimento escolar.

Estas observações levaram a descobertas de que o sistema educacional na forma atual do seu calendário é improdutivo, esgotante e desestimulante ao aluno, prejudicando imensamente um bom desenvolvimento escolar. Surgiu a ideia de que algo precisava ser feito ou, pelo menos, proposto. Propusemos então a alteração da estrutura operacional do nosso Ensino de Bimestral para o Sistema Trimestral de Ensino.

O sistema trimestral reduz sensivelmente o estresse escolar para o aluno, já que no sistema atual os curtos bimestres provocam a aceleração demasiada do trabalho com os conteúdos, diminuindo a capacidade de assimilação de conteúdos e produção de resultados. O sistema em trimestre dá condições de disponibilidade de tempo para o professor se reciclar, oferta melhor acompanhamento e discussão do planejamento e dos projetos pedagógicos (que deve ser sempre que possível, revisto e ajustado), maior possibilidade e rapidez de ação no redimensionamento de metas, com intervenções imediatas na correção de rumos e atividades da Escola. Facilita o acompanhamento e recuperação dos alunos com dificuldades no aprendizado em razão de maior tempo.

O sistema trimestral de ensino tem no seu bojo a preocupação maior em aumentar as possibilidades de melhoria do ensino com objetivo de melhor desempenho e redução do estresse escolar, tão pouco considerado nas avaliações de hoje, mas que representa drásticos resultados na eficiência do aprendizado dos nossos alunos. É um caminho inovador.

A Educação em Tempo Integral com Ampliação de Jornada será ofertada no ano de 2024, para atender alunos de 1º ao 5º ano, com turno parcial e Ampliação de jornada



no contraturno, com o objetivo de abranger maiores possibilidades de aprendizagem aos alunos, ampliando e diversificando os espaços, bem como as oportunidades de estudo, afastando as crianças de situações de risco, alimentação saudável.

A oferta da Educação Integral com Ampliação de Jornada Escolar será feita mediante o desenvolvimento de atividades, cuja proposta seja articulada com os conhecimentos e habilidades trabalhados pelos componentes curriculares do ensino regular, o acompanhamento pedagógico, reforço e aprofundamento da aprendizagem, da cultura, esporte e lazer

Serão atendidos no contraturno os alunos de 1º ao 5º ano de acordo com a necessidade verificada pela Secretaria de Educação, da escola e da comunidade escolar, formando turmas com mais de uma série/ ano, se necessário

Tabela 6.17. Quantidade de alunos matriculados na Escola Municipal Claudino Zanon, em novembro/2023.

Etapa De Ensino	Alunos Matriculados
Educação Infantil 04 anos	37
Educação Infantil 05 anos	41
Ensino Fundamental 1º ano	38
Ensino Fundamental 2º ano	38
Ensino Fundamental 3º ano	39
Ensino Fundamental 4º ano	35
Ensino Fundamental 5º ano	29
Sala de Recurso	19

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Quadro 6.13. Infraestrutura da Escola Municipal Claudino Zanon.



Entrada da escola



Entrada lateral



Diretoria



Secretaria



Supervisão Escolar



Sala dos Professores



Refeitório



Cozinha



Sala de Aula



Sala Multiuso

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

6.3.1.9.14. Considerações finais sobre as Necessidades das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil.

- Ampliação das Escolas e CMEI's, devido ao cumprimento da Meta 7 do Plano Municipal de Educação, com relação aos Períodos Integrais;
- Ampliação de 1 (uma) sala de Diretores nos Centros Municipais de Educação Infantil, atualmente os Centros Municipais dispõe de uma sala inapropriada para o desenvolvimento dos trabalhos da Gestão, portanto há necessidade de ampliação que atenda às necessidades da Direção Escolar.
- Reformas em todas as Escolas e CMEI's;
- Construção de Novo CMEI no Bairro Vila Pazza, devido ao aumento da demanda manifesta por vagas de Período Integral, a estrutura do CMEI não é compatível com o Padrão dos demais Centros Municipais, o que não possibilita ampliação por falta de espaço físico;
- Quadra Poliesportiva para a Escola do Campo Duque de Caxias, a escola não possui de quadra coberta, o que dificulta as atividades de Educação Física e Demais ações da escola que poderiam ser realizadas em espaço de Quadra coberta;

6.3.1.10. Instâncias Colegiadas

Cada Instituição de ensino possui suas instâncias colegiadas são elas:

- **APPS** A associação de Pais, Professores e Servidores é um órgão de representação dos pais e professores do Estabelecimento, não tendo como caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e



conselheiros. Compete a APPS, discutir e acompanhar o desenvolvimento curricular da escola, para que seja voltado para o interesse e a vida dos educandos. Mobilizar quando necessários recursos humanos, materiais e financeiros para atender as necessidades escolares, quando se estiverem esgotadas todas as fontes de recursos dos órgãos competentes pela educação. Fazer reuniões periódicas sempre que necessárias para tomadas de decisões, assim como prestações de contas oriundas de contribuições e recursos oriundos do Ministério da Educação. Cada Escola tem sua APPS e é composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, secretário, vice-secretário e conta com três fiscais, seguindo seu próprio Estatuto.

- **O Conselho Escolar** tem como função deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora, consultiva nas questões pedagógicas, administrativas e disciplinares, com objetivo de firmar a gestão democrática na Instituição de Ensino, definidas na Deliberação n 02/2018 do CP/CEE/PR, devendo estar regimentado. O Conselho Escolar tem seus representantes escolhidos através de Assembleia Eletiva, a cada 02 anos. O Conselho Escolar é composto pelo presidente, Equipe pedagógica efetiva e suplente. O Conselho também conta com o corpo docente efetivo e suplente, contamos com alguns pais que representam a categoria dos pais efetivos e os suplentes. O Conselho Escolar conta por fim com o conselho comunitário efetivo e suplente, há também os funcionários efetivos e suplentes e alguns pais que atuam como representantes dos alunos.

- **Conselho de Classe**, constituído pelo(a) diretor(a), pela equipe pedagógica e por todos os docentes que atuam na mesma turma e/ou ano, este conselho reunir-se-á ordinariamente em calendário escolar em datas previstas em calendário escolar, e/ou sempre que se fizer necessário. O Conselho de Classe tem como objetivo discutir assuntos didático-pedagógicos, fundamentados no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar. É um momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Cabe a Equipe Pedagógica organizar e articular o acompanhamento do conselho de classe, bem como mediação das discussões que irão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas. O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente, em datas previstas em Calendário Escolar, sendo uma reunião no primeiro trimestre, outra no segundo trimestre e no final do terceiro trimestre, em horário intermediário ou turno contrário.



6.3.1.11. A Gestão Democrática Na Escola

A gestão escolar acontece de maneira democrática, onde a equipe de trabalho se reúne para discutir os assuntos e metodologias diretamente relacionadas a trabalhos de suma importância para o desenvolvimento do aprendizado dos alunos. Nesse aspecto, assuntos que necessitam de tomada de decisão coletiva, a direção, em conjunto com a APPS (Associação de Pais, Professores e Servidores) e Conselho Escolar, se reúnem nas dependências da escola e discutem os assuntos pendentes, até que se chegue a um comum acordo.

A direção da escola, no uso de seu cargo está sempre acompanhando o trabalho dos professores e demais profissionais, apoiando valorizando e dando suporte, seja material, seja na promoção de um ambiente agradável com realização de atividades. A direção está consciente da importância da coletividade para a tomada de decisão, porém há assuntos de ampla complexidade que devem ser tratados diretamente com os indivíduos envolvidos, sejam esses, pais, alunos e professores, abre-se uma exceção para assuntos que necessitam da aprovação da equipe.

Os gestores organizam reuniões periódicas com os profissionais da escola e todos os pais. Os trabalhos de participação ativa da escola, decisões comunitárias, andamento escolar, assuntos pertinentes à APPS, e ao Conselho Escolar são tomadas em grupo. Os trabalhos pedagógicos que serão realizados, contam com reuniões escolares englobando as entidades envolvidas em cada ano escolar, sendo estes, professores, direção e pais.

A Escolha Do Diretor Da Escola

A escolha do diretor (a) das instituições de Ensino Municipais, acontecem a partir do ano de 2023 através de eleição seguindo a LEI nº 4.883/2022. na qual rege as normas a serem cumpridas.

A Partir do Novo FUNDEB, que estabeleceu novas condicionalidades para o recebimento dos recursos, sendo obrigatório a participação do candidato em curso preparatório de Gestão Escolar e submetido a Avaliação de Mérito e desempenho para a investidura no cargo.

Assim sendo os diretores (a) serão eleitos pela comunidade escolar e/ ou nomeados pelo executivo Municipal, podendo votar: os profissionais do Magistério em efetivo exercício na respectiva escola/CMEI; Funcionários em efetivo exercício na



respectiva escola/CMEI; Pais responsáveis de alunos regularmente matriculados na respectiva Escola/CMEI;

Os candidatos eleitos são designados para o exercício das funções por ato do chefe do poder executivo, sendo o mandato por 03 anos consecutivos com início no dia 1º de janeiro do ano subsequente àquele que ocorreu a eleição;

Formação continuada para professores

A formação continuada, compreende o envolvimento de todos os profissionais da escola (professores, agentes educacionais, equipes pedagógicas e diretiva) com o objetivo de promover as ações pedagógicas e reflexões sobre os desafios sócios educacionais, através de momentos crítico-reflexivos do saber docente. Sendo, portanto, “um movimento dialético que conduz a mudança, permitido pelo distanciamento do sujeito a situação do cotidiano da docência, gerando uma conversa consigo mesmo, sua prática e suas concepções teóricas” (NOVOA 1999).

Desta forma, a formação continuada para os professores da rede Municipal de ensino ocorre através de momentos já previstos em Calendário Escolar, organizados pela Secretaria de Municipal de Educação - SME, pela instituição de ensino e, ainda, por momentos buscados por parte do docente junto às instituições de ensino superior, tecnológicos ou de pós-graduação.

A Secretaria Municipal de Educação, oferta a formação continuada através dos momentos de Estudo e Planejamento, Grupo de Estudos e demais cursos com certificação, ofertados ao longo do ano letivo presencialmente ou em ambientes virtuais de aprendizagem.

6.3.1.12. Comitês E Conselhos

Conselho Municipal de Educação

O conselho municipal de Educação de Matelândia, foi criado nos termos da Lei Municipal nº N° 1.750/2007, sendo um órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, de assessoramento, de acompanhamento e controle social propositivo e mobilizador, com um elo permanente entre a sociedade civil e os poderes políticos responsáveis pelas decisões cotidianas que afetam as escolas, estudantes e professores, em favor da educação de qualidade para todos no município de Matelândia,



participando ativamente do processo de construção do sistema de ensino no âmbito do município, contribuindo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.

Segue-se o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação - CME, o qual descreve as competências; a composição; a escolha; a nomeação dos conselheiros; o mandato; a eleição dentre as demais disposições contidas no Regimento. Todos os registros são realizados em próprio livro Ata.

Comitê Municipal do Transporte Escolar

O comitê municipal do transporte escolar, foi criado nos termos da Lei Nº 2565 de 25 de abril de 2012. Dentre suas atribuições estão: analisar os relatórios bimestrais de controle do transporte diário dos alunos, contendo data, rota de transporte escolar, o número de alunos não atendidos, justificativas para as faltas e situação quanto à reposição de faltas, que deverão ser encaminhadas ao Núcleo Regional de Educação; verificar a correta aplicação dos recursos, podendo requisitar ao Município cópia dos documentos que julgar necessário ao esclarecimento de quaisquer fatos relacionados à aplicação dos recursos do transporte escolar; realizar visitas técnicas para verificar a adequação e a regularidade do transporte escolar; verificar a regularidade dos procedimentos encaminhando os problemas identificados ao NRE, para que as autoridades constituídas adotem as providências cabíveis e apliquem as penalidades, quando necessárias e observados o contraditório e a ampla defesa.

Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

Conselho de Alimentação Escolar (CAE) criada pela Lei nº 969 de 1995, segue seu regimento interno, é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento.

O CAE tem como principal função zelar pela concretização da alimentação escolar de qualidade, por meio da fiscalização dos recursos públicos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que complementa o recurso dos Estados e Municípios, para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. O CAE acompanha a aplicação dos recursos, o fornecimento de merenda aos alunos, orienta sobre o armazenamento dos alimentos e, ainda, analisa a prestação de contas da entidade executora.



6.3.1.13. Financiamento Da Educação

FUNDEB

A Emenda Constitucional nº 108, de 2020, criou o Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), agora permanente (art. 212-A, I, da CF/88), que objetiva estabelecer comandos de exclusivo interesse da Educação brasileira. Tal disposição está vigente desde o dia 1º de janeiro de 2021 e caracteriza-se pela ampliação do investimento e pela maior eficiência na alocação de recursos.

O diploma legal do novo Fundeb é a Lei nº 14.113, de 2020, com alterações trazidas pelas Leis nºs 14.276, de 2021 e 14.325, de 2022, que disciplina a forma de apurar o complemento federal para Estados e Municípios, além de estabelecer critérios de ponderação entre as várias etapas e modalidades da educação básica, a transparência, bem como a fiscalização exercida pelos conselhos de acompanhamento e controle social, de acordo com o que preceitua o art. 212-A, X, da CF/88, tendo sido regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.656, de 22 de março de 2021.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal.

O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Independentemente da fonte de origem dos valores que compõem o Fundo, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.



6.3.2. Assistência Social

De acordo com Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e as alterações realizadas nessa normativa em 2011, na Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS, 2012) a Política de Assistência Social deve ser estruturada em Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial.

O setor responsável pela Assistência Social deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, bem como de monitoramento e avaliação, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas.

Nesse sentido, o setor responsável pela Assistência social deve produzir e organizar dados, indicadores, informações e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e protetivo da Política de Assistência Social, assim como para a redução dos agravos. Além disso, visa detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos.

Entre as funções do setor responsável pela Assistência Social está a produção de diagnósticos socioassistenciais que permite a leitura de uma determinada realidade social contribuindo para que os responsáveis e operadores da Política de Assistência Social compreendam as particularidades do território.

6.3.2.1. Histórico Da Assistência Social No Município De Matelândia

A assistência social no município de Matelândia teve seu início nos anos de 1984 como departamento de bem estar social pertencente à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, posteriormente passa a se denominar Secretaria de Assuntos Comunitários, com a instituição da lei Orgânica de Assistência Social de 1993 – LOAS o município passa a se adequar as novas normas e em de 1996 passa a se chamar Secretaria Municipal de Assistência Social e em 2006 é alterado o nome para Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação .

De acordo com estimativa do IBGE (2022) Matelândia está com 18.450 habitantes, é um município de pequeno porte I no âmbito do SUAS, está habilitado na Gestão Básica, contando com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SMDSH, como órgão



gestor da Assistência Social, tendo como estrutura o Departamento de Assistência Social com as seguintes Divisões Gerenciamento e Apoio Logístico; Habitacional de Assistencial; Desenvolvimento de Ações Comunitárias e no Departamento de Gestão do SUAS com a Divisão de Vigilância Socioassistencial; Divisão de Proteção Básica e Proteção Especial; Divisão de Proteção e Promoção a Família e Divisão de Proteção Especial, tendo ainda na estrutura o Fundo de Assistência à Criança e ao Adolescente e o Fundo de Assistência à Pessoa Idosa.

6.3.2.2. A Política De Assistência Social e a Rede Socioassistencial De Matelândia

De acordo com o que está previsto no artigo 9º da NOB/SUAS 2012, a rede socioassistencial é entendida como um conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS.

Conforme a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993 os serviços, programas, projetos e benefícios, são definidos como:

Serviços: atividades continuadas que visam à melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população.

Programas: compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços socioassistenciais, não se caracterizando como ações continuadas;

Projetos: caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas;

Benefícios: constituem-se benefícios garantidos pela Política de Assistência Social o Benefício de Prestação Continuada (BPC), os benefícios eventuais previstos no artigo 22 da LOAS e os benefícios de transferência de renda.

O Município de Matelândia oferta os Serviços Socioassistenciais, inserindo na rede de Proteção Social local, que é hierarquizada em Básica e Especial. Conta ainda com a rede socioassistencial não governamental, por meio de chamamento público, composta por uma unidade de atendimento, que oferta atendimento ao idoso em Instituição de Longa Permanência.

Conta também, com a intersetorialidade que contribui na troca de saberes, proporcionando soluções ao considerar a totalidade dos problemas do usuário ofertando ações conjuntas e configura-se como um desafio a ser consolidado, uma vez que, apresenta aspectos importantes para a articulação e integração entre as diferentes políticas setoriais.

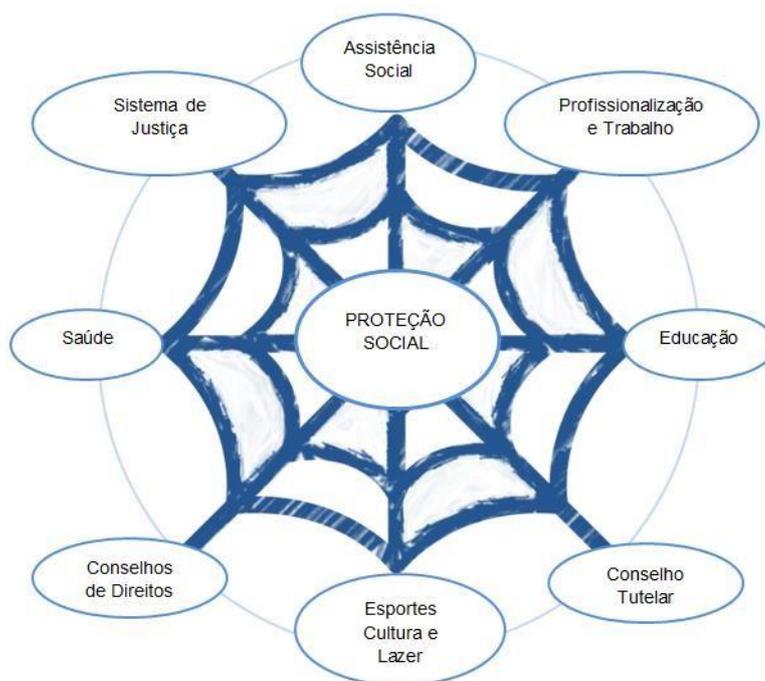


Figura 6.45. Rede Intersectorial.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, 2024.

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação está localizada na Rua Carlos Turri, 240, bairro Jardim Tropical, Matelândia-PR. O departamento de Gestão da política de Assistência Social conta com 1 secretário municipal, 1 chefe da divisão habitacional e assistencial, 1 chefe da divisão de gerenciamento e apoio logístico, 1 assistente social, 1 motorista e 1 serviços gerais.



A Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação apresenta e gerencia os seguintes conselhos e fundos, fundamentais para a garantia dos direitos sociais e habitacionais no município:

- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

Fundamentação Legal: Criado pela Lei nº 4.120/2018, que estabelece a política de assistência social do município, o CMAS é responsável por formular, acompanhar e fiscalizar a execução da política de assistência social, bem como administrar o fundo correspondente.

Regimento Interno: Publicado na Edição do Diário Oficial nº 2278, em 18/03/2020, detalha as normas e procedimentos internos do CMAS.

Resolução nº 016/2018: Define os critérios e parâmetros para a inscrição de entidades e organizações no CMAS, assegurando sua participação e regulamentação no conselho.

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Fundamentação Legal: Estabelecido pela Lei nº 3.057/2013, o CMDCA é o órgão deliberativo responsável por garantir os direitos de crianças e adolescentes, coordenando políticas públicas nessa área.

Instrumentos de Planejamento:

Plano Decenal 2017-2026: Documento estratégico que orienta as ações de longo prazo para a promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo: Direciona as ações voltadas para o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI)

Fundamentação Legal: Instituído pela Lei nº 2.228/2010, o CMDI tem a responsabilidade de promover e assegurar os direitos dos idosos, além de formular políticas públicas específicas para essa população.

- Conselho Municipal de Habitação (CMHAB)



Fundamentação Legal: Criado pela Lei nº 1.536/2005, o CMHAB atua na formulação e execução de políticas habitacionais voltadas para atender às necessidades da população de baixa renda.

Regimento: O funcionamento do conselho é regido pelo Decreto nº 597/2012.

Plano de Habitação Local de Interesse Social: Documento que orienta as ações habitacionais no município, embora atualmente desatualizado.

- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPCD)

Fundamentação Legal: Criado pela Lei nº 5.100/2023, o CMDPCD é responsável por promover a inclusão e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, bem como por gerir o fundo específico para esse fim.

- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)

Fundamentação Legal: Regulamentado pela Lei nº 5.137/2023, o CMDM coordena a política municipal dos direitos da mulher, com foco na promoção da igualdade de gênero e no combate à violência contra a mulher.

Divisão Habitacional e Assistencial

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação inclui a Divisão Habitacional e Assistencial, que opera com um servidor dedicado. Esta divisão é responsável por diversas atividades essenciais para a política habitacional do município, incluindo:

Cadastro Habitacional: Gerenciamento do cadastro de candidatos a programas habitacionais do município, utilizando um sistema de cadastro próprio. O servidor responsável realiza a inserção e atualização dos dados, garantindo a transparência e a eficiência na seleção dos beneficiários.

Acompanhamento de Programas Habitacionais: Monitoramento contínuo dos trâmites relacionados aos programas habitacionais, tanto os previstos quanto os em andamento. Isso inclui a supervisão dos processos administrativos, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas conforme a legislação vigente.

Organização de Entrega de Moradias: Coordenação das cerimônias de entrega das unidades habitacionais, incluindo a logística e o contato com os beneficiários,



assegurando que todos os aspectos burocráticos e sociais sejam atendidos de maneira adequada.

Revisão Legislativa: Análise e atualização da legislação municipal relacionada à habitação, com o objetivo de adequar as normas às necessidades atuais e melhorar os processos regulatórios.

Além dessas atividades, a Divisão de Habitação conta com o apoio do Conselho Municipal de Habitação, instituído pela Lei nº 1.536/2005. Este conselho desempenha um papel fundamental ao assessorar a administração municipal na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas habitacionais. Seu funcionamento e suas atribuições estão detalhados no Decreto nº 597/2012, que estabelece o regimento interno e os procedimentos para a tomada de decisões.

Dentre os Programas Habitacionais, destaca-se as casas construídas através dos Convênios Itaipu e Cohapar, regidos pelo Decreto nº 2.538/2020, que estabelece os parâmetros para a construção de moradias populares. Entre eles há o Convênio nº 026.CONV.2020, firmado com a Cohapar para viabilizar a construção das unidades habitacionais e a Lei nº 4.685/2021, que autoriza o programa de construção de moradias em parceria com a Itaipu, posteriormente alterada pela Lei nº 4.793/2022 para ajustamentos necessários. A secretaria disponibiliza ainda do Termo de Compromisso Itaipu nº 4500047958, que formaliza o compromisso da Itaipu com o projeto.

Em agosto de 2021, 20 moradias foram entregues aos beneficiários, resultado de uma parceria estratégica entre o município, a Cohapar e a Itaipu, visando atender à demanda habitacional de famílias de baixa renda.

Destaca-se também o Programa habitacional Loteamento Residencial Agro Cafeeira I, regido pelo Decreto nº 2.171/2019, que aprova o loteamento, destinado a atender famílias de baixa renda através do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), Decreto nº 2.403/2019, que define critérios adicionais para a seleção dos beneficiários, garantindo a priorização das famílias mais vulneráveis, Decreto nº 76/2014, que declara de utilidade pública a área para fins de desapropriação e implementação do loteamento e Lei nº 4.283/2019, que autoriza a execução do programa MCMV no loteamento, alinhando as ações do município com as diretrizes federais.



O Loteamento Agro Cafeeira I foi dividido em três etapas. Até o momento, foram entregues 100 unidades habitacionais nos anos de 2021 e 2022. A terceira etapa, que visa a construção de mais unidades, está prestes a ser iniciada, demonstrando o compromisso contínuo do município com a expansão do acesso à moradia.

Outro programa em execução é o Programa Moradia Legal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR), que tem como objetivo a regularização fundiária de imóveis em situação irregular, proporcionando segurança jurídica aos moradores. O programa é regido pelo Provimento Conjunto nº 02/2020 do TJ/PR, que define os procedimentos para a regularização das áreas ocupadas. Atualmente, estão em processo de regularização 39 imóveis localizados em uma área do antigo programa habitacional municipal “Sub 50”. O município planeja indicar outras áreas provenientes de programas habitacionais municipais para regularização futura, ampliando o alcance do programa e garantindo o direito à moradia legalizada para mais famílias.

A Divisão Habitacional e Assistencial também é responsável por gerenciar as atividades relacionadas aos repasses de recursos financeiros provenientes das esferas estadual e federal destinados à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação. Esses repasses incluem tanto os recursos pontuais quanto os contínuos, além daqueles oriundos de emendas parlamentares, com o objetivo de beneficiar unidades que oferecem serviços socioassistenciais conforme tipificados nacionalmente.

Esses recursos têm como finalidade cofinanciar os serviços ofertados pela política de assistência social, ampliando o alcance e a eficácia das ofertas de serviços e benefícios socioassistenciais. Os repasses permitem o desenvolvimento de projetos, ações e atividades que proporcionam um atendimento mais abrangente e qualificado às necessidades dos usuários, incluindo crianças e adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos atendidos pela assistência social.

Os recursos são transferidos pelos fundos estaduais e federais para os fundos municipais, através do mecanismo de repasse “fundo a fundo”, regulamentado por deliberações e normativas específicas. Esses recursos são alocados nos seguintes fundos municipais: Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal do Idoso, Fundo Municipal da Mulher e Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Todos os repasses destinados à secretaria são discutidos em reuniões com os respectivos conselhos, que deliberam sobre a adesão aos recursos e a elaboração do plano de ação correspondente, definindo as ações a serem desenvolvidas com os valores recebidos.

A divisão é também encarregada da prestação de contas de todos os repasses estaduais e federais recebidos pela secretaria, sejam eles pontuais ou contínuos, assim como dos recursos ordinários. A prestação de contas é realizada por um técnico de gestão, que insere as informações pertinentes nos sistemas eletrônicos dos governos estadual e federal, como o Sistema Fundo a Fundo (SIFF) do governo estadual e o BBágil e Agiliza Suas do governo federal.

As prestações de contas são submetidas aos conselhos municipais competentes para avaliação e aprovação, sendo que a fiscalização do uso desses recursos é uma das atribuições dos conselhos, conforme estabelecido em suas leis de criação.

Além dessas responsabilidades, a divisão também executa a inserção e atualização de informações em sistemas estaduais e federais vinculados à secretaria, no que diz respeito à gestão dos recursos e serviços.

6.3.2.2.1. Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem como objetivos a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos. Para isto, o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, atua como a principal porta de entrada do SUAS, sendo responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica.

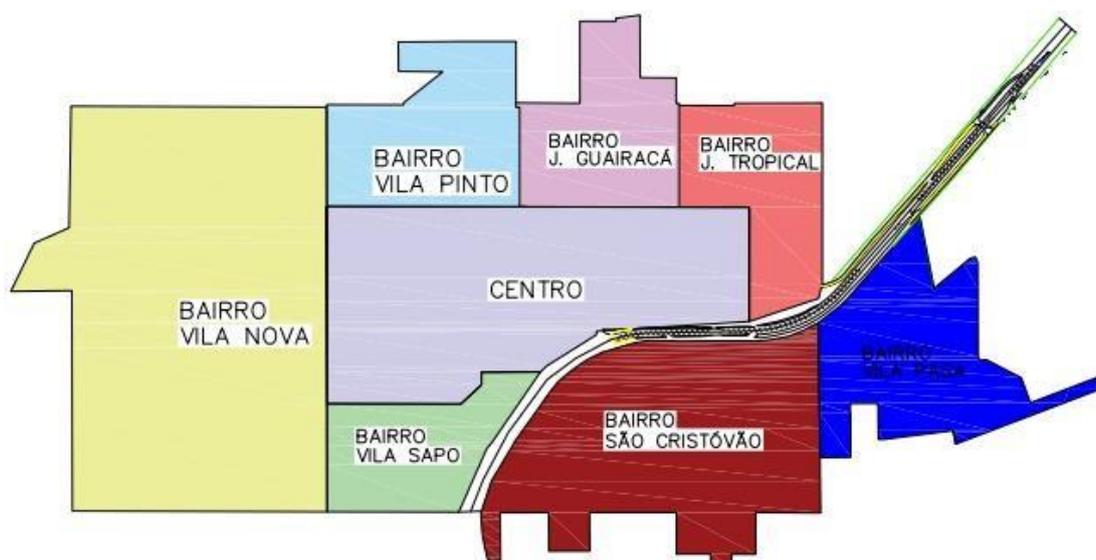


Figura 6.31. Territorialização do CRAS.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, 2024.

A Proteção Social Básica no município de Matelândia atua por intermédio de duas unidades governamentais e não-governamentais que compõem a rede socioassistencial, desta forma apresentam-se abaixo unidades de proteção básica.

Tabela 6.18. Unidades Governamentais da Proteção Social Básica.

Unidades Governamentais da Proteção Social Básica	
Unidade	Atendimento
CRAS	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Integração Jovem de 14 a 18 anos.
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: para Idosos acima de 60 anos.
PROFAM	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Para Crianças e Adolescentes de 5 e 6 anos e de 7 a 13 anos.

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2023.

A tabela apresenta as entidades não governamentais que compõem a Proteção Social Básica.



Tabela 6.19. Entidades Não Governamentais da Proteção Social Básica.

Entidades Não Governamentais Da Proteção Social Básica	
Entidade	Atendimento
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:Adulto Mães de PCD.
Associação de Pais e Professoresdo Colégio Passos Firmes.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
Colégio Piamarta	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação , 2024.

Indicadores de atendimento da Proteção Social Básica

A oferta da Proteção Social Básica é organizada por meio da unidade de CRAS com duas funções exclusivas: a execução do PAIF e a gestão territorial da rede socioassistencial local.

O Centro de referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. É uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem e suas necessidades, potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes.

A capacidade de referenciamento do território diz respeito ao número de famílias que potencialmente poderão fazer uso dos serviços e ações ofertados no CRAS de determinada localidade, no decorrer do tempo. A definição corresponde ao número de famílias a serem referenciadas que vivem no território de abrangência do CRAS. A



capacidade de referenciamento dos CRAS do município de Matelândia é de 2.500 famílias, como prevê o parágrafo 3º, do art. 64, da NOB-SUAS.

Conforme é demonstrado na tabela abaixo, atualmente há 2.335 famílias referenciadas ao CRAS, o que significa que o equipamento é suficiente para atender a demanda do território.

Tabela 6.20. Total De Famílias Refenciadas ao CRAS por Microrregião.

Famílias Refenciadas ao Cras por Microrregião	
Agrocafeeira	399
Vila Esmeralda	158
Marquesita	74
Centro	204
Bairro Vila Nova	537
Bairro Vila Pinto	5
Bairro Vila Pasa	370
Jardim Tropical	123
São Cristovão	151
Jardim Guairaca	38
Vila Sapo	57
Inteiror	219
Total	2335

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação , 2024.

O CRAS está localizado na Rua Pedro Álvares Cabral, 338, Centro, Matelândia-PR e conta 1 assistente social 40 horas semanais (coordenador do CRAS), 2 assistentes sociais 20 horas semanais, 1 psicóloga, 2 assistentes administrativos, 1 motorista, 1 serviços gerais, 1 orientador social e 1 recepcionista.

O CRAS oferece os seguintes serviços:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
- Serviço de Proteção Social no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.



Além desses serviços o CRAS oferta atendimentos em relação à:

- Benefícios eventuais;
- Benefício de Prestação Continuada- BPC;
- Cadastro Único.

Tabela 6.21. Oferta de Serviços do CRAS.

Oferta de Serviços do CRAS	Total
Total de atendimentos particularizados realizados	5.344
Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	348
Visitas domiciliares realizadas	417
Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	1.116
Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	240
Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	14
Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	290

Fonte: RMA, 2022.

6.3.2.2.2. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

6.3.2.2.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o



desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

6.3.2.2.4. Programa de Promoção e Proteção à Família- PROFAM

O PROFAM é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 12 anos que tem como foco a constituição de um espaço de convivência e formação da cidadania, desenvolvimento de interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções são pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. As atividades visam contribuir para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências que visam reduzir as situações de risco social. Com as famílias, o serviço busca estabelecer discussões reflexivas e atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos.

O PROFAM conta com um quadro de 5 colaboradores: 1 chefe da divisão de proteção e promoção a família, 7 cuidadores sociais, 3 merendeiras e 4 serviços gerais.

6.3.2.3. Indicadores de Atendimento da Política de Assistência no Município de Matelândia

As informações constantes neste Diagnóstico Socioterritorial referem-se aos atendimentos da rede socioassistencial do município.

Além desses serviços o CRAS oferta atendimentos em relação à:

- * Benefícios eventuais;
- * Benefício de Prestação Continuada- BPC;
- * Cadastro Único.

6.3.2.3.1. Benefícios Eventuais

Os benefícios eventuais se caracterizam por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades.

Na oferta dos Benefícios Eventuais deverão ser garantidos os princípios da gratuidade, da transparência e informação dos mecanismos e critérios de acesso, com



qualidade e agilidade, bem como, espaços para manifestação e defesa dos direitos dos cidadãos.

Serão ofertados a pessoas e famílias com renda igual ou menor que meio salário-mínimo por cada pessoa da família (renda per capita), que residem e estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no município de Matelândia com data de atualização que não ultrapasse dois anos.

No município de Matelândia os benefícios eventuais são regulamentados pela Lei 5055/2023, sendo:

I. Auxílio Funeral constitui-se em prestação de serviço, temporária, não contributiva da Assistência Social, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

II. Auxílio Natalidade constitui-se no repasse de bens de consumo, temporário, não contributivo da Assistência Social, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

III. Situação de Vulnerabilidades Temporárias constitui-se na concessão de bens de consumo, temporário, não contributivo da Assistência Social, visando reduzir vulnerabilidades que se caracterizam pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar.

A figura abaixo demonstra que no ano de 2022 foram concedidos 29 auxílio natalidade, 48 auxílio funeral, em relação aos auxílios por situação de vulnerabilidades temporárias: 431 auxílio alimentação especial; 44 auxílio documentação; 953 auxílio cesta básica; 210 auxílio leite in natura para crianças; 412 auxílio leite in natura para idosos; 281 auxílio passagens; 75 auxílio reforma e melhoria e 9 auxílio tampa de fossa.

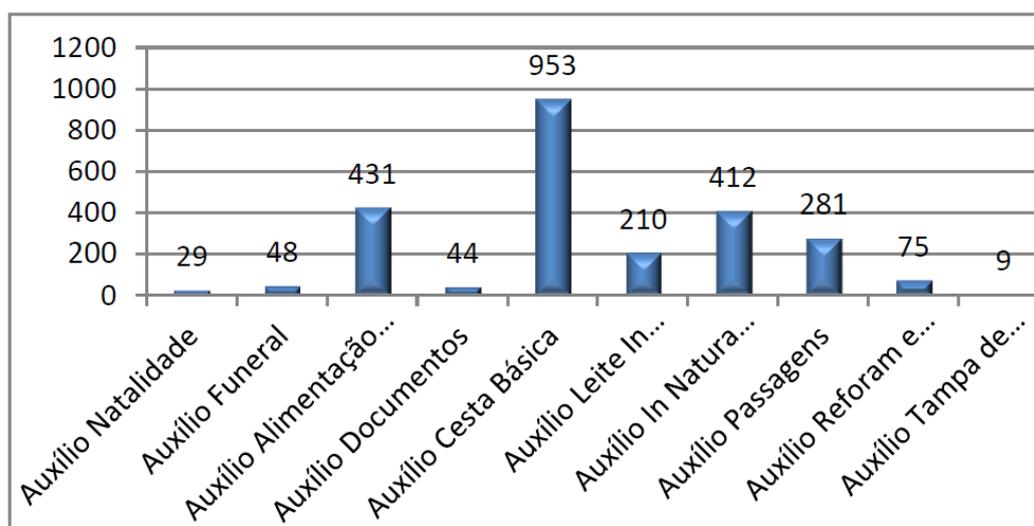


Figura 6.46. Benefícios Eventuais.

Fonte: RMA, 2022.

Há também a disponibilização do subsídio do Aluguel Social, que se trata de um recurso assistencial mensal destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia. É um subsídio concedido por período de tempo determinado. A família beneficiada recebe uma quantia equivalente ao custo de um aluguel popular.

6.3.2.3.2. Benefício de Prestação Continuada – BPC

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é um benefício da política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para acessá-lo, não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. A gestão do BPC é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a operacionalização é realizada pelo INSS. O benefício é individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 01 (um) salário mínimo. Se destina a pessoa idosa, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e pessoa com deficiência de qualquer idade, que comprovem não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família e que se enquadrem nos critérios de renda exigidas pelo benefício.

A figura abaixo mostra que em 2022 167 pessoas com deficiência e 236 idosos receberam o benefício.

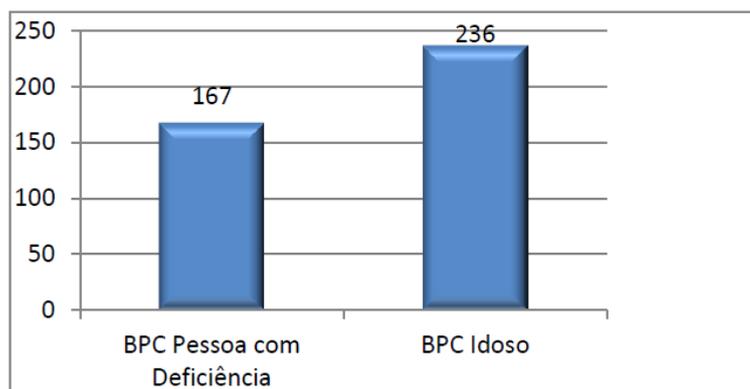


Figura 6.47. Benefício de Prestação Continuada – BPC em 2022.

Fonte: RMA, 2022.

6.3.2.3.3. Cadastro Único

O cadastro único para Programas Sociais é à base de dados do governo federal onde estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa. A partir dessas informações são selecionadas as famílias para diversos programas sociais.

Observa-se na figura abaixo, que o número de famílias inscritas na base de dados do município de Matelândia teve aumento quando comparados os anos de 2020 a 2022, passando de 1.922 famílias em 2020 para 2.382 famílias em 2022, ou seja, neste período número de famílias inscritas no Cadastro Único aumentou 23,93% no município.

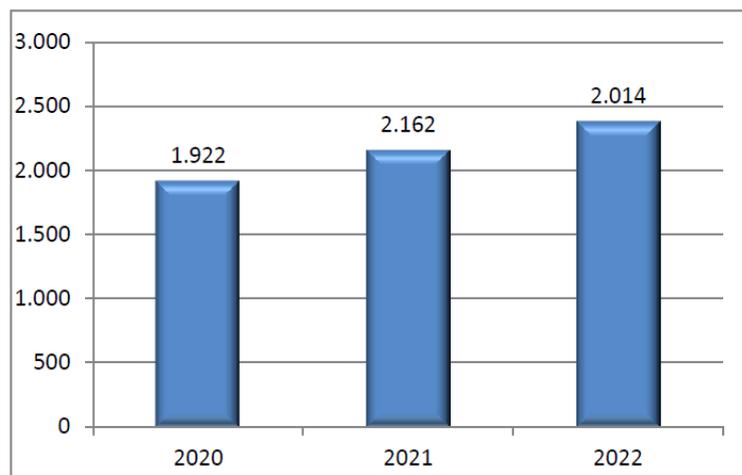


Figura 6.48. Total de Famílias Inscritas Cadastro Único /ano.

Fonte: CECAD, 2022.



Os dados apresentados são importantes para análise da capacidade de referenciamento do território referindo-se ao número de famílias fazem uso dos serviços e ações ofertados no CRAS, no decorrer do tempo. Essa referência corresponde ao número de famílias que são referenciadas que vivem no território de abrangência do CRAS. A capacidade de referenciamento dos CRAS do município de Matelândia é de até 2.500 famílias, como prevê o parágrafo 1º, do art. 64, da NOB-SUAS. As famílias cadastradas no Cadastro Único foram analisadas conforme o bairro que residem, na tabela abaixo é possível visualizar o total de famílias referenciadas no território do CRAS no mês de maio de 2023.

Tabela 6.22. Total de famílias cadastradas por microterritórios.

Total de famílias por microterritórios				
Localidade	Total	PBA Famílias	Linha da Pobreza	Baixa Renda
Agrocafeeira	399	43	60	204
Vila Esmeralda	158	26	31	97
Marquesita	74	14	14	51
Centro	204	13	12	86
Bairro Vila Nova	537	66	68	375
Bairro Vila Pinto	5	1		2
Bairro Vila Pasa	370	42	42	208
Jardim Tropical	123	5	6	53
São Cristovão	151	7	17	74
Jardim Guairaca	38	3	3	14
Vila Sapo	57	7	7	37
Inteiror	219	21	27	63

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2023.

A figura abaixo demonstra o número de famílias por faixa de renda sendo utilizado os critérios do governo federal para separar as famílias inscritas no CADÚNICO em extrema pobreza, pobreza, baixa renda e acima de ½ salário mínimo.

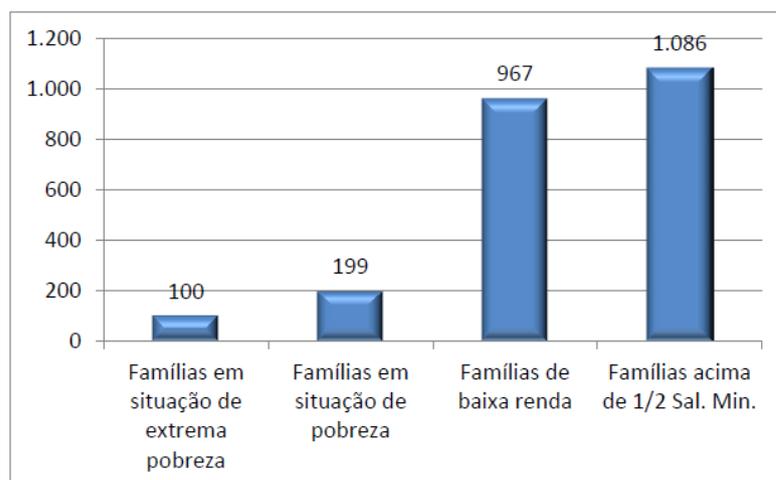


Figura 6.49. Famílias por Faixa de Renda

Fonte: CECAD, 2022.

Observando que no ano de 2022, 100 famílias em situação de extrema pobreza, 199 famílias em situação de pobreza, 967 famílias de baixa renda e 1.086 famílias acima de meio salário mínimo, num total de 2.352 famílias.

6.3.2.3.4. Programa Auxílio Brasil/Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal, que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, beneficiando famílias pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único e selecionadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Na figura abaixo é possível observar que 288 famílias foram beneficiadas com o Auxílio Brasil e em 2022 o programa beneficiou 274 famílias.

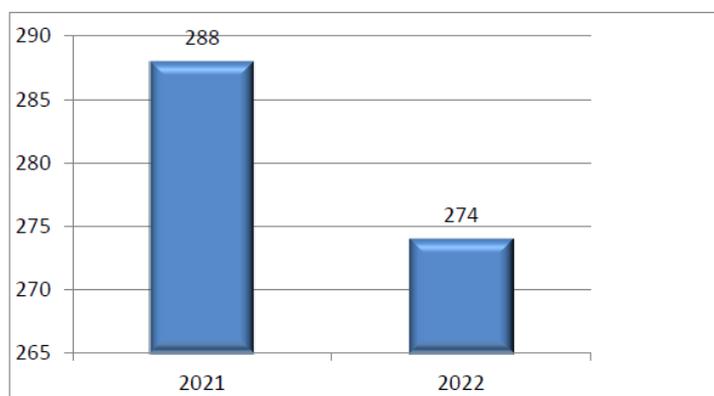


Figura 6.50. Quantidade de famílias beneficiárias por ano.

Fonte: CECAD, 2022.



A tabela demonstra famílias inscritas no Cadastro Único, beneficiárias do Programa Bolsa Família no mês de maio 2023, por microterritórios.

As condicionalidades são os compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social para continuidade no recebimento dos benefícios do Auxílio Brasil/Bolsa Família. Na educação a frequência escolar mensal mínima de 60% para os beneficiários de 4 e 5 anos; Frequência escolar mensal mínima de 75% para os beneficiários: de 6 a 17 anos, e de 18 a 21 anos incompletos que recebam o Benefício Composição Jovem e ainda não tenham concluído a educação básica.

Tabela 6.23. Beneficiários Bolsa Família no mês de maio de 2023.

Total de famílias por microterritórios beneficiadas com obolsa família		
Microterritórios	Total Cadastro Único	PBF
Agrocafeeira	399	43
Vila Esmeralda	158	26
Marquesita	74	14
Centro	204	13
Bairro Vila Nova	537	66
Bairro Vila Pinto	5	1
Bairro Vila Pasa	370	42
Jardim Tropical	123	5
São Cristovão	151	7
Jardim Guairaca	38	3
Vila Sapo	57	7
Inteiror	219	21

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2023.

A tabela a seguir demonstram as condicionalidades referente ao segundo semestre de 2022 no território. Observando que algumas famílias não cumpriram com as condicionalidades. As famílias que não cumprem as condicionalidades podem receber algumas sanções, que são gradativas, ou seja, a cada descumprimento identificado as famílias podem ser advertidas, ter o benefício bloqueado ou suspenso e até mesmo ser desligada do Programa.

**Tabela 6.24.** Condicionalidades Educação.

Beneficiários acompanhados educação				
Total	Cumpriu as condicionalidades	Não cumpriu as condicionalidades		
		Total	Com repercussão	Sem repercussão
419	393	26	23	3

Fonte: Sicon - Decon/Senarc/MDS, integração com o Sistema Bolsa Família na Saúde – MS, 2022.

A tabela abaixo mostra os dados das condicionalidades da educação do mês de junho de 2023 nos microterritórios. Observando que em alguns microterritórios houve o descumprimento das condicionalidades.

Tabela 6.25. Condicionalidades Microterritórios Educação.

Microterritórios	Número de beneficiários	Descumprimento de condicionalidades
Agrocafeeira	108	-
Bairro Vila Nova	163	-
Bairro Vila Pasa	42	109
Jardim Tropical	33	31
São Cristovão	11	-
Centro	156	26
Marquesita	27	3
Vila Esmeralda	43	1

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2023.

Na Saúde as condicionalidades estão relacionados a vacinação e acompanhamento nutricional (peso e altura) de crianças menores de 7 anos; e Pré-natal de gestantes.

Na tabela a seguir são apresentados os dados do segundo semestre do ano de 2022, referente às condicionalidades das crianças, observando que o total do público atendido cumpriu as condicionalidades.

**Tabela 6.26.** Condicionalidades Saúde Crianças.

Crianças Acompanhadas Saúde				
Crianças Público Saúde	Total	Vacinação em Dia	Vigilância Alimentar e Nutricional	Cumpriu as Condiçionalidades
193	141	141	141	141

Fonte: Sicon - Decon/Senarc/MDS, integração com o Sistema Bolsa Família na Saúde – MS, 2022.

Na próxima tabela são apresentados os dados das condicionalidades do segundo semestre de 2022 referentes às gestantes, é possível verificar que não houve descumprimento nas condicionalidades no período.

Tabela 6.27. Condicionalidades Saúde Gestantes

Mulheres Público Saúde	Mulheres Acompanhadas	Gestantes identificadas	
	nº do público	Total	Cumpriu as Condiçionalidades
422	398	26	26

Fonte: Sicon - Decon/Senarc/MDS, integração com o Sistema Bolsa Família na Saúde – MS, 2022.

A tabela abaixo mostra o número de beneficiários com condicionalidades na saúde por microterritório na segunda vigência de 2022.

Tabela 6.28. Condicionalidades Saúde.

Condiçionalidades microterritórios saúde		
Microterritórios	Número de beneficiarios	Acompanhados
Agrocafeeira	183	155
Bairro Vila Nova	163	140
Bairro Vila Pasa	121	109



Condicionalidades microterritórios saúde

Microterritórios	Número de beneficiários	Acompanhados
Jardim Tropical	33	31
São Cristovão	70	60
Centro	45	44

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2023.

6.3.2.4. Indicadores De Atendimento Da Proteção Social Especial

A PSE organiza, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a oferta de serviços, programas, projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por de violação de direitos, como: violência física, violência psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras.

Tabela 6.29. Serviços de Proteção Social Especial

Unidades Governamentais Da Proteção Social Especial	
Proteção Social Especial no	Media Complexidade
Órgão Gestor	Alta Complexidade

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2023.

Tais situações podem incidir sobre as relações familiares e comunitárias, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, portanto, atenção especializada e maior articulação com os órgãos de defesa de direitos e outras políticas setoriais. Alguns grupos são particularmente mais vulneráveis à vivência destas situações, como: crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações LGBT, mulheres e suas famílias.

6.3.2.4.1. Média Complexidade

Os serviços de média complexidade são aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário



não foram rompidos. Dessa forma, os serviços requerem maior estruturação técnica operacional e atenção especializada e mais individualizada e/ou de acompanhamento sistemático e monitorado.

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

O serviço realizado com as famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos para atendimento de apoio, orientação e acompanhamento. As atenções e orientações são direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou que as colocam em situações de risco pessoal e social. O serviço articula-se com os serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Serviço Especializado em Abordagem Social

Este serviço tem por finalidade abordagem social de crianças e adolescentes assegurando trabalho social de busca ativa e abordagem nas ruas, identificando a incidência de trabalho infantil, violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; e com pessoas acima de 18 anos (adultos e idosos) em situação de rua além de assegurar o trabalho social e a busca ativa. Criar estratégias de aproximação, atendimento e acompanhamentos considerando as suas singularidades, produzindo junto com os sujeitos, ações protetivas garantindo o acesso à rede de serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas, acesso aos direitos e promoção do retorno familiar e comunitário.

Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

O serviço de medidas socioeducativas oferta aos adolescentes escuta qualificada, reflexão individual e coletiva sobre o contexto da família de forma a assegurar o acesso às ofertas socioassistenciais e o acesso dos adolescentes e familiares aos direitos. A Lei Federal 12.594 de 18 de janeiro de 2012 instituiu e regulamentou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que regulamenta a execução das medidas



destinadas a adolescente que pratique ato infracional prevendo o desenvolvimento da Política de Atendimento Socioeducativo, envolvendo a elaboração de Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo e normativas definindo as orientações necessárias ao melhor atendimento dos adolescentes e seus familiares.

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias têm como objetivo promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas e PCD, seus cuidadores e suas famílias. Desenvolve ações para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência, assegurar o direito à convivência familiar e comunitária, bem como os serviços socioassistenciais das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos.

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

As ações desenvolvidas pelo proteção social especial para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte e lazer compondo um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam contribuir no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida.

6.3.2.4.2. Alta Complexidade

Os serviços de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade são aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem.

Esses serviços visam a garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Os serviços também devem assegurar o



fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Tabela 6.30. Unidades Governamentais da PSE de Alta Complexidade.

Unidades Governamentais Da Proteção Social Especial De Alta Complexidade	
Casa Lar	Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade casa lar para crianças e adolescentes

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2023.

Tabela 6.31. Entidades Não Governamentais da PSE de Alta Complexidade.

Unidades Não Governamentais Da Proteção Social Especial - De Alta Complexidade	
Lar Nossa Senhora da Saúde	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos - Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2023.

Casa Lar

O Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade casa lar para crianças e adolescentes têm por objetivo reduzir a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência, buscando restabelecer vínculos familiares e comunitários, salvo determinação judicial em contrário. Possibilitar a convivência comunitária, promover acesso à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, quando necessária busca ativa de família extensa.

A figura abaixo demonstra que em 2022 foram acolhidas 1 por abandono, 5 por negligência e 2 por violência física.

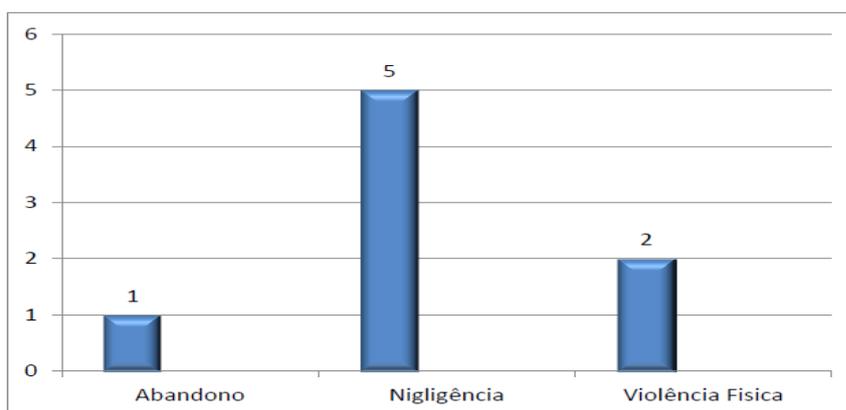


Figura 6.51. Medida Protetiva de Acolhimento.

Fonte: Divisão de Proteção Social Especial, 2022.

Rede das Unidades de Assessoramento e de Defesa e Garantia de Direitos

Além das Entidades de atendimento a rede socioassistencial municipal também pré-composta por Entidades não governamentais que desenvolvem ações de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos, também aludidas pelo artigo 3º da LOAS, a qual conceitua que entidades e organizações de assistência social são “aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos”.

De Assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social. (Resolução CNAS, nº 27/2011).

De Defesa e Garantia de Direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social. (Resolução CNAS, nº 27/2011).

No município, tem 06 Entidades inscritas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), sendo 01 que desenvolve ações de Assessoramento e 05 que executam Defesa e Garantia de Direitos.



Tabela 6.32. Entidades Não Governamentais de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.

Entidades Não Governamentais De Assessoramento E Defesa E	
Garantia De Direitos	
Associação de Pais E Professores do Colégio Passos Firmes.	Assessoramento
Semear	Assessoramento
Inocência	Defesa e Garantia de Direitos

Fonte: Vigilância Socioassistencial, 2023.

Programa Família Acolhedora

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) é uma modalidade de acolhimento que visa oferecer proteção integral às crianças e adolescentes que precisam ser afastados temporariamente de sua família de origem ou extensa por medida de proteção. O acolhimento deve ser a última medida para garantia dos direitos de crianças e/ou adolescentes, após se esgotarem as outras possibilidades de apoio à família de origem pela rede de serviços.

Como prevê o ECA no Art. 101, §1º, a medida protetiva de acolhimento, institucional ou familiar, é sempre excepcional e provisória. O Art. 19, § 2º ainda coloca que a permanência da criança ou do adolescente no serviço de acolhimento não deverá se prolongar por mais de 18 meses, salvo comprovada a necessidade.

A importância de estabelecer um tempo limite para o acolhimento está atrelada, portanto, ao objetivo principal da medida protetiva, de reintegrar à criança e/ou o adolescente à sua família de origem e/ou extensa ou inseri-la em família por adoção, quando comprovada a impossibilidade de reintegração familiar.

6.3.2.5. Dados Sobre A Violação De Direitos

Os dados que serão apresentados referem-se aos atendimentos das unidades da Média Complexidade, considerando indicadores de atendimento da Proteção Social Especial.

A figura abaixo a seguir apresenta dados de incidência de riscos e violações de direitos em acompanhamento pela equipe de Proteção Social Especial no ano de 2022,

ficando evidente a crescente demanda, sendo necessário planejar a médio prazo a implantação do equipamento do CREAS oferecendo serviços com o objetivo de acolher, orientar, e acompanhar famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, fortalecendo e reconstruindo os vínculos familiares e comunitários.

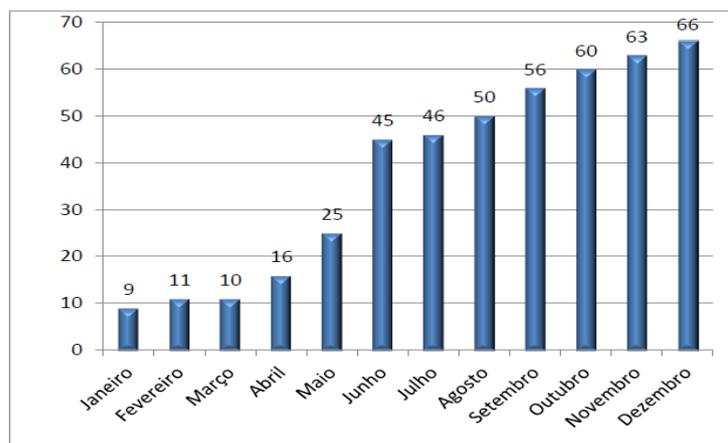


Figura 6.52. Acompanhamento PSE, 2022.

Fonte: Divisão de Proteção Social Especial, 2022.

Os dados referentes à violação de direitos são referentes ao ano de 2022 e foram obtidos em diferentes órgãos de defesa de direitos e no Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

A figura abaixo demonstra a idade de pessoas que sofreram violência no ano de 2022 notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, sendo 6 casos entre 0 a 6 anos, 17 entre 11 a 20 anos, 10 casos entre 21 à 30 anos, 7 casos entre 31 à 40 anos, 7 casos entre 41 à 70 anos e 1 caso acima de 70 anos.

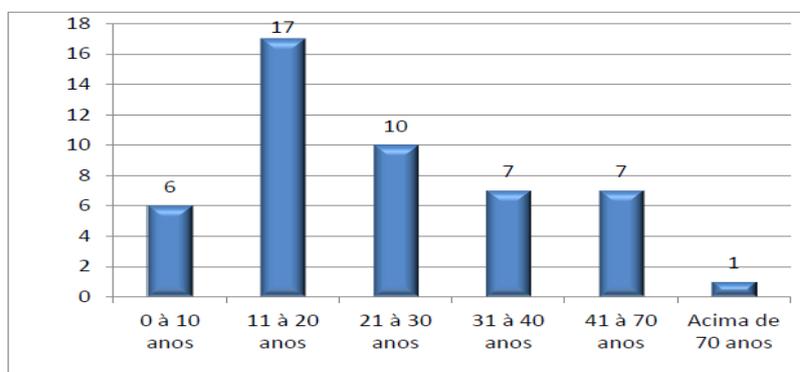


Figura 6.53. Idade de pessoas que sofreram algum tipo de violência.

Fonte: SINAN, 2022.

A figura abaixo mostra os tipos de violências notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN em 2022. Sendo 1 caso violência Física e sexismo, 1 caso de violência psicológica e sexismo; 12 casos de violência física e espancamento; 1 caso de violência física e psicológica; 2 casos de violência física autoprovocada, 10 casos de violência física e sexual; 3 casos de violência física, psicológica e sexual, 11 casos autoprovocados por envenenamento; 5 casos de violência física com uso de arma; 2 casos de violência física e assédio; 1 caso de violência física agressão. Sendo, portanto, 49 casos registrados no SINAN.

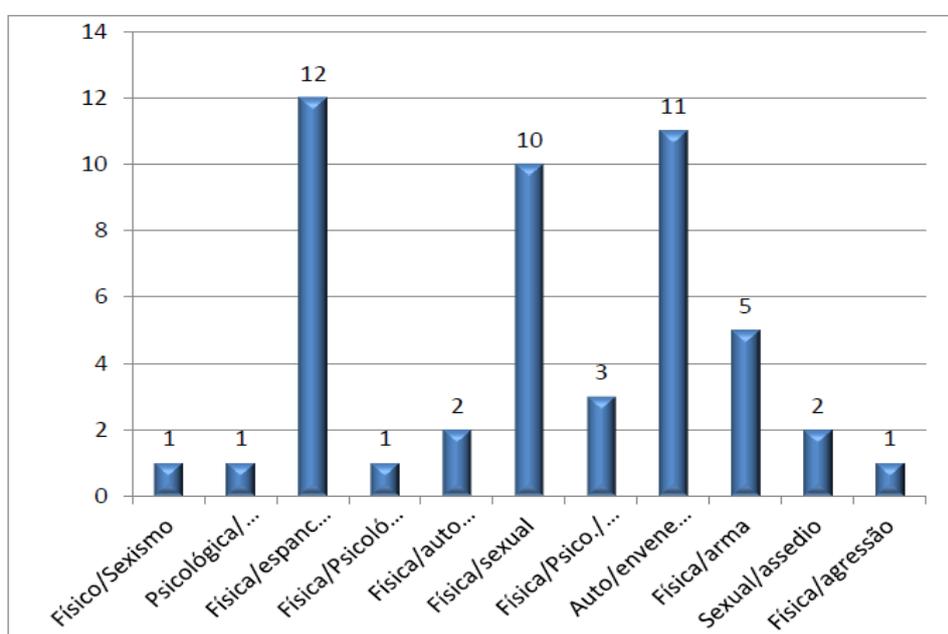


Figura 6.54. Tipos de violência registradas.

Fonte: SINAN, 2022.

A figura abaixo demonstra que em 2022 foram atendidos 22 casos de negligência; 4 casos de violência intrafamiliar; 10 casos de violência sexual e 1 caso de exploração sexual. Totalizando 37 atendimentos de casos de violência contra a criança e adolescente em 2022.

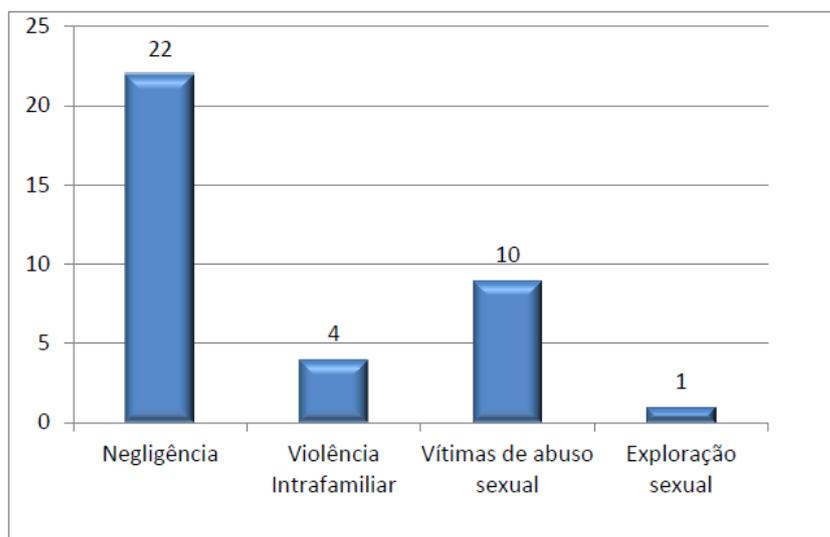


Figura 6.41. atendimentos Proteção Social Especial – Criança e Adolescentes.

Fonte: Divisão de Proteção Social Especial, 2023.

A figura abaixo mostra os casos atendidos na Medidas Socioeducativa sendo 28 casos de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC.

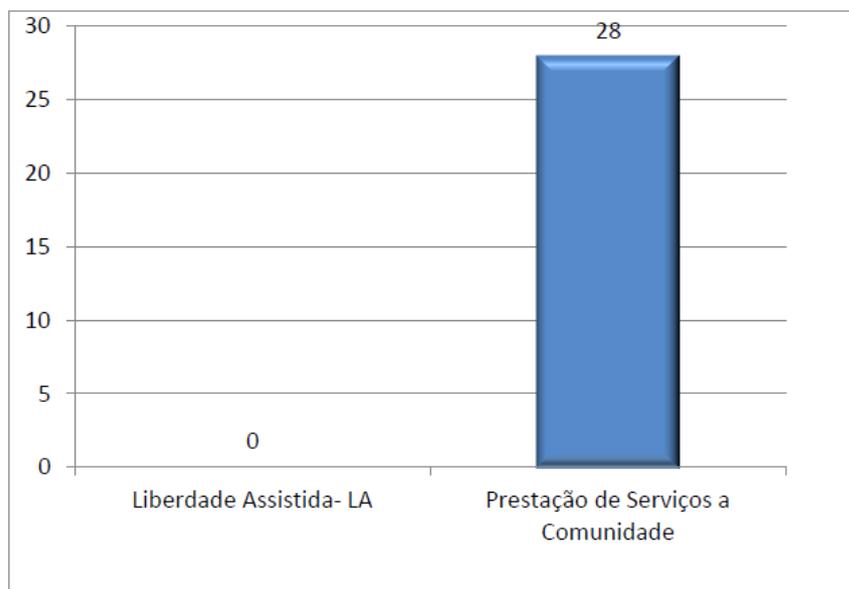


Figura 6.55. Medidas Socioeducativa.

Fonte: Divisão de Proteção Social Especial, 2023.

A figura abaixo demonstra os atendimentos equipe de Proteção Social Especial em relação a violação de direitos, observando que 36 atendimentos foram de criança e adolescentes, 25 atendimentos à idosos, 10 para pessoas com deficiências e 39 atendimentos à mulheres.

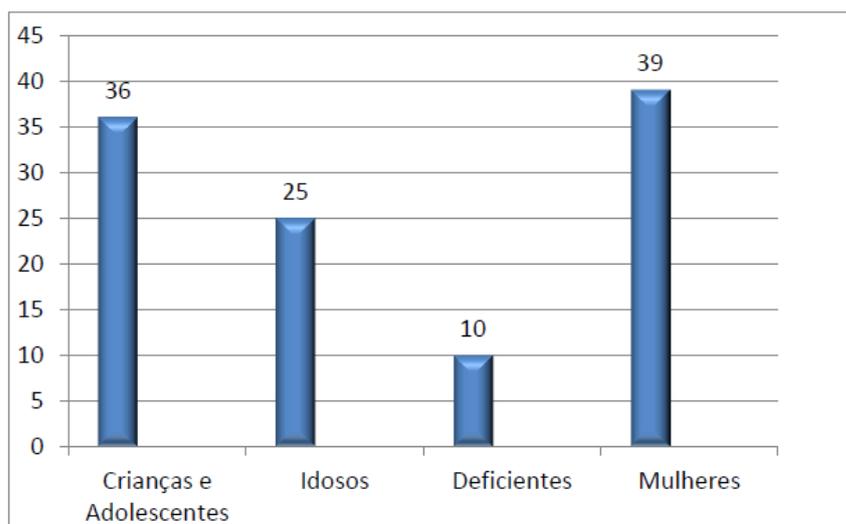


Figura 6.56. Procedimentos de violação de direitos

Fonte: Divisão de Proteção Social Especial, 2023.

A figura abaixo mostra os dados dos últimos 5 anos em relação à violência contra a mulher, sendo observado que no ano de 2022 foram registrados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná 270 procedimentos.

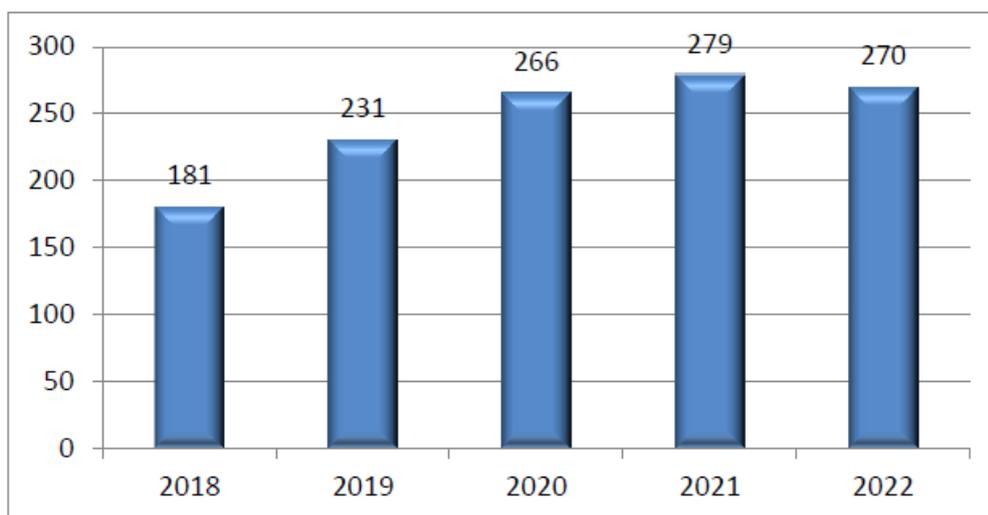


Figura 6.57. Violência contra a Mulher.

Fonte: SESP/IPARDES, 2023.

6.3.2.6. Conselho Tutelar

Órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na lei Federal



8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Em âmbito Municipal, é regido pelas disposições da Lei Nº 3.057/2013.

Tabela 6.33. Atendimentos Conselho Tutelar.

ATENDIMENTOS	
10/01/2022 a 31/12/2022	
Direito à Vida e a Saúde	375 atendimentos
Liberdade, Respeito, Dignidade	191 atendimentos
Convivência Familiar e Comunitária	997 atendimentos
Educação/ Cultura/ Esporte/ Lazer	480 atendimentos
Profissionalização e Proteção no Trabalho	12 atendimentos
Outros/ Visitas/ Cursos	616 atendimentos
TOTAL	1738 atendimentos

Conselho Tutelar de Matelândia, 2023.

Atualmente o Conselho Tutelar conta com 5 conselheiros atuantes.

6.3.2.7. Controle Social

Se trata da competência que tem a sociedade civil de intervir nas políticas públicas, em conjunto com o Estado, para determinar suas necessidades, interesses e monitorar a execução dessas políticas. Nesse sentido, é um instrumento e expressão da cidadania por intermédio de organizações sociais, em que há participação da própria sociedade. O direito da sociedade civil em participar na formulação das políticas públicas e no controle das ações do Estado está garantido na Constituição Federal de 1988 e regulamentado em leis específicas, como na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Estão vinculados a esta secretaria os seguintes conselhos:

1. Conselho Municipal de Assistência Social;
2. Conselho Municipal dos Direitos da criança e do adolescente;
3. Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;
4. Conselho Municipal de Habitação;
5. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
6. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.



6.3.2.8. Gestão Do SUAS

Na gestão do SUAS as atividades auxiliam o planejamento da política de Assistência Social realizando a análise e disseminação de informações sobre demanda e oferta de serviços; na Gestão do Trabalho com valorização do trabalhador, adequação dos processos de trabalho, educação permanente; e Monitoramento e Avaliação com o acompanhamento do desempenho dos serviços em relação às metas, a partir de indicadores de execução, de impacto e de qualidade.

6.3.2.8.1. Monitoramento E Avaliação

Conforme artigo 17 da NOB- SUAS/2012, o município tem a responsabilidade de “realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito; organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial” (NOB-RH SUAS, 2012).

Sendo assim, no âmbito do SUAS o monitoramento é uma atividade da Vigilância Socioassistencial, por meio do levantamento de informações sobre os serviços ofertados à população, observando aspectos de sua qualidade e de sua adequação quanto ao tipo e volume da oferta. O monitoramento é primordial para a identificação de problemas, bem como para subsidiar as estratégias de avanço da Política de Assistência Social no Município.

A avaliação é realizada por meio de pesquisa ou estudo sobre todas as situações que interferem no desenho da política de Assistência Social, abrangendo a gestão, os serviços, os programas, os projetos e os benefícios socioassistenciais. Seu objetivo é melhorar as atividades em andamento e dar subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras (BRASIL, 2006, p. 23).

A operacionalização do Monitoramento e Avaliação em Matelândia é realizada pelo Setor de Vigilância Socioassistencial, que tem o papel de coordenar a organização, os fluxos, os procedimentos e as responsabilidades do monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais. Existem ferramentas estruturadas e disseminadas, a nível federal, que auxiliam o monitoramento e análises dos indicadores municipais, tais como: Relatório Mensal de Atividades (RMA) o Senso SUAS, o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) a responsabilidade em alimentar estes sistemas são dos Municípios. E a partir das informações alimentadas nestes



sistemas, o governo federal gera Índice de Desenvolvimento dos CRAS e CREAS (IDCRAS e IDCREAS).

6.3.2.9. Considerações Finais

O Diagnóstico Socioterritorial apresenta os dados coletados pela Vigilância Socioassistencial referentes aos atendimentos realizados no ano de 2022. A elaboração partiu das informações dos números de atendimento da Política de Assistência Social do município extraídas de documentações próprias dos equipamentos bem como de fontes secundárias disponíveis nos diversos sites governamentais, entre eles, IBGE, CAGED e Sistemas do Ministério de Desenvolvimento Social, tais como, SUAS WEB, CECAD, RMA, entre outros.

A elaboração do Diagnóstico Socioterritorial teve como fundamentação as legislações federais, estadual e municipal e as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social.

A seguir serão apresentados os principais desafios da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação:

Proteção Social Básica:

- Capacitar 100% dos trabalhadores que atuam no PAIF;
- Ampliar o acesso dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais;
- Ofertar atividades de grupo para os indivíduos inseridos no PAIF;
- fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Ofertar atividades para indivíduos de 05 a 17 anos através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- Reorganizar o Serviço de Convivência para indivíduos de 05 a 17 anos;
- Ofertar atividades para idosos cadastrados no CADÚnico;
- Assegurar o acesso dos usuários aos benefícios eventuais;



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



- Ajustar a concessão dos benefícios eventuais às determinações da Lei Federal;
- Reestruturar a oferta de cestas básicas no CRAS;
- Attingir taxa de 90% do cadastramento famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no município de Matelândia;
- Attingir taxa de 90% do cadastramento famílias com beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no município de Matelândia;
- Acompanhar 60% das famílias com descumprimento de condicionalidades do Programa Auxílio Brasil (PAB);
- Aprimorar os serviços do CRAS;
- Atender 100% da demanda que busca informações sobre os serviços do CRAS dando os devidos encaminhamentos;

Proteção Social Especial:

- Implantação do Serviço Especializado de Assistência Social – CREAS;
- Acolhimento Institucional para idosos;
- Criação e implementação de protocolo de atendimento ao idoso para acolhimento institucional;
- Atendimento interdisciplinar à mulher vítima de violência;
- Ampliação e fortalecimento do grupo às famílias de pessoas idosas e com deficiência – REDESCOBRIR;
- Oferta de cursos/ oficinas ao público usuário da PSE;
- Divulgar e incentivar os adolescentes atendidos pela PSE ao ingresso no Programa Jovem Aprendiz;
- Realizar campanhas de prevenção à violência;
- Fortalecer e ampliar o serviço de abordagem a pessoa em situação de rua;
- Adequação física de acessibilidade, com melhoria hidráulica e elétrica do serviço



de acolhimento institucional de criança e adolescente;

- Estudo e implantação do Programa família acolhedora para idosos, crianças e adolescentes;

Gestão SUAS:

- Capacitação permanente dos profissionais e trabalhadores do SUAS.
- Ampliar equipes técnicas do SUAS na PSE média e alta complexidade; órgão gestor, PROFAM e CRAS.
- Garantir orçamento para a construção do CREAS.
- Ofertar espaços físicos adequados e estruturados nos equipamentos do SUAS.
- Estudo de viabilidade e implantação de sistema informatizado da rede SUAS.

6.3.3. Cultura

O município de Matelândia faz o atendimento do setor de Cultura através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que disponibiliza de uma Divisão de Cultura. Para o atendimento, a divisão de cultura conta com 1 chefe de divisão, 1 serviços gerais, 15 professores. O atendimento é realizado na Casa da Cultura- Unidade Centro.

6.3.3.1. Casa da Cultura – Unidade Centro

Localizada na Avenida Borges de Medeiros, nº 1.096, Centro de Matelândia/PR, a Casa da Cultura de Matelândia foi instituída em meados de 1993, ocupando desde então o antigo prédio do primeiro Fórum da Comarca de mesmo nome, que na ocasião encontrava-se ocioso. Há quase três décadas o espaço é utilizado pela Divisão de Cultura, integrada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o desenvolvimento de atividades artístico-culturais em diversos segmentos. Atualmente disponibiliza os serviços de violão, teclado, banda municipal com instrumentos de cordas, metais e percussão, ukulele, viola caipira, musicalização infantil, desenho, pintura, artesanato, balé, teatro, teatro infantil, coral adulto, dança nativista gaúcha em uma estrutura preparada para o atendimento dos munícipes de todas faixas etárias, sempre respeitando a diversidade cultural e as peculiaridades do ambiente social moderno.



Figura 6.58. Casa da Cultura – Unidade Centro.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Histórico de atividades da Casa da Cultura desde sua criação

- Oficinas de instrumentos (populares e clássicos);
- Oficinas de dança;
- Oficinas de desenho e pintura;
- Paixão de Cristo (Via Sacra);
- Canto do Saber (Festival de música na rede escolar);
- Festim (Festival de Teatro de Matelândia);
- Mostras de teatro;
- Apresentações de alunos e professores em eventos institucionais e em outras entidades de vários gêneros (música, desenho, teatro, dança, contação de histórias, etc);
- Espetáculos abertos de musicais: (Shrek (2015), O Circo (2016), Frozen (2017), Kingdom (2018), Rei Leão (2019), etc;



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



- Peças teatrais em ambientes internos: (A conquista do Oeste (2015), Etnias (2016), mostras de teatro (2017/2018/2019), O golpe 222, etc);
- Mostras itinerantes (desenho (2014 – 2019); desfiles de figurinos (2018);
- Apresentação cultural na passagem da Tocha Olímpica no município no ano de 2016;
- Desfiles Cívicos de 7 de setembro;
- Participações nos desfiles alusivos ao Natal;
- Organização e participações nas apresentações dos palcos culturais em feiras e quermesses do município;
- Cantatas de Natal com gravação própria de músicas tradicionais;
- Recepção de mostras, espetáculos e apresentações de vários segmentos culturais;
- Organização de palcos culturais em feiras e quermesses;
- Organização de bailes do município com eleição de Miss;
- Participação nas capacitações e reuniões promovidas pelo Ecomuseu para os gestores de cultura da Bacia do Paraná 3;
- Colaborações no sedimento do Fermop (Festival Regional dos Municípios do Oeste do Paraná).

6.3.3.2. Extensão da Casa da Cultura em Agro Cafeeira

Localizada na Avenida Governador Parigot, nº 400, Distrito de Agro Cafeeira, esta unidade descentralizada da Casa da Cultura disponibiliza os cursos de violão, desenho, pintura, teatro, teatro infantil e balé.



Figura 6.59. Extensão da Casa da Cultura em Agro Cafeeira.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

6.3.3.3. Atividades Culturais desenvolvidas no Município sob o patrocínio da Casa da Cultura

6.3.3.3.1. Setor Musical

O setor que conduz as atividades musicais trabalha com uma diversificada gama de cursos e oficinas, mesclando atividades teóricas e práticas, buscando o desenvolvimento da técnica e o estímulo constante ao talento individual dos alunos, em um ambiente de acolhimento e de trabalho árduo.

As atividades cotidianamente desenvolvidas são:

Aula de violão, teclado, viola caipira e ukulele

As oficinas são voltadas à leitura de cifras primando pelo aprimoramento da leitura à primeira vista, técnica instrumental, percepção musical e concentração. Tem como objetivo oportunizar o ingresso dos alunos na arte musical, despertando o gosto pela música e suas expressões e relacionando conceitos musicais elementares com contextos culturais variados.



Figura 6.60. Aula de violão, ukulele, teclado e viola caipira

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Também busca promover a compreensão de conceitos teóricos básicos como harmonia, melodia e ritmo; desenvolver a sensibilidade ao ritmo, percepção auditiva, coordenação motora e memória; conhecer diversos gêneros musicais e seus contextos históricos; dominar a leitura de cifras em nível iniciante e intermediário.

As aulas teóricas e práticas, a partir do repertório escolhido e apresentado em sala, fazem uso da exposição oral dos conteúdos com o auxílio de recursos audiovisuais, exercícios práticos com o instrumento e o uso de filmes e exemplos musicais para consolidação dos conteúdos.

Musicalização infantil

As aulas de musicalização visam proporcionar aos alunos o desenvolvimento do gosto pela música, investindo-lhes à compreensão da importância do som, do ritmo, em um ambiente de aprendizado praticado de forma prazerosa e espontânea.

As várias atividades (teóricas e práticas) programadas fazem uso de diversos ritmos, jogos musicais, contação de história e confecção de alguns instrumentos musicais com material reciclável. No planejamento aplicado, as aulas visam ensinar aos alunos por

meio de mecanismos que o auxiliem a externar sua linguagem, resgatar seus valores e desenvolver sua capacidade crítica, influenciando de forma positiva o meio em que vivem.



Figura 6.61. Aulas de musicalização infantil.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

As aulas valorizam o lúdico, onde a criança aprende brincando. Também são desenvolvidas aulas em grupo, onde são trabalhados temas como: as propriedades do som, timbre, intensidade, altura e duração, bem como suas variações.

Oficina de Percussão

Tem como objetivo formar alunos capazes de exercer a arte de tocar Instrumentos Musicais de percussão, desenvolvendo habilidades e competências nos campos musical, artísticos e culturais, com crianças, adolescentes, adultos e terceira idade.



Figura 6.62. Oficina de percussão.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

As aulas contêm exercícios teóricos e práticos: partituras, ritmos, coordenação motora, concentração e disciplina. Os alunos de percussão também integram a Banda Municipal de Matelândia.

Coral Municipal

O Coral Municipal de Matelândia é um projeto dedicado ao desenvolvimento da música e da cultura no município. Com o objetivo de incentivar a participação da comunidade em geral na promoção da arte do canto coral, o grupo é formado por pessoas com diferentes níveis de experiência ou habilidades musicais, sem formação prévia, a partir dos 14 anos de idade, por se tratar de coral adulto.

O projeto é mantido pela Secretaria de Educação e Cultura do Município e coordenado pela Maestrina Cleci Luft, graduada em música e com especialização em Regência Coral e técnica vocal, que trabalha com os integrantes do coral para proporcionar uma experiência musical enriquecedora e desafiadora.

Além das atividades de ensaio e preparação para apresentações promovidas e/ou solicitadas pelo município ou comunidade local, o Coral Municipal de Matelândia vem participando de encontros de corais promovidos por outros municípios da região Oeste do Paraná, representando a cultura municipal com qualidade técnica, musical e artística, buscando levar a arte do canto coral a diferentes públicos e espaços culturais ou sociais.



Figura 6.63. Coral Municipal.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

O Coral Municipal de Matelândia é, portanto, um importante projeto cultural mantido pelo município, disposto a proporcionar aos munícipes interessados, explorar e desenvolver as suas habilidades musicais com boa técnica vocal e com aprimoramento de repertório de boa qualidade.

Banda de Música

A Banda Municipal de Matelândia atualmente composta por cerca de vinte e cinco integrantes, iniciou suas atividades em 2013 e mantém-se atuante até os dias atuais. Conta com músicos que tocam instrumentos de metais, percussão e cordas, regidos pela batuta dos Maestros Samuel Rodrigues, Joelson Sônego e Bruna Soares. O vasto repertório elaborado inclui canções da música popular brasileira e internacional, do clássico e erudito. A banda municipal tem participado de eventos comemorativos e apresentações culturais tanto no município de Matelândia quanto fora de seus limites.



Figura 6.64. Banda municipal.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Canto Do Saber – Festival Estudantil de Música

No ano de 2014, a partir de uma iniciativa da Administração Municipal, em conjunto com Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ADENAM - Associação Defensora da Natureza de Matelândia, e o CAB - Comitê Gestor do Município em convênio com a ITAIPU BINACIONAL, foi desenvolvido e realizado a 1ª Edição do CANTO DO SABER – Festival Estudantil de Música.

O Festival foi inserido no cronograma de atividades do projeto "Encontros e Caminhos 2014" que comemorava a 10ª edição do CULTIVANDO ÁGUA BOA, programa desenvolvido pela Itaipu Binacional, que apoia e aplica objetivos de desenvolvimento sustentável, com ampla participação de parceiros. O programa Encontros e Caminhos contemplou inúmeros projetos nos 29 municípios pertencentes à Bacia do Paraná 3 que promoviam iniciativas em diversas vertentes socioambientais.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Pensando em ações que envolvessem educação ambiental e cultura, foi criado o Festival de Música que envolvesse conceitos socioambientais, e como público alvo a comunidade escolar, local que foi considerado importante para a realização da atividade pelo potencial de impacto na comunidade.



Figura 6.65. 7ª edição do Canto do Saber.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Destinado aos alunos das redes de ensino pública e privada do município de Matelândia, compreendendo a pré-escola ao 9º ano do ensino fundamental, bem como o ensino médio, o Canto do Saber foi dividido em 6 (seis) categorias: Colibri, Canário, Sabiá, Uirapuru, Rouxinol e Gralha Azul.

Foram realizadas etapas classificatórias em todas as escolas e colégios do município, contemplando todas as áreas (rural e urbana), onde eram selecionados os representantes de cada instituição, por categoria. Ao final de toda a trajetória foi realizada a Grande Final do Canto do Saber, onde as escolas concorriam entre si.

A cada classificatória todos os participantes ganharam medalhas de participação e os primeiros lugares também ganharam troféus. Além disso, a cada apresentação de categoria, era repassado um vídeo educacional sobre o pássaro representante, acompanhado de conceitos socioambientais.

Com a adesão da comunidade e do grande sucesso do projeto, novas edições foram realizadas com recursos próprios anualmente (com exceção do recesso devido a

Pandemia Covid-19). Novos elementos foram incorporados, como premiação em dinheiro, e a Grande Final entrou para o calendário oficial de aniversário do município, sendo atividade integrante da IX Quermesse de Inverno, ao mesmo tempo em que novas instituições foram integradas de forma inclusiva como a APAE, por exemplo.

6.3.3.3.2. Setor de Artes Visuais

As artes visuais em nosso município são aplicadas nas oficinas de Desenho Artístico, Pintura e também Artesanato.

Oficina De Desenho Artístico

Esta oficina visa levar o aluno a desenvolver sua capacidade de expressão através do desenho; ampliar seu raciocínio visual, seu domínio sobre suas próprias soluções gráficas, estimulando uma consciência crítica e informativa sobre a arte.



Figura 6.66. Oficina de Desenho artístico.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

O desenho como modo de “pensar” o espaço e a matéria, objetiva desenvolver a capacidade de expressão e sentimentos do aluno. O desenho como instrumento de observação e análise das formas; como processo criativo e como meio de representação. O desenho como meio de expressão do pensamento, como processo da percepção visual. O desenrolar do curso baseia-se em, o aluno aprender usar sua coordenação motora a seu

favor, com rabiscos e exercícios que vão auxiliá-lo desde os primeiros esboços, rabiscos, quadriculados e até o desenho livre, experimentando os diversos recursos disponíveis para o exercício desta arte.

Oficina De Pintura Em Tela Base

O principal objetivo das oficinas de pintura em tela é proporcionar ao aluno a possibilidade de desenvolver o domínio das técnicas de pintura a óleo com ênfase na criatividade e na experimentação.

O Curso de Pintura capacita o aluno com técnicas e conhecimentos para trabalhar em uma expressão mais aguçada, além de habilitá-lo a criar as mais diversas formas em superfícies bidimensionais. A pintura é a representação visual de algo ou alguém através de cores bem distribuídas.



Figura 6.67. Oficina de pintura em tela base.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Algumas possibilidades apresentadas pelo Equilibrar as emoções: pintar relaxa o corpo, afasta os pensamentos ruins, libera emoções e também é uma ótima fonte de satisfação pessoal. Estimular a memória: combinar as diferentes cores, assimilar as técnicas e movimentos manuais, além de serem tarefas prazerosas, são um verdadeiro



exercício para o cérebro. Ajuda na coordenação motora fina e espacial da criança e até do adulto.

Na oficina de pintura em tela, o aluno já inicia fazendo uso dos materiais base, para reconhecimento do material como pincéis, tela, secantes e solventes, As primeiras obras serão de mistura de cores primárias e secundárias, mesclando-as entre si. Neste momento ele entende como a combinação de cores resulta em outras cores, obtendo assim todos os tons necessários para a criação de paisagens, flores, natureza morta, animais e até figuras humanas nesta ordem de aprendizado.

Curso de Artesanato para Mulheres

Os alunos, nestas atividades, desenvolvem aptidões diversas, como atenção ao detalhe, coordenação, habilidades manuais, senso estético, além de aprenderem sobre os materiais utilizados e resolução de desafios com materiais reciclados ou retirados da natureza.

Além de ser uma peça cultural de extrema importância para reforçar a cultura de um povo, o artesanato é, também, um importante vetor de desenvolvimento econômico e social, pois, muitos artesãos criam produtos e vivem da renda do seu produto criativo, estimulando uma economia que não para de crescer.

O artesanato é uma atividade manual que não requer o uso de máquinas para criar peças e produtos. Ele transforma matérias-primas em utensílios para os consumidores.

A oficina de artesanato da comunidade de Agro Cafeeira é composta por 10 mulheres, que durante as aulas já confeccionaram utensílios com material reciclado, como caixas decoradas, potes com biscuit, coelhos de feltro, porta xícaras de MDF e panos de prato de patch applique.

6.3.3.3. Setor de Artes Cênicas

Oficinas de Teatro

Através da inclusão do lúdico, as oficinas de teatro visam apresentar ao aluno como a criatividade e a imaginação podem auxiliar o aluno a desenvolver as características necessárias para a interpretação de personagens em textos e obras teatrais.

As atividades incluem o desenvolvimento da técnica relacionada à expressão corporal, posição no palco e interação com outros agentes, de forma a fomentar a

autoconfiança e também a confiança com seu colega de cena, oportunizando ao aluno viajar no universo da história, e assim criar a identidade de seu personagem.

Os figurinos são desenvolvidos aproveitando a criatividade dos alunos que participam do processo de confecção desses elementos. As técnicas para a fala vem de acordo com a necessidade do aluno onde o trabalho será de aquecimento vocal, trava línguas e o falar, contar, expressar. Outra técnica aplicada em aulas consiste na apresentação de filmes e peças teatrais ao vivo ou gravadas, com o objetivo de mostrar aos alunos a importância da empatia e também o aprendizado pela observação da técnica de seus alunos.



Figura 6.68. Oficinas de Teatro.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

Espectáculos Realizados

Ao final do mês de dezembro, próximo ao Natal, a Casa da Cultura realiza sua tradicional peça de encerramento de fim de ano. As peças são adaptações livres de filmes consagrados e de êxito de bilheterias, dentre os quais Shrek, Rei Leão, Madagascar e Mágico de Oz, levando até o público a magia dos clássicos do cinema de animações. Nas produções estão envolvidas todas as oficinas da Casa da Cultura, alunos e professores, cada qual contribuindo para a melhor execução e desempenho do projeto, que demanda tempo e energia para a sua realização. A peça traz em seu enredo necessariamente uma referência ao Natal e as simbologias natalinas, inserindo seu conceito na trama da peça, pois é o Natal uma festa cristã tradicional e religiosa que a Casa da Cultura faz questão de abordar e representar.



Figura 6.69. Espetáculos realizados.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

6.3.3.3.4. Dança

Oficina de Ballet

O ensino do ballet clássico é algo que vai além do ensino da dança, pois em seu desenvolvimento se torna vital englobar trabalhos sobre aspectos gerais da criança/adulto, como coordenação motora fina e ampla, postura, condicionamento físico, fortalecimento muscular, concentração, atenção, agilidade, ritmo e até mesmo disciplina. Além dos objetivos e métodos, o ballet é uma arte, que permite a criatividade e a liberdade da imaginação. Onde cada aula é uma descoberta sobre potencialidades e superações, que acontece de forma alegre e descontraída.



Figura 6.70. Oficinas de Ballet.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

A metodologia aplicada para a realização das aulas é primeiramente a explanação sobre os conteúdos e a explicação dos mesmos, de forma oral, escrita e com o desenvolvimento físico dos movimentos e exercícios. Posterior à identificação dos conteúdos, teremos inúmeras atividades para a potencialização e assimilação dos mesmos, cada turma com seu respectivo nível.

Dança Folclórica Gaúcha

Realizada no C.T.G. Querência Nova, com o apoio da Casa da Cultura, contamos com as seguintes internadas:

Invernada Pré-Mirim – Turma até 8 anos

Invernada Mirim – Turma de 8 a 12 anos

Invernada Juvenil – Turma de 13 a 17 anos

Invernada Adulta – Turma acima de 18 anos

As danças ou coreografias, são iniciadas com a marcação dos passos, peões e prendas separadamente, após a fixação dos movimentos básicos e avançados para junção de pares, onde os movimentos antes executados separadamente são unidos aos respectivos pares.

Após os pares estarem com o movimento fixados, passamos para a etapa de conjunto (grupo), trabalhando a harmonia em conjunto, alinhando e sincronizado os movimentos com o grupo.



Figura 6.71. Dança Folclórica Gaúcha.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2023.

A última etapa do processo de dança, está na interpretação da mesma, que depende do ciclo coreográfico, nesta etapa desenvolvemos a arte cênica com os integrantes, envolvendo expressão facial e corporal.

6.3.4. Esporte e Lazer

O município de Matelândia faz o atendimento do setor de esporte e lazer através da secretaria de esportes que disponibiliza, além do secretário, de 11 professores de educação física, 4 servidores serviços gerais e 01 auxiliar administrativos.

As infraestruturas do município de esporte e lazer são:

6.3.4.1. Ginásio Municipal

Localizado na Rua Ipanema nº 743, bairro Vila Pinto, o ginásio disponibiliza infraestrutura para a prática do futsal, voleibol, basquetebol, badminton e academia de Luta.



Figura 6.72. Ginásio Municipal.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.2. Ginásio Olivo Constantino Biazus

Localizado na Avenida Getúlio Vargas, bairro Vila Nova, o ginásio disponibiliza infraestrutura para a prática do futsal e basquetebol.



Figura 6.73. Ginásio Olivo Constantino Biazus.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.3. Ginásio São Cristóvão

Localizado No Bairro São Cristóvão, Rua Mato Grosso s/nº. Ginásio disponibiliza infraestrutura para a prática do Futsal, Handebol e Ginástica Rítmica e Ginástica.



Figura 6.74. Ginásio São Cristóvão.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.4. Ginásio Agro Cafeeira

Localizado no Distrito de Agro Cafeeira, o ginásio disponibiliza infraestrutura para a prática do futsal e handebol. O Ginásio pertence a ACOMAC- Associação dos Moradores de Agro-Cafeeira, que faz a permissão do uso á Prefeitura Municipal para treinos de futsal e handebol.



Figura 6.75. Ginásio Agro Cafeeira.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.5. Estádio do Aymoré

Localizado na Avenida Getúlio Vargas, bairro Vila Nova, o ginásio disponibiliza infraestrutura para a prática do futebol. O estádio é propriedade privada e é cedido à Prefeitura Municipal treinos de futebol e jogos.



Figura 6.76. Estádio Aymoré.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.6. Atividades Existentes No Município

6.3.4.6.1. Projeto saúde e movimento

O Projeto “Saúde e Movimento” estão em ação há mais de 08 anos tendo sido criado por iniciativa de professores de Educação Física da Secretaria municipal de Esportes de Matelândia, motivados em se integrar à comunidade numa ação de extensão.



Figura 6.77. Projeto saúde e movimento.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

Com diferentes propósitos e formatos ao longo do tempo, atualmente o projeto acontece três vezes por semana, nas comunidades (Rio Xaxim, Vila Esmeralda, São Roque, Marquezita, Agro Cafeeira, Bairro São Cristóvão, Bairro Jardim Tropical, Bairro Vila Nova e Clube do Vovô centro., na forma de aulas que alternam a prática de Ginástica Localizada, Ritmos e Alongamento, ministradas pelas Professoras da Secretaria Municipal de Esportes.

6.3.4.6.2. Projeto Hidroginástica

Acontece no Centro De Atendimento Terapêutico Integrado, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Saúde, coordenados pelas professoras: Vanessa Trovan, Josiane Biff e Angêla Falleti.

A hidroginástica é um conjunto de exercícios dentro da água. Em síntese, combina atividades aeróbicas com ginástica localizada. Portanto, ao ser praticada em piscina, não tem impacto nas articulações. Por isso, a hidroginástica na terceira idade é tão recomendada.

Os exercícios no interior da água são os mais variados. E não são apenas para as pernas. Pelo contrário, os braços e outros músculos também trabalham. Ora com o uso de objetos, ora sem. Entre os artigos estão caneleiras, halteres, flutuadores e os macarrões de piscina.



Figura 6.78. Projeto Hidroginástica.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.6.3. Escolinha de Futebol de Campo

Composto pelos treinadores: Jaime Jr. Bózio

A atividade desenvolve trabalho social e de integração. Atendendo cerca de 100 crianças, pré-adolescentes e adolescentes. Nos períodos de contra turno de aula nas escolas. Local de atendimento, Campo do Aymoré e Campo São Cristóvão.



Figura 6.79. Escolinha de Futebol de Campo.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.6.4. Escolinha de Voleibol

Composta pelo treinador de voleibol: Alexandre Kamei.

As atividades desenvolvem trabalho social e de integração. Atendendo cerca de 50 crianças e adolescentes. Local de atendimento, Ginásio Municipal de Esportes.



Figura 6.80. Escolinha de Voleibol.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.6.5. Escolinha de futsal

Composta pelo treinador: Saulo Vitor Domingos Campos, Jaime Jr Bózio e Patricia Ampessan.

As atividades desenvolvem trabalho social de integração e rendimento preparando atletas para competições regionais e estaduais, atendendo cerca de 400 crianças, pré-adolescente e adolescente, nos períodos de contra turno de aulas nas escolas. Local de atendimento, Ginásio Municipal de Esportes, Ginásio Olivão e Quadra Escola Ebehardo em Agro Cafeeira.



Figura 6.81. Escolinha de Futsal.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

2.5.2.6. Escolinha de Handebol

Composta pela treinadora: Tatiana Morais

As atividades desenvolvem trabalho social de integração e rendimento preparando atletas para competições regionais e estaduais, atendendo cerca de 100 crianças, pré-adolescente e adolescente, nos períodos de contra turno de aulas nas escolas. Local de atendimento, Ginásio de Esportes Agro Cafeeira, na Escola Estadual Rui Barbosa e no Ginásio São Cristóvão.



Figura 6.82. Escolinha de Handebol.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

2.5.2.7. Treinamento Esportivo de Rendimento Adulto

Composta pelo treinador: Jaime Jr. Bózio, Saulo Vitor domingos Campos, Tatiana Morais e Patricia Ampessan.

Ofertado treinamento esportivo de rendimento para as modalidades de Futsal e Futebol, masculino e feminino, Handebol masculino e feminino, Bocha masculino, Basquetebol masculino e Bolão Masculino. Apoio também a artes marciais visando representar o município em competições a nível municipal, regional e estadual.



Figura 6.83. Treinamento Esportivo de Rendimento Adulto Masculino.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.



Figura 6.84. Treinamento Esportivo de Rendimento Adulto Feminino.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.7. Promoção de Eventos Esportivos

6.3.4.7.1. Cicloturismo - Adetur

O Cicloturismo é um evento em parceria com a ADETUR, com o objetivo de promover um passeio de bicicleta pelos pontos turísticos do município de Matelândia, envolvendo mais de 300 ciclistas.



Figura 6.85. Cicloturismo - Adetur.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.8. Campeonatos Municipais

Há competições municipais realizadas no município como forma de integração e lazer aos desportistas. Atende aproximadamente 1000 atletas divididos nas mais diversas modalidades futsal, futebol sete, futebol de campo e categorias de base.



Figura 6.86. Campeonatos Municipais.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.9. Playground na Praça da Cultura e na Biblioteca em Agro Cafeeira

Os parquinhos infantis são muito importantes para o desenvolvimento das crianças. Mais do que um passatempo divertido, o parquinho de escola também ajuda na

coordenação motora, na socialização da criança e na percepção do mundo que tem à sua volta.



Figura 6.87. Playground infantil.

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.4.10. Academia da Terceira Idade (ATI)

As Academias da Terceira Idade (ATI), vem de encontro da população para a prática da atividade física, ajudando a melhorar a qualidade de vida e autoestima da nossa população. São 16 academias espalhadas pelo município. Sendo na cidade e também no interior.



Figura 6.88. Academia da Terceira Idade (ATI).

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte, 2023.

6.3.5. Segurança Pública

A segurança pública tem suas atividades primordialmente preventivas e de Participação comunitária, visando a proteção social e a melhoria da qualidade de vida da População pela efetivação de um verdadeiro estado de segurança.

A segurança pública no Plano Diretor Municipal é essencial para a criação de uma cidade mais segura e organizada. Através de um planejamento integrado e participativo, é possível desenvolver políticas e ações que promovam a segurança e a qualidade de vida dos habitantes.

Na área da segurança pública Matelândia conta com o 6º Batalhão de Polícia Militar. A estrutura física da Polícia Militar localiza-se na Avenida Borges de Medeiros, 1575, Centro, Matelândia-PR.

O 6º Batalhão de Polícia Militar de Matelândia conta com 02 Policiais militares e 01 viaturas.



Figura 6.89. 6º Batalhão de Polícia Militar de Matelândia – PR.

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2024.

O município disponibiliza também da Delegacia de Polícia Civil De Matelândia, localizada na Rua Napoleão Laureano, 764, em Matelândia-PR.



Figura 6.90. Delegacia de Polícia Civil De Matelândia.

Fonte: Farol 14 Consultoria em Projetos, 2024.

Segundo dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), o município de Matelândia registrou em 2023, em sua maioria, crimes de ameaça e de furto, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 6.34. Tipos de crimes em Matelândia-PR no ano de 2023.

Tipo de Crime	Número de Ocorrências em 2023
Armas de fogo apreendidas	11
Crimes de ameaça	190
Crimes de estelionato	123
Crimes de estupro	13
Crimes de furto	166
Crimes de lesão corporal	113
Crimes de roubo	29
Furtos de veículos	15
Ocorrências envolvendo tráfico de drogas	11
Ocorrências envolvendo uso/ consumo de drogas	14
Perturbação do sossego/tranquilidade	49
Roubos de veículos	20

Fonte: SESP, 2024.



Em relação ao tipo de morte, observa-se apenas 2 ocorrências de homicídio doloso no ano de 2023, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo.

Tabela 6.35. Tipos de mortes em Matelândia-PR no ano de 2023.

Tipo de Morte	Número de Ocorrências em 2023
Vítimas de Homicídio Doloso	2
Vítimas de Roubo com Resultado de Morte (Latrocínio)	0
Vítimas de Lesão Corporal com Resultado de Morte	0
Vítimas de Feminicídio	0
Vítimas de Homicídio Doloso no Trânsito	0

Fonte: SESP, 2024.

Quando observadas as ocorrências de tipo violência, observa-se que o município necessita trabalhar campanhas de prevenção e conscientização em relação á violência contra mulher, já que se pode notar que em 2023 foram notificados 320 casos de violência contra a mulher e 125 casos de violência doméstica contra a mulher.

Tabela 6.36. Tipos de violência em Matelândia-PR no ano de 2023.

Tipo de Violência	Número de Ocorrências em 2023
Vítimas contra a Mulher	320
Violência Doméstica	135
Violência doméstica contra a mulher	125
Violência sexual	18

Fonte: SESP, 2024.

6.3.6. Saúde

O município de Matelândia-PR, está na área de abrangência da 9ª Regional de Saúde com sede na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná e compõem 9 municípios.



Figura 6.91. 9ª Regional de Saúde.

Fonte: Adaptado de Secretaria Municipal de Saúde do Paraná.

Em Matelândia a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e o órgão responsável por coordenar e executar a Política Municipal de Saúde em consonância com as diretrizes definidas pelo SUS explicitadas na Lei Orgânica do Município.

Segundo a Lei Municipal nº 3.572/2015 a Secretaria Municipal da Saúde compõe-se das seguintes unidades administrativas:

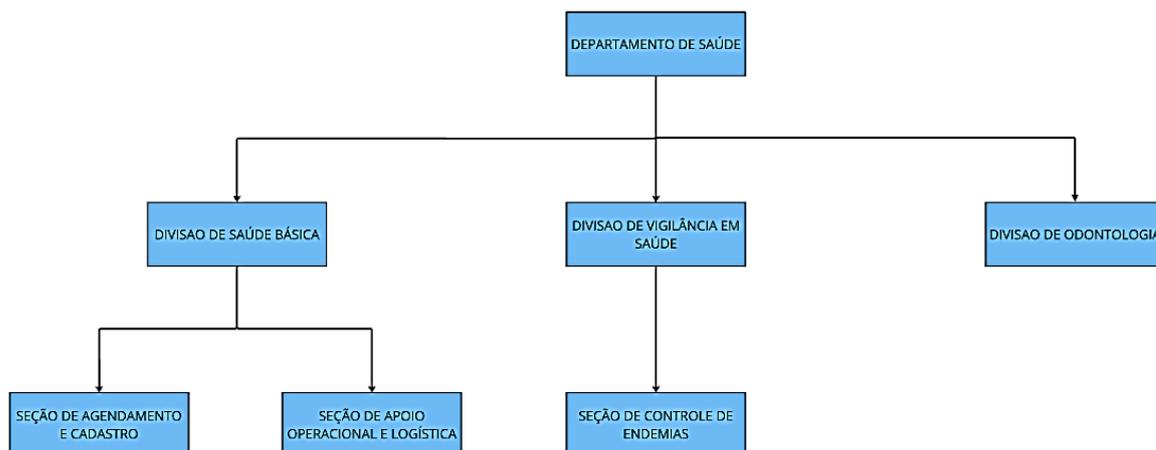


Figura 6.92. Organograma da Secretaria da Saúde Segundo Lei Municipal nº 3.572/2015.

Fonte: Adaptado de Lei Municipal nº 3.572/2015.

Embora esta seja a estrutura formal estipulada em Lei, muitas ações e funções são exercidas de forma divergente, devido principalmente ao crescimento populacional e ao surgimento de novas áreas da saúde as quais devem ser abrangidas de acordo com Leis/Normas Federais e Estaduais, sendo atualmente empregado o organograma apresentado a seguir.

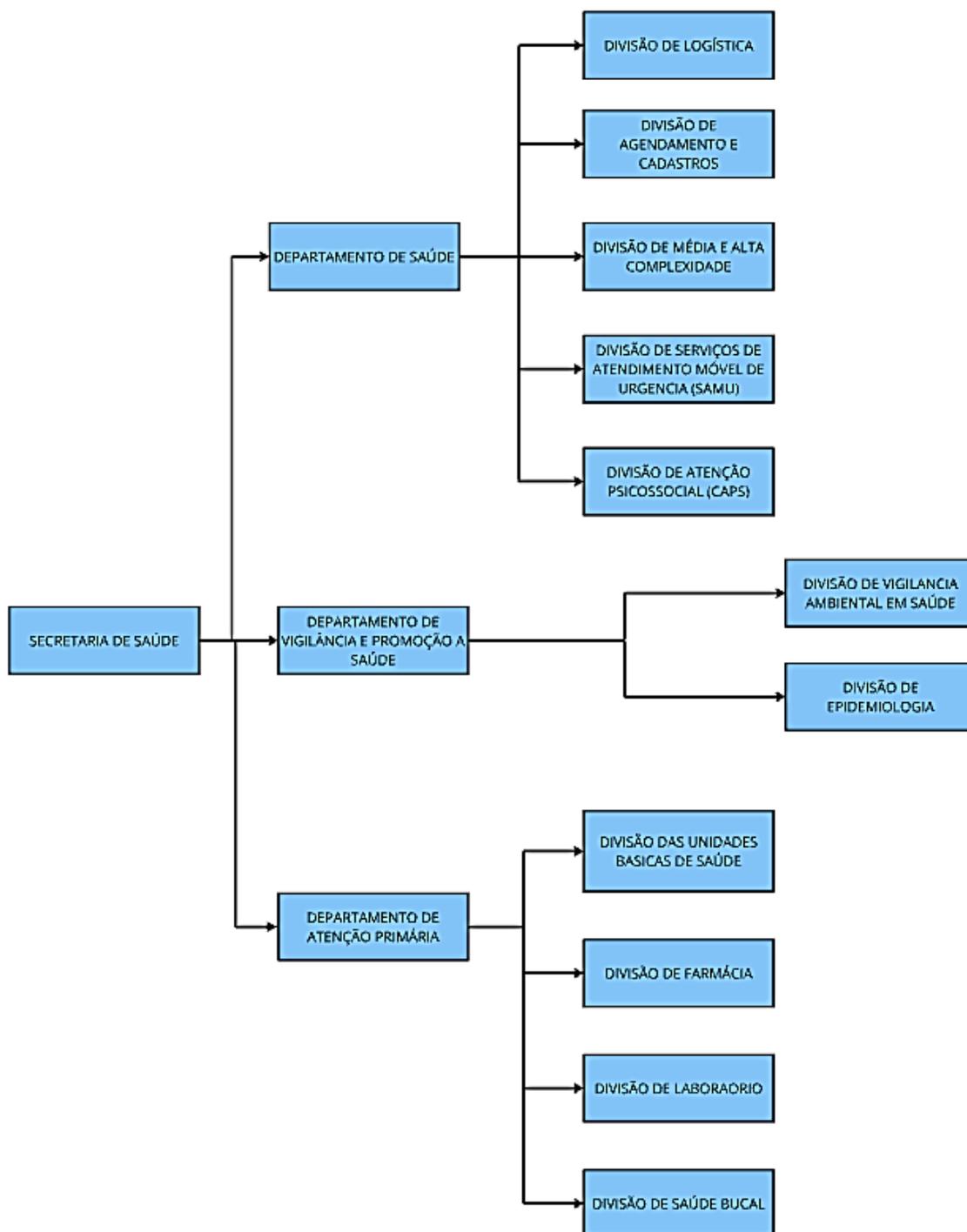


Figura 6.93. Organograma da Secretaria da Saúde em Vigor.

Fonte: Adaptado de Secretaria Municipal de Saúde.

Mesmo com o organograma adotado atualmente, se observa a necessidade de uma reestruturação da Secretaria, no intuito de contemplar os departamentos por funções

desenvolvidas. Com base nisto a Secretaria Municipal de Saúde, através do Plano Municipal de Saúde estipulou o novo organograma abaixo demonstrado.

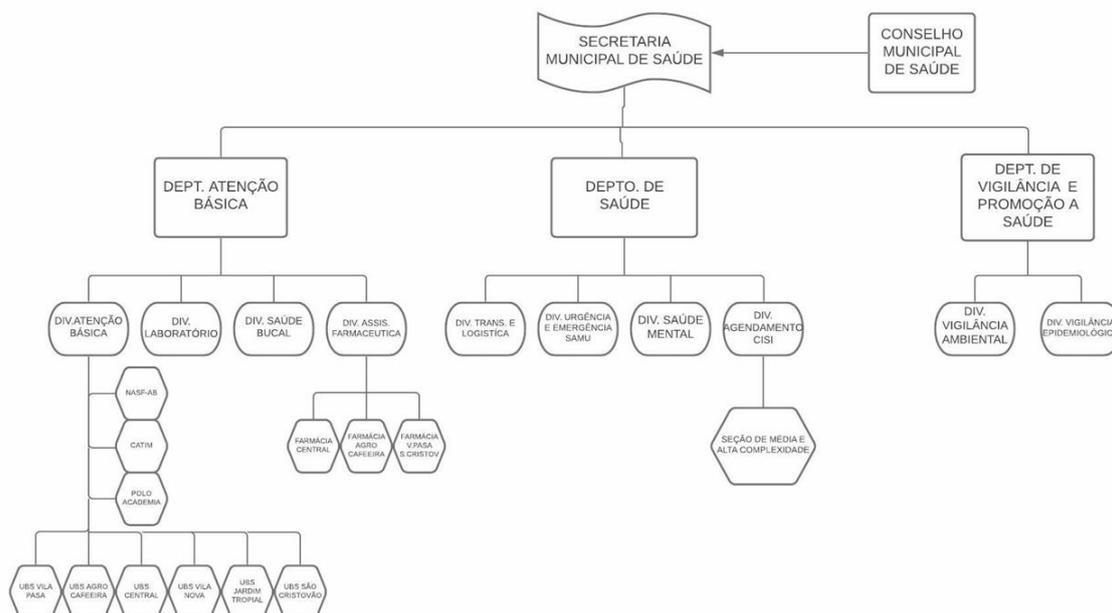


Figura 6.94. Organograma Proposto Secretaria Municipal de Saúde.

Fonte: Plano Municipal de Saúde.

6.3.6.1. Histórico Da Saúde

Matelândia alcançou o status de município em 25 de julho de 1960 e somente em 15 de abril de 1969 através da Lei nº 27/1969 é que foi criada a Secretaria de Educação Cultura e Saúde.

Nesta época era denominado de Posto de Saúde, onde era de total responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, sendo que todos os funcionários da época eram do Governo Estadual e tinha caráter contributivo, e a população que usufruía dos serviços eram somente as pessoas que contribuía e que tinham a carteira do INAMPS.

Diante desta realidade, os próprios pioneiros tomaram a iniciativa de criar uma Casa de Saúde, através de uma associação sem fins lucrativos, que posteriormente veio a se tornar o Hospital Nossa Senhora do Caravaggio, que atendia a população geral, com cunho filantrópico.

Como em todo o país, a partir da década de 70 e durante a década de 80 foram instituídos vários movimentos e organizações da sociedade civil e profissionais ligados à



política de saúde, que culminou na promulgação da Constituição de 88 e posteriormente com o próprio SUS.

Em Matelândia também tal movimentação ocorreu, embora de forma mais lenta, mas vindo a gerar modificações, como a criação de um cargo em comissão do Diretor de Saúde e Bem-Estar. Era a saúde de Matelândia começando a se estruturar, o que foi formalizada através da Lei nº 446/80. Além disso, tanto o posto de saúde quanto o hospital passaram a ter de ser normatizados de acordo com as legislações do Estado do Paraná e Ministério da Saúde.

Com a Constituição Federal de 1988 o país como um todo e principalmente os municípios passaram por uma ampla reforma no que toca a saúde, podendo-se inclusive anuir que esta foi uma das maiores conquistas trazidas pela Carta Magna, a saúde como direito de todos, o que vai se consolidar com a Lei nº 8.080/1990 criando o Sistema Único de Saúde (SUS).

Desta forma a década de 90 é marcada pelo processo de municipalização do SUS e as ações de estruturação da Atenção Básica de Saúde, que é o carro-chefe da saúde nos municípios. Assim, Ministério da Saúde cria em 1994 o Programa Saúde da Família (PSF) como uma estratégia de conversão do modelo assistencial no intuito de organizar os outros níveis de atenção.

Matelândia se destacou neste aspecto, aderindo prontamente a proposta do Ministério da Saúde, iniciando o processo de implantação do PSF em 1998 e vindo a alcançar em 2000, 100% de cobertura.

O PSF foi implantado no município de forma gradativa e experimental, iniciando com a criação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na Vila Pasa, abrangendo as comunidades de : Jardim Itália, Jardim Municipal e São Cristóvão e as comunidades rurais da Linha Tibola, Linha Cozer, Pedreira Itatiba e Pedreira Dal Pozzo.

Em 01/06/1998 implantou-se a 2ª equipe de PSF na UBS localizada em Agro Cafeeira, às margens da BR 277, abrangendo a área rural compreendida pela Vila Esmeralda, Rio Xaxim, São Roque, Vila Rural Santa Maria, Linha Vacaria e Silva Jardim. Em meio a esta região ocorreu a invasão na Fazenda Boito, uma área de ocupação do Movimento Sem Terra (MST), atualmente denominado acampamento Chico Mendes que chegou a ter cerca de 400 famílias, população flutuante, sem condições de saneamento



básico, oriundo de diversos locais, que vivem em esquema de rodizio populacional entre outros grupos de assentamentos.

E em março de 200, foram criadas mais duas equipes de PSF, alcançando-se 100% da população nesta nova sistemática de saúde, sendo a Equipe 03 – Unidade Central – Centro, Vila Sapó, Vila Pinto, Rio Sabiá, Barreirão e a Equipe 04 – UBS “Enfª Lurdinha” Vila Nova – abrangendo as comunidades de Vila Nova, Linha Alegre, Cruzeirinho, Parte Barreirão e BR 277.

Em 2012 devido ao aumento populacional foi criada a Equipe 05 – UBS “Ademir Lazarotto” Jardim Tropical – contemplando os bairros Jardim Tropical, Jardim Guairacá e as comunidades de Linha Ouro Verde, Linha Panizzon, Linha Giasson e parte do Rio Sabiá.

Estas 05 equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF possuem Saúde Bucal em sua composição, sendo (res equipes modalidade I, sendo ESF Agro Cafeeira, Jardim Tropical e Vila Pasa e duas equipes modalidade II, sendo a ESF Central e Vila Nova), o que foi satisfatório por longo período até que em 2020 a demanda veio a gerar a necessidade de uma nova ESF, agora junto ao Bairro São Cristóvão, dividindo-se assim a população da UBS Vila Pasa em duas Equipes, a ESF Vila Pasa e a ESF São Cristóvão.

Desta forma Matelândia atualmente dispõem de uma Rede Municipal de Saúde constituída por 06 UBSs com 06 ESF e 05 USB, duas unidades de extensão, uma junto a Vila Esmeralda e outra junto a Marquesita, Uma Academia de Saúde, um Centro de Atendimento Integrado de Matelândia (CATIM) com fisioterapia e piscina, um Núcleo de Apoio as Estratégias Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), 01 Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS, um Laboratório de Análises Clínicas Municipal, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e mais o Hospital Padre Tezza, entidade privada, sem fins lucrativos e presta serviços ao SUS.

6.3.6.2. Diagnóstico Epidemiológico

Em Matelândia, a Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica tem buscado construir indicadores de saúde, a partir das informações obtidas das fontes notificadoras e, que são armazenadas em sistemas de informações específicos, como o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).



Desta forma, com base nos dados do SINASC, pode-se observar em relação a crianças cujas mães residem em Matelândia que se tem mantido o número de nascidos vivos, somente em 2020 observa-se um grande decréscimo, de 37,67% em relação ao ano anterior, não sendo elucidado seus motivos.

Tabela 6.37. Informações sobre nascidos vivos, de mães residentes no Município de Matelândia

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Número de nascidos vivos	336	304	316	196	298	259	248
Mães de 15 a 19 anos	39	45	46	27	29	29	19
Mães de 10 a 14 anos	3	0	0	1	1	1	2
Nascidos vivos com baixo peso ao nascer	23	11	21	11	33	11	10
Nascidos vivos por parto Cesário	243	229	214	132	209	186	181
Nascidos vivos por parto normal	93	75	102	64	89	73	67

Fonte: SINASC, Ministério da Saúde, DATASUS.

Verifica-se que nos Últimos 4 anos o município conseguiu manter um percentual muito baixo de adolescentes de 10 a 14 anos grávidas, assim como vem diminuindo o percentual de mães de 15 a 19 anos no mesmo período.

Embora observa-se redução nos índices de mães adolescentes, ainda há necessidade de traçar estratégias dentro de políticas públicas, para um trabalho intersetorial na prevenção de vulnerabilidades sociais, de forma a cobrir o vazio assistencial presente nesta faixa etária. A principal estratégia de saúde utilizada nos últimos anos foi de aumentar o acesso a contraceptivos, inclusive o Dispositivo Intra Uterino (DIU), o que de fato obteve um resultado positivo, tendo caído a taxa de gravidez na adolescência entre os 10 a 19 anos.



Em relação aos dados referentes aos nascidos vivos com baixo peso (menos de 2.500 g), o melhor resultado obtido foi em 2023, com apenas 4% dos nascidos vivos nesta situação.

Quanto as causas, no município a principal se refere a problemas gestacionais como hipertensão, tabagismo e alcoolismo, causas estas que são melhor trabalhadas na Atenção Básica.

Outra questão relevante em saúde pública refere-se a mortalidade e suas causas, e desta forma o SIM, possibilita identificar, em uma série histórica, as principais causas de mortalidade no município.

Segundo os dados disponibilizados pelo SIM, o município de Matelândia apresenta como principal causa de mortalidade da população, doenças do aparelho circulatório e neoplasias durante os anos analisados, seguidas de causas externas e doenças do aparelho respiratório.

Destaca-se como as principais causas das mortes o infarto agudo do miocárdio, o acidente vascular cerebral e encefálico e a hipertensão arterial sistêmica em relação a neoplasias, apresentam maior taxa as ligadas ao aparelho digestivo, geniturinário e respiratório.

Tabela 6.38. Principais Causas de Mortalidade

	Ano						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Óbitos	100	107	100	101	163	150	109
Doenças							
Ap. Circulatório	24	22	31	28	29	51	27
Neoplasias	24	20	14	15	18	21	17
Causas Externas	17	18	12	10	19	16	14
Doenças							
Ap. Respiratório	12	17	8	10	13	19	11

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET/DIGISUSGESTOR).



O Ministério da Saúde, estabelece que a Taxa de Mortalidade Infantil é geralmente classificada em alta (50 ou mais), média (20-49) e baixa (menores de 20), em função da proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas.

O município tem tido uma baixa taxa de mortalidade infantil, exceto no ano de 2018, cuja principais causas eram consideradas evitáveis, motivo pelo qual teve uma concentração de esforços em toda rede municipal de saúde no intuito de combater as causas.

No intuito de garantir a diminuição do percentual a Atenção Básica deverá desenvolver ações de conscientização e sensibilização sobre morte súbita em bebês abaixo de seis meses e acidentes domésticos.

Tabela 6.39. Número de óbitos e taxa de mortalidade Infantil.

	Ano					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Óbitos infantis (nº absoluto)	3	6	2	1	5	1
Taxa de Mortalidade Infantil	10,72	23,62	7,63	3,42	17,67	3,86

Fonte: IBGE/SIM.

A cobertura vacinal é o percentual da população que foi atingida pela vacinação em um determinado espaço de tempo (anual, semestral, mensal ou durante uma campanha), em uma determinada área geográfica (BRASIL, 2013, p. 13). Este dado permite avaliar o acesso da população ao serviço, o grau de aceitação da comunidade ao programa de vacinação e a eficiência do serviço. O Ministério da Saúde estabelece metas a serem atingidas, como a porcentagem da população a ser vacinada para cada uma das vacinas. O não cumprimento destas metas pode refletir no ressurgimento de doenças imunopreveníveis, que já se encontram sob controle, erradicadas ou em fase de erradicação. O esquema vacinal das crianças em Matelândia inicia-se no hospital com a aplicação da vacina Hepatite B, lançamento dos dados na Carteira da Criança e o seu encaminhamento para as UBSs.

**Tabela 6.40.** Cobertura Vacinal em menores de um ano, no Município de Matelândia.

	Ano					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Menores de 01 ano*	280	254	262	196	298	259
BCG	108,73%	95,98%	91,43%	96,40%	77,48%	68,84%
Rotavírus Humano	107,94%	105,62%	86,70%	100,70%	88,93%	71,23%
Poliomielite VIP/VOP	108,73%	102,01%	88,21%	103,21%	88,55%	72,60%
Pentavalente	108,73%	102,41%	85,00%	106,42%	89,31%	72,60%
Febre Amarela	97,62%	104,82%	76,07%	66,00%	77,86%	63,70%
Meningocócica Tipo C	112,70%	105,62%	87,14%	100,71%	93,51%	76,37%
Pneumocócica 10 Valente	113,10%	106,02%	88,57%	102,85%	90,46%	77,05%

* Estimativa da população menor de um ano, do Ministério da Saúde.

Fonte: Ministério da Saúde.

Em geral, as coberturas vacinais em menores de um ano, tem conseguido atingir as metas no município, com algumas exceções pontuais, que, no entanto, pode estar vinculado a falha nos sistemas em que os dados são lançados e também as mães retardatárias, que perdem as datas corretas das vacinações.

Com relação as causas de internação, observa-se que entre os anos de 2017 a 2023 a principal causa foi a de doenças do aparelho respiratório. Um dado que tem chamado a atenção no quadro de internações foi o crescente número de internações por neoplasias.

**Tabela 6.41.** Distribuição das Maiores Causas de Internação por Grupo de Causas e Faixa Etária – CID 10, em Matelândia.

CAPÍTULO CID-10	CAPÍTULO	Ano						
		2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Doenças do Aparelho Respiratório	X	337	334	344	207	174	315	317
Gravidez, parto e puerpério	XV	281	206	277	204	267	252	233
Doenças do aparelho digestivo	XI	276	201	235	124	154	161	204
Doenças do aparelho geniturinário	XIV	221	192	218	139	128	134	177
Doenças do aparelho circulatório	IX	83	81	100	80	114	130	163
Neoplasias	II	185	197	152	185	255	188	295

Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informações Hospitalares do SUS.

6.3.6.3. Departamento de Atenção Primária

O Departamento de Atenção Básica faz parte da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde de Matelândia e tem como função atender as demandas na área de saúde da comunidade, promover e participar de ações de promoção e prevenção a saúde.

Planejar e monitorar todos os serviços que compõem a Rede de Atenção à Saúde, implantar Políticas Públicas de Saúde observando os princípios do SUS e coordenar as redes integradas de ações e serviços das unidades assistenciais são as principais linhas de atuação e responsabilidade do Departamento de Atenção Básica.

Desta forma, tal Departamento deverá contemplar ações de foco direto e indireto, mas que se inter-relacionam com sua área de atuação, sendo subdividido em Divisões de Unidades Básicas, Assistência Farmacêutica, Laboratório e Saúde Bucal.



O Departamento de Atenção Básica atua sobre a Atenção Primária em Saúde (APS) e no caso específico de Matelândia, sobre as Estratégias Saúde da Família (ESF), tendo como foco a capacidade que cada equipe tem em lidar com os problemas de saúde específicos da população de referência, seja resolvendo-os, através da oferta de um conjunto de serviços, seja organizando-os, para que os pacientes recebam atendimentos direcionados.

Assim, as equipes através da territorialização, compreendem sua realidade para a partir disso atuar sobre elas, fortalecendo a prevenção.

As ESFs, são o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde, levando a atenção à saúde o mais próximo possível do local onde as pessoas vivem e trabalham, constituindo o primeiro elemento de um processo de atenção continuada à saúde.

Assim, em consonância com a nova Política Nacional da Atenção Básica (PNAB) 2017, esta reafirma a ESF como modelo prioritário, embora reconheça os demais modelos, foca no incentivo de avançar em direção a ESF, o que em Matelândia já está concretizado com 100% de cobertura, divididas em 06 Equipes e em 06 Unidades de Saúde e duas extensões localizadas na área rural.

Estipula ainda a PNAB que o número de ACS deve ser suficiente para cobrir 100% da população, não existindo um número mínimo de agentes por equipe, e a territorialização de cada equipe deve classificar as famílias segundo a vulnerabilidade de cada uma delas, levando em conta aspectos socioculturais, financeiros e de processo saúde doença. Não necessariamente uma agente de saúde terá o mesmo número de pessoas a serem cuidadas que outra, o que prevalece na distribuição é a vulnerabilidade de cada família, dentro da área de abrangência da equipe. Pacientes mais vulneráveis devem ser mais visitados, enquanto aqueles com menor grau de vulnerabilidade podem ter as visitas e acompanhamento da ESF em períodos mais espaçados de tempo.

Outra alteração trazida é o fato de que o ACE pode vir a ser membro da ESF/EAB e o NASF, passa a ter a nomenclatura de NASF-AB contemplando assim a Saúde da Família e Atenção Básica, com a possibilidade igualmente de vincular a ESF e EAB, no intuito de complementar as ações das equipes e ter maior resolutividade.

No processo de definição do território de uma ESF são consideradas a sua composição, as relações de fluxos existentes entre o bairro ou Distrito e a Sede do município e as referências natural ou culturalmente já estabelecidas entre eles em suas diversas atividades.

Desta forma, o Departamento de Atenção Básica deverá vir a gerenciar, planejar e coordenar as atividades das UBSs onde as ESFs atuam, consistindo em 06 ESFs.

6.3.6.3.1. Unidades Básicas de Saúde

O município de Matelândia conta com um total de 06 UBSs/ESFs, divididas aos longos dos principais bairros e distritos, atendendo assim de forma eficaz 100% da população.

UBS Vila Marquezita

Localizada na Av. Caxias do Sul, S/n, no Distrito de Vila Marquezita, este serve como uma extensão da UBS São Cristóvão. Sendo atendida pela Equipe VI.



Figura 6.95. UBS Vila Marquezita.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

A Unidade é responsável por abranger uma área de 594.551,03 m², onde se tem a presença de aproximadamente 210 lotes, sendo estes ainda em processo de ocupação.



Figura 6.96. Área de Abrangência da UBS Vila Marquezita.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.

UBS Vila Esmeralda

Localizada na Av. Getúlio Vargas, 298, no Distrito Vila Esmeralda. Este serve como extensão da UBS Agro Cafeeira, sendo atendida pelos profissionais da equipe ESF II.



Figura 6.97. UBS Vila Esmeralda.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

A UBS Vila Esmeralda tem uma área de abrangência de aproximadamente 526.864m².



Figura 6.98. Área de Abrangência da UBS Vila Esmeralda.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.

UBS São Cristóvão

Localizada na Rua São Paulo, no Bairro São Cristóvão, a UBS presta serviço a população de Segunda a Sexta das 07:30 as 17:00 horas.



Figura 6.99. UBS São Cristóvão.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

A UBS São Cristóvão é responsável por atender o Bairro São Cristóvão e as comunidades rurais da Linha Tibola, Rio Guarani, Santa Lúcia, Bananal, Rio Uru, Marquesita, Banco da Terra e Campo do Bahia. Atendendo uma população total de 3.056 habitantes.



Figura 6.100. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS São Cristóvão.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.

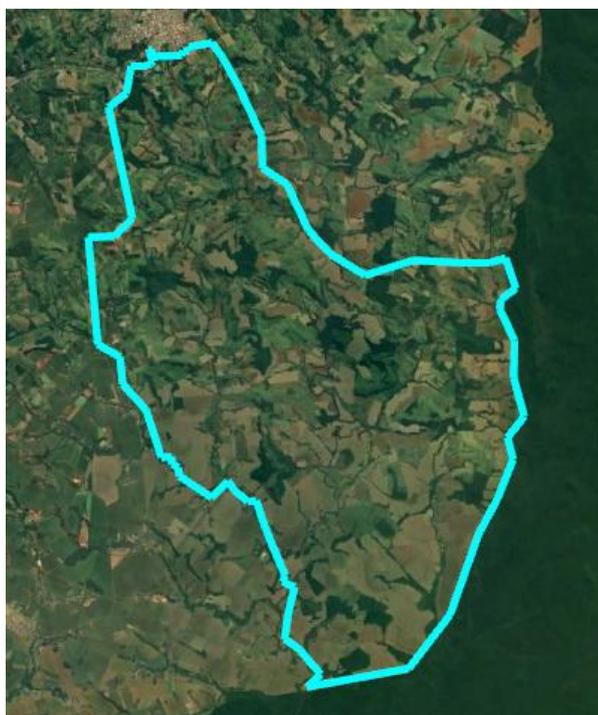


Figura 6.101. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS São Cristóvão.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.

UBS Vila Nova

Localizado na Rua Souza Naves, no Bairro Vila Nova, a mesma é conhecida como UBS Enf^a Lurdinha, e seu atendimento é realizado pela equipe ESF IV.



Figura 6.102. UBS Vila Nova.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

A UBS Vila Nova é responsável por atender o Bairro Vila Nova Residencial Matelândia I e II, Bela Vista, Vista do Lago e as comunidades rurais da Linha Oro, Linha Alegre, Cruzeiroinho, Parte Barreirão e BR 277. Atendendo uma população total de 4.304 habitantes.



Figura 6.103. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Vila Nova.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.



Figura 6.104. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Vila Nova.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.

UBS Jardim Tropical

Localizada na Rua Carlos Turri, no Bairro Jardim Tropical, a unidade e conhecida como UBS Ademir Lazzarotto, a unidade presta atendimento de Segunda a Sexta das 07:30 as 17:00 horas.



Figura 6.105. UBS Jardim Tropical.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

A UBS Jardim Tropical é responsável por atender o Bairro Jardim Tropical, Jardim Guairacá, parte da região Central e as comunidades da Linha Ouro Verde, Rio Sabiá, Linha

Panizzon, Linha Giasson e parte do Rio Sabiá. Atendendo uma população total de 3.255 habitantes.



Figura 6.106. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Jardim Tropical.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.



Figura 6.107. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Jardim Tropical.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.



UBS Vila Pazza

Localizada na Av. Nereu Ramos, 588, no Bairro Vila Pazza, a unidade presta atendimento de Segunda a Sexta das 07:30 as 17:30 horas.



Figura 6.108. UBS Vila Pasa.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

A UBS Vila Pazza e responsável por atender o Bairro Vila Pazza e as comunidades da Linha Cozer, Bento Munhoz, Rio Dalazen, Picada Benjamim e BR 277. Atendendo uma população total de 2.805 habitantes.



Figura 6.109. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Vila Pazza.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.



Figura 6.110. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Vila Pazza.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.

UBS Agro Cafeeira

Localizada na Rua João Pegoraro, 317-271, no Distrito Agro Cafeeira, a unidade presta atendimento de Segunda a Sexta das 07:30 as 17:00 horas.

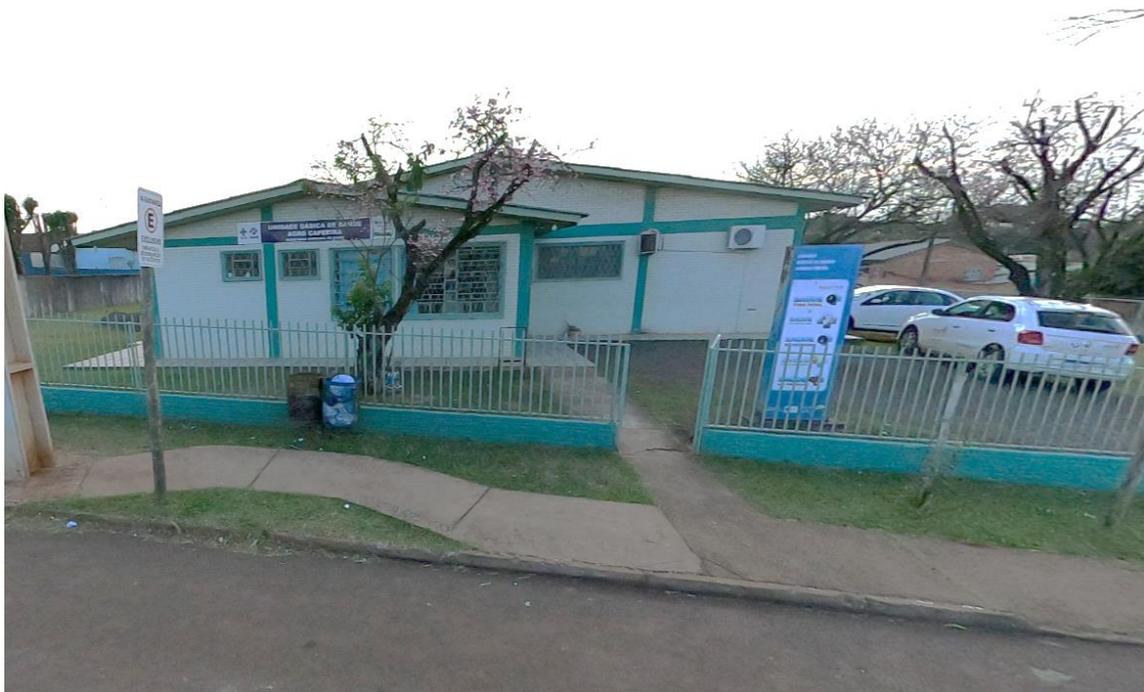


Figura 6.111. UBS Agro Cafeeira.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

A UBS Agro Cafeeira é responsável por atender o Distrito de Agro Cafeeira e as

comunidades Rurais de Vila Esmeralda (com uma extensão da UBS), Linha Duarte, Silva Jardim, Linha Rustik, Vila Brasil, Linha Vacaria, São Roque, Vila Esmeralda, Rio Xaxim e Vila Rural Santa Maria. Atendendo uma população total de 5.443 habitantes.



Figura 6.112. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Agro Cafeeira.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.



Figura 6.113. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Agro Cafeeira.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.

UBS Central

Localizada na Av. Cristóvão Colombo, 1876-1985, no Bairro Centro.



Figura 6.114. UBS Agro Cafeeira.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2024.

A UBS Central é responsável por atender o Bairro Centro e Vila Sapo, Vila Pinto, Botesini e as comunidades rurais do Rio Sabiá, Barreirão e Alto Barreirão. Atendendo uma população total de 4.106 habitantes.

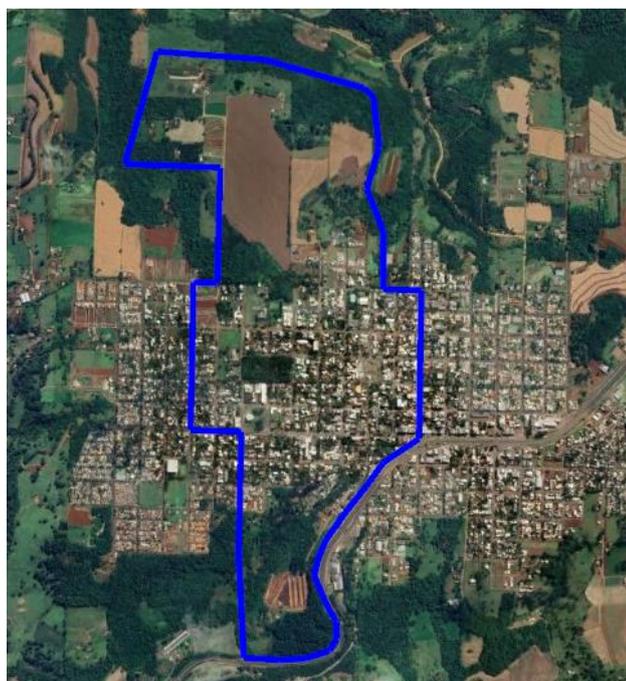


Figura 6.115. Área de Abrangência no perímetro urbano da UBS Central.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.

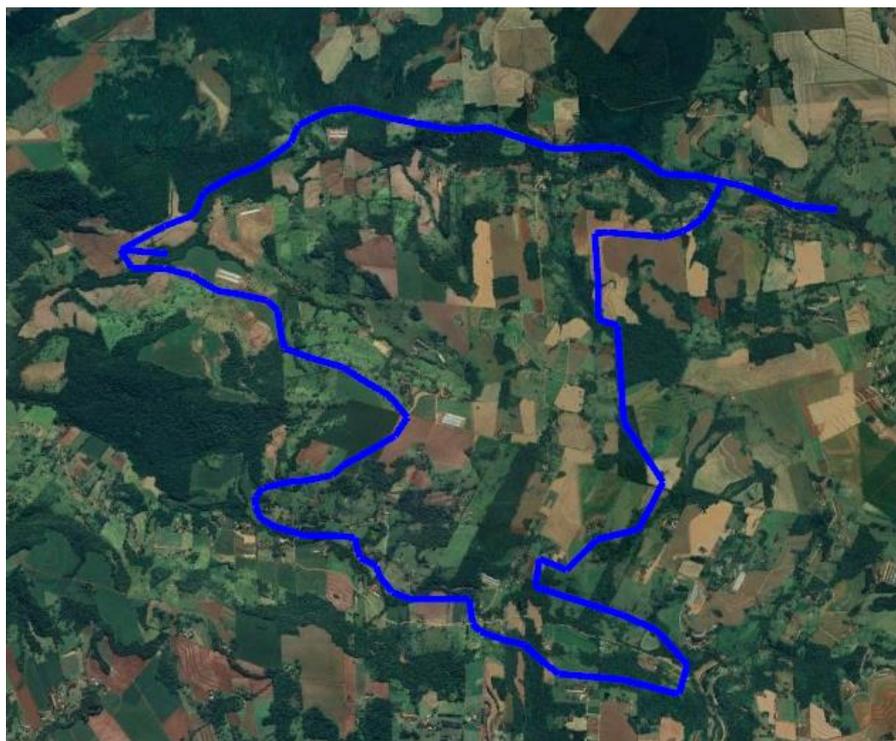


Figura 6.116. Área de Abrangência no perímetro rural da UBS Central.

Fonte: Geoportal do Município de Matelândia, 2024.

6.3.6.3.2. Linhas Prioritárias de Cuidado

Linha de Cuidado Saúde da Mulher

Conjunto de ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação englobando a assistência a mulher em clínica ginecológica, no Pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planejamento familiar, IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis), câncer de colo uterino, câncer de mamas, além de outras necessidades identificadas.

Em Matelândia, nesta Linha de Cuidado é desenvolvido também os programas:

“Saúde da mulher”, onde o município busca fornecer a população métodos contraceptivos para o planejamento familiar, como: Dispositivo Intra-Uterino, • Noretisterona 0,35mg comprimido • Acetato de Medroxiprogesterona 150mg injetável • Enantato de noretisterona + Valerato de estradiol 50 + 5mg/ml injetável • Levonogestrel 0,15mg + Etinilestradiol 0,03 mg comprimido Conta também com a dispensação de Imunoglobulina Anti-RH e de preservativos (auxiliando assim no controle das doenças sexualmente transmissíveis).



Programa Esterilização – Laqueadura - Tem como finalidade atender pessoas que possuem sua saúde comprometida devido à gestação, ou ao uso de anticoncepcional e ainda devido a doenças e transtornos mentais que justifiquem a necessidade da esterilização. Os requisitos para inserção neste programa estão pautados na Portaria 48/99 do Ministério da Saúde, e na Lei 9.263, de 12/01/1996 Art. 226º que regula o Parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil que trata do Planejamento Familiar. Este programa contempla também pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que se trata de um programa que tem como financiador o Governo Municipal. É vedada a realização da esterilização durante a ocorrência de alterações na capacidade de discernimento por influência de drogas, estado emocional alterado, incapacidade mental temporária ou permanente.

Linha de Cuidado Saúde da Criança:

A Linha de Cuidado de Saúde da Criança concentra-se no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, com ênfase na promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico precoce e recuperação de agravos. Este acompanhamento é facilitado pela Carteirinha da Criança, que registra todas as informações essenciais.

O cuidado começa ainda na gravidez, com a avaliação do crescimento intra-uterino. Após o nascimento, são realizados exames de triagem neonatal, incluindo o teste do pezinho, da orelhinha, do olhinho e do coraçãozinho, além da administração da vacina contra hepatite B antes da alta hospitalar. No dia da alta, o hospital entrega a Carteirinha da Criança para a mãe.

Nos primeiros cinco dias após a alta, a Agente Comunitária de Saúde (ACS) recebe a via rosa da Declaração de Nascidos Vivos e realiza uma visita domiciliar para agendar a consulta de puericultura. Durante essa consulta, é feita a estratificação de risco para identificar possíveis fatores de risco. O acompanhamento contínuo envolve a avaliação do peso, altura, perímetro cefálico, desenvolvimento, vacinação, estado nutricional e orientações sobre cuidados com a criança, como alimentação, prevenção de acidentes e higiene. A monitorização do crescimento e do desenvolvimento é crucial para a atenção primária à saúde da criança.

A equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) é responsável pelo acompanhamento, que inclui oito consultas no primeiro ano de vida — mensais até o



sexto mês e trimestrais do sexto ao doze mês, além de uma consulta anual a partir do segundo ano. Também é realizada uma consulta odontológica antes da primeira dentição para prevenir cáries. Durante as consultas e visitas domiciliares, é essencial registrar todos os atendimentos na Carteirinha da Criança e no prontuário. Até os cinco anos, recomenda-se uma visita domiciliar mensal pelo agente comunitário. A equipe deve estar preparada para atender as crianças em caso de intercorrências, independentemente do calendário previsto. Além disso, deve estimular o aleitamento materno, orientar sobre desmame e alimentação complementar, verificar o calendário vacinal, acompanhar o desenvolvimento psicomotor e afetivo, avaliar a saúde bucal e orientar sobre a higiene oral, prevenção de acidentes, tratamento de intercorrências e notificação de maus-tratos. É fundamental estratificar o risco das crianças para garantir cuidados intensivos às que têm maior probabilidade de adoecer ou estão em risco de vida.

Linha de Cuidado Saúde do Adolescente

A Política de Atenção Integral a Saúde do Adolescente, tem como objetivo desenvolver um conjunto de ações com o propósito de atender adolescentes numa visão biopsicossocial, enfatizando promoção em saúde, prevenção de agravos, diagnóstico precoce e reabilitação, melhorando a qualidade de vida dos adolescentes e seus familiares. A linha de cuidado tem por fim o objetivo de adequar, normatizar, planejar e coordenar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde do adolescente.

Nas últimas décadas, percebeu-se a necessidade em intensificar a tendência de se trabalhar o indivíduo de acordo com a faixa etária, para melhor compreender as especificidades do ser humano. Este é um grande desafio para quem trabalha com adolescentes, uma vez que se encontra em pleno processo de transformação, conhecer suas necessidades e idiosincrasias exige um processo de crescimento para os dois, adolescente e profissional. A interdisciplinaridade nas ações faz parte da nova concepção de atenção à saúde integral e visam oferecer uma resposta às necessidades reais de saúde dos adolescentes. Para alcançar eficácia e efetividade, é necessário que os profissionais tenham manejo para interagir com os adolescentes, respeitando sua cultura, conhecimentos adquiridos e proporcionando abertura para um crescimento de ambas as partes.



Linha de Cuidado Saúde do Homem

A política de Atenção à Saúde do Homem tem como objetivo, prover ações integradas em educação em saúde para a população masculina, evidenciando-se a prevenção, diagnóstico precoce de câncer, diagnóstico de doenças crônicas, a saúde mental, a saúde bucal além de outras necessidades identificadas ao homem. É uma política Nacional de Atenção Integral que envolve um conjunto de ações de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde e tem por objetivo promover a qualidade da saúde masculina.

Em Matelândia, o agosto Azul, ficou instituído como o mês da saúde do homem, mês este em que as atividades são intensificadas.

Linha de Cuidado Saúde do Idoso

A Linha de Cuidado Saúde do Idoso visa oferecer uma atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase na promoção de um envelhecimento saudável e ativo. Essa política busca enfrentar doenças crônicas como hipertensão e diabetes, além de prevenir quedas, osteoporose e outras condições específicas da saúde do idoso.

O objetivo principal é garantir a qualidade de vida dos idosos por meio de uma abordagem abrangente que inclui alimentação balanceada, exercícios físicos regulares, atividades sociais estimulantes, e a redução do consumo de álcool e tabaco. A atenção à saúde do idoso deve também focar na manutenção e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais.

Um envelhecimento saudável é caracterizado pela preservação da autonomia, tanto física quanto mental. Para isso, é crucial qualificar os serviços de saúde para lidar com aspectos específicos, como a identificação de vulnerabilidades sociais, diagnóstico precoce de demências, e avaliação da capacidade funcional. É necessário garantir acesso a diagnósticos adequados, medicação e reabilitação funcional, além de organizar as equipes de Saúde da Família para incluir a população idosa em suas atividades, abordando temas como hipertensão, diabetes e sexualidade. Os profissionais de saúde devem ser capacitados para atender às necessidades dessa população e promover a saúde e bem-estar dos idosos de forma eficaz.



Linha de Cuidado Saúde Mental

A Política de Atenção em Saúde Mental na atenção básica é bastante estratégica devido ao contexto social do usuário, sua família e da comunidade, assim criando um vínculo e acompanhando o tratamento entre as necessidades da atenção primária e atenção especializada.

Linha de Cuidado da Saúde Bucal

A saúde bucal está inserida num conceito amplo de saúde que transcende a dimensão meramente técnica do setor odontológico, integrando a saúde bucal às demais práticas de saúde coletiva. Significa a construção de políticas públicas saudáveis, desenvolvendo estratégias direcionadas a todas as pessoas da comunidade, como políticas que gerem oportunidades de acesso à água tratada, incentivo a fluoretação das águas, o uso de dentifrício fluoretado e assegurem a disponibilidade de cuidados odontológicos básicos apropriados. Seguem ainda, os princípios e diretrizes definidos pela Política Nacional de Saúde Bucal, atuando para garantir as ações de promoção, prevenção, recuperação e manutenção da população, nas UBS e ESF.

Embora o município não tenha a Saúde Bucal na Atenção Especializada (CEO), a coordenação de odontologia tem implantado progressivamente serviços adicionais como o Programa de Prótese Dentária, com base na Lei Municipal 3.114/2014, e tem buscado meios de implantar serviços de endodontia e atendimento a portadores de necessidades especiais que necessitem de sedação especial, na busca e efetivação da integralidade na atenção à Saúde Bucal.

Linha de Cuidado da Nutrição e Alimentação

A Linha de Cuidado da Nutrição e Alimentação destaca a importância da nutrição na prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, hipertensão, diabetes, câncer e dislipidemia. A alimentação adequada é crucial para a qualidade de vida e pode ser um fator de proteção ou risco para essas condições e para as principais causas de morte na população brasileira.

Na Atenção Básica, a nutrição é abordada através de vários programas. O “Programa Leite das Crianças” combate à desnutrição infantil ao distribuir leite fluído pasteurizado enriquecido com ferro, zinco e vitaminas A e D, visando reduzir a morbimortalidade infantil. A “Estratégia Amamenta Alimenta Brasil” foca em qualificar os



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



profissionais da atenção básica para promover o aleitamento materno e uma alimentação saudável para crianças menores de dois anos.

O “Programa Saúde na Escola (PSE)” visa promover a saúde dos alunos de escolas públicas por meio de orientações sobre alimentação saudável, avaliação das condições de saúde das crianças e jovens, e desenvolvimento de atividades de prevenção e capacitação para profissionais de educação e saúde. O “Programa Bolsa Família” busca combater a fome e a pobreza, promovendo segurança alimentar e nutricional através da transferência de renda, além de reforçar o acesso a serviços essenciais como saúde e educação. Por fim, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) realiza o monitoramento do estado nutricional da população, contribuindo para a implementação de ações de saúde pública baseadas em dados atualizados.

6.3.6.4. Secretaria da Saúde

A gestão eficiente dos serviços de saúde é um fator crítico para assegurar o bem-estar e a qualidade de vida da população. Nesse contexto, a Secretaria da Saúde desempenha um papel vital, coordenando e supervisionando todas as ações relacionadas à saúde pública e garantindo que as políticas e programas sejam implementados de forma eficaz.

Para atingir esses objetivos, a departamentalização dentro da Secretaria da Saúde é fundamental. Esta estrutura organizacional divide a Secretaria em diferentes departamentos especializados, cada um com responsabilidades e funções específicas. A departamentalização permite uma gestão mais eficiente e direcionada, assegurando que cada área receba a atenção necessária e que as atividades sejam realizadas com maior precisão e eficácia.

Cada departamento dentro da Secretaria da Saúde é responsável por aspectos distintos, mas interdependentes, da administração da saúde pública. Desde a gestão de recursos e políticas até a implementação de programas de prevenção e tratamento, a clara definição de funções e responsabilidades dentro da Secretaria facilita a coordenação e o controle das ações.

6.3.6.4.1. Departamento de Atenção primária

O Departamento de Atenção Primária é um componente essencial da Secretaria da Saúde, responsável por garantir o acesso inicial e contínuo aos cuidados de saúde para a



população. Este departamento tem como principal objetivo promover a saúde e prevenir doenças, oferecendo um atendimento acessível e integral em diversos níveis de complexidade.

A Atenção Primária atua como a porta de entrada para o sistema de saúde, proporcionando um atendimento que inclui desde consultas gerais e acompanhamento de doenças crônicas até a orientação para a promoção da saúde e a prevenção de doenças. O foco é na abordagem global do paciente, considerando não apenas as condições clínicas, mas também os fatores sociais e ambientais que podem influenciar a saúde.

Para potencializar a eficácia da Atenção Primária, o departamento é complementado por divisões especializadas, como a Farmácia, Laboratório e a Saúde Bucal. Essas divisões desempenham papéis cruciais em aspectos específicos do cuidado, contribuindo para um atendimento mais completo e integrado.

Divisão de Farmácia

A Assistência Farmacêutica (AF) é uma parte fundamental da Política Nacional de Saúde, com um foco central em promover, proteger e recuperar a saúde individual e coletiva. Isso é alcançado por meio do uso racional dos medicamentos, que são considerados insumos essenciais para o cuidado adequado da saúde. Conforme a Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080/90), o Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável pela formulação de políticas de medicamentos e pela execução de ações de assistência terapêutica integral, incluindo a farmacêutica.

A Política Nacional de Medicamentos (PNM), estabelecida pela Portaria n.º 3.916/98, busca assegurar a segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, promover seu uso racional e garantir o acesso da população a medicamentos essenciais. Em Matelândia, a gestão da assistência farmacêutica segue essa diretriz com a adoção da Relação de Medicamentos Essenciais (RENAME) e da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), além de protocolos específicos para Fórmulas Infantis e Dietas Especiais.

Dada a crescente demanda por medicamentos, um gerenciamento eficaz da AF é crucial para racionalizar os recursos públicos e otimizar os resultados. A Divisão de Assistência Farmacêutica no município se empenha em planejar e gerenciar programas, projetos e processos, além de formular, coordenar e monitorar as atividades para



qualificar os serviços farmacêuticos. Este trabalho inclui a elaboração de diagnósticos para a estruturação, capacitação e desenvolvimento da equipe.

Desde 2021, com a implementação do Decreto nº 3.171/2021, a Assistência Farmacêutica passou a contar com três Farmácias Básicas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Matelândia:

- Farmácia da UBS Central: Funcionamento de 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, localizada na Avenida Cristóvão Colombo, nº 1425 - Centro.
- Farmácia da UBS Vila Pasa e São Cristóvão: Funcionamento de 07h30 às 11h30, situada na Rua Nereu Ramos, s/n – Vila Pasa.
- Farmácia da UBS Agro Cafeeira: Funcionamento de 13h00 às 17h00, localizada na Rua Orestes Verde, s/n – Agro Cafeeira.

Divisão de Laboratório

Laboratório de Análise Clínicas Municipal, em funcionamento dentro da estrutura física da Secretaria de Saúde, tem a função de realizar o acolhimento e agendamento da população para realizar coleta, triagem, execução de exames para auxílio diagnóstico.

Tais exames laboratoriais são realizados como medida de prevenção e profilaxia, liberando os laudos compatíveis aos exames realizados.

Divisão de Saúde Bucal

A Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), instituída pelo Programa Brasil Sorridente, busca garantir o acesso universal e integral aos cuidados de saúde bucal. Este programa visa promover, prevenir e recuperar a saúde bucal da população, entendendo que a saúde bucal é fundamental para a qualidade de vida. A PNSB está integrada a outras políticas de saúde e públicas, respeitando o princípio da transversalidade e aumentando a abrangência dos cuidados odontológicos conforme os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

No âmbito da assistência, as diretrizes do Programa Brasil Sorridente focam na ampliação e qualificação da atenção básica. Isso inclui garantir o acesso a todas as faixas etárias e oferecer serviços mais resolutivos, buscando a integralidade da atenção, a equidade e a universalização do acesso à saúde bucal. Entre as principais ações estão a adição de flúor às estações de tratamento de água, a reorganização da Atenção Básica



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



através da Estratégia Saúde da Família (ESF) e a criação de Centros de Especialidades Odontológicas e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias.

No município de Matelândia, a assistência odontológica é organizada através de um protocolo que atende tanto as demandas programadas quanto as espontâneas por meio de agendamento. Cada unidade de saúde segue um cronograma específico para atendimentos de urgências e emergências, adaptado à realidade local. O cuidado odontopediátrico é um destaque, com profissionais capacitados oferecendo atividades clínicas e educativas para crianças da primeira infância até cinco anos e promovendo a saúde das gestantes em todas as unidades de saúde.

Além dos atendimentos clínicos, as equipes de Saúde Bucal da ESF desenvolvem atividades extra-muro, como palestras e eventos educativos, distribuindo kits de higiene bucal e realizando visitas domiciliares. Essas visitas têm como objetivo principal o exame clínico e a orientação sobre higiene bucal para usuários acamados e domiciliados.

Essa abordagem integral e integrada busca garantir um cuidado eficaz e abrangente, promovendo a saúde bucal e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

6.3.6.4.2. Departamento de Saúde

O Departamento da Secretaria Municipal de Saúde desempenha um papel essencial na administração e coordenação dos serviços de saúde, englobando funções de gestão administrativa, financeira, e de insumos, além de cuidar do planejamento e da tomada de decisões estratégicas. Este Departamento é responsável pela aquisição de insumos e materiais, gestão de contratos e processos licitatórios, e administração de estoque, assegurando o fornecimento adequado e oportuno dos itens necessários para o funcionamento das Unidades e Serviços de Saúde.

Entre os materiais geridos estão medicamentos, gêneros alimentícios, materiais de expediente, higiene e limpeza, conservação e reparos, equipamentos hospitalares e radiológicos, além da contratação de serviços terceirizados. O Departamento também gerencia o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA SUS), Boletins de Produção Ambulatorial (BPA) e o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (ESUS/SISAB), garantindo a integridade e o controle dos dados e documentos relacionados à saúde.



A partir de 2021, com a implementação do Decreto nº 3.171/2021, foram estabelecidas três Farmácias Básicas em Unidades de Saúde, com horários e locais específicos para atender as necessidades de medicamentos da população. Além disso, o Departamento gerencia o controle patrimonial, incluindo o registro e a movimentação de bens permanentes, e supervisiona a logística e infraestrutura operacional para o controle e desfazimento de bens.

No que diz respeito à gestão financeira, o Departamento é responsável por controlar o orçamento e os recursos do Fundo Municipal de Saúde, que incluem transferências regulares e automáticas, convênios e emendas parlamentares, e recursos próprios do município. Isso envolve o acompanhamento dos repasses e o cumprimento das metas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como a prestação de contas periódica.

A gestão de pessoas também é uma função crítica do Departamento, que desenvolve políticas e práticas para orientar o comportamento e as relações interpessoais no ambiente de trabalho, visando a melhoria contínua das atividades das unidades e serviços de saúde.

Esse conjunto de funções e divisões garante uma gestão integrada e eficaz dos serviços de saúde, promovendo a eficiência e a qualidade no atendimento à comunidade.

Divisão de Logística

A Divisão de Transporte e Logística da Secretaria Municipal de Saúde desempenha um papel fundamental na coordenação e operacionalização dos deslocamentos de pacientes para atendimentos secundários e terciários, que vão além da responsabilidade da Atenção Básica. Esta divisão é responsável por gerenciar o transporte de pacientes entre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e outros serviços, como laboratórios e centros de fisioterapia, além de coordenar os plantões de ambulâncias e o transporte para altas hospitalares.

Além disso, a Divisão organiza o transporte de pacientes para Tratamento Fora do Domicílio (TFD), facilitando o acesso a consultas e procedimentos em outros municípios quando não disponíveis na região. Para isso, utiliza o Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu (CISI) e estabelece pactuações bipartites pelo SUS, oferecendo veículos



diariamente para cidades como Foz do Iguaçu e Cascavel, com um sistema de agendamento.

A Divisão também gerencia o transporte sanitário, priorizando a remoção de pacientes acamados ou com dificuldades de locomoção que necessitam de cuidados específicos, como hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, e outros procedimentos especializados. Além do transporte, é responsável pela manutenção da frota de veículos, o que inclui a aquisição de novos veículos, manutenção preventiva e corretiva, e o controle de despesas relacionadas, como impostos e taxas. A Divisão assegura que os 30 veículos próprios utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde estejam em pleno funcionamento, realizando a gestão de todos os aspectos administrativos e operacionais necessários para um serviço eficiente e contínuo.

Divisão de Agendamento e Cadastros

A Divisão de Agendamentos e CISI da Secretaria Municipal de Saúde é essencial para a coordenação e realização de encaminhamentos para serviços e atendimentos de média e alta complexidade, que vão além das responsabilidades da Atenção Básica. Esta divisão atua como o elo entre as Unidades de Saúde da Família (ESF) e especialidades secundárias e terciárias, garantindo que os pacientes recebam os cuidados necessários em áreas especializadas.

Quando uma ESF solicita um encaminhamento, a Divisão de Agendamentos e CISI é responsável por processar e encaminhar esses pedidos para especialidades através do Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu (CISI) e acordos bipartites estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). As especialidades cobertas incluem cardiologia, dermatologia, endocrinologia, fisioterapia, gastroenterologia, gravidez de alto risco, oncologia, neurologia, nefrologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, psiquiatria, urologia, hematologia, cirurgia geral, vascular e pneumologia.

Além dos encaminhamentos para especialidades, a Divisão também gerencia o agendamento de consultas e exames de média e alta complexidade. Esses exames abrangem uma ampla gama de procedimentos diagnósticos e terapêuticos, como ultrassonografia, colonoscopia, mamografia, radiografia, tomografia, ressonância magnética, densitometria, retossigmoidoscopia, urografia excretora, urodinâmica, ecodoppler, biópsia, eletroencefalograma, endoscopia, videolaringoscopia,



angioressonância e uretrocistoscopia. Também são realizados exames especializados por pneumologistas, otorrinolaringologistas, oftalmologistas, dermatologistas e cardiologistas.

Essa divisão garante que os pacientes recebam o atendimento especializado de que precisam, facilitando o acesso a uma ampla gama de serviços médicos e assegurando a continuidade e a qualidade do cuidado prestado à população.

Divisão de Média e Alta Complexidade

Esta Seção é a responsável por realizar todos os encaminhamentos de pacientes que necessitem de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) a Hospitais de referência em outros municípios, quer seja consultas, procedimentos ou internamentos, que não prestados na região ou fora dela, como Foz do Iguaçu, Curitiba, Campo Largo ou demais cidades.

É nesta Seção que são alimentados os sistemas CARÉ-GSUS do Governo Estadual, através do qual são feitos os cadastros dos pacientes para colocação na fila de espera para posterior agendamentos de consultas e exames, de diferentes especialidades, cujos serviços de saúde de referências estão em Cascavel, Curitiba, Campo Largo e Ponta Grossa.

Outro sistema alimentado pela seção é o RP-SAÚDE pactuado com o Governo do Estado e o Município de Foz do Iguaçu como Gestão Plena, onde os pacientes são lançados para consultas, procedimentos e exames, igualmente de diversas especialidades de média e alta complexidade.

Atualmente são oferecidos serviços e atendimentos as populações dos municípios nas áreas de cardiologia, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, psiquiatria, urologia, vascular e pneumologia, entre outros.

Também são realizados exames de média e alta complexidade como: Ultrassonografia, colonoscopia, mamografia, radiografia, tomografia, ressonância magnética, urografia excretora, urodinâmica, ecodoppler, biopsia, eletroencefalograma, endoscopia, videolaringoscopia, uretrocistoscopia e demais exames de pneumologia, otorrinolaringologia, oftalmologia, dermatologia e cardiologia, entre outros.



Divisão de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)

A organização da Rede de Atenção às Urgências tem a finalidade de articular e integrar todos os equipamentos de saúde, objetivando ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência e emergência nos serviços de saúde

Dentre os serviços ofertados estão:

- Unidade de Pronto Socorro através do Hospital Padre Tezza com contrato municipal de prestação de serviços, com consultas clínicas (de urgência e emergência), com suporte laboratorial e radiológico para diagnóstico e priorização para linhas de cuidados cardiovasculares, cerebrovasculares e traumatológicas.
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU -192, que é o componente pré-hospitalar móvel previsto na Política Nacional de Atenção às Urgências, por meio da implantação de serviços de atendimento móvel de urgência – SAMU-192, com a Central de Regulação (Central SAMU-192) em Foz do Iguaçu.

Divisão de Atenção Psicossocial

Com a Reforma Psiquiátrica, formalizada pela Lei nº 10.216 de 2001, o Brasil passou a adotar uma nova abordagem para a saúde mental, fundamentada em princípios de inclusão social, cidadania e valorização da pessoa em sofrimento psíquico. O objetivo é promover um modelo humanizado de atenção integral, que vai desde a assistência primária nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégias de Saúde da Família (ESF) até o atendimento especializado em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com ênfase na desospitalização.

A Reforma busca melhorar a qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais e suas famílias, focando na atenção comunitária e reabilitação psicossocial. Em Matelândia, a saúde mental é organizada com base na Estratificação de Risco, direcionando o atendimento conforme a gravidade do caso: pacientes de baixo e médio risco agudo recebem atendimento psicológico nas UBSs com o suporte do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), enquanto casos de médio risco crônico e alto risco são encaminhados ao CAPS.



Embora o CAPS de Matelândia tenha iniciado suas atividades em 2015, enfrenta desafios na estruturação da equipe, especialmente na contratação de um psiquiatra fixo. O CAPS tem buscado a habilitação junto ao Ministério da Saúde para receber recursos, focando na recuperação, autonomia, reinserção social e reabilitação profissional dos pacientes com transtornos mentais. O centro oferece suporte em momentos de crise, acompanhamento contínuo e facilita a integração dos pacientes na comunidade e na família.

A atenção em saúde mental em Matelândia é organizada em níveis de complexidade e inclui ações intersetoriais e interdisciplinares, conforme a Política Nacional de Saúde Mental. Os CAPS, UBSs, NASF e serviços hospitalares colaboram para atender transtornos mentais e problemas relacionados ao uso de álcool e drogas, substituindo o modelo hospitalocêntrico e manicomial por um sistema mais inclusivo e orientado pelos princípios do SUS (universalidade, equidade e integralidade).

Desde 2015, o CAPS de Matelândia conta com uma equipe composta por médico psiquiatra, assistente social, psicólogo, enfermeiro, técnico de enfermagem, assistentes administrativos, artesão e serviços gerais. A equipe realiza ações individuais e coletivas, como consultas, visitas domiciliares, reuniões familiares e grupos terapêuticos, e realiza busca ativa para pacientes de risco moderado e alto. As UBSs fazem o acompanhamento de pacientes em baixo risco e colaboram com o CAPS.

Um Protocolo foi desenvolvido para organizar a Rede de Atenção à Saúde Mental do município, estabelecendo um fluxo de atendimento que garante uma abordagem humanizada e integral, oferecendo serviços básicos e especializados conforme as necessidades dos usuários e respeitando o grau de complexidade.

6.3.6.4.3. Departamento de Vigilância sanitária e Promoção a Saúde

A Vigilância em Saúde (VISA) é um processo contínuo e sistemático que envolve a coleta, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde. Seu objetivo é planejar e implementar medidas de saúde pública para proteger a população, prevenir e controlar riscos e agravos, e promover a saúde.

A VISA atua em diversas áreas, como:



- **Vigilância Sanitária:** Elimina ou reduz riscos à saúde, intervindo em problemas sanitários relacionados ao ambiente, produção e circulação de bens, e serviços de interesse da saúde.
- **Vigilância Epidemiológica:** Foca no controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, analisando a situação de saúde para recomendar e adotar medidas de prevenção e controle.
- **Vigilância em Saúde Ambiental:** Identifica e controla fatores ambientais que afetam a saúde, como água, lixo, contaminantes químicos, e zoonoses.
- **Vigilância em Saúde do Trabalhador:** Promove a saúde e reduz a morbimortalidade da população trabalhadora, integrando ações que abordam os riscos associados aos modelos de desenvolvimento e processos produtivos.
- **Promoção da Saúde:** Atua sobre os determinantes sociais da saúde, promovendo intervenções individuais, coletivas e ambientais.

O Departamento de Vigilância em Saúde de Matelândia é dividido em duas Divisões e cobre as cinco áreas mencionadas. A atualização das normas de vigilância é feita pela Portaria Ministerial 1.378/2013, que fortalece Estados, Distrito Federal e Municípios na gestão da vigilância em saúde.

A atuação da VISA é abrangente, incluindo ações educativas, normativas, fiscalizadoras e, quando necessário, punitivas. Ela se integra aos diferentes níveis de atenção à saúde, promovendo a prevenção, proteção e promoção da saúde através da colaboração entre setores de vigilância e atenção em saúde.

Divisão de Vigilância Ambiental em Saúde

A Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental desempenha um papel crucial no controle de fatores ambientais que afetam a saúde pública no município. Sua atuação abrange diversas áreas essenciais para garantir a segurança e bem-estar da população.

Entre suas responsabilidades, destaca-se o controle de endemias, particularmente no combate ao *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor de doenças como Dengue, Chikungunya e Zika. Para enfrentar essas doenças, a equipe realiza visitas domiciliares em 15 localidades do município, realiza pesquisas em pontos estratégicos e implementa



bloqueios de casos suspeitos. Além disso, realiza busca ativa de novos casos e promove ações preventivas para reduzir a propagação das doenças.

Outra função importante da Divisão é a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, conhecida como VIGIÁGUA. A equipe coleta e analisa mensalmente 14 amostras de água de diversos sistemas de abastecimento, incluindo soluções alternativas coletivas e individuais. Os resultados das análises têm mostrado uma preocupação significativa com a contaminação por coliformes fecais e totais, especialmente em soluções alternativas de abastecimento. Para mitigar esses riscos, a Vigilância fornece hipoclorito a 2,5% para que as famílias possam desinfetar a água, garantindo uma forma mais segura de consumo, especialmente para aquelas que dependem dessas fontes.

Além dessas ações, a Divisão também realiza a Vigilância de Populações Expostas a Solos Contaminados, conhecida como VIGISOLO. Este trabalho envolve o cadastro e georreferenciamento de pontos de contaminação no município, como antigos lixões, postos de combustíveis e depósitos de agrotóxicos. O objetivo é identificar e gerenciar os riscos associados a esses solos contaminados, garantindo que a exposição a substâncias perigosas seja minimizada.

Divisão de Epidemiologia

A Divisão de Vigilância Epidemiológica desempenha um papel essencial no controle de doenças e agravos, sendo responsável por fornecer informações e subsídios para a execução de ações de saúde pública. Para cumprir essa função de maneira eficaz, é fundamental que a equipe mantenha uma atualização constante das informações relacionadas às doenças e agravos que necessitam de notificação.

A principal fonte dessas informações é a notificação de agravos e doenças realizada pelos profissionais de saúde. A escolha das doenças e agravos que devem ser notificados compulsoriamente segue critérios como a magnitude do problema, o potencial de disseminação, a transcendência do impacto, a vulnerabilidade da população afetada e a disponibilidade de medidas de controle. Essa lista de doenças e eventos de notificação compulsória precisa ser revisada periodicamente para refletir a situação epidemiológica atual, emergências de novos agentes patológicos e mudanças no Regulamento Sanitário Internacional, como ocorreu durante a pandemia de Covid-19.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



Os dados coletados sobre essas doenças são inseridos no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN), conforme estipulado pela Portaria n° 204, de 17 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde. Esta portaria define a relação vigente de doenças, agravos e eventos em saúde pública que requerem notificação compulsória, e todos os casos suspeitos ou confirmados devem ser registrados.

É importante destacar que a notificação compulsória é uma obrigação para todos os profissionais de saúde, independentemente da sua formação, bem como para os responsáveis por organizações e estabelecimentos de saúde e de ensino, conforme os artigos 7º e 8º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. As doenças e eventos listados no Anexo I da Portaria são de notificação obrigatória e devem ser registrados no SINAN dentro de um prazo de até 7 dias. Entre os novos agravos incluídos no Anexo I estão a sífilis adquirida e a notificação de casos de violência doméstica, sexual e outras formas de violência, refletindo a necessidade de monitoramento e resposta a uma gama crescente de questões de saúde pública.



7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA – Agência Nacional de Águas. Relatório Final do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos. Atlas Brasil. Perfil Matelândia. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil>.

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Resumos. Disponível em <https://www.normasabnt.org>. Acesso em julho 2023.

BATTINI Odária (org.). Assistência Social: referências conceituais e propositivas. Curitiba: Champagnat, 2002.

BRASIL, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei Federal Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - Dispõe sobre a organização da assistência social e dá providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de atualização em vigilância sociassistencial do SUAS. Brasília, DF: MDSA, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF. 2009.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



BRASIL. Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), 2016. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sisc/auth/index.php>.

BRASIL. Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA), 2016. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php>.

BRASIL. Centro de Referência Assistência Social – CRAS. Guia do CRAS. Brasília: 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109 de 11 novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 50ª Ed. Edições Câmara, Brasília, 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm. Acesso em: maio.2023.

BRASIL. Decreto Nº 8.794, de 29 de Junho de 2016. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 14 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Gestão do SUAS, o que é Regulação do SUAS. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/regulacao-do-suas>. Acessado em maio 2023.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário: Bolsa Família. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: maio 2023.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário: Relatório de Informações Sociais RI. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em: maio.2023.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 & Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, nov. 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, nov. 2004.

BRASIL, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, 2013b.

BRASIL. Resolução CIT nº 7, de 10 de setembro de 2009: Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília, DF. 2009.

BRASIL – Ministério da Economia - Secretaria de Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2019. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>.

DEMECK, J. Manual of detailed geomorphological mapping. Prague Academie. 1972.

GILSANZ, J. P. Geomorfologia. Principios, Métodos y Aplicaciones. Madri. Ed. Rueda. 1996.

IAT/PR – Instituto de Água e Terra do Estado do Paraná. Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra no Estado do Paraná. Relatório Técnico de Mapeamento – Base Integrada. Versão 2, novembro de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Economia. Cidades@. Matelândia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matelandia/panorama>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>.



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2019>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Produção Agrícola Municipal (PAM) 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Produto Interno Bruto dos Municípios – 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>>.

InfoSambas. Município de Matelândia. Disponível em: <https://infosambas.org.br/municipio/matelandia/>.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Perfil avançado do município de Matelândia.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico Município de Matelândia, 2023.

PARANACIDADE, Serviço Social Autônomo. Referências para a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, 2017.

SNIS, Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. Série Histórica. Informações e Indicadores de Água, Esgoto e Resíduos. Matelândia/PR.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Mapa do Clima do Estado do Paraná. Dados e informações geoespaciais temáticos. 2008. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Climas_A3.pdf>.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Mapa de Declividade do Estado do Paraná. Dados e informações geoespaciais temáticos. 2008. Disponível em:



MUNICÍPIO DE
MATELÂNDIA



FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS



<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_De_clividade_A3.pdf>.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Mapa de Geomorfologia do Estado do Paraná. Dados e informações geospaciais temáticos. 2008. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Geomorfológico_A3.pdf>.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Mapa de Solos do Estado do Paraná. Dados e informações geospaciais temáticos. 2008. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Solos.pdf>.

SEDU - Secretaria Estadual de Educação - Sinopse 2010.

SEMA, 1987. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Áreas de proteção ambiental: abordagem histórica e técnica. Brasília.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ (SESP/PR). Curitiba: SESP/PR, 2024.



8. ANEXOS

Anexo 01. Mapa de Localização na Mesorregião.

Anexo 02. Mapa de Localização na Microrregião.

Anexo 03. Mapa de Localização na Região Imediata.

Anexo 04. Mapa de Localidades do Município.

Anexo 05. Mapa de Geologia Municipal.

Anexo 06. Mapa de Geomorfologia Municipal.

Anexo 07. Mapa de Declividade Municipal.

Anexo 08. Mapa de Hipsometria Municipal.

Anexo 09. Mapa de Localização na Bacia Hidrográfica Principal.

Anexo 10. Mapa de Hidrografia Municipal.

Anexo 11. Mapa de Clima Municipal.

Anexo 12. Mapa de Tipo de Solo Municipal.

Anexo 13. Mapa de Aptidão do Solo Municipal.

Anexo 14. Mapa de Vegetação Municipal.

Anexo 15. Mapa de Evolução da Ocupação Urbana.

Anexo 16. Mapa de Bairros da Sede Urbana.

Anexo 17. Mapa de Loteamentos da Sede Urbana.

Anexo 18. Mapa de Loteamentos do Distrito Agro Cafeeira.

Anexo 19. Mapa de Abastecimento de Água da Sede Urbana.

Anexo 20. Mapa de Abastecimento de Água da Sede Urbana.

Anexo 21. Mapa de Esgotamento Sanitário da Sede Urbana.

Anexo 22. Mapa de Galerias Pluviais da Sede Urbana.



CONSULTORIA CONTRATADA

FAROL CONSULTORIA EM PROJETOS LTDA

COORDENAÇÃO GERAL

Roberto Aloysio Goergen

Eng^o Civil, CREA-PR

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

Rodrigo Maschio De Freitas

Arquiteto e Urbanista, CAU [REDACTED]

Inácio M. Rodrigues Pereira

Economista, CORECON/[REDACTED]

Cezar Augusto Soares

Eng^o Ambiental, CREA/PR [REDACTED]

Evandro Alif Bolba Barbieiro

Advogado, AOB [REDACTED]

José Francisco De Gois

Geógrafo, CREA/PR [REDACTED]

Tony Daniel Damiani

Eng^o Civil, CREA/PR [REDACTED]

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

COORDENAÇÃO GERAL

Aparecido Leite de Oliveira

Arquiteto

EQUIPE TÉCNICA

Augusto Sergio Trevizan

Procurador Geral Do Município

Mauricio Ampessan

Sec. De Governo, Controladoria E
Procuradoria

Giani Dos Santos

Chefe Da Divisão De Assuntos
Institucionais

Dhonatan Iuri Gracioli

Secr. De Administração E Gestão De
Pessoas

Ana Paula Nunes Missio

Assistente Administrativo

Miriam Pietrobon

Sec. De Desenvolvimento Social E
Habitação

Cristiane Bado

Chefe Da Divisão De Habitacional

Celia Inez Crestani Betiatto

Assistente Social

Ivanete Trois

Sec. De Desenvolvimento Econômico E
Turismo

EQUIPE TÉCNICA

Juliana Guedes Da Luz Angotti

Dir. Depto. De Administração E Legislação

Marcelo De Melo

Dir. Do Departamento De Engenharia,
Urbanismo E Projetos

Mirelli Novelli

Sec. De Finanças

Claudir Pereira Dos Santos

Assistente De Contabilidade

Odirlei Juliano Ramos

Contador

Lucicleide Ferreira Da Silva Rinaldi

Dir. Depto. De Fiscalização E Tributos

Mateus Henrique Marcante

Chefe Da Divisão De Fiscalização

Kelli Vanessa Stupp Oliveira

Chefe Da Divisão De Licitações

Camilo Bernardo Pastore

Sec. De Agropecuária

Leticia Goulart Fontana

Assistente Administrativo

Ernesto Bado

Sec. De Infraestrutura E Obras

Jairo Aguilar Pistore

Assistente Administrativo

Eduardo Minatti

Sec. De Esportes E Lazer

Jaime Junior Bozio

Técnico Desportivo

Gabriel De Carvalho

Sec. De Educação E Cultura

Claudia Cristiane Da Silva

Monitora De Creche

Doglas Carnetti

Sec. De Saúde

Karla Juliany Feuser

Dir. Do Depto. Vigilância Sanitária E
Promoção À Saúde

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Maristela Paula Muller

Analista de Desenvolvimento Municipal